



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CÂMPUS DE TRÊS LAGOAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM GEOGRAFIA**

**TERRITORIALIZAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DOS
AGRONEGÓCIOS NAS MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS DE
TANGARÁ DA SERRA/MT E TRÊS LAGOAS/MS: DESDOBRAMENTOS
E DESAFIOS PARA AS CLASSES SUBALTERNAS**

TAYRONE ROGER ANTUNES DE ASEVEDO

**TRÊS LAGOAS/MS
2013**

TAYRONE ROGER ANTUNES DE ASEVEDO

**TERRITORIALIZAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DOS
AGRONEGÓCIOS NAS MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS DE
TANGARÁ DA SERRA/MT E TRÊS LAGOAS/MS: DESDOBRAMENTOS
E DESAFIOS PARA AS CLASSES SUBALTERNAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação –
Mestrado em Geografia/CPTL/UFMS – Área de Concentração
Análise Geoambiental e Produção do Território, como exigência
final para obtenção do Título de Mestre em Geografia, sob
orientação do(a) Prof.^a. Dr^a. Rosemeire Aparecida de Almeida.

**TRÊS LAGOAS/MS
2013**

TERMO DE APROVAÇÃO

A dissertação intitulada: TERRITORIALIZAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DOS AGRONEGÓCIOS NAS MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS DE TANGARÁ DA SERRA/MT E TRÊS LAGOAS/MS: DESDOBRAMENTOS E DESAFIOS PARA AS CLASSES SUBALTERNAS apresentada em 20 de Maio de 2013 por Tayrone Roger Antunes de Asevedo como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia à Banca Examinadora da UFMS, Três Lagoas/MS, foi considerada APROVADA.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Rosemeire Aparecida de Almeida
DCH/UFMS/Três Lagoas/MS
Orientadora

Prof.^a Dr.^a Marta Inez Medeiros Marques
FFLCH/USP/São Paulo/SP
Membro da banca

Prof. Dr. Sedeval Nardoque
DCH/UFMS/Três Lagoas/MS
Membro da banca

DEDICATÓRIA

Ao meu pai, que veio a falecer no início desse trabalho. Sei que sempre esteve comigo. Dedico muito mais do que essa dissertação, dedico minha própria vida. Lutei com todas as forças para continuar a caminhada, e consegui, pois como diria o poeta: “Passarinho cai de voar, mas bate suas asinhas no chão.”

Ao querido companheiro Renan Bressan, que infelizmente nos deixou. Guardo com carinho sua forma alegre de ser. Dividimos muito mais do que um quarto de república, partilhamos sonhos e realizações...

Aos trabalhadores e camponeses que lutam cotidianamente contra a força atroz do capital, porém não esmorecem...

AGRADECIMENTOS

No decurso de realização do curso de mestrado tive que romper algumas barreiras impostas e superar obstáculos, o acesso aos trabalhadores, pobres e afins, é historicamente obstado nesse espaço chamado de 'universidade', portanto, nem sempre ele abriga a diversidade social existente em nosso país. Durante certo período, não conseguia realizar as atividades exigidas, com muita dificuldade, fui me esforçando, a passos lentos, isto sim. Pensei em desistir, mas muitos me ampararam, me demonstraram que era possível, e necessário, que eu finalizasse este trabalho. Dessa forma, devo agradecer a muitas pessoas, entidades etc. que possibilitaram esse processo, dentre os quais destaco:

Os meus familiares, minha maninha Francielle, meu cunhado Francelino e minha sobrinha Yasmim. Em especial, devo agradecer a minha mãe, pois amparou-me nos momentos mais difíceis e dolorosos. Tenho a honra de ser seu filho, pois de ti tenho exemplo de vencedora na vida, principalmente por ser mulher e negra.

Os camponeses e trabalhadores, os quais são a base desse trabalho. Desde os feirantes, os sindicalistas, lideranças de movimentos sociais, entre outros. Os conhecimentos adquiridos com esses sujeitos sociais transpõem os conteúdos que analisamos nesse trabalho, são aprendizados que guardamos com carinho para a vida, uma vez que foram fundamentais para que eu compreendesse a riqueza da experiência humana ante as dificuldades e desafios.

Sou grato à Professora Rose por ter aceito o convite de orientar-me e enfrentar comigo os desafios imensos que foram surgindo ao longo do curso. Foram muitos puxões de orelha, isto sim, mas me ajudaram a levantar, olhar para frente e construir um caminho justo nesse ambiente de trabalho e vida.

Aos meus amigos, próximos e distantes, pelas conversas e pelo carinho com que me trataram nesses anos tão difíceis.

À Luana Tolentino, em especial, pelo apoio, confiança, amizade e acima de tudo seu exemplo de humanidade e engajamento político pela causa da mulher negra, pois me encoraja, me vivifica sempre.

Agradeço aos queridos Ivan e Cristovão pelos bons papos e ajuda nos momentos difíceis, foram muitos dias de diálogo, trocas de experiências. Creio que minha formação passa necessariamente pela presença de vocês. Obrigado!

O Cadu, amigo companheiro, e à sua mamãe Renilda Modesto, que foi também minha mãe em momentos decisivos.

O companheiro Guilherme por ter participado decisivamente deste trabalho, foram dias em campo, pedalando em terras três-lagoenses, pelas longas conversas na mesa do boteco do Tio Nelson, também conhecido como Ruy Moreira d'Oeste. Obrigado!

Em especial, agradeço à Andrea Martinez, (mamacha de los Andes) gracias por todo. Erica Dourado por ter realizado a correção do texto e apoiado minha luta. À Mariana Lemes, pelo carinho e as longas conversas, partilhando sempre aflições e sonhos.

Os companheiros do mestrado Natália Filardo, Willian (Umbigão), Greisse (Vó), Fábio, André Valverde, André Amorim, André Bersani e agregados, como a querida Juliana (Janja) presente nas agradáveis viagens para os eventos.

Agradeço, também, a Fernanda Souza, sua alegria ímpar que me proporciona tantos risos nas atribulações, Teresa Masuzaki (guerreira nipônica), Josimara (por seu humor ácido), Mariangela Richard (parceira distante, agradeço o carinho de sempre). Aos queridos do LETUR: Marcos Prudêncio, Adriano e Isadora. Aos amigos de outrora e sempre Flávio Sossoloti, Leandro Silveira, Geovaine, e as recém chegadas Jessica Ernandes (cabeçudinha d'Oeste), Lorena Cerqueira (baianíssima querida), Isla Kalliane (por me apoiar tanto na reta final) e Juliana Ferreira (Jujoka).

A todo(a)s o(a)s amigo(a)s sou grato pelo companheirismo, amizade e forças que me deram para continuar em frente...

Aos membros do Grupo de Estudos Terra-Território (GETT) pelos debates e companhia nos trabalhos de campo, em especial agradeço ao Vitor, ao José Antônio, à Karen, à Ju Queiroz e ao Mie, que me acompanhou nos árduos trabalhos de campo em Mato Grosso, agradeço por partilhar de seus conhecimentos e experiências de vida e luta.

Ao professor Vitor Wagner Neto de Oliveira pela leitura e participação enriquecedora no exame de qualificação.

Ao professor Sedeval Nardoque por ter aceito o convite para participar de minha banca de defesa e contribuir para a construção equitativa deste trabalho.

Agradeço a professora Marta Inez Medeiros Marques pelos apontamentos importantíssimos na banca de qualificação e defesa. Suas contribuições foram significativas para minha trajetória de pesquisa em Geografia.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFMS. Agradeço a todos, cada um, a sua maneira, contribuiu para minha trajetória enquanto profissional e ser humano. Obrigado.

Aos funcionários da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Três Lagoas, destaco secretário(a)s, motoristas, funcionários da limpeza, técnicos administrativos etc. que foram importantes e participaram do processo de construção deste trabalho.

À Coordenação de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela apoio institucional e financeiro concedido, o que de certa forma, foi imprescindível para a plena realização desta pesquisa.

Agradeço a todos que de uma forma ou outra contribuíram para a realização deste trabalho. Trago algumas lições, a lembrança é confortável e o afeto fará sempre presente...

EPÍGRAFE

“A natureza da gente não cabe em nenhuma certeza. O real não está na saída nem na chegada, ele se dispõe para a gente é no meio da travessia.”

Guimarães Rosa

“A indignação é um começo. Uma maneira de se levantar e de entrar em ação. É preciso indignar-se, insurgir-se e só depois ver no que dá. É preciso indignar-se apaixonadamente, antes mesmo de descobrir as razões dessa paixão.”

Daniel Bensaïd

RESUMO

As geografias contemporâneas evidenciam reestruturações profundas que integram, articulam e reproduzem espaços e territórios conflituosamente. Eis que se apresentam, nesta conjuntura, os Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, frações que sofrem intensas transformações, fruto da expansão de monoculturas de eucalipto e cana-de-açúcar, consequentemente de complexos territoriais significativos, o que faz emergir diferentes tramas e disputas. Neste trabalho, avaliamos a contextura das microrregiões de Tangará da Serra/MT e Três Lagoas/MS, como exemplo e/ou condição empírica para pensar outras escalas de análise, como a regional (estadual). Na microrregião de Tangará da Serra/MT, ocorre o processo de expansão do agronegócio canavieiro, as empresas Itamarati (situada no município de Nova Olímpia/MT) e Barralcool (localizada no município de Barra do Bugres/MT) expandem os plantios de cana-de-açúcar na região, o que suscita conflitos com as demais territorialidades, como os projetos de Reforma Agrária assim como as comunidades tradicionais – indígenas e quilombolas. Estudamos esse processo, e sua conflitualidade inerente, por meio de entrevistas com os trabalhadores e podemos vislumbrar a reestruturação produtiva toyotista adentrando esses espaços e territórios de maneira acelerada. Analisamos, também, as transformações sucedidas na microrregião de Três Lagoas/MS, a partir da segunda metade da década de 2000, quando despontou um processo de mudança econômica e *produtiva*, ou seja, a passagem do modelo historicamente atado à pecuária bovina que, contemporaneamente, ascende para o agronegócio do eucalipto. Presentemente, duas empresas encabeçam o processo, a Fibria, resultante da fusão de ativos entre Aracruz Celulose e Papel e Votorantim Celulose e Papel em 2009, e a Eldorado Brasil Celulose e Papel, empresa que nasceu de um conglomerado de agentes imperados pelo J&F Holding, a MJ Empreendimentos e o Fundo de Investimentos e Participações - FIP Florestal. Nesse processo, ocorrem migrações campo-cidade e precarização das relações de trabalho, são os receituários da acumulação flexível em ação. Surgem intensos conflitos entre capital e trabalho, que consistem em greves que colocam em xeque o discurso do “desenvolvimento” promulgado. São prélios por apoios do Estado, por terras, pelas águas, entre outros. Contexturas que apresentam desdobramentos e desafios sociais diversificados. Por conseguinte, realizamos uma análise sobre a questão agrária e as transformações territoriais nessas microrregiões, avaliando, com especificidade, a reprodução territorial do agronegócio, a importância e papel do Estado, as relações de trabalho e o campesinato, este último por intermédio da análise dos projetos de Reforma Agrária existentes. Avaliamos que, na contextura estudada, agricultura capitalista e agricultura familiar-camponesa representam projetos sociais diferenciados e, mais, aprofundam-se suas complexidades e conflitualidades, postulando questões de ordem estrutural e conjuntural, as quais foram elucidadas e podem ser compreendidas nesse trabalho.

Palavras-chave: território; agronegócio; campesinato; relações de trabalho; microrregião de Tangará da Serra/MT; microrregião de Três Lagoas/MS.

RESÚMEN

Las geografías contemporáneas evidencian restauraciones profundas que integran, articulan y reproducen espacios y territorios conflictivamente. Así, se presentan, en este conjunto, los estados de Mato Grosso y Mato Grosso do Sul, fracciones que sufren intensas transformaciones, fruto de la expansión de mono culturas de eucalipto e caña de azúcar, consecuentemente de complejos territoriales significativos lo que hace que surjan diferentes problemas y peleas. Con este trabajo, evaluamos la contextura de las microrregiones de Tangará da Serra/MT y Três Lagoas/MS, como ejemplo y/o condición empírica para pensar otras escalas de análisis, como la regional (estadual). En la Micro región de Tangará da Serra/MT, ocurre un proceso de expansión del agro negocio de cañavereo, las empresas Itamarati (situada en el municipio de Nova Olímpia/MT) y Barracool (ubicada en el municipio de Barra do Burques/MT) aumentaron las plantaciones de la caña de azúcar en la región, lo que crea conflictos con las otras autoridades, como los proyectos de la Reforma Agraria y las poblaciones tradicionales: indígenas y quilombolas. Estudiamos este proceso, y sus conflictos inherentes, por medio de entrevistas con los trabajadores, en la cual podemos deslumbrar la reestructuración productiva toyotista profundizando en esos espacios y territorios de manera acelerada. Analizamos, también, las transformaciones ocurridas en la micro región de Três Lagoas/MS, a partir de la segunda parte de la década del 2000, cuando ocurre un proceso de cambio económico y productivo, en otras palabras, el pasar de un modelo históricamente adaptado a la agropecuario bovina que al mismo tiempo asciende al agro negocio del eucalipto. Actualmente, dos empresas encabezan el proceso, la Fibria, lo que resto de una fusión de activos entre Aracruz Celulosa y Papel y Votorantim Celulosa Papel en 2009, y la Eldorado Brasil Celulosa y Papel, empresa que nace de un conglomerado de agentes imperados por J&F Holding y MJ Empreendimentos con el Fundo de Inversiones e Investigaciones: FIP Forestal. En este proceso, se dan migraciones campo-ciudad y precarias relaciones de trabajo, son huelgas que colocan en juego el discurso de “desarrollo” promulgado. Ocurren luchas por los apoyos del Estado, por las tierras, por el agua, entre otras cosas. Contexturas que presentan desafíos sociales diversificados. Consecuentemente, realizamos un análisis sobre la cuestión agraria y las transformaciones territoriales en estas micro regiones, evaluando, específicamente, la reproducción territorial del agro negocio, la importancia y papel del Estado, las relaciones de trabajo y lo campesinado, este último por medio de un análisis de los proyectos de la Reforma Agraria existentes. Evaluamos que en el contexto situado, la Agricultura Capitalista y la Agricultura Campesina representan proyectos sociales distintos, presentando cuestiones de orden estructural y coyuntural, las cuales fueron eludidas e por ende puede ser entendida en ese trabajo.

Palabras clave: território; agro negocio; campesinado; relaciones de trabajo; micro región de Tangará da Serra/MT; micro región de Três Lagoas/MS.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Mapa das rotas das monções e das bandeiras seiscentistas	27
Figura 02: localização das microrregiões de Tangará da Serra/MT e Três Lagoas/MS	47
Figura 03: pecuária bovina, agronegócio canavieiro e plantios de teca na microrregião de Tangará da Serra/MT	54
Figura 04: complexo eucalipto/celulose/papel da Fibria no município de Três Lagoas/MS	60
Figura 05: o complexo Eldorado no município de Três Lagoas/MS.	62
Figura 06: Mato Grosso – Unidades de Relevo	71
Figura 07: Estado de Mato Grosso – Solos	72
Figura 08: Solos de Mato Grosso do Sul	73
Figura 09: plantios de eucalipto em Brasilândia/MS.	75
Figura 10: comparação da produtividade florestal de coníferas e de folhosas no Brasil em países selecionados	76
Figura 11: foto aérea da unidade industrial da Fibria de Três Lagoas tendo ao fundo o Rio Paraná	77
Figura 12: vagão de um trem da empresa América Latina Logística (ALL) que transporta a celulose produzida pela Fibria	78
Figura 13: bacias e sub-bacias hidrográficas em Mato Grosso do Sul	79
Figura 14: planta fabril da empresa Eldorado Brasil (ao fundo, o Rio Paraná)	80
Figura 15: Zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar no Estado do Mato Grosso	83
Figura 16: principais doadores da campanha de Sinval Barbosa	84
Figura 17: placa indicando uma fazenda do grupo Maggi no Mato Grosso	85
Figura 18: placa indicando a localização das PCHs no município de Tangará da Serra/MT	87
Figura 19: agronegócio e representação política em Mato Grosso	88
Figura 20: Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em ato oficial de inauguração da Fibria	93
Figura 21: o Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, André Puccinelli, cumprimenta um dos idealizadores do projeto Eldorado, Mario Celso Lopes	95
Figura 22: solenidade de inauguração da Eldorado Brasil	96
Figura 23: a Prefeita do município de Três Lagoas, Márcia Moura, realiza uma fala na abertura do evento “Três Lagoas Florestal”	98
Figura 24: Localização da região para a implantação do PEF/MS	100
Figura 25: vagão de trem da empresa América Latina Logística (ALL)	102
Figura 26: Famílias em ocupações e famílias assentadas – 1988-2006	119
Figura 27: resfriadores em funcionamento no assentamento Pontal do Faia	124
Figura 28: plantios de eucalipto ao lado de uma estrada do assentamento Pontal do Faia	126
Figura 29: morador local e plantios de eucalipto próximos da comunidade rural de Garcias	130
Figura 30: gado bovino em meio aos plantios de eucalipto na Comunidade de Garcias	131
Figura 31: 26 de Agosto de 1910, momento em que os trilhos da NOB alcançaram as barrancas do Rio Paraná do lado paulista	132
Figura 32: cemitério na comunidade rural de Garcias	134
Figura 33: cemitério da comunidade rural de Garcias e plantios de eucalipto ao fundo	134
Figura 34: horto 01 da empresa Florestal Brasil na fazenda Serrinha	135
Figura 35: plantios de eucalipto ao redor de uma igreja antiga da comunidade rural de Garcias	136
Figura 36: reunião com membros e representantes do Programa ReDes	140
Figura 37: área onde será construído um viveiro de mudas silvestres que faz parte do programa ReDes no assentamento Vinte de Março	141

Figura 38: placa com informações dos projetos da Fibria no assentamento Vinte de Março	143
Figura 39: horta do projeto PIMA	144
Figura 40: horta vinculada ao projeto da Fibria no assentamento Vinte de Março	146
Figura 41: parte do material doado pela empresa Fibria para realização da reforma da antiga sede no assentamento Vinte de Março	147
Figura 42: Mato Grosso – Geografia das ocupações de terra e dos assentamentos rurais – 1979-2011	151
Figura 43: sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Tangará da Serra/MT	153
Figura 44: placa de inauguração do STR de Tangará da Serra/MT	154
Figura 45: uma das entradas para o Assentamento Antônio Conselheiro	155
Figura 46: estação de captação e tratamento de água no Assentamento Antônio Conselheiro	156
Figura 47: trecho de uma estrada que corta o assentamento Antônio Conselheiro	158
Figura 48: derivado de leite comercializado nas feiras do município de Tangará da Serra/MT	160
Figura 49: feira livre no município de Tangará da Serra/MT	161
Figura 50: produtos medicinais naturais comercializados na feira e pequena tenda onde são comercializados produtos de um casal de camponeses	161
Figura 51: cartaz demonstrando o programa Mais Leite de Tangará da Serra/MT	163
Figura 52: plantio de cana-de-açúcar próximo da área urbana do município de Barra do Bugres/MT	170
Figura 53: sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Nova Olímpia/MT	171
Figura 54: área industrial da empresa Itamarati	187
Figura 55: galpão para armazenamento de açúcar produzido pela empresa Barralcool	188
Figura 56: compartimentos para armazenamento de biodiesel da empresa Barralcool	189
Figura 57: reunião dos membros do sindicato com os trabalhadores na empresa Itamarati	205
Figura 58: reunião com os trabalhadores da empresa Itamarati na sede do sindicato	206
Figura 59: canaviais próximos da planta fabril da empresa Itamarati	208
Figura 60: sede do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fabricação do Alcool de Mato Grosso (SINTIALCOOL/MT)	213
Figura 61: fazenda com plantios de Teca	214
Figura 62: corte manual da cana-de-açúcar no município de Barra do Bugres/MT	217
Figura 63: alojamento de trabalhadores da empresa Barralcool	218
Figura 64: placa demonstrando as normas e procedimentos para o alojamento de trabalhadores da empresa Barralcool	219
Figura 65: construção/montagem da planta fabril da Eldorado Brasil	221
Figura 66: eucalipto após colheita	222
Figura 67: trabalhadores da construção/montagem da Eldorado Brasil em manifestação/greve	228
Figura 68: alojamento de trabalhadores da Eldorado	229
Figura 69: alojamento “fazendinha I” na cidade de Três Lagoas/MS	230
Figura 70: alojamento “fazendinha” incendiado em dezembro de 2011	231

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Estrutura Fundiária da microrregião de Tangará da Serra/MT	55
Tabela 02: Utilização das terras na microrregião de Tangará da Serra/MT	56
Tabela 03: Estrutura Fundiária da microrregião de Três Lagoas/MS	64

Tabela 04: Utilização das terras na microrregião de Três Lagoas/MS	65
Tabela 05: Projetos de assentamento implantados na microrregião de Tangará da Serra/MT	120
Tabela 06: Projetos de assentamento implantados na microrregião de Três Lagoas/MS	121
Tabela 07: Pessoal Ocupado na Microrregião de Tangará da Serra/MT	198
Tabela 08: Pessoal Ocupado na Microrregião de Três Lagoas/MS	199

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRAF - Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas
AEMS - Associação de Ensino e Cultura de Mato Grosso do Sul
ACRESMAT - Associação dos Criadores de Suínos de Mato Grosso
ACRIMAT - Associação dos Criadores de Mato Grosso
AMPA - Associação Mato-grossense dos Produtores de Algodão
ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária
APROSOJA - Associação dos Produtores de Soja de Mato Grosso
BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CANASAT - Mapeamento da cana via imagens de satélite de observação da Terra
CAND - Colônia Agrícola Nacional de Dourados
CAPES - Coordenação de Pessoal de Nível Superior
CCQ - Círculos de Controle de Qualidade
CEF - Caixa Econômica Federal
CENAL - Comissão Executiva Nacional do Alcool
CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento
CNAL - Conselho Nacional do Alcool
CPT - Comissão Pastoral da Terra
DRT - Delegacia Regional do Trabalho
EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMPAER - Empresa Mato-Grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural
EPI - Equipamento de Proteção Individual
ESALQ - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz
FAMATO - Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso
FCO - Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste
FEA/MS - Federação Estadual de Apicultura e Meliponicultura de Mato Grosso do Sul
FETAGRI/MT - Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Mato Grosso
FUNASA - Fundação Nacional de Saúde
FUNCEF - Fundo de Pensão dos Funcionários da Caixa Econômica Federal
IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
ISO - Organização Internacional para Padronização
IP - International Paper
IIP - Instituto International Paper
IMASUL - Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
ISS - Imposto sobre Serviços
MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MIN - Ministério de Integração Nacional
MME - Ministério de Minas e Energia
MPT - Ministério Público do Trabalho
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
MTA - Movimento dos Trabalhadores Assentados e Acampados de Mato Grosso
MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores
MPF - Ministério Público Federal
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
PCCS - Plano de Cargos, Carreiras e Salários
PCH - Pequena Central Hidroelétrica
PDRCO - Plano de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste
PDRT - Programa de Desenvolvimento Rural Territorial
PETROS - Fundo de Pensão dos Funcionários da Petrobrás
PIMA - Produção Integrada Madeira e Alimento
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
POLOCENTRO - Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
POLONOROESTE - Programa de Desenvolvimento Integrado do Noroeste do Brasil
PPE - Plano de Produção Econômica
PPR - Programa de Participação e Resultados
PR – Partido da República
PROMAT - Programa de Desenvolvimento de Mato Grosso
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROALCOOL - Programa Nacional do Alcool
PROSUL - Programa Especial de Desenvolvimento de Mato Grosso do Sul
PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira
PT - Partido dos Trabalhadores
REIDI - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura
SEAPA - Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento
SECEX - Secretaria de Comércio Exterior
SEMAC/MS - Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul
SEMEC - Secretaria Municipal de Educação e Cultura
SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SEPROTUR - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo
SGQ - Sistema de Gestão de Qualidade
SGSA - Sistema de Gestão de Segurança de Alimentos
SIM - Serviço de Inspeção Municipal
SINTIESPAVE - Sindicato dos Trabalhadores da Construção Pesada
SINTRICON - Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil
SITA - Sociedade Imobiliária Tupã para Agricultura
SOMEKO - Sociedade de Melhoramentos e Colonização
SR – Sindicato Rural
STRs - Sindicatos de Trabalhadores Rurais
SUDECO - Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste
TQC - Total Quality Control
UFV - Universidade Federal de Viçosa
UNB - Universidade de Brasília
UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso
UHE – Usina Hidroelétrica
USP - Universidade de São Paulo
ZEE/MS - Zoneamento Ecológico-Econômico de Mato Grosso do Sul
ZSEE/MT - Zoneamento Socioeconômico e Ecológico do Estado de Mato Grosso

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO I – FORMAÇÃO TERRITORIAL, ESTADO E AGRICULTURA: APONTAMENTOS HISTÓRICO-GEOGRÁFICOS	24
1.1 – Formação histórico-geográfica de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul: Estado, território e a reformulação capitalista do rural	25
1.2 – O Estado moderno na formação territorial de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul: regulação social e desenvolvimentismo capitalista	31
1.3 – Ascendência de agronegócios e (trans)formações territoriais na microrregião de Tangará da Serra/MT	48
1.4 – “No olho do furacão, na ilha da fantasia...”: A constituição do complexo eucalipto-celulose-papel na microrregião de Três Lagoas/MS	58
CAPÍTULO II – TERRITÓRIO E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA: AS NOVAS FRENTES DE EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO EM MATO GROSSO E MATO GROSSO DO SUL	68
2.1 – Condicionantes e características da reestruturação geográfico-produtiva e econômico-organizacional dos agronegócios	69
2.2 – O agronegócio na era da fluidez: território e articulações escalares	106
CAPÍTULO III – NUANCES E VICISSITUDES DA RECRIAÇÃO CAMPONESA NOS TERRITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO	113
3.1 – Questão agrária e campesinato no capitalismo – à guisa de introdução	114
3.2 – Renda da Terra e Território: sobre dois modelos díspares de agricultura	115
3.3 – Os (des)caminhos de sua (des)construção nas microrregiões de Tangará da Serra/MT e Três Lagoas/MT	118
CAPÍTULO IV – AGRICULTURA E RELAÇÕES DE TRABALHO: AS GRAFIAS DO ANTAGONISMO CAPITAL VERSUS TRABALHO NOS AGRONEGÓCIOS	176
4.1 – Processualidade e reestruturação do trabalho na tessitura geográfica no capitalismo	177
4.2 – Trabalho e acumulação flexível: acerca da reestruturação produtiva nos agronegócios	183
4.3 – As tramas (e os dramas...) do antagonismo Capital versus Trabalho nas microrregiões de Tangará da Serra/MT e Três Lagoas/MS	197
CONSIDERAÇÕES FINAIS	236
REFERÊNCIAS	239

INTRODUÇÃO

Este estudo¹ objetiva compreender o processo de territorialização e reestruturação produtiva dos agronegócios nos Estados de Mato Grosso (microrregião de Tangará da Serra) e Mato Grosso do Sul (microrregião de Três Lagoas) e os desdobramentos para a recriação camponesa, assim como para as relações de trabalho.

Buscamos assimilar as manifestações trans/multiescalares assumidas pelo modo de produção capitalista contemporaneamente, para constituir o exame das contradições despertadas nos territórios e as articulações destes com o mundo, o que é tarefa fundamental à formulação de uma compreensão desta singular geografia que se promulga.

Para além de uma descrição factual e empirista, optamos por identificar as contradições essenciais comandadas pela racionalidade instrumental capitalista que assume formas no real, materializando relações de poder que apresentam diferentes articulações e conflitos, manifestos, entre outros, nas relações de trabalho, na apropriação social contraditória da terra/natureza, condicionando ambos ao projeto unifuncional de (re)produção de capital, perpetuando continuamente a lógica da exploração e precarização da existência humana em suas facetas mais simples e imediatas.

Apresentamos a territorialização do capital, aprendendo seus antagonismos fundantes por intermédio de teorias e conceitos, embasados, necessariamente, pela prática de pesquisa participante, isto é, envolvendo-se teórico-politicamente com as nuances e vicissitudes das classes subalternas no contexto. Não tratamos de acometimentos sociais inexoráveis, mas, sim, de formas de reprodução/acumulação do capital travadas em lutas, conflitos e confrontos, visto que se recriam contraditório e combinadamente, territórios de vida, de modos de Ser e Existir diferenciados, *espaços de esperança, contra-territorialidades*.

Trata-se de universo contraditório em que embates realizam-se: a relação antagônica entre capital *versus* trabalho, a terra de reinvenção da vida em contraponto

¹ Faz parte do projeto “Questão Agrária e Transformações Socioterritoriais nas microrregiões do Alto Pantanal e Tangará da Serra/MT na última década censitária”, inserido na Rede de Estudos Sociais, Ambientais e de Tecnologias para o Sistema Produtivo na Região Sudoeste mato-grossense (REDE ASA), financiado por MCT/CNPq/FNDCT/FAPs/MEC/CAPEs (Edital 31/2010 PRO-CENTRO-OESTE).

a terra de reprodução do negócio. Uma estrutura e contextura dialéticas, na medida em que a existência dos contrários e sua tênue articulação desdobram-se, no tempo e no espaço, mostrando-se complexa e intrigante.

Abordamos processos sociais gerais, todavia histórias de vida, indivíduos de trajetórias diferentes e rumos incertos são abarcados. Histórias e experiências locais, que alçam projetos de maior envergadura, rumo à construção da transição social verdadeiramente democrática, respeitando, assim, a diferença e autonomia de racionalidades e culturas. Queremos tratar de sociedades plurais, a ciência que buscamos desenvolver parte do povo e lhe retorna, uma vez que temos consciência do lugar que ocupamos no processo.

Cremos que a realização da crítica social pressupõe o conhecimento de nossa condição de sujeito e classe social, concebendo, então, o ato de pesquisa enquanto relação social, pois entendemos que:

[...] as teorias sociais que meramente racionalizam as condições existentes e, com isso, servem para promover o comportamento repetitivo, a reprodução contínua das práticas sociais aceitas, não se enquadram na definição da teoria crítica. Podem não ser menos precisas no tocante àquilo que descrevem, mas sua racionalidade (ou irracionalidade, a rigor) tende a ser mecânica, normativa, científica ou instrumental, em vez de crítica. Foi justamente o valor crítico e potencialmente emancipatório da imaginação histórica, de pessoas “que fazem a história”, em vez de presumi-la como certa, que a tornou tão compulsivamente atraente. A constante reafirmação de que o mundo pode ser modificado pela ação humana, pela práxis, sempre foi o eixo central da teoria social crítica, sejam quais forem sua fonte e sua ênfase particularizadas (SOJA, 1993, p. 22).

Este trabalho compõe-se de duas partes argumentativas que se inter-relacionam. Primeiramente, abordamos o processo de formação e consolidação territorial dos agronegócios. Em seguida, trazemos os conflitos daí decorrentes, os embates entre as classes sociais, as contradições apresentadas às classes subalternas, isto é, avaliamos os impactos na recriação camponesa, assim como a exploração/precarização do trabalhador.

Valemo-nos de recursos metodológicos variados como pesquisa, sistematização e análise bibliográfica sobre as temáticas aqui arroladas, além dos trabalhos de campo realizados em ambas as microrregiões, em que podemos coletar informações importantíssimas para o desenvolvimento da pesquisa. Vale enfatizar as entrevistas com sujeitos sociais variados (lideranças sindicais, representantes público,

assentados dos projetos de Reforma Agrária etc.), por conseguinte, análise das fontes orais angariadas, posto que essa metodologia nos remete à leituras e avaliações múltiplas das questões teórico-conceituais, relacionando esse arcabouço às falas obtidas.

Alguns temas e conceitos nortearam essa pesquisa, nos capítulos buscamos tratá-los de modo a compreender as formações sociais capitalistas analisadas. Trabalhamos a formação e funcionamento do Estado via políticas públicas, o antagonismo capital *versus* trabalho, a territorialização do capital, a questão da propriedade desigual da terra, bem como as lutas por apropriação da renda da terra pelos camponeses na relação contraditória com o capitalismo. São categorias importantes para compreender as geografias contraditórias da agricultura, manifestas por arranjos espaciais diferenciados no âmbito das classes sociais. Pretendemos abarcar, por meio dos fenômenos abordados, os relacionamentos existentes e algumas conflitualidades sociais emanantes.

Embora apresentem dinamismos nas formas de utilização das terras, ambas as microrregiões pesquisadas notabilizam-se por não apresentar dados expressivos em produtos que poderiam contribuir com a temática da Soberania Alimentar, haja vista que há pouquíssimas frações de área destinadas às culturas voltadas à alimentação. E os projetos de Reforma Agrária que poderiam mudar essa realidade, encontram-se isolados e, em grande parte, desassistidos de política agrícola emanada do Estado.

Na contramão dessa perspectiva camponesa de uso da terra, notamos elevação de culturas típicas do agronegócio, *commodities*, caso específico das monoculturas de soja, cana-de-açúcar e eucalipto, além da pecuária que nessas microrregiões caracteriza-se por ser extensiva, ocupando extensas áreas de terra.

As microrregiões de Tangará da Serra/MT e Três Lagoas/MS possuem especificidades municipais que são importantes. Por um lado, temos o avanço de agronegócios, todavia existem projetos de assentamentos rurais significativos que contribuem para melhores condições sociais nas regiões – tanto rurais como urbanas – apesar dos problemas que enfrentam, conforme demonstraremos.

No primeiro capítulo, trataremos a formação territorial dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, o processo de formação histórico-geográfica com o avanço do modo capitalista de produção sobre outras formas de existência social, caso das populações indígenas nessa porção do Oeste brasileiro. Culturas que

foram/são violentadas durante ciclos capitalistas específicos, capitaneadas por populações endógenas (não-índios), em que impera a sina acumulativista-antropo(euro)cêntrica, dessa forma, foram conformando territórios onde há exclusão da diversidade sociocultural. Analisaremos também, as transformações advindas com a chamada “Revolução Verde”, aclarando as ações do Estado desenvolvimentista (militar-ditatorial) no contexto, uma vez que pensamos ser importante tal feito.

Propomos pensar o Estado e suas ações/atuações no contexto das unidades federativas e microrregiões em análise. Ponderamos sua manifestação nas sociedades contemporâneas, como instituição econômica-política basilar do/para modo de produção capitalista. Ele surge com o imperativo de regulação das relações sociais, um construto de controle e gerência social legitimado por hegemonias. Demonstramos as formas de atuação, sua participação pujante na territorialização dos agronegócios, tanto do ponto de vista histórico, isto é, na formação territorial das áreas de pesquisa, como na reestruturação contemporânea do agronegócio, possuindo, assim, função importantíssima nas relações capitalistas.

Concluindo esse capítulo, faremos a análise sobre a formação territorial das microrregiões de Tangará da Serra/MT e Três Lagoas/MS, relacionando-as aos acontecimentos que se dão tanto em nível regional-nacional como internacional. O objetivo desse recorrido é estabelecer as articulações escalares e o processo histórico-geográfico que culminou com o estabelecimento dos agronegócios, em especial o complexo eucalipto-celulose-papel na microrregião de Três Lagoas/MS e o agronegócio canavieiro na microrregião de Tangará da Serra/MT.

No segundo capítulo, demonstramos o processo de reestruturação geográfica-produtiva e econômica organizacional dos agronegócios. Durante anos, os agronegócios foram estruturando-se no Brasil, apresentando características econômicas e regionais específicas. No entanto, nas últimas duas décadas ocorreu determinada reorganização nesse âmbito capitalista. Nesse contexto, novas áreas surgem, os negócios expandem-se por diversos territórios, sendo que essas mudanças foram arquitetadas durante decênios no decorrer desenvolvimento territorial capitalista.

Os Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul estão articulados a essa contextura, visto que os agronegócios que analisamos neste trabalho foram sendo organizados desde a década de 1970. A formação histórica e geográfica dessas

unidades federativas proporciona a implementação desses negócios, haja vista o poder descomunal dos grandes proprietários de terra que, historicamente, tomaram diversos territórios conformando a espacialidade capitalista necessária ao agronegócio contemporâneo.

Analizamos os condicionantes da reestruturação geográfico-produtiva e econômico-organizacional que, de certa forma, implicaram diretamente na nova organização espacial dos agronegócios, tendo os Estados de Mato Grosso (microrregião de Tangará da Serra/MT) e Mato Grosso do Sul (microrregião de Três Lagoas/MS) como espaços relevantes no contexto nacional, tais como: 1) as favoráveis condições pedogeomorfológicas, edafoclimáticas e econômico-estratégicas; 2) a maior disponibilidade hídrica à atividade; 3) apoios e iniciativas do Estado; 4) Legislação ambiental branda ou flexibilizada, que não incide diretamente nos rendimentos; 5) o redimensionamento do poder intra e intercapital sob a forma de intensificação do controle territorial nacional e transnacional por parte dos grandes grupos; 6) redefinições para o mundo do trabalho e, em alguns casos; 7) a ausência de enfrentamentos sociais representativos.

Finalizando o capítulo, trazemos uma discussão teórica buscando interpretar esses acontecimentos. O processo de territorialização não é visto apenas como acontecimento local e restrito, porém é pensado a partir do próprio movimento da globalização que articula esses espaços desigual e combinadamente, integrando-os a mercados, usufruindo de uma gama considerável de condicionantes para elevadas rentabilidades.

No terceiro capítulo, abordaremos os desdobramentos da expansão dos agronegócios para o campesinato, representado pelos projetos de assentamentos rurais criados por intermédio de política de Reforma Agrária, assim como as comunidades tradicionais. Entendemos que no processo de territorialização do capital conflitualidades são apresentadas, não se trata de movimento inexorável, embora altere as relações sociais presentes, mas sim de processualidade dialética e contraditória de recriação do real-concreto. Abordaremos alguns autores representativos, contextos sociais específicos em que foram elaboradas as interpretações teórico-conceituais sobre o universo da agricultura.

Primeiramente, apresentamos breve demonstração dos pressupostos teórico-conceituais e políticos sobre o desenvolvimento do modo de produção capitalista e os

camponeses nesse processo. Em seguida, tratamos das distinções, necessárias e fundamentais, entre agricultura capitalista e agricultura familiar-camponesa. Serão realizadas avaliando conceitos como renda da terra e território, mirando a exposição geográfica das relações sociais diferenciadas que se dão no universo da agricultura.

Por fim, traremos os contextos sociais específicos que pesquisamos, ou seja, as microrregiões de Tangará da Serra/MT e Três Lagoas/MS, e como se dá a recriação camponesa nesses territórios de domínio dos agronegócios. Demonstramos quais são as formas de posse e uso da terra e a contextura social da agricultura familiar camponesa nessas áreas, assim, pensando alternativas de reprodução social. Para isso, serão apresentadas as tramas, conflitos e contradições sociais, que dialeticamente (re)constroem-se em territórios de esperança e de (re)invenção da vida por intermédio da terra.

No capítulo quatro, abordaremos o antagonismo capital *versus* trabalho, uma vez que consideramos essa temática importantíssima para compreender a territorialização dos agronegócios, pois é pressuposto basal de entendimento do funcionamento do modo de produção capitalista. Inicialmente, realizamos a exposição teórico-conceitual da categoria do trabalho, compreendendo-o como cerne da organização e relação sociais. A análise teórica objetivou o entendimento das relações de trabalho no contexto atual, isto é, com o processo de reestruturação produtiva reformulando os agronegócios nas microrregiões de maneira a elevar a lucratividade, demonstrando características variadas que geram inúmeros conflitos.

Daremos realce aos trabalhos de campo, principalmente a realização de entrevistas com trabalhadores, representantes de sindicatos, entre outros. Dessa maneira, apreendendo as relações de trabalho por dentro, relacionando essa metodologia com os dados oficiais e informações vinculadas à agências de notícia e demais pesquisas realizadas sobre a temática.

Quando realizamos os trabalhos de campo nas microrregiões, nossos pressupostos teórico-conceituais foram enriquecidos, haja vista os contatos e relações que mantemos com sujeitos sociais que vivem diretamente os processos de reestruturação produtiva e precarização. Podemos compreender o processo de realização do capital observando a própria vida dos entrevistados. O cotidiano de trabalho, as relações sociais que realizam nos lugares onde vivem. Tramas por vezes

conflituosas, muitos trabalhadores são migrantes, vivenciam territórios diferentes, às vezes, hostis, mas buscam reproduzir a vida enfrentando as atribulações.

Esses trabalhadores, frequentemente, demonstram-se revoltados com as condições em vivem. A precarização do trabalho, os desrespeitos aos seus direitos suscitaram greves e manifestações nas microrregiões. Acompanhamos esses processos, verificamos quais eram suas demandas, quais os principais conflitos que surgiam, sempre relacionando as unidades federativas, microrregiões e municípios pesquisados, já que consideramos importante para o universo da pesquisa geográfica crítica observar distinções e similitudes.

Os capítulos possuem suas especificidades, todavia se complementam. Cada temática aponta linhas específicas de análise, contudo nosso foco são os processos gerais determinantes, vislumbrando nestes a compreensão da contextura da questão agrária nas microrregiões, quiçá das unidades federativas.

CAPÍTULO I

**FORMAÇÃO TERRITORIAL, ESTADO E AGRICULTURA:
APONTAMENTOS HISTÓRICO-GEOGRÁFICOS**

1.1. – Formação histórico-geográfica de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul: Estado, território e a reformulação capitalista do rural

Ao principiarmos a discorrer sobre a formação histórico-geográfica de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, certa preocupação, tênue, chamou-nos a atenção e, por conta disso, acabou por reorientar-nos no desenvolver deste capítulo, qual seja: como formular e demonstrar diferentes processos, constituidores da realidade contemporânea sem cair numa narrativa essencialmente histórica e alijada de formulação crítica sobre o espaço e territórios ao qual nos pomos a compreender?

Certamente que nas poucas palavras aqui expostas, muito “gerais” por assim dizer, podemos vislumbrar outras formas de apreensão, mas não abranger todos os acontecimentos, fenômenos e relações que se estabeleceram em diferentes contextos. Postulamos, desde já, que não é de nosso feitio apresentar todas essas características como têmporo-espacialmente cumulativas, sequenciais e homogêneas. Nosso intuito é trazer ao debate as geografias conformadoras da realidade contemporânea, principalmente no que diz respeito à expansão territorial dos agronegócios em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Entendemos que as características gerais que levaram ao “povoamento” dessa porção do Oeste brasileiro e os processos que culminaram com a constituição dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul são complexos, erigidos numa sucessão coexistencial de sujeitos sociais diferenciados, reconstruindo o espaço e tornando-o peculiarmente antagônico e conflituoso, já que demarcado pelo (des)encontro de povos distintos nos valores e comportamentos.

Anteriormente à chegada de europeus, esses espaços eram de domínio de diferentes povos indígenas². Na porção Leste, por exemplo, viviam os povos A'uwe Xavante e Kaiabi, já ao Norte do atual Estado de Mato Grosso, são dezenas de povos que poderiam ser agrupados nos grupos linguísticos Caribe, Aruaque, Tupi e Macro-jê. Na porção Sul, por exemplo, em Valverde (1972) é demonstrado que povos pertencentes ao grupo linguístico Guaraní percorriam-no, compondo mesmo a presença humana mais marcante por essas paragens. Possuíam características específicas e incursionavam desde os Andes até Cuzco/Peru, passando até mesmo

² Muitos desses povos apresentavam como característica cultural certa mobilidade entre diferentes espaços, como demonstraram Colman et al. (2010) ao analisar os Guaraní (Kaiowá e Nandeva).

pelo Norte do atual estado de Mato Grosso ou próximo às bacias dos Rios Pardo e Taquari³, perambulavam nas divisas das bacias dos Rios Paraguai e Paraná⁴.

Sociedades baseadas na relação econômica diversificada entre o Ser (individual-coletivo) e o Estar (geográfico-cultural) então se reproduziam. Diferenciando-se da sociedade de classes que cruza o Atlântico e expande seus horizontes (às vezes os encurta) e territórios. Fazendo com que os modos de vida preexistentes sejam reduzidos, porque subvalorizados ante o espaço-mercadoria – a ser domado pelo homem não-índio, cristão e “civilizado”, missionário incumbido de voltar todos os corações e mentes à cruz do “santo” devir. Conforme avançou essa sina acumulativista-antropo(euro)cêntrica, esvaiu-se outras formas de ver e ser no mundo. Apesar de séculos de perseguição e mortes, muitas nações sobreviveram, lutando pela permanência nas suas terras e continuidade de suas culturas, afirmando-se enquanto nações autônomas e diferenciadas.

São sociedades que vivenciam-percebem-concebem a natureza num metabolismo diferenciado, em que o trabalho é condição primordial para a humanização, no aprimoramento do Ser, por gerar valores-produtos de uso, buscando o bem-estar individual mediante a realização do coletivo. O Ser social é extensão da natureza que dela parte, toma conhecimento de si e lhe retorna em reconhecimento e ação teleologizada.

As frentes de (des)povoamento não-índio são suscitadas pelas Bandeiras e Monções, correntes do início a meados do século XVIII. Com o descobrimento do ouro, os bandeirantes, e logo após os monçoeiros, incitaram o domínio territorial e o processo de indexação dos espaços longínquos à coroa portuguesa, elegendo-os à categoria de capitânias desmembradas de São Paulo. Com intento de tomar/domar essa porção do Brasil por eles inda longe do total descobrir.

Aos bandeirantes caberia a função de desbravar e conquistar o território. Assassinando, enclausurando e maltratando, abriram-se assim as primeiras vias. Eis que descobriram o ouro, uma virada nas intenções da coroa e um lugar fatídico ao Oeste nas geografias da acumulação. Os Monçoeiros incursionavam cursos d’água “sertão” adentro e, além de explorar, faziam desses canais naturais a principal via de

³ Hoje, nas microrregiões administrativas do Alto Taquari e Três Lagoas, regiões que envolvem os municípios de Camapuã, São Gabriel do Oeste, Água Clara e Ribas do Rio Pardo, todos no Mato Grosso do Sul.

⁴ Nas regiões centrais de Mato Grosso do Sul, principalmente nas envolvidas pela Serra de Maracajú, divisor de águas das duas grandes bacias hidrográficas.

acesso mercantil às áreas de mineração, secundarizando, neste período, as rotas terrestres de escoamento do ouro, atividade que já demonstrava sinais de declínio no final do século XVIII.

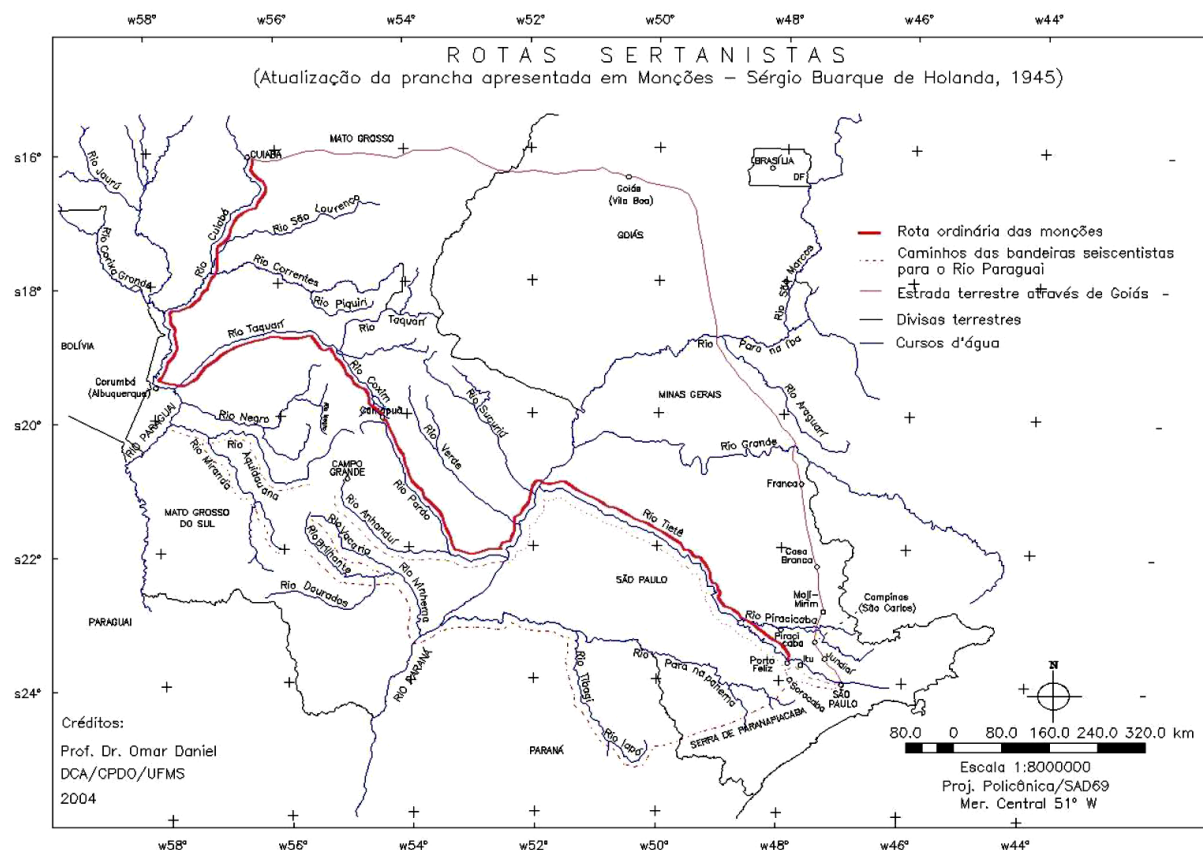


Figura 01: Mapa das rotas das monções e das bandeiras seiscentistas, atualizada por georreferenciamento, a partir da prancha de Sérgio Buarque de Holanda (1945). Fonte: Brasil & Daniel (2008).

Temos no período da mineração relativo avanço na formação de espaços citadinos, todavia, trata-se de território pouco articulado, que com o enfraquecimento da mineração, assiste a muitas rotas terrestres serem criadas. Assim, na passagem do século XVIII ao XIX incursões comerciais e exploratórias vindas de Minas Gerais, principalmente, cortavam o cerrado: as chamadas “estradas boiadeiras”, pelas quais se comercializavam gado por toda a recém criada província, formando núcleos populacionais que punham em relevo as fazendas pecuaristas, marcando o início do caráter concentracionista e oligárquico das terras nestas bandas do país.

Se as atividades mineradoras decaíram, o mercado regional de gado experimentou momentos de auge no Sul e, as estradas boiadeiras de então, já havia se tornado grandes fazendas e, assim, terras concedidas e ou tomadas foram

transformando-se em extensos latifúndios, germinando povoados e uma teia de novas relações.

Logo após esse período, com a Guerra do Paraguai (1864-1870), há substantiva atenuação na posse dos espaços, rotas e cidades estagnaram-se e o comércio de gado com os estados vizinhos foi parcialmente cessado. Contudo, pouco tempo depois, fluiu com intensidade na porção Sul, tudo devido ao contexto da guerra, conforme observou Almeida (2006), que ressalta suas peculiaridades.

A extração da erva-mate, que no início da guerra dava seus primeiros passos, sofre profundas transformações após a mesma. A Cia. Matte Laranjeira surge nesses termos, explorando os fartos campos de erva-mate do Sul ao suor de trabalhadores paraguaios e indígenas, pondo-se à comercialização do produto na região platina. Foi arrendando terras que essa empresa chegou a deter e explorar 1 milhão de hectares.

O papel da Cia. Matte Laranjeira é substancial para o entendimento das questões que envolvem o surgimento de Mato Grosso do Sul, pois mesmo tratando-se de atividade itinerante, permitia que vias fossem criadas para a extração, escoamento e comercialização do produto, cunhando povoados e articulando essa porção ao mercado regional – caso das relações comerciais efetuadas com a Argentina.

Abreu (2001) aponta que a Companhia possuía milícia para defender e conquistar os ervais e que possuía íntimas relações com o Estado, pois conferiam grandes rendas a este, a ponto, inclusive, de conceder empréstimos. Nota-se, também, que as áreas arrendadas para a exploração pertenciam aos povos Guaranis e, certamente, conflitos armados ocorriam na disputa das terras com o avanço da exploração mercantil da erva-mate.

Logo após a guerra, o Estado nacional necessitou expandir e fixar o domínio da fronteira e, paralelamente a isso, o mercado nacional precisava, a todo custo, ser integrado. Ir aos mais longínquos lugares e estabelecer as relações tipicamente exploratórias era a meta do capitalismo em processo de internacionalização, exigindo, por conta disso, que os mercados regionais brasileiros fossem embrionariamente unificados.

Mas esse processo demorou a materializar-se. Foi preciso a Independência política e, mais adiante, o Estado planejador montado para que a integração começasse de fato a ser mais bem ensaiada.

A integração por meio de vias rodoviária e ferroviária consubstancia as bases dos interesses, complementando as atividades infraestruturais suscitadas pela Cia. Matte Laranjeira. Caso da Ferrovia Noroeste Brasil, que interligou o estado de São Paulo ao então Mato Grosso, cruzando inúmeros municípios. Ferrovia essa que desempenhou papel crucial na formação do Mato Grosso do Sul, por impulsionar ideais divisionistas que se intensificariam anos após, até conseguir cindir de fato o anterior território. Segundo considerações de Queiroz:

O advento da ferrovia permitiu ao Sul uma ligação direta e rápida com os grandes centros do Sudeste brasileiro, notadamente São Paulo e Rio de Janeiro (enquanto a população cuiabana continuava a depender da difícil navegação dos rios Cuiabá e Paraguai até Porto Esperança, ponto terminal da ferrovia). A ferrovia estimulou, enfim, o crescimento de outro potencial concorrente da velha Cuiabá: a cidade de Campo Grande, que logo, aliás, suplantaria a própria Corumbá na condição de principal polo comercial do Estado (2006, p. 156).

Nesse contexto de ocupação das fronteiras e dos “vazios” é que (re)surgiram os projetos de colonização, promovidos pelo *Estado Novo* (1937-1945), de Getúlio Vargas. Exemplos são a criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), a atuação de empresas privadas, como a Sociedade de Melhoramentos e Colonização (SOMEÇO), a Cia. Viação São Paulo - Mato Grosso e a Cia. Moura Andrade – que tinham por escopo apaziguar as intensas lutas populares travadas no Brasil que clamava por acesso à terra e à distribuição de renda (FABRINI, 1996).

Ao Norte, as formas de “redistribuição” fundiária são diferentes, são territórios enclausurados no jogo jurídico-político que beneficiou demasiadamente o controle de vastas áreas de terra pela elite local, foram diversos os artifícios utilizados historicamente para estabelecer o domínio das terras. Com relação aos projetos de colonização de terras, Gislaene Moreno aponta que:

Na porção setentrional do então Estado e que hoje compreende o atual Mato Grosso não foi implantada nenhuma colônia federal, embora o Governo Estadual tivesse reservado 200.000 há no vale do rio São Lourenço para este fim. Essa região só vai tomar impulso na década de [19]50, com a implantação de um programa de colonização oficial e particular pelos Governos Estaduais, objetivando fixar a mão-de-obra ociosa, remanescente de população mineira de Cuiabá, Alto Araguaia e Poxoréo, como também receber migrantes das áreas de cafezais erradicados de São Paulo e de outras áreas do Sudeste do país. O Norte do antigo Estado não chegou a ser atingido pela política oficial de colonização, embora o Governo Federal tivesse criado organismos especiais, como a Expedição Roncador Xingu (1940), que

deu origem à Fundação Brasil Central, (1943) objetivando a exploração e a colonização de regiões “desconhecidas” (1999, p. 76).

Foram projetos de colonização que vieram intensificar os conflitos, pois se assentavam no discurso ideológico desprovido de compromisso real com a democratização da terra, redundando no abandono dos migrantes e colonos, alargando as brechas ao aliciamento das terras e dando continuísmo à concentração fundiária, ainda que existisse, em menor número, pequenas propriedades originadas com a colonização, poucas dedicadas ao trato efetivo com a terra. Evidências de todo o projeto econômico-político estrategicamente articulado de integração, sementes do que se iria estabelecer definitivamente anos mais tarde, com a criação do novo Estado.

Neste caminho interpretativo, Abreu argumenta que a porção Sul de Mato Grosso:

[...] era uma área compreendida como estratégica pela sua capacidade produtiva, especialmente para a pecuária e a agricultura comercial, e pela incorporação de novas tecnologias e insumos: máquinas, implementos agrícolas e tratores, agrotóxicos. Esta situação contribuiu para promover uma reconfiguração espacial, diferenciada da existente até então, na sua porção austral. As pequenas propriedades, resultado do loteamento da Colônia Agrícola de Dourados (CAND) e de outros projetos de colonização privada, em boa parte, foram vendidas, consolidando uma outra estrutura fundiária, agora baseada na média e grande propriedades, para a instalação da agricultura moderna (2001, p. 229).

Outra contradição é que a maioria das áreas destinadas à colonização no Sul do Mato Grosso perfazia as terras tradicionais guarani, que desde o final da década de 1970, lutavam pela demarcação das mesmas. Peleja que já resultou na recuperação de algo em torno a 22.450 hectares (BRAND; FERREIRA; AZAMBUJA, 2008, p. 44). Conquistas válidas, todavia ainda pequenas ante as consequências engendradas pelos projetos, cujo legado se faz presente nos diversos impasses sociais, políticos e jurídicos no Mato Grosso do Sul de hoje.

Como vimos, a arrumação meticulosamente ordenada da existência social vai tomando corpo com o Estado Novo, pois sua formação e estabelecimento sustentam-se na coerção, quando não no abrandamento dos conflitos, recriando as condições necessárias à reprodutibilidade legitimada por aparatos legais inerentes à estrutura do poder econômico reinante.

Mas não estamos abordando uma organização social abstrata, de ações puramente casuais e imprevistas, ao contrário, trata-se de arranjo político específico e concreto, muito ligado ao desenvolvimento do modo de produção capitalista. Dessa forma, apresentaremos uma discussão sobre esse conceito/temática.

1.2 – O Estado moderno na formação territorial de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul: regulação social e desenvolvimentismo capitalista

Na formação territorial desses espaços pesquisados, a atuação do Estado foi muito importante. Não se tratou, no entanto, de ações genéricas, como se somente fossem estabelecidas legislações específicas estabelecendo limites e fronteiras territoriais, assim como um aparelhamento burocrático-administrativo etc., muito além disso existe um processo de territorialização do capital/capitalismo articulado com o Estado. Vejamos que organização econômico-política é essa e, posteriormente, prossigamos nas peculiaridades do processo.

Entendemos que a avaliação do conceito de Estado⁵ faz-se fundamental diante das questões e objetivos levantados neste trabalho. Ao abordá-lo, podemos abranger as dinâmicas das sociedades capitalistas ao longo do processo de formação histórica e geográfica, isto é, apresamos, assim, conflitualidades presentes nos contextos que pesquisamos. Assim, esse seria um pressuposto pelo qual podemos chegar à compreensão das relações sociais efetivadas nas microrregiões de Tangará da Serra/MT e Três Lagoas/MS, além de permitir conjecturar outras escalas espaciais, ou seja, estruturas sociais diferenciadas que possuem suas especificidades, mas que aqui são relacionadas dialeticamente, juntas reproduzindo-se nos termos que roga o modo de produção capitalista.

Abordaremos as duas principais correntes teóricas sobre o conceito posto, o Estado Moderno de matriz liberal-burguesa e as arguições com base nos escritos marxianos, por conseguinte fundamentados no materialismo histórico-dialético, sendo o Estado, nesse método de análise, capitalista. Evidenciam-se as contraposições entre elas existentes, enfoques teórico-políticos que se relacionam com as formas de ser do Estado moderno e, desse modo, não são, tão somente, abstrações que visam à inteligibilidade do social, mas sim, construções teórico-conceituais que baseiam e

⁵ Neste capítulo usufruímos de referências variadas, destaque para Althusser (1974); Bottomore (2000); Harvey (2005) Nobre (2003) e; Höfling (2001).

legitimam condutas específicas dessa estrutura social. Dessa forma: “concepções metodológicas implicam em pressupostos, conceitos, posturas teóricas, sistematizações intelectuais, proposições políticas, enfim, concepções de mundo e sociedade diferentes” (HÖFLING, 2001, p. 32).

Não pretendemos avaliar a origem do Estado Moderno, sabemos dos debates realizados nas ciências sociais, as diversas teorias e métodos que visam elucidá-lo. Todavia, propomos pensar as diferentes formas – antagônicas e contraditórias – de realização do poder político a partir do modo de produção capitalista, uma vez que “o nascimento do Estado é o produto da divisão social do trabalho” (MANDEL, 1977, p. 9).

A concepção do Estado capitalista de caráter liberal-burguês tem como marco de criação as formulações teóricas de Adam Smith no final do século XVIII, e as concepções neoliberais, discutidas em seguida, originam-se, fundamentalmente, nos escritos de Friedrich Hayek em meados do século XX (HÖFLING, 2001).

Na definição liberal-burguesa, o Estado deve garantir *direitos* como a propriedade privada, e enquanto alicerce para o “desenvolvimento” econômico e social a “liberdade”, a busca do interesse próprio de cada indivíduo, sendo este “livre” e capaz de realizar-se, desde que não contravenha leis e normas instituídas.

Esse seria um agrupamento humano no qual emergiu uma estrutura jurídico-legal circunscrevendo determinado “território”, constituindo-se como fruto da organização/evolução de uma sociedade, possuindo, então, todo um arcabouço burocrático-administrativo que o coordena visando o bem comum. Nesse sentido, tratar-se-ia da instância suprema de *conciliação* das classes sociais.

Esse contorno constitucional assumido pelo Estado se alastra no mundo, um padrão dominante de atuação articulado com a expansão territorial do capitalismo, suplantando, assim, o caráter absolutista precedente.

A intervenção na vida privada deve ser ínfima, seus atos se restringirão à defesa de soberania do “Estado-nação”, assim como erigir e sustentar obras públicas, objetivando, essencialmente, elaborar um constructo social de controle territorial: o “Estado-nação” possui um caráter imperialista intrínseco.

Corrente na sua atuação é a formulação da ideologia da *identidade nacional*, entenebrecendo modos de ser diferenciados, portanto, a convivência de povos e culturas é afligida. O nacionalismo possui um caráter uniformizador, não há lugar para

a diversidade étnico-cultural. Surgindo, então, enquanto supressão da diferença como *modus operandi* dessa dominação/opressão.

Entendemos que o Estado é uma construção da modernidade eurocêntrica hegemonizada, na medida em que institui essas ideologias, centradas na homogeneidade – uma nação que circunscreve determinado “território”, em que se fala uma única língua, professando exclusivamente uma religião, correntemente cristã e centrada nos princípios do catolicismo. De modo que a diferença é vista nos termos do binômio arcaico/coevo, numa lógica de “desenvolvimento e progresso civilizatório”.

Ashis Nandy aclara as relações existentes entre Estado, nação e etnicidade.

O conceito de Estado que surgiu dessa experiência tinha algumas características específicas. Entre outras coisas, esse novo conceito pressupunha um encaixe maior, na vida real, entre etnicidade, nação e Estado; ao Estado atribuiu também um papel mais importante que aquele que lhe fora atribuído pelo *ancien regime*; e redefiniu-o como precursor e principal instrumento da mudança social, um papel que, no contexto europeu de então, significa ser, ao mesmo tempo, iniciador e protetor das instituições modernas associadas ao capitalismo industrial. Essas funções obviamente fizeram com que o Estado moderno passasse a suspeitar de qualquer diferença cultural, não por razões de preconceitos raciais ou étnicos, mas com a justificativa de que essas diferenças interviriam entre o indivíduo “liberado” e o Estado republicano e interfeririam também com os aspectos mais profissionais do estatismo (2000, p. 86).

No contexto do Estado liberal-burguês, o mercado seria o ente regulador/ocultador de todas as contradições apresentadas no âmbito econômico-social, ideologicamente, e somente por intermédio dele chegaríamos ao pleno desenvolvimento de uma sociedade.

O liberalismo emerge enquanto ideologia das classes dominantes no modo de produção capitalista, num período marcado pela superação do Estado Absolutista, uma vez que essa forma específica de Estado apresentava-se, em dado momento histórico, como um impasse ao pleno desenvolvimento da burguesia, por conseguinte do capitalismo.

Enquanto ideologia, o liberalismo paulatinamente proporcionou coesão ao conjunto das classes (dominados e dominantes), favorecendo a derrocada do feudalismo. Calcado no individualismo, o liberalismo preconizava a defesa irrestrita da propriedade privada, procurando demonstrar que a busca do interesse próprio e a liberdade plena garantiriam o equilíbrio funcional do sistema e a felicidade de todos, capitalistas e trabalhadores. (PEREIRA, 2004, p. 16)

Como pode ser observado, o Estado avaliado é capitalista. Procuramos entendê-lo a partir do método materialista histórico-dialético, revisitando, portanto, os clássicos que o abordam, relacionando-os a leituras contemporâneas sobre a temática, tendo como sustentação determinados contextos sociais, ou seja, os territórios⁶ aqui estudados. Ressaltamos que abordamos esse conceito como sendo inerente às relações humano-sociais, considerando-o no bojo dos embates entre as classes sociais no modo de produção capitalista. Segundo Porto-Gonçalves:

O território não é simplesmente uma substância que contém recursos naturais e uma população (demografia) e, assim, estão dados os elementos para constituir um Estado. O território é uma categoria *espessa* que pressupõe um espaço geográfico que é apropriado e esse processo de apropriação –territorialização– enseja identidades – territorialidades– que estão inscritas em processos sendo, portanto, dinâmicas e mutáveis, materializando em cada momento uma determinada ordem, uma determinada configuração territorial [...] (2002, p. 229-230)

Temos que mencionar as amplas discussões a respeito de existir ou não uma teoria sistemática do conceito de Estado em Marx/Engels e Lenin, embora saibamos que suas contribuições para entender esse conceito são fundamentais e o cerne interpretativo encontra-se nesses clássicos.

Louis Althusser sintetiza as proposições basilares a respeito dessa instituição moderna:

El Estado es ante todo lo que los clásicos del marxismo han llamado el aparato de Estado. Se incluye en esta denominación no sólo al aparato especializado (en sentido estricto), cuya existencia y necesidad conocemos a partir de las exigencias de la práctica jurídica, a saber la policía - los tribunales - y las prisiones, sino también el ejército, que interviene directamente como fuerza represiva de apoyo (el proletariado ha pagado con su sangre esta experiencia) cuando la policía y sus cuerpos auxiliares son “desbordados por los acontecimientos”, y, por encima de este conjunto, al Jefe de Estado, al Gobierno y la administración. (...) Presentada en esta forma, la “teoría” marxista-leninista del Estado abarca lo esencial, y ni por un momento se pretende dudar de que allí está lo esencial. El aparato de Estado, que define a éste como fuerza de ejecución y de intervención represiva “al servicio de las clases dominantes”, en la lucha de clases librada por la burguesía y sus aliados contra el proletariado, es realmente el Estado y define perfectamente su “función” fundamental (1974, p. 15).

⁶ Além de Porto-Gonçalves (2002), apoiamo-nos em diferentes autores, destaque para Souza (2001; 2009) e Haesbaert (2005; 2006).

Essas proposições ficam evidentes em Lenin (2001), que no intuito de combater o revisionismo presente na Segunda Internacional, escreveu sobre o Estado, ressaltando suas funções de regulação, regimento e controle, além de demonstrar seu lugar e papel no processo revolucionário.

O Estado é a organização especial de uma força, da força destinada a subjugar determinada classe. Qual é, pois, a classe que o proletariado deve subjugar? Evidentemente, só a classe dos exploradores, a burguesia. Os trabalhadores só têm necessidade do Estado para quebrar a resistência dos exploradores, e só o proletariado tem envergadura para quebrá-la, porque o proletariado é a única classe revolucionária até o fim e capaz de unir todos os trabalhadores e todos os exploradores na luta contra a burguesia, a fim de a suplantar definitivamente. As classes exploradoras precisam da dominação política para a manutenção da exploração, no interesse egoísta de uma ínfima minoria contra a imensa maioria do povo. As classes exploradas precisam da dominação política para o completo aniquilamento de qualquer exploração, no interesse da imensa maioria do povo contra a ínfima minoria dos escravistas modernos, ou seja, os proprietários fundiários e os capitalistas (2001, p. 13).

Porta-se como uma instituição necessária e fundamental para legitimar e reproduzir os processos de dominação/exploração de classe/reprodução e acumulação de capital, relações sociais contraditórias alicerçadas na propriedade privada dos meios de produção, recriando, dessa forma, as condições necessárias à reprodutibilidade, legitimada por aparatos legais inerentes à estrutura do poder econômico reinante.

Com efeito, o Estado capitalista é parte importantíssima do modo de produção capitalista. Para entendê-lo, faz-se basilar a avaliação do processo *social* total de realização do capital – produção/circulação/distribuição/consumo – a reprodução sociometabólica do capital, como aborda Meszáros (2009). Logo, vislumbrando as formas de ser do poder político em determinada sociedade. Assim, manifesta-se enquanto aparelho de regulação/controle social – operando na economia, política, cultura etc. – de modo que apresenta ações peculiares nessas variadas facetas, integrando-as com desígnios sociais específicos.

Como argumenta Nobre (2003), o Estado surgiu para assegurar a perpetuação das relações de troca, instituiu jurídico-politicamente a equivalência entre indivíduos/*cidadãos* no processo de circulação de mercadorias, dentre elas a força de trabalho, uma *aparência* fenomênico-ideológica da relação antagônica, ocultando, assim, a relação social entre as classes capitalista e trabalhadora, isto é, a

abstração/extração de *mais-valia*/exploração do trabalho, o processo antagônico basal do capital, sua *essência* real e concreta. Portanto, o Estado estabelece essa fábula de que todos os “cidadãos são livres e iguais”,

[...] abstraindo os papéis sociais que particularizam e diferenciam os indivíduos, bem como as relações produtivas de onde decorrem esses papéis. Da mesma forma, o Estado expressa a igualdade e a liberdade dos cidadãos a fim de se fazerem representar nas instituições e políticas estatais, abstraindo as condições diferenciadas que as classes sociais possuem no embate político e, portanto, na definição dos conteúdos e formas dessas políticas e instituições. [...] Compreende-se, portanto, que aquelas condições de liberdade e igualdade manifestadas no momento da circulação de mercadorias – e enunciadas, em termos gerais, na cidadania capitalista – são negadas pelo domínio da classe dos capitalistas sobre a classe dos trabalhadores, no âmbito econômico. A incorporação e representação de interesses das diversas classes no poder político não anulam aquela particular dominação de classe, embora expressem a contradição inerente à sociedade e ao Estado capitalistas (p. 19-24).

É uma instituição relativamente autônoma e existem contextos em que adquire certa independência ante as classes sociais, todavia encontra-se emaranhado em prélios, fruto de embates entre poderes/territorialidades, são influências externo-internas que o configuram. Possui uma estrutura diferenciada e conformativa, com arranjos institucionais multiescalares de funcionamento, havendo cúpulas de poder jurídico-politicamente arregimentado – “democracia” do voto/“cidadania” capitalista –, controlando assim as ações/atuações: os governos.

Inconsistente é pensar o Estado, tão somente, a partir da economia. Conhecemos do contrassenso teórico (e político) de uma discussão *economicista* do Estado, considerando-o mero reflexo superestrutural das dinâmicas existentes entre forças produtivas/relações de produção, dissociando, portanto, aquilo que é inseparável.

Entendemos que a *abrangência* no universo de regulação das relações entre as classes sociais se diferencia no processo de formação histórico-geográfica, além de seu *feitio de atuação*. Podemos visualizar maneiras específicas e ou padrões, como: liberal; desenvolvimentista e, neoliberal. Esses aspectos, em muitos casos, articulam-se e relacionam e, nesse sentido, por vezes, é imprecisa uma única definição, elas entrecruzam-se. É necessário ponderar tendo como alicerce as relações econômicas e políticas efetivadas em determinados tempos/espacos.

Podemos concluir que no Estado capitalista contemporâneo, nas microrregiões pesquisadas, sobressai uma faceta de atuação neoliberal (enquanto projeto ideológico-político) – principalmente no trato das questões que envolvem a política de Reforma Agrária⁷, assim como desenvolvimentista (como matriz de atuação econômica) – haja vista a participação do Estado no desenvolvimento e organização dos agronegócios das microrregiões pesquisadas⁸. Devemos pensá-lo, portanto, de maneira dialética, concebendo-o dentro de um universo contraditório, relacional e mutável, constitutivo das relações sociais.

Nesse sentido, não é simplesmente uma estrutura *cerimonial* plenamente realizadora do poder das classes dominantes, possui contrassensos, consequentemente as classes subalternas lutam nos interstícios do Estado, não são passivas e essas pelejas resultam em conquistas sociais significativas, demonstrando que o processo de suplantação das condições de dominação, exploração e expropriação, pressupõe continuidade de enfrentamentos, conflitos/confrontos e estratégias/táticas no universo da vida pública, isto é, na política.

De tal modo, o Estado possui uma *autonomia relativa* que deve ser pormenorizadamente apreciada, pois, como salienta Marx: “A liberdade consiste em converter o Estado de órgão que está por cima da sociedade num órgão completamente subordinado a ela” (2001, p.12).

Sobre as lutas travadas ao longo da história e as conquistas das classes subalternas como educação, *democracia*, redução da jornada de trabalho, assistência social e, no caso brasileiro, a Reforma Agrária, as proposições de Atilio Borón ao analisar o Estado latino-americano sinalizam qual a postura a ser adotada pelas lutas populares.

Es decir que las revoluciones burguesas no produjeron por sí mismas la democracia burguesa; lo que sí crearon fue un Estado liberal, siempre fundado en una base electoral sumamente estrecha que las luchas populares obligaron a ensanchar. (...) Sin las movilizaciones populares y las luchas obreras sus logros democráticos no habrían sido posibles, y el Estado burgues se habría cristalizado como mera dominación oligárquica remozada con ciertos rasgos formales de contenido liberalizante. Fue la prolongada rebelión de la clase obrera – guiada, en la mayoría de los casos, por una ideología socialista – la que democratizó al Estado capitalista (2003, p. 95).

⁷ Assunto que trabalharemos no terceiro capítulo desde trabalho.

⁸ Como apresentaremos no segundo capítulo.

O Estado apresenta íntimas relações com o desenvolvimento da agricultura empresarial-mercadológica nos territórios que pesquisamos, ele regula as relações entre as classes sociais para perpetuar a reprodução do capital. Apesar de existirem lacunas, ou seja, uma instituição que preserva certa *autonomia* ante as classes, apresentando, dessa forma, interstícios e cisões nos quais podem ser adentradas formas outras de realização social das classes subalternas.

Entendemos que a formação do Estado brasileiro sempre esteve calcada/articulada na relação entre propriedade privada da terra e representação do poder político. A apropriação da terra representa um imenso poder na constituição/perpetuação do Estado-nação (FAORO, 2001). Desse modo, entendemos que essa combinação/articulação em muito contribui para o desenvolvimento capitalista no Brasil⁹.

Nesse sentido, Porto-Gonçalves afirma que “o Brasil conforma uma sociedade onde a estrutura de poder das oligarquias está extremamente ligada à estrutura de poder do Estado. E, desde o início, a estrutura montada para a acumulação do capital está diretamente ligada a terra” (2009, p. 2). Essa assertiva fornece elementos para reflexões sobre a relação existente entre Estado e agricultura capitalista, assim como entre Estado e Reforma Agrária.

Cremos que a democratização da terra no Brasil impacta a própria estrutura do poder político-econômico estabelecido, dessa forma o processo de reivindicação do/da acesso/permanência à/na terra, preconizado pelas lutas populares, é uma peleja pela construção de uma sociedade diferenciada para além do capitalismo, por territórios/territorialidades livres, pela soberania popular e contra o Estado de caráter capitalista.

Octavio Ianni (2004, p. 241-253) corrobora nesse caminho interpretativo ao avaliar as relações entre Estado e Questão Agrária.

No Brasil, a questão agrária é um elemento importante para explicar tanto as diversas formas adquiridas pelo Estado como as principais rupturas ocorridas na história deste. No império e na república, os problemas da sociedade agrária marcam bastante, e às vezes de modo decisivo, a fisionomia do Estado brasileiro. O poder moderador, a política dos governadores, o Estado Novo, o populismo e o militarismo têm muito a ver com as forças sociais no campo; naturalmente sempre em combinação com as da cidade. Da mesma

⁹ Relação que se perpetua continuamente no Brasil vide os representantes públicos como os maiores proprietários de terra, como demonstra Castilho (2012).

maneira, a abolição da escravatura, a proclamação da república, a Revolução de 1930, o golpe de Estado de 1945 e o golpe de Estado de 1964 revelam a presença e influência das controvérsias e interesses que se desenvolvem no campo. (...) Todos os principais aspectos da questão agrária revelam que, assim como a cidade vai ao campo, o campo vai à cidade. O caminho de ida é sempre o caminho de volta; revolta. Do mesmo modo como o Estado desenvolve diretrizes e atividades, de maneira a organizar e orientar a agricultura, também a agricultura ressoa nas diretrizes e atividades do Estado.

Voltemo-nos, especificamente, após essa breve consideração sobre a função do Estado, para a reprodução ampliada do capital e regulação das partes envolvidas, alguns processos envolvendo a formação territorial do Estado de Mato Grosso, assim como características que culminaram com a criação de uma nova unidade federativa, Mato Grosso do Sul¹⁰, a saber: o projeto divisionista, bem como as ações dos governos militares mediante os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs).

O Sul de Mato Grosso já se encontrava então sob o regime truncado das oligarquias e de seus vastos latifúndios, em uma situação de controle econômico-político latente, como se estivesse tornando-se o palco de uma trama de pretensa superioridade, que, por sua vez, alimentou, em muito, o projeto divisionista¹¹.

Na passagem do século XIX ao XX, os interesses díspares entre os detentores do poder político regional acentuavam-se e a porção Sul de Mato Grosso ganhava expressão ao se articular aos mercados regionais. Impulsionando esse processo, tínhamos a Cia. Matte Laranjeira, o intenso comércio de gado e, posteriormente, a mobilidade acarretada pela Ferrovia Noroeste Brasil, que se expandirá ao sul. A liberação da navegação no rio Paraguai para o estuário do Prata, após a guerra, conferiu a Corumbá importância comercial crucial na região, contribuindo para que a postura de domínio político das elites cuiabanas definhasse.

Nessa disputa regional, é pretendido tecer uma “identidade” por parte dos *sulistas* e *nortistas*, não somente para estabelecer e criar representações de mando e afeição pelos que aqui se encontravam, mas, também, livrar o Oeste do estigma que o acompanhava desde muito, o de região de bárbaros, preguiçosos, de restolho da dignidade, povos a serem acalentados pelo manto digno dos soldados da nação, os detentores da honra...

¹⁰ Por intermédio do decreto-lei nº. 31 de 11 de outubro de 1977, propugnado pelo presidente Ernesto Geisel. Ficou estabelecida a criação do novo estado, definitivamente, em 1º de janeiro 1979.

¹¹ Sobre a construção das “identidades regionais” por parte dos sulistas e nortistas no contexto divisionista, ver: Queiroz, 2006.

Dessa somatória de fatores e com o intuito de ganhar apoio do governo central para estear esse projeto de Brasil que se expandia e estabelecia suas fronteiras é que os representantes políticos regionais mantêm relações próximas à União, o que nutrirá, em parte, o desfecho das disputas, culminando com a criação de Mato Grosso do Sul posteriormente. Portanto, os representantes “sulistas” mato-grossenses apoiaram a ideologia de que a divisão favorecia o controle político-territorial da nação que se ia desenhando (QUEIROZ, 2006).

Já no contexto dos governos militares, intensificou-se a ocupação e expansão da fronteira *pari passu* à integração regional-nacional. Foram criadas políticas de incentivo econômico e houve abertura e adesão do Brasil aos ditames de uma lógica internacional do capitalismo, que busca nos países dito *terceiro-mundistas* aumentar as taxas de acumulação.

Fenômeno que ocorria sobremodo nos países de capitalismo avançado, com o *Welfare State* do pós-guerra, que pretendia evitar a propagação ao restante do mundo do avanço de governos socialistas e dos de tipo nazi-fascista. Desse momento em diante o Estado:

[...] passa a intervir na economia, investindo em indústrias estatais, subsidiando empresas privadas na indústria, na agricultura e no comércio, exercendo controle sobre preços, salários e taxas de juros. Assume para si um conjunto de encargos sociais ou serviços públicos sociais: saúde, educação, moradia, transporte, previdência social, seguro-desemprego. Atende demandas de cidadania política, como o sufrágio universal (CHAUÍ, 2000, p. 48).

Essa geopolítica territorial dos Estados capitalista-imperialistas determinou formas gerenciais repressoras e desenvolvimentistas, forjando-se órgãos internacionais específicos que formulam normas e regras almejando a governabilidade, direta ou disfarçada, dessas regiões do mundo. Quais foram, então, as consequências diretas nas políticas adotadas nos países *terceiro-mundistas*, que, o sabemos, tiveram políticas estatais diferenciadas se comparadas àquelas do “Norte” do mundo?

Os países mais fortes do bloco capitalista adotaram duas medidas: através do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI), fizeram empréstimos aos Estados do Terceiro Mundo para investir nos serviços sociais e em empresas estatais; e, através dos serviços de espionagem e das forças armadas, ofereceram “ajuda” militar para reprimir revoltas e revoluções. Com isso, estimularam, sobretudo a partir dos anos 60, a proliferação de ditaduras militares e regimes

autoritários no Terceiro Mundo, como foi o caso do Brasil (CHAUÍ, 2000, p. 48).

Do que podemos depreender que a desigualdade material do capitalismo também reflete em desigualdades nas capacidades de gestão e intervenção dos Estados: enquanto uns promovem bem-estar, outros promovem repressão escancarada a populações insatisfeitas que queiram realizar agitações.

Nesse contexto, as redefinições espaciais e territoriais para os Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (que se estabelecia) ficam evidentes nessa diferencialidade dos arranjos político-econômicos existentes. Quanto à territorialidade capitalista dessas unidades federativas, o II Plano Nacional de Desenvolvimento¹² – além dos órgãos estatais vinculados e/ou atuantes no contexto desse programa, como a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) – teve importância crucial no processo de formação, consolidação e posterior desmembramento, pois por essas bandas o bem-estar que se procurava era antes de uma classe (dominante) que o da sociedade como um todo.

Com o intuito de articular diferentes regiões e, essas a um projeto de integração econômica e de ocupação produtiva, é que programas regionais específicos foram criados. Os subprogramas visaram à diversificação e o desenvolvimento econômico-produtivo do Oeste brasileiro e sua real participação nos ditames da “nação”.

Devido à ação e ao grau de transformações territoriais efetivas, principalmente nas microrregiões de Três Lagoas/MS e Tangará da Serra/MT, destacamos como projetos mais importantes: o Programa de Desenvolvimento de Mato Grosso (PROMAT); o Programa de Desenvolvimento Integrado do Noroeste do Brasil (POLONOROESTE); o Programa Especial de Desenvolvimento de Mato Grosso do Sul (PROSUL) e; o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO).

O Programa de Desenvolvimento de Mato Grosso (PROMAT – 1979-1988) foi idealizado para estabelecer ações no sentido a amparar o Estado de Mato Grosso pós-divisão, uma vez que consideravam-no um Estado com seríssimas debilidades infraestruturais, apresentava “vazios” espaciais em que era preciso adentrar atividades econômicas condizentes com o novo Brasil rural que se promulgava. Se compararmos ao Sul, a nova unidade federativa apresentava parco dinamismo

¹² Mais sobre a atuação dos governos militares via Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs) e as vinculações com o Centro-Oeste, principalmente no que diz respeito à formação, redefinição e divisão do espaço de Mato Grosso, ver Abreu (2001).

econômico e “população rarefeita¹³”, era necessário adentrar com investimentos que mitigassem os efeitos do desmembramento.

Foram linhas de ações: primeiramente, a manutenção/ampliação das áreas “ocupadas”; em seguida, expansão agrícola e revisão das políticas de colonização. O receituário é próprio da territorialidade capitalista, subjugando e/ou eliminando as “outras” territorialidades, como as tradicionais (indígenas). Foram implementados projetos agropecuários, que são empreendimentos capitalistas perspicazes, proporcionando concentração da terra e expansão/consolidação de latifúndios¹⁴.

Havia uma subárea, denominada Alto-Paraguai, a qual abrangia os municípios de Barra do Bugres e Tangará da Serra, onde investiram na instalação de colônias para produção de arroz, além de café, mandioca e pimenta-do-reino. Os investimentos realizados pelo PROMAT foram superiores aos aplicados no PROSUL, todavia, não obtiveram os resultados esperados¹⁵.

O Programa de Desenvolvimento Integrado do Noroeste do Brasil (POLONOROESTE – 1981-1985) foi instituído pelo Presidente João Baptista Figueiredo, em 1981. O objetivo central foi a reconstrução da BR-364, o que propiciaria a integração do Estado de Rondônia e da porção Noroeste do Estado de Mato Grosso. A integração nacional com ocupação dos “vazios”, além da expansão da fronteira agrícola com escopo de reduzir as disparidades regionais, foram temas primordiais desse programa. Ressaltamos que 1/3 dos recursos provinham do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD/Banco Mundial), o que demonstrou a atuação conjunta de uma burguesia nacional com os interesses postos de um capitalismo que se globaliza. Entretanto, um objetivo se distingue na atuação do POLONOROESTE, tratava-se de uma proposta de “crescimento” que deve ser garantido, isto sim, porém em harmonia com a natureza e as comunidades indígenas. Os municípios de Barra do Bugres e Tangará da Serra eram abarcados, principalmente nas ações do Plano de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (PDRCO), em Mato Grosso¹⁶.

O Programa Especial de Desenvolvimento de Mato Grosso do Sul (PROSUL –

¹³ Segundo a ideologia dominante de que as populações existentes não pertencem e ou não tem lugar no novo Brasil rural, são retrógradas, necessitam ser civilizadas e ou encarceradas como resquício pretérito nas reservas diminutas e cerceadas.

¹⁴ ABREU, 2001, p. 227 et seq.

¹⁵ Ibid. p. 235.

¹⁶ ABREU, 2001, p. 239 et seq.

1979-1984) além de contribuir para montar a máquina administrativa do novo estado, suplementaria os demais programas. Ele tinha por diretriz geral o desenvolvimento econômico como meta nuclear para se obter melhorias sociais, urbanas e rurais. Em princípio, reduzindo as importações de produtos básicos à alimentação e, também, elevando as exportações de carne e soja, com o intento de gerar uma acumulação estadual que promovesse a agroindustrialização, elevando o beneficiamento/processamento das matérias-primas regionais. Para tanto, era essencial aumentar os serviços de distribuição de energia e telecomunicação por todo o estado, promovendo a construção de malha viária e melhorando a existente.

O Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO – 1975-1981)¹⁷ tinha por campo de atuação o Planalto Central, nas áreas de bioma de Cerrado, englobando os estados de Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso e, posteriormente, Mato Grosso do Sul. Nos espaços diretamente ligados à microrregião de Tangará da Serra/MT, houve, ainda, a área-programa denominada de Parecis. As ações realizadas por esse programa tiveram por desígnio melhorias infraestruturais na distribuição da energia e no atendimento das demandas de transporte/escoamento da produção agrícola e pecuária existente e vindoura, uma vez que havia estimativas de crescimento vislumbradas mediante as obras concretizadas. Algumas estradas foram construídas, além da própria melhoria da malha existente. O armazenamento da produção agrícola foi pauta de ações com instalação de armazéns e silos graneleiros para estocagem, assim como a pesquisa agropecuária e investimento em compra de equipamentos de extração e moagem de calcário, uma vez que em Tangará da Serra havia uma jazida desse minério¹⁸.

Abrangendo a microrregião de Três Lagoas, temos a área-programa denominada Campo Grande/Três Lagoas. Essa área-programa realizava ações em toda a região nordeste do atual Mato Grosso do Sul, totalizando 17 municípios. Foram efetivadas aplicações de capital em infraestrutura de transporte para o escoamento da produção agroindustrial, uma vez que havia, por exemplo, frigoríficos e secadores de soja nessa área, além de construção e reforma de estradas vicinais, objetivando interligar a região ao Sudeste e Sul do país. Os investimentos também contribuíram com a expansão da transmissão de energia, melhorias no beneficiamento e

¹⁷ Ibid. p. 147 et seq.

¹⁸ Sobre a importância da mineração na formação histórica de Mato Grosso, ver Guimarães Neto (2006).

armazenagem da produção agrícola existente e pretendida, assim como na pesquisa e experimentação do setor pecuário e de “florestamento-reflorestamento” com eucalipto e pinus.

Apesar de objetivar ações que abrangessem por completo os espaços Sul e Norte de Mato Grosso, os subprogramas investiam efetivamente em algumas regiões, pois os interesses políticos adentravam as decisões e eram essenciais. Por esse motivo, os desequilíbrios regionais acentuaram-se e as melhorias sociais propostas pouco se efetivaram, todavia a incorporação das unidades federativas ao desenvolvimento geograficamente desigual e combinado do capital concretizou-se. Neste sentido, o planejamento estatal desenvolvimentista promovido estabeleceu uma configuração espacial elementar ao alargamento das forças produtivas. As regiões dotaram-se de “vocação” e construíram as paisagens do arranjo espacial que se estabeleceria, finalmente.

Silvana de Abreu demonstra as características gerais do ocorrido.

O conjunto de programas implementados no Oeste brasileiro evidenciou uma forma de atuação governamental, que beneficiou a acumulação e a valorização do capital, baseada na promoção da agroindustrialização, na concentração fundiária e na consolidação do crescimento populacional urbano superior ao rural (2001, p. 265).

Nesses termos deu-se a criação de Mato Grosso do Sul. O projeto divisionista notabilizou-se por condensar interesses econômicos e políticos nítidos desde seus primeiros suspiros. As elites “sulistas” trataram de *articular* o desmembramento, mesmo que esse não fosse o cerne de várias ações. O planejamento espacial “integrador” dos governos militares acabou por dar os últimos nós e pontos na construção/expansão/legitimação territorial do Estado-nação e das forças capitalistas que se propugnavam desde outrora.

O planejamento aplicado apresentou suas primeiras características efetivas na década que sucede sua promulgação. Após profundas transformações infra e superestruturais, esses espaços inserem-se à estrutura econômica nacional como representantes da pecuária de corte e leite, do cultivo de soja, cana-de-açúcar, entre outros. Os capitalistas do setor são atraídos pelas vantagens fiscais e creditícias oferecidas, intensificando as alterações técnico-produtivas e gerando uma maior articulação com os mercados regional/nacional e internacional, estendendo, por fim, o Centro ao Oeste.

A integração econômica, no entanto, fez sentir, também, os efeitos da crise. A crise da década de 1980 foi um desses momentos, quando os investimentos na modernização agrícola foram escassos, enquanto, contrariamente, os processos de concentração populacional no espaço urbano e industrialização são acelerados, trazendo novos contornos sociais, econômicos e políticos.

No campo, houve o continuísmo do latifúndio aliado às várias formas de violência contra os posseiros, indígenas, meeiros, brasiguaios, trabalhadores temporários etc., que lutam por condições de sobrevivência mediante a busca pela distribuição/conquista da terra e da renda, por uma urbanização mais digna, entre outros.

Ideologicamente, a concentração fundiária no campo torna-se obscurecida pelo discurso da produtividade. Neste sentido, os agronegócios trataram de ocultar suas bases de sustentação. Na contramão da dita produtividade erigem-se vastos latifúndios improdutivos, incorporando, enclausurando e roubando terras indígenas, áreas de preservação permanente (APPs) e pequenas propriedades de alicerce familiar-camponês. Portanto, os agronegócios capturam a renda social do campo¹⁹ vertendo-a em mãos de poucos capitalistas, amalgamando a relação entre propriedade fundiária e capital, para especular, conseguir financiamentos, entre outros.

Concentração da propriedade da terra e detenção do poder político-administrativo na mão de pequenas oligarquias se entrelaçavam nos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. O acesso a ambos pela maioria da sociedade é *evitado* historicamente. As tentativas de promover maior distribuição da renda social no campo mediante projetos de colonização ou políticas de cunho reformista foram incipientes e, por vezes, só intensificaram os conflitos.

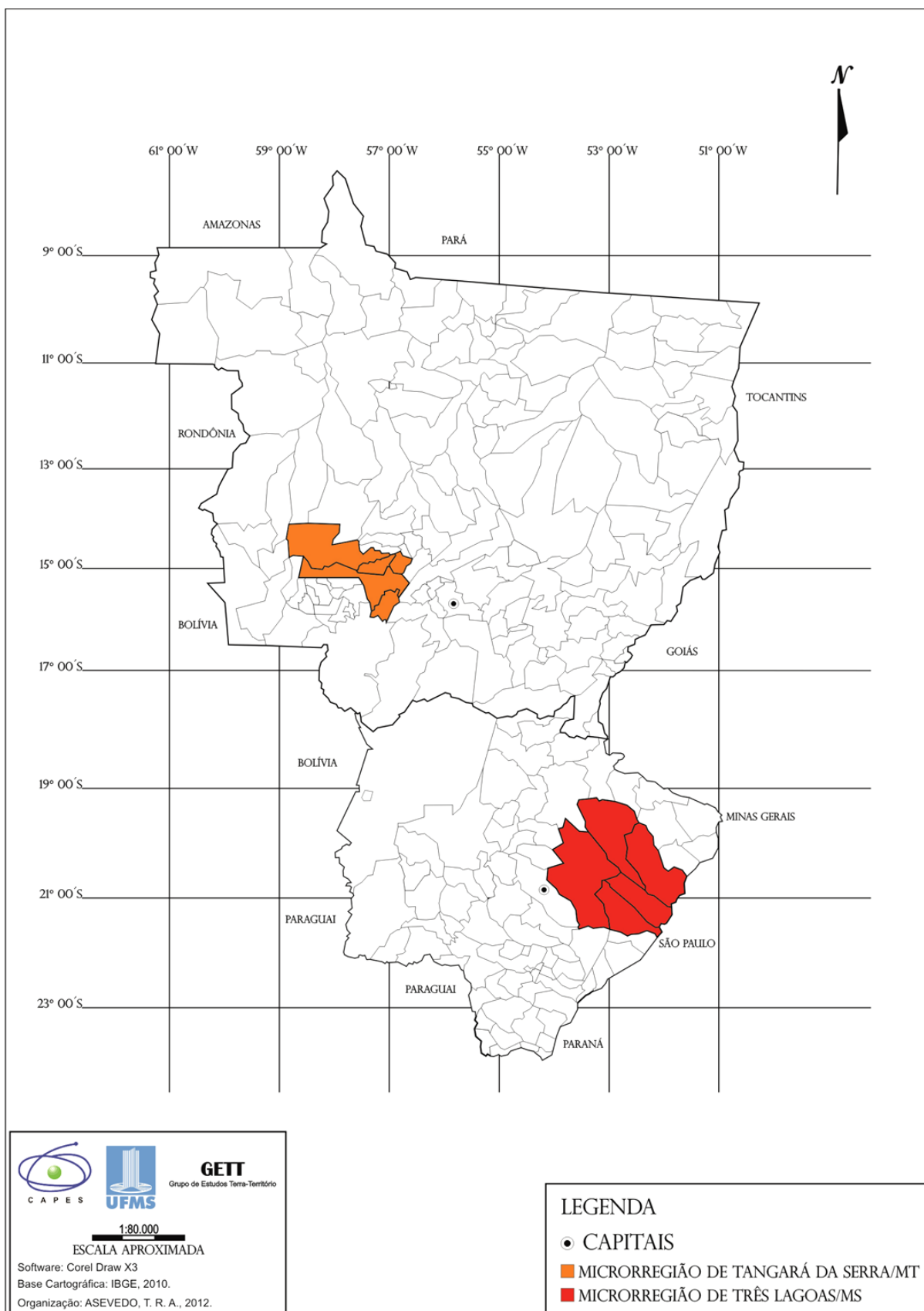
Na relação indissociável e tencionada com essa infraestrutura levanta-se toda uma configuração regulatória e coercitiva, um arcabouço (i)material jurídico-político e ideológico-cultural (re)produtor da organicidade societária preponderante, a superestrutura. O que nos clarifica o papel e significação do espaço nesses termos, ou seja, *“o arranjo espacial (...) numa sociedade de classes, reproduz em síntese as relações de classes da formação econômico-social”* (MOREIRA, 1978, p. 15).

¹⁹ Há de se mencionar que esse modo capitalista de (re)produzir no campo é densamente subsidiado pelo aparato institucional Estatal (FCO, Lei Kandir, apoios municipais), vertendo os fundos sociais públicos aos capitalistas, por conseguinte, a sociedade civil paga sua própria ruína.

É nessa conjuntura que a matriz produtiva dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, tendo as atividades pecuaristas e a produção de grãos para exportação como baluartes, serão acompanhados pelas monoculturas de cana-de-açúcar e o eucalipto, que dão seus primeiros passos rumo ao Oeste.

Vejamos, brevemente, o processo de formação territorial das microrregiões de Tangará da Serra/MT e Três Lagoas/MS, para entendermos como ocorreu o estabelecimento dos agronegócios e todos os conflitos sociais que deles decorrem. As microrregiões localizam-se no Centro-Oeste brasileiro, em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, conforme demonstra a figura 02.

Figura 02: localização das microrregiões de Tangará da Serra/MT e Três Lagoas/MS



1.3 – Ascendência de agronegócios e (trans)formações territoriais na microrregião de Tangará da Serra/MT

Os territórios existentes na microrregião de Tangará da Serra/MT²⁰ possuem uma formação histórica realizada no (des)encontro de diferentes matrizes de racionalidade e cultura. Até o final do século XIX e início do século XX, por exemplo, ali viviam em plenitude diferentes povos indígenas, pertencentes às etnias Paresí, Umutina e Nambiquara (OLIVEIRA, 2002, p. 35). Muito ricos socioculturalmente, apresentavam modos distintos de reprodução social em comparação com a sociedade capitalista hegemônica, na qual vivemos atualmente.

Contatos dos mais variados foram realizados efetivamente desde o século XVIII entre povos indígenas e não-indígenas que percorriam esse espaço por meio de penetrações pelos rios Paraguai e Sepotuba ou, até mesmo, por rotas terrestres criadas para integrar os espaços do Oeste (produção/mineração de ouro e diamante) ao Litoral (consumo/exportação de riquezas), por conseguinte à “nação brasileira”²¹.

Posteriormente, no processo de formação histórica e geográfica nos termos que roga o modo de produção capitalista, as atividades extrativistas ganharam relevo no século XIX: “desenvolve-se a exploração do látex da *Hevea sp.*, cuja produção se concentrava em Barra do Bugres durante a estação seca, enquanto a exploração da poaia era realizada ao longo da estação chuvosa” (DUBREUIL *et al.*, 2005, p. 469).

Contatos e transformações acentuadas nessa região ocorreram no início do século XX, quando as expedições da Comissão Rondon adentraram esses espaços com o objetivo de cartografar, integrar e dominar os territórios longínquos do Oeste. Posteriormente, no processo histórico-geográfico de demarcação e posse dos territórios dos povos tradicionais, com advento da territorialidade capitalista, o extrativismo continuou. Usufruíram de densas áreas de *cephaelis ipecacuanhas* ou poaia (espécie vegetal da qual usavam o extrato, que tinha bom valor comercial na época, devido a suas propriedades medicinais), assim como de madeiras nobres nessa região da Chapada dos Parecis (ANDRADE, 2009).

No mote de ocupar os “vazios” espaciais, via Marcha para o Oeste, discurso sempre presente no estabelecimento do *Estado-nação* no Brasil, alguns projetos de

²⁰ Compreende os municípios de Barra do Bugres, Denise, Nova Olímpia, Porto Estrela e Tangará da Serra.

²¹ OLIVEIRA, 2002, *passim*.

colonização vinham sendo elaborados. Inicialmente, havia um projeto específico para a formação de uma colônia japonesa na microrregião, porém alguns acontecimentos em escala global impossibilitaram a sua efetiva realização, como a situação de conflito em que se encontrava o Japão, em plena Segunda Guerra Mundial, e pertencente ao Eixo (Alemanha, Itália e Japão), possuía más relações com os países do grupo dos aliados (Estados Unidos, França, Inglaterra e URSS), do qual o Brasil era adepto (MIYAZAKI & VILALVA, 2011).

Com relação aos projetos de colonização no Mato Grosso e, em particular, na região de Tangará da Serra, Andrade menciona certas diferenças em relação aos projetos implementados pelo Governo Federal, uma vez que nessa unidade federativa eles são de ordem privada. Nesse contexto, a Sociedade Imobiliária Tupã para Agricultura (SITA) teve importância significativa no negócio de terras.

A efetiva colonização iniciou-se, no final da década de 1950, com as atividades da SITA, que foi responsável pelos projetos dos loteamentos, rural e posteriormente do urbano. A partir de então o espaço começa a tomar outra configuração, sendo novamente medido e demarcado por interesse de alguns dos antigos proprietários, japoneses, juntamente com os novos investidores que pretendiam redividir as glebas em lotes menores. Seguindo o modelo de colonização já experimentado pelo Governo Federal durante a década de 1940, a intenção era atrair para região agricultores que se tornariam pequenos proprietários (2009, p. 92).

A formação territorial capitalista da microrregião de Tangará da Serra/MT deu-se por meio de uma intensa mobilidade de pessoas, atividades econômicas etc., em que a questão agrária/agrícola é representativa.

Como demonstrado no primeiro capítulo, ela se caracteriza historicamente por ter investimentos em empreendimentos agropecuários e extrativistas por meio de alguns subprogramas desdobrados a partir do II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-76). Investimentos que tinham o desígnio de estabelecer uma região integrada aos circuitos agropecuários em formação, em meados da década de 1970.

Nesse ínterim, verifica-se a entrada de capitais transnacionais, despontando, com avidez, agronegócios e uma pecuária dinâmica, com abatedouros/frigoríficos regionalmente estabelecidos e boas articulações com o mercado nacional (ABREU, 2001; MORENO, 1993).

Interessante ressaltar que nesse período histórico do Brasil foram realizados investimentos no agronegócio da cana-de-açúcar. Nesse sentido, o setor canavieiro

nacional foi deveras impactado a partir do Programa Nacional do Álcool (PROALCOOL), programa criado em 14 de novembro de 1975, mediante o decreto nº 76.593, assinado pelo então Presidente Ernesto Geisel. O PROALCOOL caracterizou-se pelo reordenamento territorial e pomposos investimentos públicos para o setor agroenergético (RODRIGUES, 2008).

No início do programa, as sucessivas crises internacionais das corporações petrolíferas suscitaram a tomada de um direcionamento econômico-político claro por parte do Estado – atendendo as pressões dos capitalistas nacionais e transnacionais do setor. Agroindústrias canaveiras surgiram em muitos Estados e municípios, fruto de profundas alterações. A conjuntura político-econômica e social regional/nacional e internacional demonstrou distintas características, rebatendo diretamente na atuação do Estado no setor canaveiro (OLIVEIRA, 2009).

O programa apresentou fases²² específicas e teve continuidade ao longo de diferentes governos, recebendo maior ou menor atenção de acordo com a conjuntura econômica vigente.

O período de 1975 a 1979 correspondeu à fase inicial do programa. Trata-se de um contexto em que o setor encontrava-se plenamente ancorado no Estado, que o planejava e subvencionava. O crescimento foi verificável, pois foi confirmado o estabelecimento de muitas agroindústrias canaveiras no Brasil. A produção, neste período, voltou-se principalmente ao álcool anidro, que viria a ser adicionado à gasolina, pois a mesma apresentava altos preços, resultado das sucessivas crises das corporações petrolíferas em nível mundial (MICHELLON et al. 2008).

Já no período de 1980 a 1986, etapa de afirmação do programa, as agroindústrias confirmadas entraram definitivamente em funcionamento, acarretando progressivo avanço da produção de álcool hidratado. Temos, devido a isso, o contexto de fortes altas no preço do barril do petróleo e medidas que substituíssem as importações do combustível fóssil, tornaram-se emergenciais²³.

Em termos operativos, o PROALCOOL ficava sob responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), vistoriado pela Comissão Executiva Nacional do Álcool (CENAL) e do Conselho Nacional do Álcool (CNAL). O investimento no programa era elevado, existindo todo um aparato

²² Mais a respeito da implementação do PROALCOOL no Centro-Oeste brasileiro, ver: Backes (2009).

²³ MICHELLON, 2008, passim.

institucional com órgãos que planejavam a subvenção e abrangência das relações de produção típicas ao setor em âmbito nacional (BRAY; FERREIRA; RUAS, 2000).

Sobre a expansão do setor no Centro-Oeste, Backes atesta: “No Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás não constavam produção de álcool antes do PROALCOOL. Já em dezembro de 1985, estes estados eram responsáveis por 11,6% da capacidade produtiva instalada de álcool no Brasil” (2009, p.37-38).

O avanço do capital canavieiro pós-Proálcool foi evidente, mas encontrou entraves no período de 1986 a 1995, acarretando estagnação. Posteriormente a 1986, tivemos um momento de desregulamentação do setor em âmbito nacional, e o Estado que até então se figurava como incentivador/interventor/planejador, moderou suas ações e estabeleceu suas vinculações como um coadjuvante da peça encenada. Os recursos foram escassos, o cenário energético mundial contrapôs-se ao da fase de afirmação, ou seja, o preço do barril de petróleo estava baixo, em torno de 12 a 20 dólares, opondo-se a faixa de 30 e 40 dólares da primeira metade da década de 1980. Na última década, contudo, uma atenção especial é dada a esse setor: a propaganda internacional realizada pelo governo brasileiro, a implantação de corporações transnacionais automobilísticas, agroquímicas etc. no país fazem com que outros programas e/ou políticas surjam e estabeleçam redes de relações e parcerias, aumentando, deste modo, as benesses ao setor. Situações que têm elevado o país ao posto de principal produtor e negociador de agroenergia no mundo²⁴.

Esses acontecimentos e transformações influenciaram diretamente a microrregião de Tangará da Serra. No ano de 1980, foram confirmadas duas empresas do setor: as agroindústrias canavieiras Barralcool e Itamarati, no município de Barra do Bugres/MT e, outra, no município de Nova Olímpia/MT, respectivamente, ambas subvencionadas por essa política pública.

Aos pequenos proprietários de terra, desafios foram postos com o início dessas atividades. As terras passaram a ser valorizadas e as políticas públicas foram diminutas. Nesse contexto, a atuação do POLONOROESTE, visando estabelecer melhores condições de vida à população rural, não supriu as demandas, mesmo com a criação de um escritório da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), que auxiliaria os pequenos proprietários no uso/manejo das terras. A atuação desse órgão não foi suficiente. As terras degradadas, assim como os parques

²⁴ BRAY; FERREIRA; RUAS, 2000, passim.

recursos para investimentos na produção, suscitarão o abandono de muitos posseiros, alguns migraram para novas fronteiras agrícolas, como no Estado de Rondônia²⁵.

Para os grandes proprietários de terra, a situação foi muito diferente. Nos anos seguintes ao surgimento das agroindústrias canavieiras, os negócios apresentaram períodos de declínio (como o ocorrido na década de 1990) combinados com períodos de crescimento vertiginoso (sintomático na década de 2000), como vimos ao analisar as fases do PROALCOOL. A participação do Estado com subsídios, facilidades creditícias etc., dita a dinâmica desse agronegócio.

Adentrando ao universo da produção agroindustrial da cana-de-açúcar, percebemos que algumas características são significativas para compreender a expansão recente dessa atividade para o Centro-Oeste brasileiro, no caso específico para Mato Grosso. Podemos elencar, num panorama geral: as alterações no modo de produção capitalista em âmbito mundial e sua extensão geográfica para espaços não tradicionais, isto é, periféricos; a participação do Estado brasileiro no investimento, ordenamento e gestão territorial do capital; as tramas do capital que se funde, reestrutura e amplia-se corporativamente em chãos brasileiros e; os dilemas lançados aos trabalhadores e organizações populares, ou seja, expansão das atividades para espaços dotados de baixa organização sindical, em que a pressão por melhores condições de trabalho, salário etc. são modestos, o que é significativamente vantajoso para os capitais envolvidos na extração de mais-valia.

Com as devidas ressalvas, podemos relacionar essa expansão territorial do agronegócio canavieiro às políticas desenvolvimentistas adotadas no espaço de Mato Grosso. Algumas pistas já foram delineadas, a saber: a regulação do Estado no tocante às transformações técnico-produtivas no campo, que promoveu diferentes geografias e, em certas circunstâncias, proporcionou maior direcionamento e fluidez à acumulação de capital; a estrutura político-administrativa emaranhada para atender os propósitos de grandes proprietários de terras; a reestruturação geográfica do capital no contexto nacional, que agora busca nas áreas “não integradas ao desenvolvimento” maiores ganhos.

Nas últimas duas décadas, houve ampliação expressiva do plantio de cana-de-açúcar. Atualmente (último ano-safra - 2011/12), 130.341 hectares foram cultivados

²⁵ Sobre a atuação do POLONOROESTE no espaço mato-grossense, ver: Abreu (2001).

com gramínea, o que representa em torno de 46,2% da área plantada no Estado de Mato Grosso, conforme evidenciam os dados providos pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), por meio do projeto “Mapeamento da cana via imagens de satélite de observação da Terra” (CANASAT, 2011).

Entendemos que o agronegócio canavieiro nessa microrregião se fortaleceu, sobretudo na última década, devido às alterações geográfico-produtivas, econômico-organizacionais e tecnológicas que atingem o setor, como assinalaram Thomaz Junior (2009) e Oliveira (2009).

A mudança das relações econômico-produtivas, com a substituição da atividade pecuária pelo agronegócio da cana-de-açúcar, tem promovido conflitos sociais significativos, na cidade e campo. São contradições suscitadas nos assentamentos rurais e dilemas lançados para a política social de Reforma Agrária.

Trata-se de migrações campo-cidade, diminuição da oferta de emprego, impactos ambientais etc. nas cidades e, então, verifica-se uma sobrevalorização dos negócios implantados, que se apresentam como uma solução (no mínimo duvidosa) para municípios que carecem de infraestrutura e possuem contradições sociais significativas. Constatamos apoios importantes dos representantes públicos aos agronegócios, o que é resultado de uma relação de dominação política por parte dos capitais ante ao Estado em nível municipal. Assim, eles usufruem das políticas públicas, tornando-as elemento basal para o sucesso dos negócios.

Outros ramos²⁶ da agricultura capitalista emergem e são relevantes na microrregião, como o agronegócio da soja, do milho e, atualmente, plantios de Teca, madeira muito valorizada comercialmente e que visa atender mercados externos, especialmente para o uso na construção naval.

A figura 03 busca ilustrar o que vem ocorrendo na microrregião de Tangará da Serra/MT. Demonstra uma área de confinamento de gado bovino e plantios de Teca, no município de Tangará da Serra; a planta fabril da empresa Itamarati e a entrada do município de Nova Olímpia.

²⁶ Com menor área ocupada, todavia significativos, apresentam-se plantios de algodão herbáceo, arroz e sorgo.



Figura 03: pecuária bovina, agronegócio canavieiro e plantios de teca na microrregião de Tangará da Serra/MT. Fonte: Tayrone Roger Antunes de Azevedo (2012).

Cremos que a análise dos dados censitários não é um fim em si, mas uma possibilidade de apreensão do que se passa na realidade, uma forma de suscitar debates e promover compreensões. Neste sentido, traremos para apreciação dados e informações da estrutura fundiária e uso da terra, uma vez que são prementes ao desvendamento da dinâmica territorial agrário-agrícola das microrregiões.

Observa-se, mediante os dados, que as microrregiões guardam suas peculiaridades, todavia a concentração das terras num número reduzido de estabelecimentos é um traço marcante em ambas, pois possuem semelhanças com relação a formação histórica e geográfica, em que a posse da terra, a detenção do poder que ela proporciona por meio de sua renda, está no cerne do controle social.

Optamos por definir as classes de área com menos de 200 hectares enquanto pequenos estabelecimentos, de 200 a menos de 1000 hectares de médios estabelecimentos e acima de 1000 hectares, os grandes estabelecimentos, conforme metodologia proposta por Oliveira (2003), em que traça uma média de diferentes

módulos fiscais firmando assim a possibilidade de apreensão de diversificações regionais em termos de área da propriedade da terra no país.

Como dito, na formação territorial da microrregião de Tangará da Serra/MT, a terra, é elemento importantíssimo. Ela vem sendo apropriada, tomada, e representa um poder político e econômico fundamental no capitalismo que se amplia nessas paragens.

Ao relacionar a estrutura fundiária com a utilização das terras, em alguns usos e produtos, há o predomínio dos estabelecimentos com menos de 200 hectares, como no caso das lavouras permanentes e alguns produtos da lavoura temporária (algodão herbáceo, arroz, cana-de-açúcar, feijão, milho, entre outros). Nos estabelecimentos a partir de 200 hectares, observa-se preponderância da pecuária bovina, como também de alguns produtos da lavoura temporária (soja, milho e cana-de-açúcar).

A concentração fundiária foi/é construída, isso gera inúmeras contradições sociais na microrregião, vejamos os dados a respeito da distribuição social das terras na tabela 01.

Tabela 01: Estrutura Fundiária da microrregião de Tangará da Serra/MT

Classes de Área (em hectares)	1995/96				2006			
	Nº*	%	Área (ha)	%	Nº*	%	Área (ha)	%
Menos de 10	681	24,4	3.037	0,2	475	12,6	2.031	0,2
De 10 - de 50	846	30,2	22.399	1,5	2.105	56,1	59.212	4,8
De 50 - de 100	299	10,7	21.499	1,5	261	7,0	18.298	1,5
De 100 - de 200	273	9,8	37.928	2,5	227	6,1	30.727	2,5
De 200 – 1000	438	15,7	196.793	13,3	416	11,1	201.120	16,1
Acima de 1000	260	9,3	1.202.684	81,1	228	6,1	936.257	75,0
Sem Área	0	0	-	-	37	1,1	-	-
Total	2.797	100	1.484.340	100	3.749	100	1.247.645	100

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários de 1995/96 e 2006. Org.: ASEVEDO, 2011.

Na microrregião de Tangará da Serra/MT, somando as classes de área com menos de 200 hectares, e considerando estabelecimentos agropecuários aí contidos enquanto pequenos, temos 2.099 estabelecimentos em 1995/96, o que representa 75,1% dos estabelecimentos. Entretanto, contraditoriamente, abarcam apenas 84.863 hectares, ou seja, 5,7% da área total. No Censo 2006, a situação se alterou uma vez

que são 3.068 estabelecimentos, 81,83% do total computado, abrangendo apenas 110.268 hectares, o que significa 9% da área total.

Avaliando a década, percebemos uma leve desconcentração da propriedade da terra, fruto, em grande parte, da implantação de projetos de Reforma Agrária na microrregião, observando, então, um número expressivo de pequenos estabelecimentos com menos de 50 hectares. Nessa fração, é típico encontrarmos unidades de alicerce familiar camponês, como apreenderemos em trabalho de campo.

No rol dos médios estabelecimentos – 200 a menos de 1000 hectares, de acordo com o Censo de 1995, eram 438 estabelecimentos contabilizados, 15,7% das unidades e ocupavam 196.793 hectares, 13,2% da área total. Isso levemente alterou-se em 2006, uma vez que apresentavam 416 estabelecimentos, apenas 11,1% do total dos estabelecimentos, representando 201.120 hectares, ou seja, 16,12% da área.

No grupo composto pelos grandes estabelecimentos, aqueles com área superior a 1000 hectares, são 260 estabelecimentos, perfazendo 9,3% do total de estabelecimentos cadastrados em 1995, todavia abocanhavam 1.202,684 hectares, 81,1% da área dos estabelecimentos. Já em 2006, apresentaram ligeira queda na ocupação da área total, são 228 estabelecimentos, o que representa 6,1% do total de estabelecimentos, todavia abrangem 936.257 hectares, 75% da área.

Avaliemos os dados concernentes ao uso da terra na microrregião de Tangará da Terra/MT na tabela 02, uma vez que a concentração fundiária muito se relaciona com os usos da terra.

Tabela 02: Utilização das terras na microrregião de Tangará da Serra/MT

Grupos de atividade econômica	Nº	- de 200	Nº	- de 1000	Nº	+ de 1000	Total (Nº)	Total (ha)
Lavouras temporárias	265	10.915	69	32.545	42	326.734	376	370.194
Lavouras permanentes	224	7.033	7	3.681	2	-	233	10.714
Horticultura e floricultura	88	1.181	7	3.803	8	30.278	103	35.262
Pecuária e criação de outros animais	2.439	89.248	330	159.160	171	538.041	2.940	786.449
Produção florestal - florestas plantadas	20	727	-	-	-	-	-	727

Produção florestal - florestas nativas	16	521	-	-	-	-	-	521
	3.052	109.625	413	199.189	223	895.053	3.652	1.203.867

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário de 2006. Org.: ASEVEDO, 2011.

Os grupos de atividade econômica “Sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal”, “Pesca” e “Aqüicultura” não apresentam dados e/ou se enquadram no item 1 supramencionado.

No caso dos estabelecimentos com menos de 200 hectares, verifica-se o predomínio do grupo “pecuária e criação de outros animais”, são 89.248 hectares destinados a tal forma de uso. Há que se mencionar que as lavouras temporárias e permanentes também apresentam dados importantes, 10.915 e 7.033 hectares, respectivamente, sendo usados. Os grupos da atividade econômica “produção florestal – florestas plantadas” e “produção florestal – florestas nativas” apresentam dados representativos, quando comparados às demais frações de área, haja vista que esses estabelecimentos, aqueles com menos de 200 hectares, são os únicos a realizar essas atividades. Se compararmos com a microrregião de Três Lagoas, temos uma situação muito distinta, uma vez que nessa microrregião são os médios e grandes estabelecimentos que desempenham a atividade econômica “produção florestal – florestas plantadas”. Verificamos que a área total cadastrada nos pequenos estabelecimentos é de 110.268 hectares, logo, o total de área usada é de 109.625 hectares, uma diferença de 643 hectares.

Com relação aos médios estabelecimentos, observamos que grande parte da fração ocupada é pelo grupo “pecuária e criação de outros animais”, são 159.160 hectares apropriados, já nas lavouras temporárias são 32.545 hectares destinados a tal uso, a área total cadastrada nos médios estabelecimentos perfaz 201.120 hectares, já o total de área usada apresenta 199.189 hectares, ou seja, 1.931 hectares de diferença. Nessa fração de área, os agronegócios se expandem nos últimos anos, principalmente o agronegócio canavieiro. A pecuária bovina continua sendo muito forte na região, os frigoríficos demandam fornecedores e existem mercados para carne bovina em nível nacional e até internacional.

Nos grandes estabelecimentos há a preponderância de dois grupos, são eles: “pecuária e criação de outros animais”, com uma fração de 786.449 hectares e; as “lavouras temporárias”, que representam 326.734 hectares. Cabe mencionar, também, a participação dessa fração de área (grandes estabelecimentos) no grupo

de atividade econômica “horticultura e floricultura”, uma vez que são 30.278 hectares sendo usados para tal fim. A área total cadastrada nos grandes estabelecimentos é de 936.257 hectares, no entanto, o total de área usada contempla 895.053 hectares, diferença de 41.204 hectares. Os proprietários dos grandes estabelecimentos, nessa microrregião, são historicamente detentores do poder político e econômico. Eles se organizaram de tal modo que atualmente influenciam diretamente as mudanças no padrão produtivo regional, isto é, o desenvolvimento dos agronegócios canavieiro e sojícola, assim como dos negócios envolvendo a Teca, está ligado aos grandes proprietários de terra. Por vezes, “novos” agentes capitalistas (indústrias, mercado financeiro etc.) adentram em cena e estabelecem parcerias comerciais e financeiras com esses “velhos” agentes do capitalismo local, os latifundiários.

1.4 – “No olho do furacão, na ilha da fantasia...”²⁷ A constituição do complexo²⁸ eucalipto-celulose-papel na microrregião de Três Lagoas/MS

A microrregião de Três Lagoas/MS²⁹ tem sua formação histórico-geográfica intimamente ligada à pecuária de corte e leite (BERTHOLI, 2006), processo que se realizou mediante a formulação de uma estrutura de poder político rigidamente estabelecido, calcada no monopólio das terras. Todavia, notabiliza-se por sofrer grandes transformações sociais (rurais e urbanas), em meados da década de 2000, com o estabelecimento do agronegócio do eucalipto, um complexo territorial transescalar vultoso voltado à produção de celulose-papel que redimensionou as relações econômicas e políticas, com rebatimentos relevantes em diferentes âmbitos sociais.

As raízes da *silvicultura* nessa região remontam ao final da década de 1970, ou seja, o governo militar – ávido em *criar* uma região produtora de eucalipto e *pinus* para abastecer indústrias siderúrgicas do Sudeste – realizou investimentos em projetos de

²⁷ Fazemos alusão à canção “Quanto vale a vida?”, da banda porto-alegrense Engenheiros do Hawaii, gravada no álbum “Filmes de guerra, canções de amor” de 1993.

²⁸ Almeida (2012, p. 4) assim escreve acerca deste termo: “A expressão “*complexo eucalipto-celulose-papel*” é pensada como indicador de uma situação de interface entre o local e o global, o *nó* onde se manifesta o encontro de lógicas e práticas distintas de uso do território. Neste caso, na microrregião de Três Lagoas, o *complexo eucalipto-celulose-papel* é a sobreposição de um uso da terra em relação a outros, não apenas da pecuária, mas, sobretudo, em relação ao uso camponês que é seu contraponto. Deste modo, a expressão não se assemelha com o uso disseminado na década de 1980 acerca dos complexos agroindustriais que, de forma geral, sugeriam o conjunto de elementos de uma cadeia produtiva como, por exemplo, o complexo soja/farelo/óleo.”

²⁹ Abrange os municípios de Água Clara, Brasilândia, Ribas do Rio Pardo, Santa Rita do Pardo e Três Lagoas.

“florestamento-reflorestamento” na área compreendida entre Campo Grande e Três Lagoas por intermédio do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados – POLOCENTRO, vigente de 1975-1981 (ABREU, 2001, p.170 e 268).

Já em 1988, a empresa Chamflora Três Lagoas Agroflorestal, subsidiária da *International Paper* no Brasil, perpetrou o plantio de eucalipto com vistas à produção de celulose e papel. Nesse ínterim, o estabelecimento de uma planta fabril agroprocessadora era praticamente certo (KUDLAVICZ, 2011).

Apesar de ações e investimentos, o projeto que ensaiava desde a década de 1970 adentrou em cena efetivamente quase dois decênios após, com a parceria entre Votorantim Celulose e Papel e *International Paper* (VCP/IP), por intermédio de um contrato de permuta em 2007, para a construção da maior fábrica de celulose e papel em linha contínua do mundo, em Três Lagoas/MS: a VCP entregou sua fábrica de Luiz Antônio/SP à *Internatinal Paper*, visando fortalecer a construção de uma nova fábrica em Mato Grosso do Sul. Essa associação reestruturou o setor em âmbito nacional e, diríamos, até internacional. As empresas se veem ajuramentadas a estabelecer relações mútuas de troca de bens e ativos, interessantíssimo para os negócios no Brasil e, de certa maneira, a união de forças entre elas proporcionou maior poder de atuação frente ao mercado mundial do setor.

Dieterich (2007, p. 39) mencionara que:

Com essa troca de ativos a VCP perderá receita nos anos de 2007 e 2008 em função da entrega da planta de Luiz Antônio, mas em contrapartida terá um acréscimo substancial no seu faturamento com o início das operações de Três Lagoas em 2009. Além disso, essa troca demonstra o novo foco de longo prazo da VCP, que se voltará muito mais para a produção de celulose de mercado em detrimento ao papel.

Essa trama promulgou um rearranjo territorial expressivo, com indicativos variados, destaque para a supervalorização das terras (campo/cidade), advento de diversas empresas (indústrias, serviços e comércio), ascensão de redes de articulação-circulação, redimensionamento da relação cidade-campo, migrações intensas, reestruturação das relações de trabalho e incisão do Estado no atendimento ao capital (PERPETUA, 2012; SILVA, 2013).

Em 2009, mais transformações ocorreram nos municípios no entorno de Três Lagoas, pois novas perspectivas foram lançadas com a fusão Aracruz Celulose/Votorantim Celulose e Papel e criação da FIBRIA. Um processo que teve a

participação do Estado enquanto regulador das relações e agente-empresendedor direto do processo, por intermédio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)³⁰.

A figura 04 apresenta o complexo eucalipto/celulose/papel da Fibria. Primeiramente, demonstrando a planta fabril da referida empresa, depois, temos os vagões que transportam a celulose produzida, assim como a entrada da empresa *International Paper* que compõe esse complexo. Por último, a celulose pronta para ser exportada.



Figura 04: complexo eucalipto/celulose/papel da Fibria no município de Três Lagoas/MS. Fonte: Tayrone Roger Antunes de Asevedo (2010).

As expectativas a partir dessa união remetem a negócios extremamente lucrativos e reformularam as estratégias do capital, uma vez que a região tornar-se-á uma importante área da produção de celulose e papel do mundo nos próximos cinco anos. Avançando nessa direção, ocorreu o anúncio da Unidade Três Lagoas II da

³⁰ Cf. Anunciada criação da Fibria, fusão entre Aracruz e VCP. Agência Estado, 01 set. 2009 Disponível em: <<http://www.abril.com.br/noticias/economia/anunciada-criacao-fibria-fusao-aracruz-vcp-514631.shtml>>. Acesso em: 20 out. 2012.

FIBRIA, um projeto que prevê em curto prazo, acréscimo na base florestal em torno de 150 mil hectares³¹.

Outra questão foi a ratificação da Eldorado Celulose e Papel e interessa-nos ressaltar que seu surgimento já se faz permeado em contradições, uma vez que o sócio fundador do grupo Eldorado, Mário Celso Lopes, possui processo judicial em trâmite por trabalho escravo. Em 2009, a fazenda Isabel, de sua propriedade, no Pontal do Araguaia, foi flagrada em tal delito pelo Grupo Especial de Fiscalização Móvel do Ministério do Trabalho. Na ocasião, 23 seringueiros foram libertos pelos agentes.

Nesse sentido, haveria a possibilidade de tal empresário entrar na lista suja de trabalho escravo no Brasil, o que obstaría empréstimos públicos, conforme a legislação, fato que certamente impediria o sucesso dos negócios, pois o grupo pleiteara R\$ 3 bilhões junto ao BNDES³². Todavia, houve um “afastamento” desse empresário, na medida em que ele não buscava todas as atenções, descentralizando suas ações em nível formal, mas tendo uma atuação marcante nos “bastidores” do processo.

Recentemente, esse empresário anunciou a venda de sua participação na empresa Eldorado Brasil para a J&F Holding/JBS-Friboi³³, estratégia dos agentes conformadores que visa abrir capital da empresa no mercado financeiro. Isso também denota a postura do referido empresário junto a esses acontecimentos, ou seja: entendemos que se trata de ganhos obtidos com especulação, atraindo investidores, comprando e vendendo participações/ativos e, avaliando seu histórico, ressaltamos os negócios realizados na compra e venda de terras. Um universo complexo que procuramos entender, haja vista que as envolturas existentes entre os capitais industrial, rentista e financeiro, são arranjos/complexos territoriais em que a posse/uso da terra desempenha papel importantíssimo.

A figura 05 apresenta o empresário Mario Celso Lopes durante o evento “Três Lagoas Florestal”; a indústria da Eldorado Brasil sendo construída, no município de

³¹ Cf. Fibria investe na formação de base florestal de Três Lagoas para antecipar segunda unidade industrial. Disponível em: <http://www.fibria.com.br/web/pt/midia/noticias/noticia_2010ago16.htm> Acesso em: 23 ago. 2010.

³² Sobre as informações aqui externadas temos por referência Almeida (2010).

³³ Cf. HOLDING da JBS compra parte de sócio da Eldorado. 03 jun. 2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/mariacristina/1099486-holding-da-jbs-compra-parte-de-socio-da-eldorado.shtml>>. Acesso em: 06 jun. 2012.

Três Lagoas/MS, além do horto florestal 01, na Fazenda Serrinha, onde a empresa Florestal Brasil, que compõe o complexo Eldorado, realiza seus negócios.



Figura 05: o complexo Eldorado no município de Três Lagoas/MS. Fonte: Tayrone Roger Antunes de Asevedo; Rosemeire Aparecida de Almeida (2012).

A Eldorado iniciou a construção de sua planta fabril no município de Três Lagoas, no primeiro semestre de 2011, com a inauguração efetiva prevista para novembro de 2012. As expectativas são de uma produção de 1,5 milhão toneladas/ano de celulose e 220 MW de energia/hora e os investimentos foram orçados em aproximadamente R\$ 2,9 bilhões, destacando-se a isenção de 90% de ICMS pelo Estado à indústria (SICHITO, 2010; WAGNER, 2010).

Além do estabelecimento dessas empresas, outras duas foram confirmadas: uma é a indústria siderúrgica Sitrel, com o objetivo de atender a crescente demanda por vergalhões de ferro para a construção civil no Centro-Oeste – trata-se de uma parceria de investimentos entre os grupos Votorantim Siderurgia e Grendene. As obras para a construção da base fabril foram realizadas e o início das atividades se

deu em janeiro de 2013³⁴. Outra é a fábrica de fertilizantes nitrogenados da Petrobrás, uma das maiores do mundo no gênero, que atenderia a demanda do produto (ureia e amônia) nos agronegócios em termos regionais e nacionais. A inauguração está prevista para o segundo semestre de 2014 (MARTINS, 2013).

Todos esses acontecimentos têm movimentado os municípios no ensejo à participação, por conseguinte, nesses lugares, inicia-se e eleva-se o plantio de eucalipto. Surgem palestras, seminários e *workshops*; “capacitação” de trabalhadores, tanto pelas prefeituras como por instituições e cursos de educação técnica recorrendo a parcerias público-privadas; especulação fundiária, entre outros.

O ponto basilar dessa reestruturação geográfica é que os negócios tornaram-se mais rentáveis quando situados em países pobres da América do Sul e Ásia. Por conseguinte, o cenário atual é promissor, aponta para uma forte expansão dos monocultivos de árvores, conseqüentemente, da indústria de celulose e papel, mesmo com a existência de outros gêneros agrícolas que, em tese, poderiam disputar áreas, apoios do Estado e mão de obra, como, por exemplo, cana-de-açúcar e soja.

Os plantios homogêneos de eucalipto apresentam altas taxas de crescimento, comparados com os países na Europa e Norte da América, devido a maior incidência de radiação solar, por exemplo. As normas e leis ambientais são outro ponto facilitador. Nos países de origem dessas empresas são rigorosas, o que tem obrigado as fábricas a desenvolver tecnologias de ponta para diminuir os impactos ecológicos desses processos produtivos. Todavia, esses investimentos rebatem incisivamente nas taxas de lucro. Logo, em muitos países pobres, para onde se direcionam esses projetos, são brandas as normatizações e aparatos jurídico-legais ou inexistentes fiscalização e medidas concretas de avaliação e punição ante os impactos gerados, o que se torna um atrativo para os negócios. Vale destacar que além dos “impactos ambientais”, esses projetos apresentam grandes riscos sociais e culturais, como o impacto sobre a produção de alimentos e sobre as relações de trabalho³⁵.

A respeito desses empreendimentos, Jussi Pakkasvirta (2010, p. 9) aponta duas frentes importantes para avaliarmos essa alteração geográfico-produtiva dos

³⁴ Cf. Sitrel inicia operações em Três Lagoas (MS). Painel Florestal, 09 jan. 2013. Disponível em: <<http://www.painelflorestal.com.br/noticias/brasil/sitrel-inicia-operacoes-em-tres-lagoas-ms>>. Acesso em: 23 fev. 2013.

³⁵ Temas que trataremos nos capítulos III e IV deste trabalho.

plantios de eucalipto e das fábricas de celulose: a própria conjuntura da economia globalizada e os apoios oferecidos pelos Estados/países agora abarcados.

El cierre de las fabricas puede estudiarse desde el marco de la política, economía y de otros muchos actores, por tanto los hechos son también diferentes. Lo que tienen en común los antecedentes del cierre de unas fábricas y la apertura de otras parece ser, en primer lugar, que el fenómeno refleja la economía global neoliberal, y en segundo lugar, que las fábricas ahora cerradas por las empresas han sido en su momento apoyadas por los Estados implicados.

E no processo de territorialização desses empreendimentos capitalistas, a posse/uso da terra é primordial, uma vez que também é por meio da apropriação de sua renda que o capital se (re)produz. Nesse sentido, a terra tende a concentrar, assim como os preços à elevação. Observemos os dados relativos à estrutura fundiária da microrregião de Três Lagoas/MS na tabela 03, para que compreendamos o processo territorial do agronegócio e a apropriação/detenção histórica da terra pelos latifundiários.

Tabela 03: Estrutura Fundiária da microrregião de Três Lagoas/MS

Classes de Área (em hectares)	1995/96				2006			
	Nº	%	Área (ha)	%	Nº	%	Área (ha)	%
Menos de 10	252	7,0	998	0,0	304	6,8	1.476	0,0
De 10 - de 50	396	11,0	10.627	0,2	1.311	29,2	34.180	0,8
De 50 - de 100	164	4,6	11.774	0,2	189	4,2	13.740	0,3
De 100 - de 200	279	7,8	40.635	0,9	265	5,9	36.004	0,8
De 200 - 1000	1.400	38,9	719.994	16,0	1.279	28,4	689.809	15,2
Acima de 1000	1.106	30,7	3.736.360	82,7	1.135	25,2	3.761.789	82,9
Sem Área	0	0	-	-	15	0,3	-	-
Total	3.597	100	4.520.388	100	4.498	100	4.536.998	100

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário de 2006. Org.: ASEVEDO, 2011.

Na microrregião de Três Lagoas/MS, nas classes com menos de 200 hectares, de acordo com o Censo 1995/96, eram 1.091 estabelecimentos agropecuários, abrangendo 30,4% do total, mas compreendendo somente 64.034 hectares, ou seja, 1,3% da área total. Isso se altera em uma década, no Censo 2006 apresentam 2.069 estabelecimentos, 46,1% do total de estabelecimentos averiguados, 85.400 hectares, todavia 1,9% da área total.

No rol dos médios estabelecimentos – 200 a menos de 1000 hectares, em 1995 a microrregião apresenta 1.400 estabelecimentos, 38,9% do total, assim ocupando 719.994 hectares, apenas 16,0% da área total. Em 2006, verifica-se uma redução do número de estabelecimentos, e diminuição da área ocupada, uma vez que são 1.279 estabelecimentos, agora 28,4%, mas ocupando 689.809 hectares, 15,2% da área total.

Perpetuam-se os grandes estabelecimentos, aqueles acima de 1000 hectares, são 1.106 estabelecimentos, 30,7% do total, entretanto abarcam 3.736,360 hectares, o que representa a cifra de 82,7 da área total. Em 2006, a situação é praticamente a mesma, uma vez que são 1.135 estabelecimentos, representando 25,2% do total, mas abarcando 3.761.789 hectares, ou seja, 82,9% da área total.

Esses dados denunciam a forma com que a terra é possuída na microrregião, são muitos latifúndios, o que denota entender que as transformações territoriais recentes apresentam certas similaridades nos médios e grandes estabelecimentos, uma vez que tiveram alterações em duas frentes: como produtivos, os integrados ao *des-envolvimento*, exportadores e “modernos”, ou improdutivos, os latifúndios ociosos. Mencionamos que ambos apresentam caráter especulativista/rentista e, em alguns casos, paramilitar, visto que se valem do Estado e de milícias armadas para defenderem e reproduzirem-se³⁶.

Para melhor compreender essa situação, percorremos os dados referentes à utilização das terras, uma vez que existem estreitas relações entre estrutura fundiária e as formas com que ela é, por vezes, usada³⁷.

Avaliemos na tabela 04, os dados relativos à microrregião de Três Lagoas/MS.

Tabela 04: Utilização das terras na microrregião de Três Lagoas/MS

Grupos de atividade econômica	Nº	- de 200	Nº	- de 1000	Nº	+ de 1000	Total I (Nº)	Total (ha)
Lavouras temporárias	158	6.131	57	29.113	44	119.382	259	154.626
Lavouras permanentes	17	628	-	-	-	-	17	628
Horticultura e floricultura	67	2.222	16	8.479	13	29.276	96	39.977

³⁶ Mais sobre a temática da militarização da questão agrária em Mato Grosso do Sul e do Estado *parceiro* nessa processualidade, ver: Avelino Junior (2004).

³⁷ Trabalharemos também os dados de uso da terra do Censo Agropecuário 1995/96, avaliando, por conseguinte, a década censitária.

Pecuária e criação de outros animais	1.795	74.999	1.176	639.574	1.050	3.447.456	4.021	4.162.029
Produção florestal - florestas Plantadas	6	410	17	7.139	22	144.273	45	151.822
Produção florestal - florestas nativas	17	148	6	1.165	-	-	23	1.313
Aquicultura	6	-	-	-	-	-	6	0
	2.066	84.538	1.272	685.470	1.129	3.740.387	4.467	4.316.164

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário de 2006. Org.: ASEVEDO, 2011.

Os grupos de atividade econômica “Sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal”, “Pesca” e “Aquicultura” não apresentam dados e/ou se enquadram no item 1 supramencionado.

A microrregião de Três Lagoas/MS apresenta dados singulares no grupo “pecuária e criação de outros animais”, além de significativa porcentagem de área nas lavouras temporárias. Nota-se que no caso do grupo “produção florestal - florestas plantadas” há, nesse momento, indicativos de um reordenamento emblemático, com o complexo territorial eucalipto-celulose-papel ganhando cada vez mais corpo no perfil do agronegócio microrregional.

No caso dos pequenos estabelecimentos, com até 200 hectares, as lavouras temporárias apresentam 6.131 hectares, já o grupo “pecuária e criação de outros animais” perfaz 74.999 hectares, além de 2.222 hectares sendo usados em horticultura e floricultura. A área total cadastrada nos pequenos estabelecimentos é de 85.400 hectares, já o total de área usada 84.538 hectares, diferença de 862 hectares.

Com relação aos médios estabelecimentos, as lavouras temporárias apresentam 29.113 hectares, já o grupo “pecuária e criação de outros animais”, apresenta 639.574 hectares, além de 8.479 hectares sendo usados em horticultura e floricultura. Observa-se, também, 7.139 hectares no grupo “produção florestal - florestas plantadas”. A área total cadastrada nos médios estabelecimentos é de 689.809 hectares, ou seja, um total de área usada de 685.470 hectares, sendo 4.339 hectares destinados a outras formas de uso da terra e/ou não sendo utilizados.

Nos grandes estabelecimentos, os grupos de atividade econômica “lavouras temporárias” e “pecuária e criação de outros animais” apresentam, respectivamente, 119.382 hectares e 3.447.456 hectares, bem como 144.273 hectares no grupo “produção florestal - florestas plantadas”. São 3.761.789 hectares de área total

cadastrada, por conseguinte, um total de área usada de 3.740.387 hectares, uma diferença de 21.402 hectares.

Vejamos, no próximo capítulo, como ocorre a territorialização dos agronegócios nas microrregiões de Tangará da Serra/MT e Três Lagoas/MS, assim como mudanças significativas que ocorrem na economia-política desses empreendimentos capitalistas.

CAPÍTULO II

***TERRITÓRIO E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA: AS
NOVAS FRENTES DE EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO
EM MATO GROSSO E MATO GROSSO DO SUL***

2.1 – Condicionantes e características da reestruturação geográfico-produtiva e econômico-organizacional dos agronegócios

As profundas mutabilidades, promovidas com os novos arranjos socioespaciais de (re)produção e acumulação de capital densamente flexibilizados do *toyotismo*, são manifestos na expansão de agronegócios nas microrregiões de Tangará da Serra/MT e Três Lagoas/MS.

Os agronegócios provam alterações significativas, como reestruturações geográfico-produtivas, pois arquitetam novas áreas lucrativas, dessa forma se expandindo territorialmente; como também, econômico-organizacionais.

Com essas transformações torna-se necessário o enxugamento de gastos e uma uniformização crescente e sem transtornos do regime da acumulação, o que é proporcionado, entre outros fatores, pela tecnificação e polivalência do trabalhador e, por vezes, a redução no contingente de força de trabalho, como, por exemplo, a informatização e acréscimo de incrementos técnico-mecânicos, produzindo número excedente de operários que disputam um posto de trabalho³⁸.

Nesse contexto, a relação terra-capital intensifica-se sob um manto diferenciado. Trata-se de processos de regulação e controle hegemônico do Estado e das classes subalternas pelos capitais, além da sobrevalorização da natureza enquanto recurso. São ações que demonstram a nova economia-política do capitalismo em que adentramos em um novo período histórico-geográfico, diferenciado na relação sociedade-espço. Agora, nos deparamos com o meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2008) e biorreferenciado (MOREIRA, 2005) reproduzindo-se de maneira desigual e combinada (LÖWY, 1998). Essas mudanças promoveram tensões variadas com rebatimentos nocivos para um projeto político-social das classes – proletária e camponesa – conscientemente libertas e organizadas.

Considerando as especificidades regionais e locais, abordaremos as peculiaridades de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, vinculando-as – ou tomando como exemplo e condição empírica – as microrregiões de Tangará da Serra/MT e Três Lagoas/MS.

³⁸ Tema fundamental no qual trataremos no capítulo IV deste trabalho.

Nesses termos, alguns condicionantes e características podem ser elencadas, pois, de certa forma, orientaram essas expansões/alterações implicando diretamente na nova organização espacial dos agronegócios, tais como: 1) as favoráveis condições pedogeomorfológicas, edafoclimáticas e econômico-estratégicas; 2) a maior disponibilidade hídrica à atividade; 3) apoios e iniciativas do Estado; 4) Legislação ambiental branda ou flexibilizada, que não incide diretamente nos rendimentos; 5) o redimensionamento do poder intra e intercapital sob a forma de intensificação do controle territorial nacional e transnacional por parte dos grandes grupos; 6) redefinições para o mundo do trabalho e, em alguns casos; 7) a ausência de enfrentamentos sociais representativos.

Vejamos a seguir, os pressupostos anteriormente mencionados.

1) As favoráveis condições pedogeomorfológicas, edafoclimáticas e econômico-estratégicas, ou seja, disponibilidade de terras com preços de compra e arrendamento baixos, se comparados às áreas tradicionais do setor, bem como relevos planos e levemente ondulados, pois, com a reestruturação produtiva que o setor vivencia, opta-se por mecanizar cada vez mais processos técnico-produtivos – plantio, tratos e colheita. Ademais, podemos mencionar a saturação edafológica nas áreas tradicionais, com solos que necessitam cada vez mais de agroquímicos, agrotecnologias etc., para obterem níveis de produtividade equivalentes à capacidade total de processamento industrial, condições que atingem diretamente a taxa de lucro, com decréscimos significativos.

Com relação às características geológicas-geomorfológicas, mencionamos que a microrregião de Tangará da Serra/MT localiza-se na porção Sudoeste do Estado de Mato Grosso³⁹, numa área de esboroamento do Planalto dos Parecis, na borda da Chapada dos Parecis, que situa-se a Noroeste do Estado de Mato Grosso. Compreendendo a região, tem-se também a Serra e Depressão⁴⁰ do Alto Paraguai-Guaporé.

O relevo nas porções onde territorializam-se os agronegócios nessa região são planos, possuem ondulações leves que propiciam a mecanização agrícola. Somente em alguns pontos específicos é que não há possibilidade de mecanização do

³⁹ A respeito dos dados e informações sobre os relevos e solos aqui demonstrados, principalmente os que abrangem o Estado de Mato Grosso, temos por referências Coutinho (2005) e Ker (1997).

⁴⁰ Depressão em faixas de dobramentos do Brasil Central, conforme demonstrado na legenda da figura 06.

processo produtivo agrícola, principalmente aqueles localizados nas bordas das serras, no entanto, as áreas aplainadas ainda são extensas na região. Vejamos na figura 06 essas características.

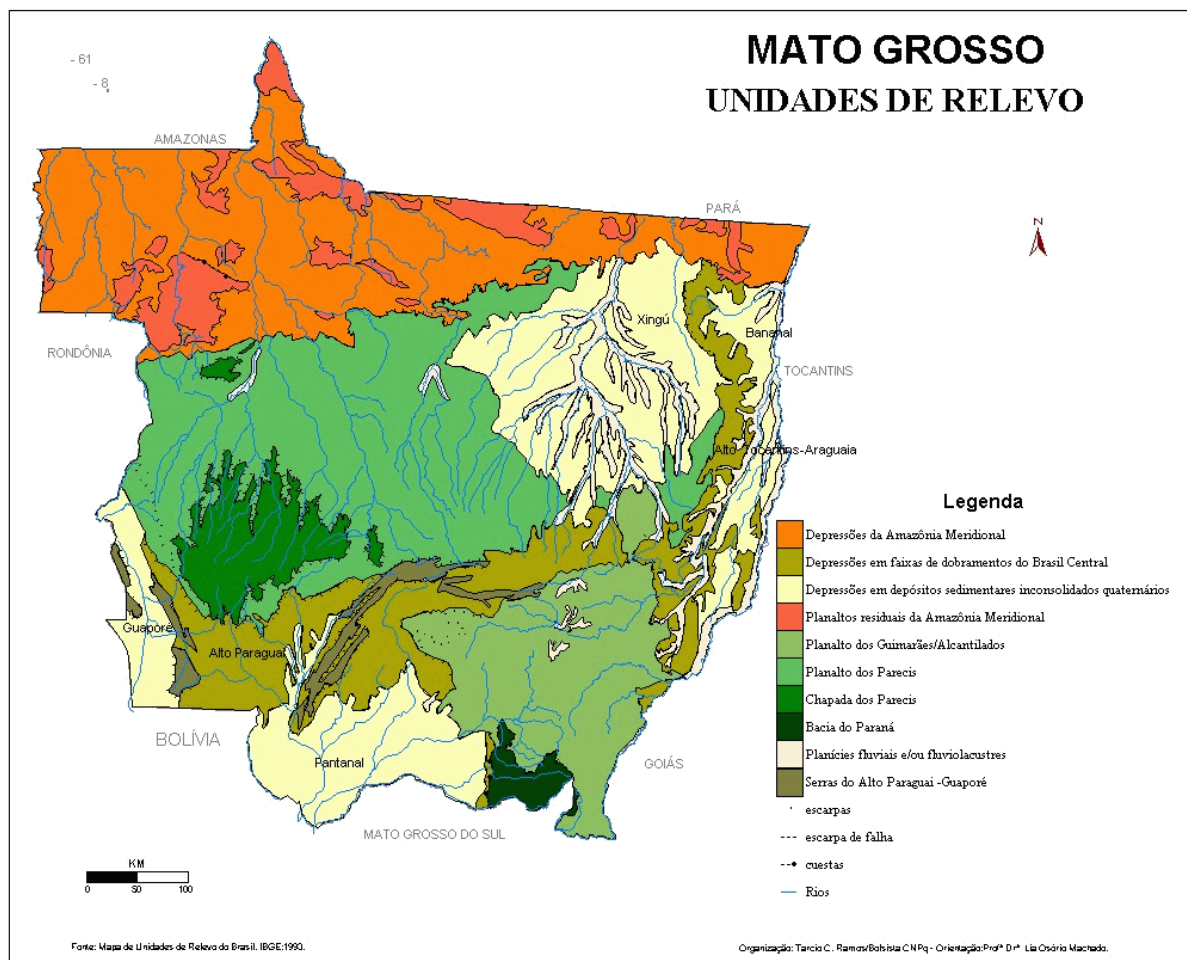


Figura 06: Mato Grosso – Unidades de Relevo: IBGE (1990). Org. Ramos & Machado (2009).

Com relação aos solos, analisando a porção Sudoeste de Mato Grosso, são vários os tipos existentes, no que concerne à microrregião de Tangará da Serra. Temos o *latossolo vermelho-escuro*, trata-se de solos minerais muito intemperizados, ou seja, profundos com boa drenagem entre suas camadas, além de serem porosos e de perfil homogêneo. Apresentam-se resistentes à erosão de superfície, principalmente pelo fato de serem permeáveis. São ácidos e distróficos, o que demanda correção na acidez e fertilização para apropriado uso agrícola. Ocorrem em quase todo o Estado de Mato Grosso, com maior intensidade no Planalto do Parecis, porção espacial com relevos planos e levemente ondulados. Assim, somadas às características físicas do solo mais as peculiaridades geomorfológicas da região,

temos uma ambiência adequada à territorialização de agronegócios (COUTINHO, 2005).

O *latossolo roxo* (terra roxa) é um solo vermelho-escuro com tonalidade arroxeada. Trata-se de solos minerais, profundos, porosos, friáveis e permeáveis, originam-se, principalmente, da decomposição de basalto e tufito. Caracteriza-se pela textura argilosa ou muito argilosa e, por esses aspectos físicos, possui alta aptidão agrícola inclusive para mecanização⁴¹.

Tem-se ainda o *latossolo vermelho-amarelo*, que apresenta ocorrência significativa no Estado de Mato Grosso e que se caracteriza por ter boa drenagem, textura argilosa ou muito argilosa e boa profundidade e aeração. Apresenta algumas características químicas inapropriadas às práticas agrícolas, dessa forma, necessita de práticas de correção química como adubação e calagem. Está presente no Planalto do Parecis, onde apresenta-se adequado à mecanização.

A respeito dos tipos de solos no Estado de Mato Grosso, notemos a figura 07.

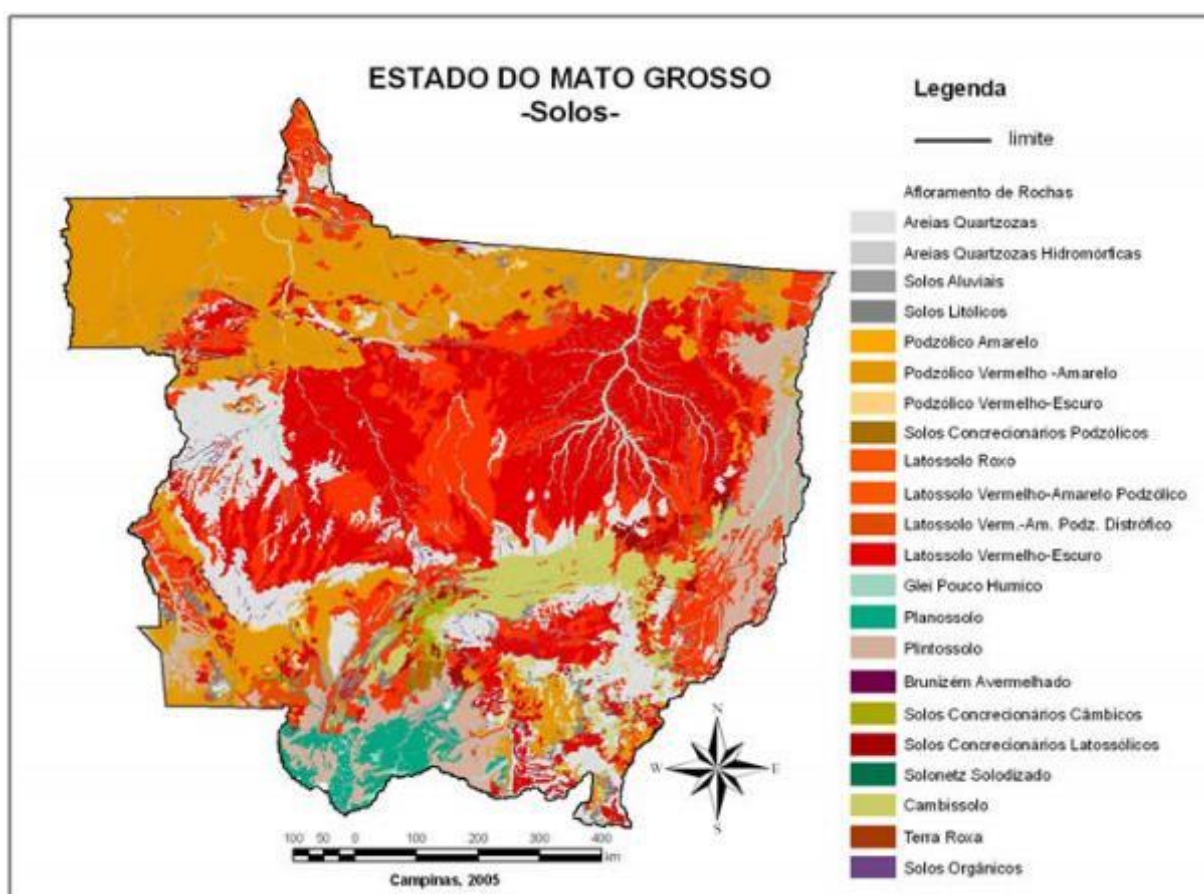


Figura 07: Estado de Mato Grosso – Solos. Fonte: Coutinho (2005).

⁴¹ COUTINHO, 2005, p. 62 et. seq.

Na microrregião de Três Lagoas temos características geoambientais específicas relativas ao relevo, assim como aos solos. Elas são importantes no processo de territorialização do complexo eucalipto-celulose-papel. Observemos a figura 08.

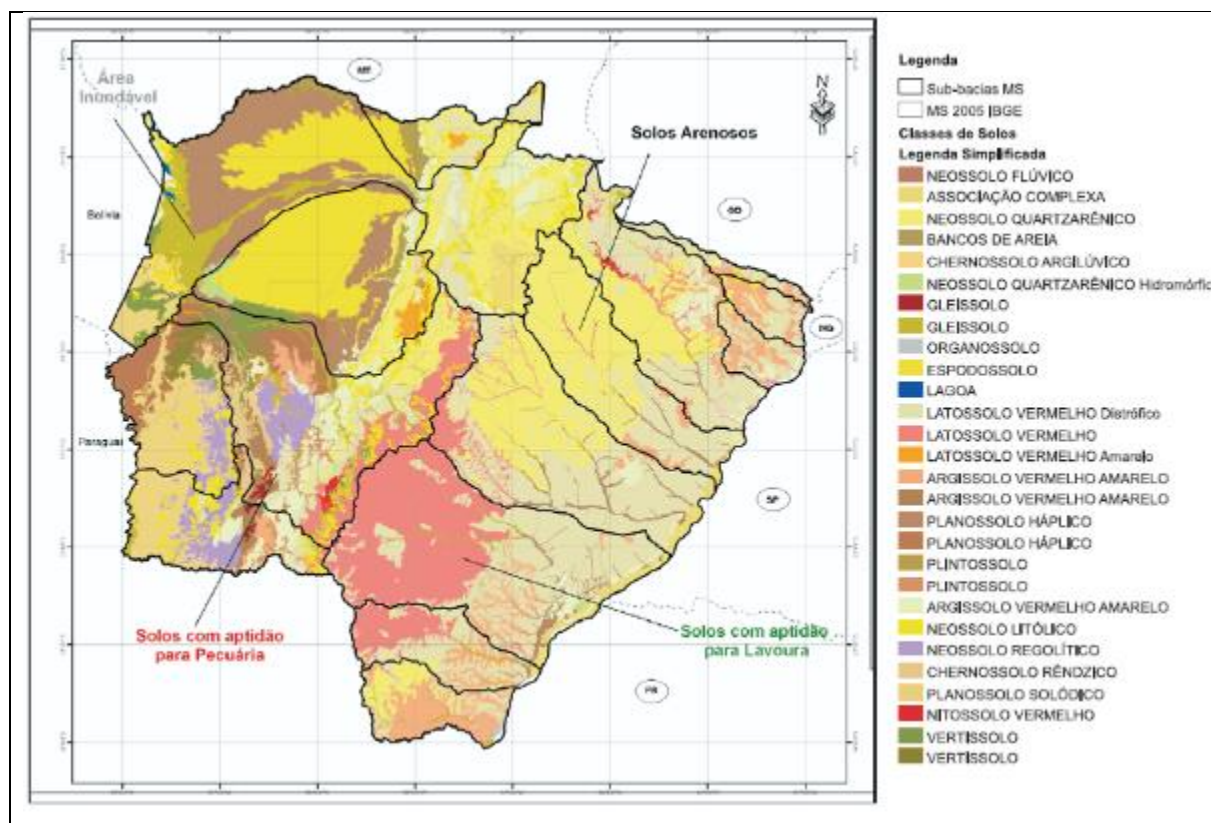


Figura 08: Solos de Mato Grosso do Sul. Fonte: SEMAC (2009).

Atualmente, os plantios de eucalipto estão situados em terrenos com predominância de *latossolo* vermelho (distrófico) – consiste em solos minerais argilosos ou muito argilosos, são porosos e apresentam profundidade acentuada. Para o uso agrícola, é necessário implementar técnicas de correção, pois são ácidos e distróficos, características que dificultam os cultivos. Dessa forma, aplicar corretivos de acidez e adubação faz-se necessário para obter crescimento de plantas e rendimento agrícola. O cuidado/preparo com esse tipo de solo deve ser frequente, pois podem ser degradados por compactação e erosão. Ainda assim, as áreas com esse tipo de solo propiciam a mecanização agrícola e bons rendimentos agrícolas, haja vista os relevos planos e levemente ondulados onde comumente se situam (SANTOS et al. 2006).

Em seguida, tem-se o *neossolo quartzarênico*, solo de depósitos arenosos, possuindo textura de areia, característica presente em profundidade considerável,

alguns casos ultrapassam dois metros. Resulta da decomposição de quartzo, não apresentando minerais primários, sendo solo favorável ao intemperismo. Compreende as areias quartzosas não-hidromórficas descoloridas, com teor baixo de argila e silte inexistente. Esses solos, portanto, apresentam impeditivos ao uso agrícola, embora práticas de manejo para recomposição/reposição e aumento dos teores de matéria orgânica possa torná-los aptos a cultivos específicos. Assim, por suas características físico-químicas possuem tendência à degradação (EMBRAPA, s.d.).

Em menor quantidade, há os terrenos com *latossolo vermelho*, são solos com drenagem e porosidade de boa qualidade entre suas camadas. Apresenta profundidade razoável, o que favorece os cultivos, embora apresente certa acidez, o que demanda correções específicas. Por suas qualidades, sua porção edáfica é apropriada à agricultura. São solos minerais intemperizados e, geralmente, localizam-se em relevos planos e suavemente ondulados. Com as devidas práticas conservacionistas, erosões são facilmente evitadas (KER, 1997).

Os relevos da microrregião de Três Lagoas são favoráveis à territorialização do agronegócio do eucalipto, uma vez que essa área compreende o planalto da bacia do Paraná, unidade de relevo que apresenta superfícies planas e levemente onduladas, com altitudes até 400 metros. Combinando esses relevos adequados mais algumas porções de solo facilmente agricultáveis, apresentam-se, assim, as condições necessárias à expansão dos eucaliptais, como ocorre em toda a microrregião, não somente no município de Três Lagoas (Figura 09).



Figura 09: plantios de eucalipto em Brasilândia/MS. Fonte: Tayrone Roger Antunes de Asevedo (2012).

Somado às peculiaridades anteriores, outro condicionante do estabelecimento desse complexo territorial, que deve ser levado em consideração, diz respeito às diferenças espaciais nas taxas de crescimento dos eucaliptais, ou seja, o Brasil, devido sua posição geográfica próxima à linha do Equador, possui incidência de radiação solar superior a muitos países do mundo, como nos países do Norte da Europa e os Estados Unidos, áreas tradicionais do setor. Dessa forma, apresenta taxas de crescimento superiores. Além disso, os relevos estão situados em placas tectônicas estáveis, com poucas áreas de altitudes elevadas e relevos acidentados. Apresentando, ainda condições climáticas favoráveis a atividade agrícola em estudo.

Como pode ser observado na figura 10, comparando a produtividade das coníferas e folhosas no Brasil com outros países, notam-se diferenças significativas entre os países localizados próximos a linha do equador e aqueles distantes dessas latitudes, isto é, apresentando menores taxas de incidência de radiação solar, o que é um fator importantíssimo no crescimento dessas espécies de árvore. Entretanto, temos que pensar a totalidade dos condicionantes da reestruturação geográfica desses empreendimentos.

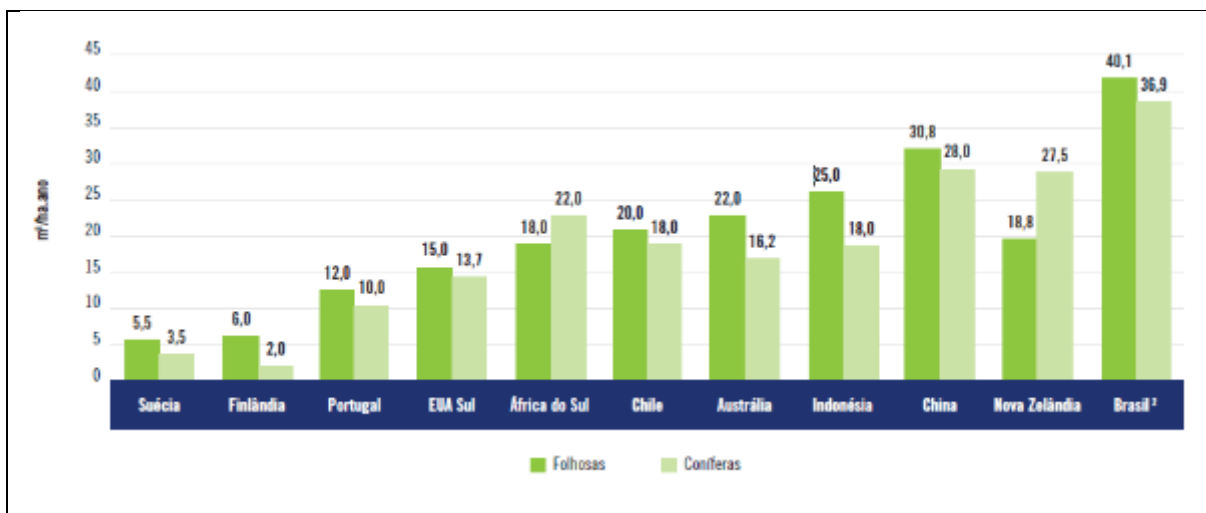


Figura 10: comparação da produtividade florestal de coníferas e de folhosas no Brasil em países selecionados, 2011. Fonte: ABRAF (2012).

A Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas (ABRAF) mencionou no seu anuário estatístico de 2012 alguns condicionantes para obter-se adequada produtividade “florestal”: “condições edafoclimáticas e fundiárias, aliadas à política histórica de investimento em pesquisa e desenvolvimento, à verticalização do setor e à qualidade de mão de obra empregada na atividade, proporcionam a maior produtividade por hectare e, conseqüentemente, o menor ciclo de colheita para os plantios florestais estabelecidos no Brasil” (ABRAF, 2012).

2) Maior disponibilidade hídrica à atividade: variedade de cursos d’água, como rios, riachos, áreas alagáveis, veredas etc., sobretudo pelos subterrâneos e abundantes veios aquíferos. No caso do agronegócio canavieiro, a lâmina de água necessária para o ciclo da gramínea é de 1000 a 2000 mm, muito maior que o arroz (600 a 1200mm), o feijão (300 a 600mm) ou as verduras em geral (250 a 500mm) (THAME *apud* SOARES, 2009, p. 47).

A respeito do agronegócio do eucalipto, fica evidente a importância da água tanto para o crescimento das monoculturas dessa espécie arbórea como para o processo produtivo da celulose. Na figura 11, podemos notar a proximidade do Rio Paraná da planta fabril da empresa Fibria, no município de Três Lagoas.



Figura 11: foto aérea da unidade industrial da Fibria de Três Lagoas tendo ao fundo o Rio Paraná. Fonte: Assessoria Fibria/Perfil News (2012).

No Relatório de Sustentabilidade de 2011 da Fibria, nos indicadores de desempenho ambiental industrial, é mencionado que a Unidade de Três Lagoas, somente no ano de 2010, captou superficialmente 45.740.070 metros cúbicos de água para a fabricação de celulose, isto é, são cometimentos que explicitam as diferencialidades do *agrohidronegócio*, inclusive o âmago socioambiental destrutivo (THOMAZ JUNIOR, 2009). Entretanto, o discurso usado é de que são empreendimentos sustentáveis, como fica evidente na figura 12, a qual apresenta vagão de um trem da empresa América Latina Logística (ALL), que transporta a celulose produzida pela Fibria, com mensagem de cunho socioambiental.



Figura 12: vagão de um trem da empresa América Latina Logística (ALL) que transporta a celulose produzida pela Fibria. Fonte: Tayrone Roger Antunes de Asevedo (2010).

Como pode ser observado na figura 13, na microrregião de Três Lagoas existem muitos rios, riachos, córregos, pertencentes às sub-bacias hidrográficas do rio Sucuriú e do rio Verde (compõem a bacia hidrográfica do Rio Paraná), elas desaguam no rio Paraná, importantíssimo para o agronegócio, assim como para geração de energia via hidroelétricas.



Figura 13: bacias e sub-bacias hidrográficas em Mato Grosso do Sul. Fonte: ZEE/MS (2009).

Já na figura 14, temos a área industrial da empresa Eldorado Brasil, no município de Três Lagoas, ao fundo, muito próximo, um afluente do Rio Paraná.



Figura 14: planta fabril da empresa Eldorado Brasil (ao fundo, o Rio Paraná). Fonte: Rebecca Arruda/Rural Centro (2012).

Na microrregião de Tangará da Serra/MT são muitos rios, ribeirões como os rios Sepotuba, Bugres, Jaurú, Jauquara etc., além da bacia do rio Paraguai, que tem sua origem na Chapada dos Parecis. Essa região possui características hidrográficas adequadas para os empreendimentos capitalistas da agricultura.

3) Apoios e iniciativas do Estado: são ações estratégicas em infraestrutura logística, canais de articulação e escoamento rodoviário, ferroviário, hidroviário e intermodais, criação de vias integradas de escoamento etc., além de financiamentos/créditos e reduções/isenções fiscais⁴², compondo um arranjo complexo com órgãos/instituições de pesquisa, tais como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e universidades públicas (estaduais e federais), que atuam na dinamização científica/técnica desses agronegócios. Vejamos atentamente esses fenômenos.

O Estado atua de forma desenvolvimentista nas microrregiões aqui pesquisadas, ora como ente regulador de contradições e conflitos, apoiando/ordenando a territorialização dos agronegócios, isto é, instituindo políticas públicas fundamentais como incentivos e isenções fiscais, linhas de crédito, infraestrutura logística etc., ora operando como empreendedor-investidor capitalista, na medida em que participa como acionista dos projetos, estabelecendo diretrizes específicas que visam elevadas rentabilidades. Essas formas de atuação, portanto, são representativas e articulam-se nas microrregiões, sendo que a organização

⁴² Mencionamos também as ações em mecanismos privados, existentes em ambas as áreas de pesquisa, são linhas de crédito, agências de pesquisa etc. que também favorecem o estabelecimento dos agronegócios.

sociopolítica possui papel excepcional no desenvolvimento capitalista via agronegócios.

A microrregião de Tangará da Serra/MT possui certas diversidades locais (municipais) com relação à postura do Estado. Deve-se, pois, estar atento ao avaliar as ações políticas, articulando as escalas do Estado, isto é, trabalhando-as em conjunto.

Notamos que o Estado mantém relações diversificadas com os camponeses e os capitalistas do agronegócio. No município de Tangará da Serra/MT, por exemplo, representantes públicos – o prefeito municipal e o secretário de agricultura, que é assentado em projeto de Reforma Agrária – enaltecem a importância local/regional dos assentamentos rurais. Entretanto, percebemos que o poder político de ação dos camponeses ante ao Estado, em nível estadual e federal, ainda é ínfimo, embora existam representantes políticos próximos às lutas sociais, ou seja, deputados e senadores.

O avanço de certos agronegócios – cana-de-açúcar, soja e milho – são consideráveis na microrregião, atuam de maneira diversificada e complementam-se. A pecuária bovina de corte ainda é significativa – são muitos frigoríficos/abatedouros que organizam a comercialização regional, nacional e internacionalmente, apresentando rentabilidades expressivas.

No município de Tangará da Serra, o agronegócio canavieiro não tem se expandido, uma vez que se encontra em área protegida por lei (borda da bacia do Prata/Pantanal mato-grossense). Assim como a questão indígena posta, uma vez que aproximadamente 51% de sua área total são terras de domínio do povo Paresí (OLIVEIRA, 2002, p.17). Já os agronegócios do milho e da soja apresentam-se mais representativos e com melhores rentabilidades, mesmo não tendo uma expansão expressiva de área plantada. Importa ressaltar que são culturas complementares, num mesmo ano-safra trabalham com ambas as culturas e estabelecem redes de comercialização/exportação⁴³.

O agronegócio da cana-de-açúcar é o que mais cresce nos municípios de Barra do Bugres e Nova Olímpia, apresentando articulações com o Estado em nível municipal.

⁴³ Informações obtidas ao entrevistar o pesquisador Sandro Sguarezi (UNEMAT/Tangará da Serra).

No município de Denise, representantes públicos manifestam certa preocupação com o avanço dos plantios de cana-de-açúcar, uma vez que não há nenhuma planta fabril agroprocessadora, o que inviabiliza recolhimento de impostos, principalmente ICMS. A empresa Itamarati, perspicaz, expande os plantios nesse município, muito mais do que no município que está instalada, ou seja, Nova Olímpia. No ano-safra de 2011-12, o município de Denise apresentou 40.376 hectares de cana-de-açúcar cultivada, contraditoriamente, no município vizinho são 20.993 hectares (INPE, 2012).

O município de Porto Estrela apresenta expansão de plantios de algodão e milho, existem assentamentos de Reforma Agrária com produção voltada para hortifrutigranjeiros, destacando-se a produção de arroz e feijão. A pecuária ainda possui porcentagem de área significativa, influenciando a estrutura do poder político local.

O planejamento do Estado no agronegócio canavieiro está presente no Zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar no Estado do Mato Grosso, onde avaliam as características geoambientais e econômicas dos territórios da referida unidade federativa, ordenando a expansão desse agronegócio. Trata-se de um zoneamento importante para os capitais postos, na medida em que racionaliza a territorialização canavieira propondo as áreas mais adequadas ao cultivo da gramínea. A figura 15 demonstra o ordenamento territorial capitalista que, por exemplo, não rivaliza com áreas do agronegócio da soja.

Assim, as frações da classe detentora dos meios de produção (conflito inter-capitalistas) não entram em conflito, pois os espaços estão organizados atendendo aos interesses e relações capitalistas postos.

Zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar Estado do Mato Grosso

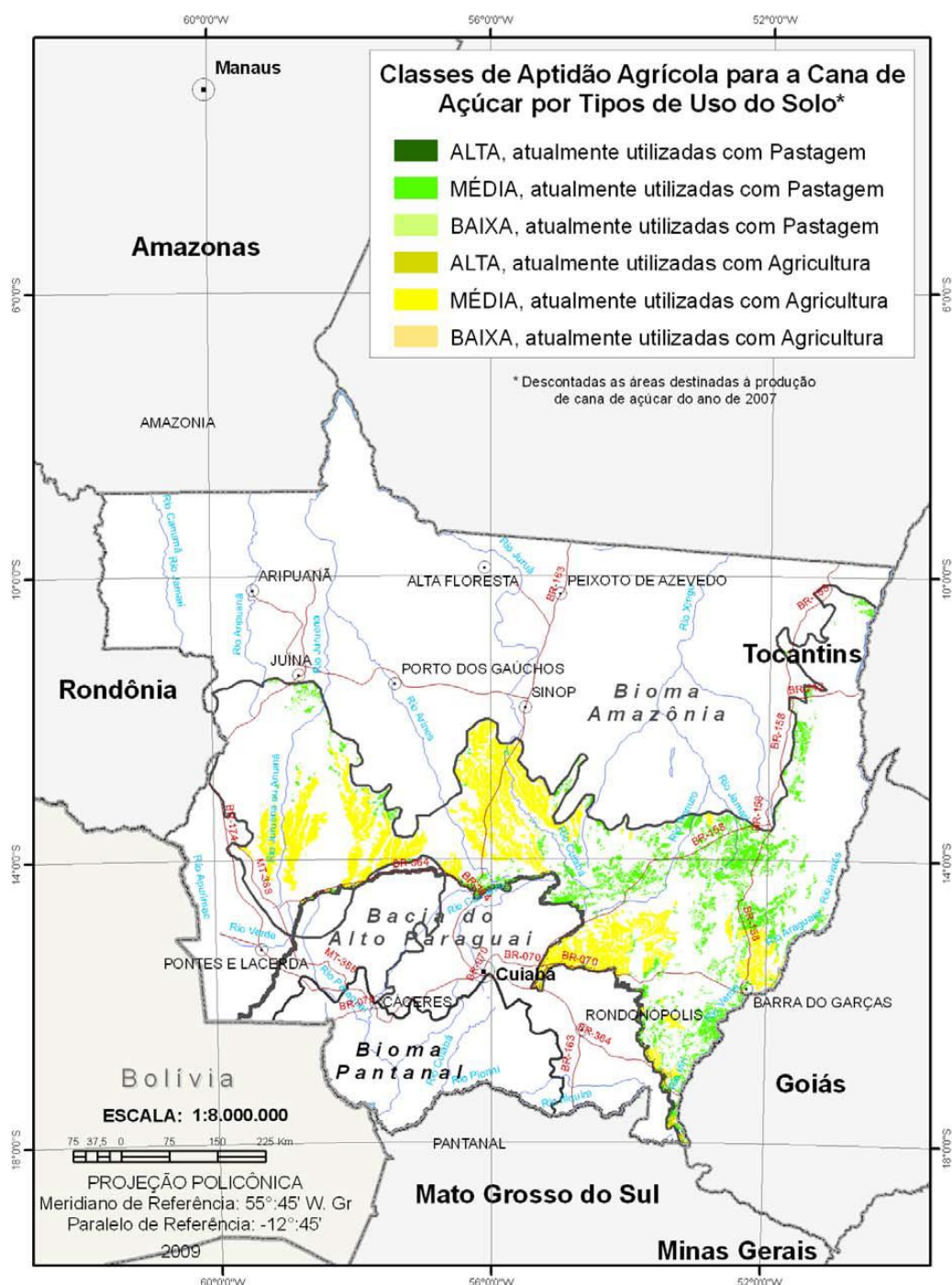


Figura 15: Zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar no Estado do Mato Grosso. Fonte: MAPA (2009).

Sobre a atuação do Estado na microrregião de Tangará da Serra, entendemos que em âmbito municipal, apoia os capitais e estabelece relação de perpetuação da hegemonia do poder econômico no seio do Estado, haja vista os representantes públicos que são proprietários de terra e capitalistas do agronegócio em Mato Grosso⁴⁴. Em nível estadual, é controlado pelos capitais/corporações, um exemplo é Blairo Maggi⁴⁵ e seus mandatos como governador, além do atual governador, Silval Barbosa/PMDB que é da mesma cúpula de poder. A respeito da eleição desse governador, é interessante ressaltar as doações de diversas empresas do agronegócio. Para a eleição de 2010, Sinval Barbosa arrecadou aproximadamente R\$ 21,2 milhões. Conformam esse montante doações de pessoas físicas e jurídicas⁴⁶. Essa relação entre as empresas e eleições políticas é frequente no Brasil, não se trata de uma particularidade do Estado de Mato Grosso. Observemos a figura 16 a seguir.



Figura 16: principais doadores da campanha de Sinval Barbosa. Fonte: Sanches (2010)

Nessa unidade federativa, figuram entre os principais doadores os representantes da família Maggi, que estão entre os principais capitalistas do agronegócio do Brasil e do mundo. Esse grupo atua de maneira diversificada no Mato

⁴⁴ LEITE, Fábio; GAMA, Paulo. Interior de MT terá o prefeito mais rico do país. Folha de São Paulo. 04 nov. 2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/1179979-interior-de-mt-tera-o-prefeito-mais-rico-do-pais.shtml>>. Acesso em: 28 abr. 2013.

⁴⁵ Atualmente Senador, eleito pelo Partido da República (PR).

⁴⁶ Cf. SANCHES, Patrícia. Silval arrecada R\$ 21,2 mi; entre os doadores estão bancos e usinas. 03 nov. 2010. Disponível em: <<http://www.rdnews.com.br/noticia/silval-arrecada-r-21-2-mi-entre-os-doadores-estao-banco-e-usina>>. Acesso em: 15 nov. 2012.

Grosso. Na figura 17, temos um dos empreendimentos do grupo André Maggi, em Itiquira/MT, onde há farto plantio de seringueira.



Figura 17: placa indicando uma fazenda do grupo Maggi no Mato Grosso. Fonte: Tayrone Roger Antunes de Asevedo (2012).

Já entre as pessoas jurídicas, nota-se a participação de todo um complexo ligado ao agronegócio, como Bancos e empresas. No que concerne à microrregião de Tangará da Serra, apresentam-se as agroindústrias canavieiras Barralcool (doação de 736 mil reais) e Itamarati (doação de 700 mil reais). Ávidas por estabelecer seus laços político-econômicos com os representantes políticos estaduais, que possibilita que seus interesses sejam atendidos nessa esfera do Estado.

Mencionamos, também, que existe uma quantidade expressiva de deputados federais e estaduais eleitos por essa mesma aliança político-econômico-partidária, perpetuando, assim, ações do Estado no atendimento aos capitais em Mato Grosso, além de implementar projetos que visam o ordenamento territorial da agricultura capitalista⁴⁷, sua ampliação, ratificação e intensificação, um exemplo é o caso da territorialização do agronegócio da soja.

⁴⁷ O zoneamento ecológico-econômico de Mato Grosso é emblemático.

Um caso emblemático e que causa muitos conflitos na microrregião é a expansão de projetos energéticos. São Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) instaladas em alguns municípios, como é o caso de Jubinha III, municípios de Tangará da Serra e Barra do Bugres e Juba IV, no município de Tangará da Serra.

São apoios importantes do Estado para a afirmação desses projetos, como diversos benefícios fiscais, que foram habilitados pelo Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), vinculado ao Ministério de Minas e Energia (MME) do Governo Federal.

Segundo um representante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), do município de Tangará da Serra/MT, a instalação dessas Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), executadas pelo Estado, promovem conflitos socioambientais relevantes e visam atender aos interesses postos de grandes empreendimentos capitalistas.

[...] grande problema também é a questão das hidrelétricas, das PCHs, nós temos um grande problema aqui no assentamento [...] o que acontece, primeiro é o problema ambiental, [...] tanto que vai diminuir, assim, a questão da biodiversidade no rio, peixe, já tem no rio Juba [...] tem períodos que ele está bem sequinho, bem fininho, essa questão de peixe, da pesca, diminuiu muito [...] eles têm mais duas previstas para o Rio Juba, mais três para o Rio Sepotuba [...] o outro, é o problema social, ali das famílias que vão ser (desalojadas) [...] pessoal fala: “vai alagar pouco”, mas você sabe que é só conversa [...] outro problema, que não é só do assentamento, que as PCHs trazem, que na construção disso daqui, abre um imaginário que vai criar-se emprego aqui na cidade, mas o que acontece, é um período rápido, dois ou três anos, vêm uma leva de gente pra cidade, acaba absorvendo, depois vai embora (os empregadores) e acaba ficando [...] mão de obra vaga, desempregados aqui na cidade [...] outro, [problema] a gente tem que entender por trás, está atendendo quem isso? É as grandes empresas que estão interessadas nisso, porque o negócio deles é lucro, eles vão investir em cima da natureza o que puder; para população em geral, para os assentados, não tem vantagem nenhuma. Essa energia não fica na região, vai pra fora [...] a energia que tem já sustenta a região [...] não vai baratear a energia, vai ficar o mesmo preço para a população local (Informação verbal)⁴⁸.

Na figura 18 temos uma placa indicando a localização das Usinas Hidroelétricas (UHEs), bem como as Pequenas Centrais Hidroelétricas (PCHs), em Tangará da Serra, administradas pela empresa Brennand Energia.

⁴⁸ Entrevista realizada no dia 08 de junho de 2012, por Mieceslau Kudlavicz e Tayrone Roger Antunes de Asevedo - município de Tangará da Serra/MT.



Figura 18: placa indicando a localização das PCHs no município de Tangará da Serra/MT. Fonte: Tayrone Roger Antunes de Asevedo (2012).

Destacamos, também, que existem pressões de certos representantes da agropecuária capitalista (atuantes na microrregião) no governo estadual para redução de impostos, uma vez que a carga tributária estaria impactando os lucros. Assim, estão articulando diversos segmentos, como: Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso (FAMATO), Associação dos Produtores de Soja de Mato Grosso (APROSOJA), Associação dos Criadores de Mato Grosso (ACRIMAT), Associação Mato-grossense dos Produtores de Algodão (AMPA) e Associação dos Criadores de Suínos de Mato Grosso (ACRESMAT)⁴⁹.

Na figura 19 encontram-se representados: o agronegócio canavieiro, com a entrada da empresa Itamarati, em Nova Olímpia; o prefeito do município de Tangará da Serra/MT; uma placa indicando recurso público federal aplicado na empresa Barralcool, em Barra do Bugres e; na quarta e última fotografia, trata-se de material de campanha de Blairo Maggi, representante do agronegócio da soja e político mato-

⁴⁹ Cf. SETOR produtivo de MT condena "pacotão" de R\$ 1 bi de carga tributária. 01 mar. 2012. Disponível em: <http://www.tangaradaserranews.com.br/ver_not.php?id=3526&ed=Geral&cat=Not%EDcias>. Acesso em: 05 jun. 2012.

grossense, sendo usado para confeccionar barraco de lona em acampamento sem-terra, no município de Cáceres/MT.



Figura 19: agronegócio e representação política em Mato Grosso. Fonte: Tayrone Roger Antunes de Asevedo (2011; 2012).

Já na microrregião de Três Lagoas/MS, o Estado apresenta ambas as características. Enquanto regulador/apoiador do processo de territorialização do complexo eucalipto-celulose-papel, diferentes são os fatores postos e uma articulação em nível local-regional, governos federal e estadual de Mato Grosso do Sul, além da prefeitura municipal de Três Lagoas e de alguns municípios vizinhos, como Ribas do Rio Pardo e Brasilândia.

As Leis de redução e incentivo fiscal são relevantes no processo, em parceria, governos estadual e municipal oferecem isenção de até 90% sobre o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), fundamental para os negócios dessas empresas. O governo municipal desconta o Imposto Sobre Serviços (ISS) durante o período da construção/instalação, pois há um elevado custo na edificação das plantas fabris.

O Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) também tem sido um mecanismo muito utilizado pelos agronegócios em Mato Grosso do Sul. Cabe ressaltar que esse fundo foi criado a partir da Constituição de 1988 com a lei 7.827/89, sendo gerenciado pelo Banco do Brasil. Apesar de ter diferentes linhas de crédito, caracteriza-se por realizar investimentos pautados na modernização capitalista da agricultura (MIZUSAKI, 2005).

Na microrregião de Três Lagoas esse fundo representa um acréscimo nos negócios realizados. No “Relatório de Sustentabilidade de 2010”, da Fibria, são mencionados os valores e a forma de sua utilização.

A Fibria foi beneficiada por subvenção do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) para compra de partes e peças para os processos de caustificação, forno de cal e branqueamento da Unidade Três Lagoas (MS). Assinado em dezembro de 2009, o contrato tinha um saldo remanescente de R\$ 73 milhões em 31 de dezembro de 2010, com vencimento final em 2017⁵⁰.

A empresa Eldorado Brasil também acessou financiamentos junto ao FCO para a construção de sua planta fabril, além de empréstimos na Agência de Créditos à Exportação (ECA), preparando-se, assim, para adentrar o mercado mundial já no fim de 2012.

Estado/governos – municipal, estadual e federal – facilitam todo o processo de estabelecimento/fortalecimento dessas empresas por intermédio, também, de infraestrutura. Perpetram procedimentos importantes e de maneira rápida, por vezes, articulam empresas e agentes, instituem políticas e atos específicos relevantes, um arranjo público-privado eficiente.

Um exemplo é a doação, pela Fibria, de dois alojamentos de trabalhadores usados durante o período de construção de sua planta fabril para a prefeitura, esta, por sua vez, alugou um dos alojamentos para a empresa Eldorado, abrigando, assim, os trabalhadores da construção dessa nova planta fabril.

Igualmente relevantes são as obras de infraestrutura efetuadas pelo Estado, estadual e municipal, principalmente, como a inauguração da rodovia MS-112 e a pavimentação da MS-320, além de melhorias em vias controladas pelo poder público, tudo objetivando arranjos logísticos estratégicos e integrados – rodovias municipais,

⁵⁰ Informações obtidas junto à página da empresa na internet. Disponível em: <http://www.fibria.com.br/rs2010/pt/template?go=economico/economico_financiamento.html>. Acesso em: 23 jul. 2012.

estaduais e federais, canais intermodais hidro/rodoferroviários – que visam atender as iniciativas alocadas.

[...] A inauguração, além de unir os dois municípios – Três Lagoas e Inocência – que têm grandes laços econômicos, também irá viabilizar novas áreas de produção no Estado. Vai principalmente consolidar o maciço florestal. [...] Isso gera a demanda da floresta de 1 milhão de hectares. Então, o investimento na MS 112 foi fundamental. É sempre importante contar com parceiros como o Governo do Estado, pois só assim chegaremos a meta de desenvolver com sustentabilidade⁵¹.

Em nível federal e atuando com linhas de crédito, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) figura-se como agente de extraordinária importância no contexto⁵². A Eldorado Brasil acessou R\$ 4,1 bilhões (2011/2012) junto ao banco, já a Fibria apresenta empréstimos tanto no BNDES, como em outros mecanismos ligados ao Estado, em seu “Relatório de Sustentabilidade 2011” são mencionadas algumas cifras a respeito.

[...] BNDES (2011) – dois contratos de limite de crédito: um de R\$ 303 milhões, para o financiamento de projetos florestais ocorridos entre 2008 e 2011, e outro no valor de R\$ 1,7 bilhão, para o financiamento de projetos florestais e outros investimentos programados para o período de 2012 a 2015. Em 31 de dezembro 2011, considerados os contratos em vigor desde 2005, o saldo remanescente dos empréstimos da Fibria com o BNDES era de R\$ 1,784 bilhão (principal + juros de curto prazo), sendo R\$ 1,505 bilhão indexados à TJLP (taxa de juros de longo prazo), R\$ 269 milhões a uma Cesta de Moedas e R\$ 10 milhões do Finame (Financiamento à Produção de Máquinas e Equipamentos), recebidos por meio de agências repassadoras. [...] Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) (abril de 2011) – subsídio para o projeto “Customização de celulose para clientes: tailor made”. O saldo em aberto dessa operação era de R\$ 2 milhões em 31 de dezembro de 2011, com vencimento final em setembro de 2019. [...] Por ser preponderantemente exportadora, a Fibria obteve da Receita Federal, em 2011, o benefício fiscal que concede suspensão do PIS/Cofins (9,25%) nas aquisições de insumos, materiais intermediários, embalagens e respectivos fretes, bem como para o ativo imobilizado (FIBRIA, 2011, p. 171).

⁵¹ Discurso da prefeita municipal de Três Lagoas realizado na inauguração da MS-112. Disponível em: <<http://www.treslagoas.ms.gov.br/noticias/?id=6659>>. Acesso em 15 jul. 2012.

⁵² No entanto, o BNDES sabe das debilidades do setor com relação a lucratividade. Durante algum tempo elegia as empresas “campeãs nacionais” (prêmio em que o setor celulósico-papeleiro sempre estava presente, principalmente capitaneado pela Fibria), no intuito de promover-las enquanto “lucrativas” influenciando aquisições e fusões. Entretanto, atualmente, cancelou essa política, devido a crise que as empresas enfrentam. O setor celulósico-papeleiro não está alijado dessa conjuntura. Cf. BNDES abandona política de criação de 'campeãs nacionais', diz jornal. Portal Uol 22 abri. 2013. Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2013/04/22/bndes-abandona-politica-de-criacao-de-campeas-nacionais-diz-jornal.htm>>. Acesso em 28 abri. 2013.

Há ainda uma parceria público-privada que visa a “qualificação” de mão de obra para as empresas em Mato Grosso do Sul, trata-se do Programa SENAI Educa⁵³. Os recursos que viabilizam esse mecanismo de educação técnica provêm de uma parceria entre o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), vinculado ao Ministério da Educação; a Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso do Sul (FIEMS); governos estadual e municipal e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial da Confederação Nacional das Indústrias (SENAI/CNI). Uma estratégia importantíssima para os negócios, na medida em que atende rigorosamente as necessidades das empresas na microrregião, em especial o complexo eucalipto-celulose-papel⁵⁴.

O Estado, nesse complexo territorial, também é um agente direto, assim sendo, tornou-se investidor-empreendedor nessa contextura.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), por intermédio do BNDESPar – trata-se de uma Sociedade Gestora de Participações Sociais (*holding*) que visa atuar no mercado financeiro, gerenciando as participações de empresas ligadas ao BNDES – detêm 34,9% das ações da Fibria Celulose S.A.

Sobre a empresa Eldorado Brasil Celulose e Papel, mencionamos que a mesma resulta de adesão/investimentos de diversos agentes⁵⁵. São acionistas que a conformam: o J&F *Holding*/JBS (50,15%) e; MJ Empreendimentos e Participações (16,72%). Uma trama complexa entre diferentes setores da economia, articulados no mercado financeiro, além de beneficiários de ações do Estado, ligados diretamente a esse, temos no Fundo de Investimentos e Participações - FIP Florestal (33,13%), os maiores fundos de pensão no Brasil: o Fundo de Pensão dos Funcionários da Petrobrás (PETROS) e; o Fundo de Pensão dos Funcionários da Caixa Econômica Federal (FUNCEF/CEF).

Em fevereiro de 2010, o então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, visitou o município de Três Lagoas/MS em ato público oficial de inauguração da

⁵³ Essa “qualificação” envolve tanto os trabalhadores da cidade quanto do campo. Ela entra em confronto com a educação do campo legítima que avigora a autonomia camponesa, são investimentos que poderiam ser alocados no Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA).

⁵⁴ Cf. PREFEITA participa do lançamento do Programa Senai Educa. 02 jul. 2012. Disponível em: <<http://www.treslagoas.ms.gov.br/noticias/?id=6861>>. Acesso em: 14 jul. 2012.

⁵⁵ Mais sobre assunto conferir: ELDORADO Brasil a todo vapor. 29 fev. 2012. Disponível em <<http://www.guiacomprascelulosepapel.org.br/publicador/publicacoes.php?id=65>>. Acesso em: 04 mar. 2012.

Fibria. Na ocasião, teceu considerações múltiplas sobre a importância do empreendimento para a região e o país, além dos bastidores de sua criação.

[...] E agora nós estamos aqui. Era para ter vindo na inauguração, não foi possível vir na inauguração. Mas eu diria que é muito mais importante visitar esta fábrica em franca produção, para a gente ter noção das mudanças que estão acontecendo na região, da qualificação a que os trabalhadores foram submetidos e o que significa isso para o desenvolvimento do estado do Mato Grosso [do Sul] e para o desenvolvimento de Três Lagoas e região. Eu lembro o dia em que o companheiro Zeca do PT, então governador do estado do Mato Grosso do Sul, mais um grupo de deputados do estado do Mato Grosso do Sul e o senador Ramez Tebet estiveram na minha sala para dizer que iam trazer para Três Lagoas uma fábrica chamada *International Paper*. Eu achei muita petulância do Governador do Mato Grosso do Sul achar que poderia trazer uma fábrica chamada *International Paper* para o Mato Grosso do Sul. Mas, de qualquer forma, a gente só realiza os sonhos quando a gente vai atrás. Eu acho que era 2005 ainda, quando eles me anunciaram que iam aos Estados Unidos conversar com a direção da empresa, para ver se a fábrica viria se implantar aqui em Três Lagoas. Feita aquela conversa, eles foram embora e eu, depois, só tive notícia quando, já em dezembro de 2007, o Puccinelli, então já eleito governador do estado, e o Zeca no final do mandato, vieram lançar a pedra fundamental aqui em Três Lagoas. [...] Primeiro, dizer para vocês da minha alegria de estar aqui em Três Lagoas, não para inaugurar esta fábrica, mas para fazer uma visita a um projeto que era um sonho três anos e meio atrás e que virou realidade muito rapidamente. [...] Então, uma fábrica dessa, criada no interior do Mato Grosso do Sul, nessa cidade à beira desse rio extraordinário, Três Lagoas [...] Eu só posso dizer que, estrategicamente, este estado tem condições favoráveis para receber esta e outras fábricas, porque a implantação destas duas fábricas aqui, de papel e celulose, é um cartão postal para que outras empresas venham conhecer o potencial deste estado, desta cidade e desta região. Por isso, Prefeita, parabéns. Por isso, Governador, parabéns (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2010).

A figura 20 ilustra a participação/parceria do Estado com a empresa Fibria. Participaram do evento, naquele momento, o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o Governador de Mato Grosso do Sul, André Puccinelli (PMDB), a então Prefeita do município de Três Lagoas, Simone Tebet (PMDB), além de representantes da empresa.



Figura 20: Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em ato oficial de inauguração da Fibria. Fonte: Perfil News (2010).

Ficam evidenciadas, na fala do Presidente da República, os meandros econômicos e políticos que viabilizaram o surgimento (e fortalecimento) desse complexo, todas as articulações público-privadas. Emaranhados, Estado e capital mantêm relações múltiplas nessa conjuntura. Podemos vislumbrar até mesmo as sinuosidades e maleabilidades da representação político-partidária em diferentes níveis, ou seja, representantes públicos pertencentes a partidos políticos, em tese, rivais, mas que se coligam em prol do estabelecimento das empresas.

O que transparece como nocivo é que essas empresas são postas como a remição dos territórios/territorialidades abarcados, como se esse “desenvolvimento” fosse o caminho para a eliminação das contradições sociais, da supressão da pobreza, assim seríamos salvos pela dinâmica da economia capitalista na medida em que ela desenvolve-se e abrange todos os sujeitos sociais, não havendo, portanto, contradições, assim como alternativas, caminhos diferentes que poderiam ser trilhados.

Sobre o estabelecimento da Eldorado Brasil Papel e Celulose na microrregião, o Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, André Puccinelli⁵⁶, em ato público de lançamento de sua pedra fundamental, teceu as seguintes considerações:

A cidade recebe hoje⁵⁷ um investimento de extrema importância, resultado da união do governo do Estado, município e setor privado. Esta cidade e este Estado venceram uma batalha homérica com outras candidatas, mas hoje é aqui que estamos lançando a pedra fundamental de uma indústria que vai trazer investimentos de R\$ 4,8 bilhões para Três Lagoas (...) será um orgulho ter instalada, em nosso Estado, esta indústria que mostra ao mundo o cuidado ambiental sem preterir o empreendedorismo. (SICHITO, 2010, p. 1-2)

A prefeita municipal de Três Lagoas/MS também teceu considerações nesse evento de lançamento da empresa, sempre se demonstrando como parceira atuante e disposta a atender as demandas que porventura surgirem.

[...] A Eldorado traz muita riqueza ao município, gera empregos, dá renda e isso desenvolve a economia local e de todo Mato Grosso do Sul além fronteiras [...] por isso eu agradeço ao governo do Estado que foi parceiro nas ações de atrair esta empresa para cá, oferecendo suporte no apoio ao incentivo. Agradeço a todas as pessoas que acreditaram neste investimento⁵⁸.

A figura 21 exibe o Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, André Puccinelli, cumprimentando um dos idealizadores do projeto Eldorado Brasil, Mario Celso Lopes. Ao fundo, e no centro, a ex-prefeita de Três Lagoas e atual vice-governadora, Simone Tebet, à esquerda, Márcia Moura, vice-prefeita no período e, atualmente, prefeita de Três Lagoas.

⁵⁶ Eleito pelo PMDB para o mandato 2006-2010 e reeleito no pleito de 2010 pelo mesmo partido.

⁵⁷ Na ocasião, no dia 8 de agosto, em comemoração dos 95 anos de emancipação político-administrativa do município de Três Lagoas.

⁵⁸ ANDRÉ lança a maior indústria de celulose do mundo. Cidade Morena Notícias. 16 jun. 2010. Disponível em: <http://www.radiocacula.com.br/index.php?pag=ver_not&idNot=77022>. Acesso em: 22 out. 2011.



Figura 21: o Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, André Puccinelli, cumprimenta um dos idealizadores do projeto Eldorado, Mario Celso Lopes. Fonte: Ricardo Ojeda/Perfil News (2010).

O surgimento dessa empresa é complexo, são diferentes elementos imbricando-se, como: a articulação de capitais que proporcionou sua criação; o caso do processo por trabalho escravo do empresário Mario Celso Lopes e seu parcial afastamento, bem como suas ações no fito de atrair investidores no mundo, entre outros. Tudo transparece como um negócio contraditório que aproveita as condições atuais favoráveis, toda sorte de agentes capitalistas que vislumbram não somente os altos rendimentos diretamente ligados à produção, mas também o potencial de ganhos no mercado financeiro que o setor de eucalipto-celulose-papel proporciona e se vale atualmente no jogo do mercado mundial.

Essa postura de atrair atenção/investimentos de agentes (públicos e privados), especulando no mercado financeiro, fica evidente quando anunciam aplicações de capital de R\$ 20 bilhões em Mato Grosso do Sul nos próximos nove anos, sendo que visam construir mais fábricas no município de Três Lagoas/MS⁵⁹.

⁵⁹ Cf. MILHOMEM, Ítalo. Eldorado Brasil Celulose anuncia investimentos de R\$ 20 bilhões até 2021 em MS. RBVNews, 12 abr. 2012. Disponível em: <<http://rbvnews.com.br/porta/economia/14617-eldorado-brasil-celulose-anuncia-investimentos-de-r-20-bilhoes-ate-2021-em-ms.html>>. Acesso em: 22 jun.

No dia 12 de dezembro de 2012, a empresa Eldorado Brasil foi inaugurada. Uma trama política e econômica proporcionou seu surgimento. Na solenidade de inauguração, estiveram presentes vários representantes políticos nacionais, regionais e locais, assim como empresários de todo o mundo. O show de Andrea Bocelli (tenor italiano de renome internacional), embalou uma festividade seletiva e restrita.

Na figura 22 encontram-se: a prefeita de Três Lagoas, Marcia Moura (PMDB); a atual ministra da cultura, Marta Suplicy (PT); o governador de Mato Grosso do Sul, André Puccinelli (PMDB) e; o vice-presidente da república, Michel Temer (PMDB), na ocasião representando a presidenta Dilma Rouseff (PT).



Figura 22: solenidade de inauguração da Eldorado Brasil. Fonte: Correio de Três Lagoas (2012).

Na cerimônia de abertura da “I Feira da cadeia produtiva da indústria de base florestal sustentável da Região de Três Lagoas-MS”, a prefeita do município enalteceu a importância dos negócios estabelecidos para o município e região de Três Lagoas:

2012. Ver também: KUDLAVICZ, Miecslau. ELDORADO BRASIL: seria cômico se não fosse trágico Disponível em: <http://www.jptl.com.br/?pag=ver_noticia&id=48601>. Acesso em: 20 abr. 2012.

[...] Três Lagoas tem três grandes gigantes do setor, a Fibria, a Eldorado e a *International Paper*. Sabemos que o setor possui uma cadeia produtiva bastante complexa, abrangendo as etapas de reflorestamento, produção da madeira, fabricação da celulose e papel, além disso, incluem atividades de geração de energia, distribuição, comércio, expansão do transporte rodoviário, ferroviário, marítimo [...] e aqui eu quero fazer um parênteses, [...] Três Lagoas já terá nossa linha comercial, aeroporto homologado, funcionando, para dessa forma, facilitar o nosso escoamento, a nossa produção e as pessoas que acreditam, de fato, nessa cidade tão pujante. [...] quero nesse momento dar o meu testemunho, como filha e prefeita de Três Lagoas; a plantação de eucaliptos, florestas plantadas, representa um novo ciclo de crescimento sustentável para Três Lagoas e para nosso estado de Mato Grosso do Sul, e a realização dessa feira, na nossa cidade, mostra o quanto a nossa região, o quanto a nova Costa Leste, está inserida nesta atividade, hoje, globalizada, que vem mudando, inclusive, o perfil da nossa indústria, e aonde a indústria chega, mexe com as vidas das pessoas, mexe com a economia, a cidade gira, o mercado melhora, a rede hoteleira agradece, o comércio agradece, crescem as oportunidades para todos, beneficiando os micro, pequenos, médio, grandes homens e mulheres de negócios, aumentam as demandas da infraestrutura de serviços e também de urbanização, ou seja, aumenta muito mais a responsabilidade da nossa administração. Posso afirmar que a administração municipal está atenta e pronta para enfrentar o que significa pra nós o bom desafio, é assim que a gente cresce. Vivemos em uma cidade onde não faltam empregos, temos carência sim, da mão de obra qualificada, esse é um desafio que não é só de Três Lagoas, mas é uma realidade que o Brasil hoje vive, por isso, quero aqui nesse momento, [...] agradecer ao Sérgio Longen (presidente da FIEMS, representante do SENAI Educa), grande parceiro de Três Lagoas, que hoje presenteia com essa fabulosa máquina de qualificação de mão de obra que está à disposição dos três-lagoenses, para que de fato consigam crescer e tenham grandes oportunidades de vida aqui na nossa cidade. Pela localização privilegiada, Três Lagoas caminha, de fato, ou já é, a capital mundial da celulose, [...] Tenho a convicção de que estamos cumprindo nosso dever, governo estadual, prefeitura, empresários, todos grandes empreendedores, no sentido de buscar resultados para o bem de todos. Para nós, a melhor política está de fato na boa gestão, na missão que temos de trabalhar para servir a nossa, temos que cada vez mais, de respeitar as vocações regionais, aqui é um exemplo concreto de que estamos no caminho certo, cuidando bem do cidadão e do meio ambiente. O desenvolvimento precisa ser bom para todas as pessoas, tenho orgulho hoje de ser prefeita de Três Lagoas, de viver e respeitar esta terra, que recebemos como dádiva de Deus, para bem cuidar. [...] Três Lagoas hoje está muito mais orgulhosa e é uma nova cidade com tanto empreendimento, com uma feira tão positiva como essa (Informação verbal).

A figura 23, traz o momento em que a prefeita do município de Três Lagoas realiza o discurso anteriormente demonstrado.



Figura 23: a Prefeita do município de Três Lagoas, Márcia Moura, realiza uma fala na abertura do evento “Três Lagoas Florestal”. Fonte: Tayrone Roger Antunes de Azevedo (2012).

Ao ponderar sobre as ações do Estado aqui citadas, várias questões teórico-políticas e questionamentos são suscitados. Como compreender a participação do Estado no capitalismo atual do Brasil? Qual a importância do agronegócio para a consolidação desse modelo capitalista e quais as classes e frações de classe que direta ou indiretamente se beneficiam do processo? Questões pertinentes e que demandam pesquisas. Armando Boito Jr. traz elementos para que possamos refletir, quando analisa as disputas na cena política nacional evidenciando correntes específicas como pensamento econômico monetarista ou neoliberal ortodoxo (representado na figura do PSDB e no grande conglomerado midiático/ideológico/político) e o neodesenvolvimentismo capitaneado pelos mandatos de Lula e Dilma Rousseff. A respeito dessa segunda corrente, demonstrada nas ações do Estado ante os agronegócios aqui avaliados, o autor faz reflexões importantes.

O programa neodesenvolvimentista choca-se no seu conjunto – ainda que não se choque ponto por ponto – com o programa monetarista

reinante na imprensa e atende, como é possível demonstrar, aos interesses da grande burguesia interna. Essa fração da classe dominante local também quer a participação do capital internacional no capitalismo brasileiro. Ela não é nacionalista no sentido popular do termo. Porém, a grande burguesia interna – presente em diversos ramos da economia: indústria de transformação, mineração, prospecção e refino do petróleo, construção civil pesada, agronegócio, alimentos e bebidas – pretende regular essa participação e moldá-la de acordo com os seus interesses específicos. Como no caso anterior, é possível demonstrar a relação de representação entre as ideias de uma escola de pensamento econômico – a neodesenvolvimentista no caso – e a grande burguesia interna, cotejando as propostas e as medidas de política econômica dessa segunda escola de pensamento com os interesses dessa outra fração da burguesia. Senão vejamos: maior tolerância com a inflação para que o Estado possa lançar mão de políticas anticíclicas, juro baixo para baratear os investimentos produtivos, câmbio depreciado e restrições à abertura comercial para proteger a produção local e ganhar mercado e lucratividade para as exportações brasileiras e aumento dos gastos públicos para investimentos em infraestrutura, para que o BNDES possa continuar emprestando a juro subsidiado e para que o Estado possa realizar suas compras de produtores locais mesmo quando tal compra exija um pagamento até 25% superior ao preço estabelecido por empresas sediadas em outros países. É sabido que o governo Dilma, que representa e organiza os interesses da grande burguesia interna, segue essa linha, tendo tomado inúmeras medidas – na área do juro, do câmbio, da proteção alfandegária, do cálculo do superávit primário e no financiamento público de investimentos (BNDES) – que devem ser caracterizadas como neodesenvolvimentistas e que são alvo da oposição dos monetaristas ligados ao grande capital financeiro internacional (BOITO JR., 2013, p. 1).

Ganha relevo as articulações político-econômicas, o Estado como benfeitor das demandas do capital nessa faceta neodesenvolvimentista, manifestando-se como aparelho institucional de realização dos anseios do poder econômico, de fundo, a ideologia capitalista penetra e perpetua-se no Estado. Com as ações impetradas e o jogo ideológico-político, essa representação visa e ganha legitimidade, assim, combinados, essa forma de ação/atuação do Estado e capitais operantes, no contexto atual das microrregiões e unidades federativas pesquisadas, se hegemonomizam⁶⁰.

4) Legislação ambiental branda ou flexibilizada que não incide diretamente nos rendimentos. Caso do Zoneamento Socioeconômico e Ecológico do Estado de Mato Grosso (ZSEE/MT), que figura-se como ordenamento territorial da agricultura capitalista em Mato Grosso, suscitando alterações nos aparatos legais para melhor

⁶⁰ Sobre a relação existente entre sociedade e poder político, por conseguinte a hegemonia dos detentores dos meios de produção nas sociedades capitalistas, nossa referência principal é Gramsci (1991; 2011).

atender aos interesses dos capitais, dessa maneira, desconsiderando questões socioambientais existentes, principalmente a presença dos biomas amazônico e pantaneiro. Observando, também, o descompasso temporal em adotar meios para inibir as práticas ambientalmente degradantes que os agronegócios se valem para elevar a lucratividade. Assim como o Plano Estadual para o Desenvolvimento de Florestas Plantadas de Mato Grosso do Sul (SEPROTUR/SEBRAE, 2009), o qual avalia o setor em Mato Grosso do Sul e projeta um crescimento significativo para os próximos anos, em que toda a porção Leste dessa unidade federativa seria abarcada, conforme demonstra a figura 24.

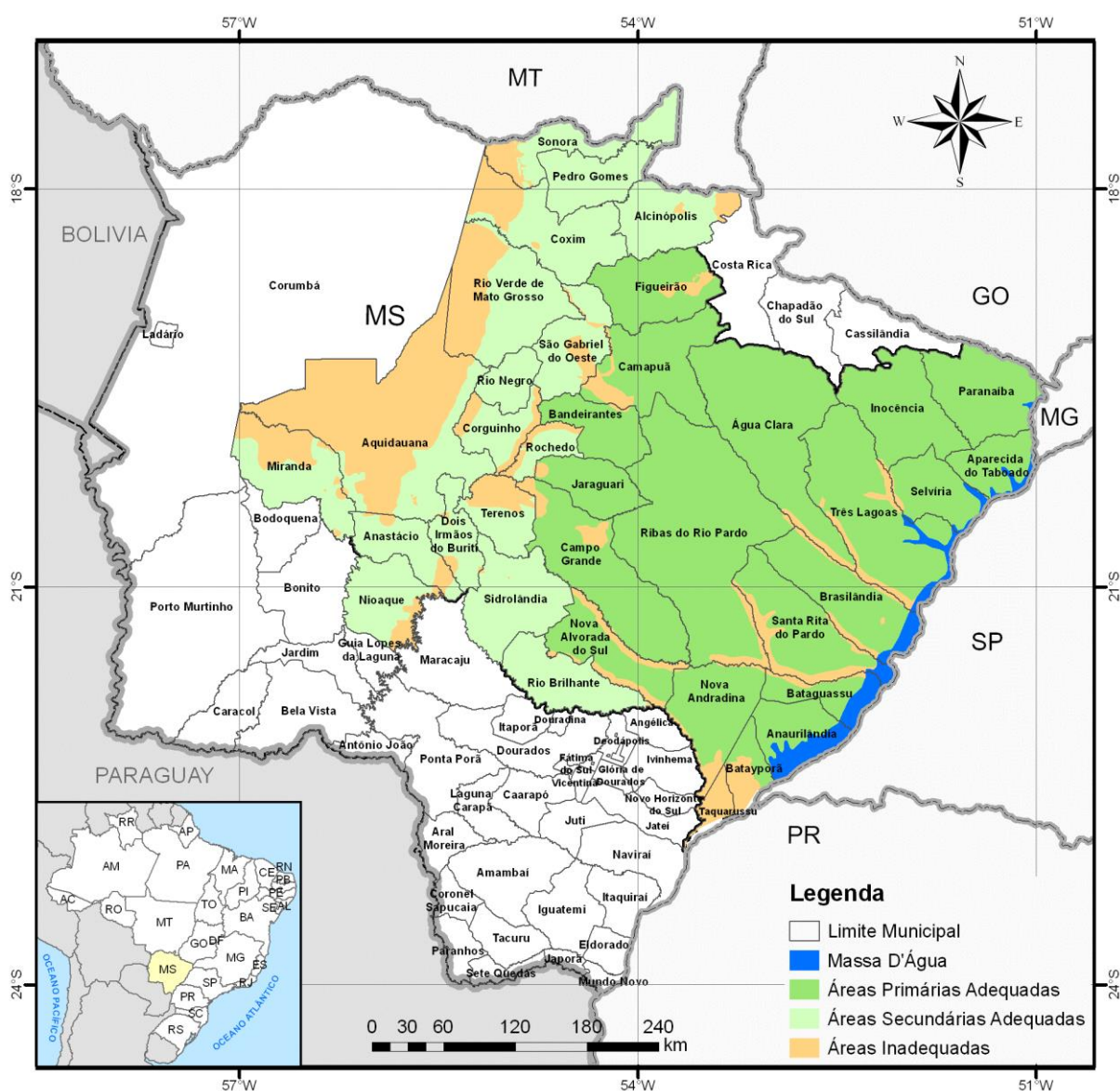


Figura 24: Localização da região para a implantação do PEF/MS. Fonte: PEF/MS (2009).

Emaranhado nesse processo de estabelecimento dos negócios no setor de eucalipto-celulose-papel, temos a flexibilização das leis ambientais. Como na

ausência de licenciamento ambiental para empreendimentos “florestais” no Mato Grosso do Sul, no caso, liberando os plantios de eucalipto nessa unidade federativa, além da importância do Zoneamento Ecológico-Econômico⁶¹.

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) não realizou o licenciamento ambiental desses empreendimentos, uma vez que transpôs a incumbência ao Estado de Mato Grosso do Sul por intermédio do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (IMASUL).

Com efeito, o Governo Estadual (2006-2014) – comandado por André Puccinelli/PMDB – concedeu por intermédio da Secretaria de Meio Ambiente, de Planejamento e de Ciência e Tecnologia (SEMAC) dispensa de licenciamento ambiental dos empreendimentos do setor por meio da Resolução SEMAC nº 17 de 20 de setembro de 2007. Tratam-se de aparatos jurídico-legais alterados, de modo incoerente, que visam agilizar a instalação dos capitais. Os empreendimentos do setor “florestal” precisam apenas apresentar documentos informando o Estado das ações efetivadas. Consideramos que as avaliações de impacto ambiental são imprescindíveis nesse setor, mas não é essa a visão apresentada no dispositivo legal supramencionado.

Considerando que o incentivo à produção de madeira oriunda de florestas plantadas contribui para a preservação de florestas nativas, e considerando que o incremento das florestas plantadas em áreas de vegetação nativa já convertidas para outros usos alternativos do solo pode constituir importantes ganhos para a conservação do solo, dos ambientes aquáticos e combate ao processo de aquecimento global pelo seqüestro de carbono, [...] Art. 1º O plantio e a condução de espécies florestais nativas ou exóticas, com finalidade de produção e corte ou extração de produtos florestais diversos, em áreas de uso alternativo do solo com atividade agropecuária, ou em áreas que se encontrem subutilizadas ou degradadas, desde que localizadas fora do Pantanal, das Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal, fica dispensado de licenciamento ambiental nos termos desta Resolução (MATO GROSSO DO SUL/SEMAC, 2007).

As empresas também adotam uma série de iniciativas voltadas ao discurso ambientalmente “sustentável”, inúmeros programas de educação ambiental realizados nas escolas municipais e estaduais (na cidade e no campo), propagandas que visam estabelecer uma ideia de que esses negócios são o caminho para a

⁶¹ Realizado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (SEMAC/MS).

sustentabilidade, atividades junto aos trabalhadores, *slogans* nos vagões dos trens que transportam a celulose (Figura 25) etc., mascarando contradições intrínsecas ao processo, como a redução da biodiversidade com a monocultura do eucalipto, além do uso predatório das águas do rio Paraná e de seus afluentes no processo industrial produtivo, entre outros.



Figura 25: vagão de um trem da empresa América Latina Logística (ALL). Fonte: Tayrone Roger Antunes de Asevedo (2010).

Sobre os impactos gerados pela monocultura do eucalipto ao regime hídrico, Kudlavicz (2011, p. 152) apontou, mediante informações verbais colhidas em trabalhos de campo, que houve alterações significativas ao ambiente local, como o desaparecimento de nascentes, açudes e lagoas. O referido pesquisador entrevistou um funcionário da empresa *International Paper* e este relatou o desequilíbrio hídrico promovido pela expansão dos plantios de eucalipto.

Com certeza tem. Agora a causa eu não sei te dizer, porque eu não sou da área. Mas com certeza tem. Inclusive onde existia um açude, ou seja, um córrego estancado que o fazendeiro usava este açude para tratar do gado, quatro anos após o plantio esse açude estava seco. Então não é um problema de irrigação e sim porque a água, não

está sobrando para abastecer os veios d'água para a manutenção dos córregos e também a manutenção dos açudes. Onde tem plantio de eucalipto não tem açude mais. Está tudo seco. (Informação verbal).

São os interstícios da relação antagônica entre Capital *versus* Natureza. São planos e zoneamentos ambientais realizados, com intuito de ratificar os negócios com pretextos como: a ideia de vocação regional para o setor “florestal”, da possibilidade de recuperação das áreas degradadas pela pecuária e de que as condições ecológicas são favoráveis ao setor, entre outros⁶².

5) Redimensionamento do poder intra e intercapital sob a forma de intensificação do controle territorial nacional e transnacional por parte dos grandes grupos – alimentares, agroquímicos, econômico-financeiros, automobilísticos, agroenergéticos, entre outros – que se coligam na estratégia nuclear da obtenção das rentabilidades. Portanto, uma intensa corporativização/estrangeirização no universo da agricultura.

Entrevistamos o pesquisador da Universidade Estadual de Mato Grosso, Sandro Sguarezzi, e ele nos relatou que no caso do agronegócio em Mato Grosso, ocorre um processo de concentração e corporativização com grandes grupos transnacionais controlando, cada vez mais, os territórios. Muitos proprietários rurais, alguns com propriedades de até 10.000 hectares, principalmente produtores de soja, estão sendo “vítimas” das transnacionais. Acreditam, todavia, que as dificuldades enfrentadas são ocasionadas pelo Estado/governos, dessa forma, não observam os novos agentes do capitalismo globalizado adentrando o espaço mato-grossense.

As transnacionais estão controlando cada vez mais o âmbito produtivo direto e indireto, por exemplo, algumas empresas que controlam plantios de soja, estão aliadas às empresas de implementos e defensivos (agrotóxicos) agrícolas: quando certos produtores do agronegócio (locais) pleiteiam compra desses produtos, os preços são outros, os custos com a produção ficam elevados em comparação com os agronegociantes corporativizados. Neste sentido, há uma clara pressão por parte dessas transnacionais para que os demais produtores/capitalistas aceitem as condições de mercado por eles ditadas, aqueles que não se adequam aos interesses postos são pressionados para que se integrem, arrendem suas terras, entre outros.

⁶² Sobre a temática do discurso ambiental das empresas, licenciamento ambiental e o Estado parceiro no processo, ver: Kudlavič (2011).

Entendemos que no capitalismo contemporâneo, esse processo de concentração de poder é fundamental, trata-se de estratégias imperialistas que expandem nos territórios. Alianças primordiais são realizadas entre os capitais rentista, industrial e financeiro.

O referido pesquisador diz que o agronegócio tem trabalhado de forma diversificada atualmente, não atuam somente com uma qualidade de monocultura, realizam plantios de cana-de-açúcar, posteriormente trabalham com plantios de soja, milho e algodão. Essa rotatividade de monoculturas auxilia no combate de pragas e eleva a produtividade por hectare.

Ocorre, também, que os agronegócios adentram o mercado da produção de alimentos. Plantam feijão, utilizam plantios de arroz, visualizando as oportunidades de lucrativas no mercado, assim como para preparo agrônômico de futuras áreas de soja.

Nesse contexto, atuam na produção/comercialização de alimentos, são forças capitalistas que objetivam controlar esse âmbito da agricultura, haja vista os elevados rendimentos que o mercado proporciona. Sobre as características do capitalismo no campo brasileiro nos últimos anos, Marques (2011, p.10) diz que:

O agronegócio brasileiro apresentou um *boom* de crescimento nas duas últimas décadas, atraindo de forma crescente capitais provenientes de fundos de investimento e empresas diversas, nacionais e internacionais, tanto para o investimento direto na produção de commodities (como, por exemplo, o investimento de empresas chinesas na produção de soja) como para a aquisição de terras. O campo brasileiro hoje é um espaço disputado por novos e velhos atores sociais mobilizados de diferentes maneiras a favor e contra a expansão do *regime alimentar corporativo*, que tem resultado no franco avanço de processos de descampesinização e desterritorialização e renovado a importância e o significado da *questão agrária*.

Portanto, novos desafios são postos para os camponeses, os trabalhadores em geral, uma vez que a produção/comercialização de alimentos também tornou-se uma fatia importante dos negócios da agricultura capitalista. Além da disputa por território, que apresenta uma nova feição contemporaneamente, haja vista os programas de desenvolvimento territorial, a dinâmica das novas áreas de expansão territorial dos agronegócios, em que diversas formas de violência são praticadas numa batalha continua por terras, recursos, entre outros.

6) Redefinições para o mundo do trabalho: intensificação da precariedade mediante subcontratações, terceirizações, pagamentos irrisórios por produtividade, descumprimento da legislação trabalhista e sindical, com atuação discreta dos meios legais inibitórios e punitivos; enfraquecimento de sindicatos de trabalhadores, tornando os trabalhadores pouco combativos e articulados; uso de mão de obra indígena, obtendo maiores ganhos e até mesmo uso de formas ainda mais degradantes, como superexploração da força de trabalho, em alguns casos em regime análogo a de escravos.⁶³

7) No caso da microrregião de Três Lagoas, mencionamos a ausência de lutas sociais representativas, os movimentos sociais, sindicatos rurais, partidos políticos etc., não atuam de forma incisiva, acirrando, dessa forma, os conflitos, o que impactaria os negócios, como aconteceu no Estado de Espírito Santo, onde as populações quilombolas, indígenas etc. enfrentaram diretamente a Aracruz Celulose e Papel e obtiveram vitórias históricas, como, por exemplo, a recuperação de seus territórios⁶⁴. Caso similar ocorreu no Rio Grande do Sul, em 2006, quando duas mil mulheres ligadas à Via Campesina e ao MST manifestaram-se adentrando um centro de pesquisa da empresa Aracruz, em episódio que tomou a mídia brasileira (GLASS, 2006).

Na conjuntura da microrregião de Três Lagoas, entendemos que as relações de poder postas hegemonomizam-se, valendo-se de intensa propaganda, com discursos e ações de “responsabilidade socioambiental”, são estratégias de controle, isto é, elaboram um constructo ideológico eficaz para perpetuar os processos de degradação socioambiental (ALMEIDA, 2012).

Na microrregião de Tangará da Serra, observamos certas diferenças, como a própria postura dos camponeses assentados que são críticos perante os acontecimentos que se sucedem na expansão dos plantios de eucalipto. No caso dos trabalhadores das empresas Barralcool e Itamarati, conforme nos foi relatado, não há o enfrentamento decisivo por meio de greves, manifestações etc., somente alguns casos que demonstraremos no capítulo IV. Dessa forma, as agroindústrias canavieiras agem de forma a asseverar a precarização do trabalho.

⁶³ Temática que será avaliada no capítulo IV deste trabalho.

⁶⁴ Cf. ES - Quilombolas retomam território usurpado pela Aracruz. Observatório Quilombola, 31 jul. 2006. Disponível em: <<http://www.koinonia.org.br/oq/noticias-detahes.asp?cod=6441>>. Acesso em: 23 mar. 2013

Essas argumentações evidenciam linhas gerais dos fenômenos, alguns determinantes, que podemos, mediante as particularidades suscitadas ou na relação destas com outros processos, acrescentar mais questionamentos, assim avigorando a compreensão do que se passa nesses territórios.

Trata-se de acontecimentos e transformações relevantes nas microrregiões de Tangará da Serra/MT e Três Lagoas/MS, o que demanda avaliação crítica e ampla compreensão, pensando a economia, a política, assim como as questões ambientais. Propomos realizar uma análise centrada em processos sociais que, de certa forma, desenvolvem-se em diferentes territórios, com escalas diversas, todavia estão articulados contemporaneamente.

2.2 – O agronegócio na era da fluidez: território e articulações escalares

Os temas supra aludidos nos dão pistas e são importantes para uma compreensão geográfica da agricultura capitalista contemporânea. O difícil exercício de relacioná-los dialeticamente deve ser efetivado de maneira contínua, por meio de pesquisas de cunho econômico, político, cultural etc. Propõem-se, então, iniciar o debate por intermédio de pesquisas no universo dos agronegócios em expansão nas microrregiões de Tangará da Serra/MT e Três Lagoas/MS.

Entendemos que o desenvolvimento do modo de produção capitalista realiza-se mediante *a reprodução de um sistema determinado de antagonismos: capital/natureza & capital/trabalho*. O *espaço* não é sua expressão fenomênica, tampouco substrato inerte onde essas ações operam. Figura-se ontologicamente como essa relação, totalidade dialética que entendemos como *espacialidade capitalista*.

Sobre a produção dessa espacialidade, Soja (1993, p. 157-158) aponta que:

[...] não é um acontecimento que ocorra de uma vez por todas. A matriz espacial precisa ser constantemente reforçada e, quando necessário, reestruturada – ou seja, a espacialidade precisa ser socialmente reproduzida, e esse processo de reprodução é uma fonte permanente de conflito e crise. A ligação da problemática da reprodução social e espacial é uma decorrência direta disso. Se a espacialidade é, ao mesmo tempo, resultado/encarnação e meio/pressuposto das relações sociais e da estrutura social, referência material delas, a vida social deve ser vista como formadora do espaço e contingente ao espaço, produtora e produto da espacialidade. Essa relação bidirecional define – ou, quem sabe, redefine – uma dialética socioespacial que é, simultaneamente, parte de uma dialética

espaçotemporal, uma interação tensa e repleta de contradições entre a produção social da geografia e da história.

Dessa forma, entendemos que os territórios são formações histórico-sociais dialético-contraditórias em que há domínio/controle de classes e ou frações de classe específicas. Portanto, articulam poderes e relações para perpetuar a lógica de apropriação espacial, apresentando traços socioculturais intrínsecos.

Evidenciam-se, com as transformações até aqui listadas – as mudanças geográfico-produtivas e econômico-organizacionais da agricultura capitalista, movimentos que ora rompem com características territoriais pretéritas, outrora apresentam continuidades/permanências que são prementes.

Ocorre que o poder de (re)produzir, controlar e subjugar os espaços e territórios ficam a cargo do meticuloso entrelaçamento de Estados capitalistas (neoliberais, imperialistas, desenvolvimentistas etc.) e das fissuras dentro das classes dominantes, aquelas em que agentes do capital transnacional hegemonizados avolumam-se.

Apresentam-se territórios unidos e fragmentados, são tensões variadas que emergem dessas relações. A disputa e exercício do poder, em certa medida, são conciliáveis entre os agentes do capital e as escalas do poder de Estados, contudo, para as classes subalternizadas, organizações sociais etc. essas relações são danosas, inconciliáveis.

Nesse novo período histórico-geográfico do capitalismo, a III Revolução Industrial em curso, a espacialidade capitalista se diferencia das fases anteriores, devido a maior articulação, por exemplo, de seus componentes constituintes, cidade-campo & local-global, com formas de ordenamento territorial capitalista sendo armadas numa trama desigual e combinada de relações.

De seu lado, o campo defronta-se com uma produção que expulsa mulheres e homens, concentra terra e renda. A cidade, o *locus* de realização plena do capital/capitalismo, é fortemente impregnada de excluídos e de precariamente incluídos no processo de produção.

Sobre a estruturação da cidade, alguns elementos podem ser observados⁶⁵, como a crise do modelo clássico de localização de serviços condensado na centralidade urbana, hoje, vê-se a explosão de centralidades, pulverizadas

⁶⁵ Sobre as características dessa reestruturação urbana posta as cidades, temos por referência: Baeninger (2004), Bastos (2009) e Santos (2008).

estrategicamente promovendo consumo acelerado; a implantação de grandes estabelecimentos comerciais e especulação imobiliária com elevação sem tamanho do valor do solo, como ocorreu significativamente no município de Três Lagoas e nos municípios em seu entorno, quando os aluguéis cresceram de maneira descomunal; o aumento do comércio de varejo e do mercado informal; proliferação de propaganda; intensa mercantilização do lazer e entretenimento.

Por outro lado, ocorre o crescimento do número de *excluídos* e precariamente *incluídos*, migrações intensas entre cidades e regiões, redução e restrição de acesso a políticas de habitação, saúde, educação etc., expansão de moradias socioambientalmente precárias, incluindo favelas, deterioração de espaços públicos espalhando mendigos, usuários de drogas, entre outros.

No mundo hodierno, entendemos que a produção do espaço e conformação de múltiplos territórios/territorialidades estão em constante movimento. Vivemos na era da fluidez, tanto material (recursos naturais, objetos técnicos/mercadorias etc.) como imaterial (culturas, signos, ideologias etc.). A extensificação geográfica da III Revolução Industrial está resignificando toda a geohistória da espacialidade humana (SOJA, 1993; 2008), de modo que a reprodução da existência social, com suas diversificadas manifestações, enleiam-se nessa intensa mobilidade-transformação.

Tratar-se-ia de uma sociedade, tão somente, des-territorializada pelas redes⁶⁶? Ou estaríamos constituindo nossas concepções de mundo na relação com a diferença e a contradição? Questões assaz pertinentes, porém recheadas de caminhos interpretativos.

Todavia, não pensamos a rede como diluidora do poder, como um artifício de descentralização do domínio, mas sim, como um recurso utilizado para expandir as forças capitalistas hegemônicas. A interligação de diferentes espaços/territórios por intermédio das redes possibilita fluidez de capital, recursos, mercadorias etc. o que nos parece uma característica/estratégia do capitalismo contemporâneo.

Algo que podemos concluir é que se sobrepõe com intensidade, de maneira reticular e abrangente, as relações de poder e controle, por vezes, conflituosas e confrontantes. Diferenciando-se – mas não rompendo inteiramente – das relações

⁶⁶ São autores que tratam teórico-conceitualmente das redes: Castells (1999), Castells & Cardoso (2005) e Santos (1997).

pretéritas, uma vez que atuavam de forma zonal e estrita, com limites espaciais e fronteiras relativamente *fixas*.

Desse modo, estamos diante de uma complexidade, temos territórios funcionais, ligados, principalmente, a processos de dominação e produção de desigualdades e, contraditoriamente, territórios dotados de maior simbolismo com processos de apropriação de múltiplas identidades. São características, funcionalidade e simbolismo, que podem ser observadas em ambos, com maior ou menor intensidade.

Portanto, todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois exercemos domínio sobre o espaço tanto para realizar “funções” quanto para produzir “significados”. O território é funcional a começar pelo território como recurso, seja como proteção ou abrigo (“lar” para o nosso repouso), seja como fonte de “recursos naturais” – “matérias-primas” que variam em importância de acordo com o(s) modelo(s) de sociedade(s) vigente(s) (...) Assim, poderíamos falar em dois grandes “tipos ideais” ou referências “extremas” frente aos quais podemos investigar o território, um mais funcional, outro mais simbólico. Enquanto “tipos ideais” eles nunca se manifestam em estado puro, ou seja, todo território “funcional” tem sempre alguma carga simbólica, por menos expressiva que ela seja, e todo território “simbólico” tem sempre algum caráter funcional, por mais reduzido que ele seja. (HAESBAERT, 2005, p. 3 e 4)

Por conseguinte, podemos identificar atualmente territórios extremamente funcionais e dinâmicos, como os complexos agroindustriais e minero-siderúrgicos em que impera pequena parcela do capital financeiro globalizado (Eike Batista-MMX, Cargill, Cosan, Fibria, Stora Enso, Georges Soros-ADECOAGRO, Louis Dreyfus etc.); terroristas (Al-Qaeda); crime organizado vinculado ao narcotráfico (PCC, Comando Vermelho); redes de *shopping centers*, condomínios de luxo, hipermercados, empresas de telefonia fixa e móvel, entre outros.

De maneira semelhante ao anteriormente exposto, apresentam-se múltiplas territorialidades carregadas de referências culturais e identitárias, que cada vez mais caracterizam-se por manter conexões com diferentes espaços, são organizações sociais como as torcidas organizadas, o movimento LGBT, as organizações não governamentais (ONGs), punks, assim como os movimentos sociais rurais e urbanos, como Via Campesina e Movimento Occupy, muitos cultural e politicamente conscientes e afirmativos.

Diante do exposto, indagamos: processos territoriais funcionais, atrelados à reprodução e acumulação de capital, anulariam a possibilidade de construção de singularidades e um sentimento de pertencimento? Estariam essas forças homogeneizando os territórios num caminho único, em que somente existiriam pontos, nós e linhas numa rede sem sentido?

Haesbaert (2006) sinaliza que:

Se o território hoje, mais do que nunca, é também movimento, ritmo, fluxo, rede, não se trata de um movimento qualquer, ou de um movimento de feições meramente funcionais: ele é também um movimento dotado de significado, de expressividade, isto é, que tem um significado determinado para quem o constrói e/ou para quem dele usufrui (p. 281).

As relações até aqui demonstradas estão intimamente ligadas à expansão do capital em termos flexíveis e em rede. Entendemos que as expansões geográficas dos processos englobam diferentes espaços, não se trata de uma atuação genérica, a-tópica, mas de territórios, regiões e lugares, portanto de sujeitos sociais abarcados.

Abordemos, por conseguinte, o plano regional/local e suas relações com o nacional/*global*, pois nessas circunstâncias, esse *recorte* passa a ser gerido por agentes e forças internas e externas, longínquas, sob o ponto de vista político, principalmente, daqueles que o vivenciam, os que compõem a maioria da população.

Abordando o movimento de globalização, verificamos alguns fios condutores na construção desses espaços e territórios que operacionalizam o capital. Não abordaremos a globalização enquanto algo dado, real e acabado, mas enquanto projeto e processo.

A ideia hegemônica de uma globalização inevitável tornou-se, em certa medida, consenso entre classes, frações de classes e representantes de Estado. Os produtores/propagadores da ideologia capitalista (agências de notícias e propaganda, instituições de produção de conhecimento, teóricos defensores do capital etc.) sustentam que é necessária a abertura e fluidez entre os países e regiões no mundo, um mercado global sem barreiras.

Na prática, a produção desse mercado – além de ser *discursado* como ideologias de construção de consentimentos – sustenta-se na coerção constante, na militarização das relações político-econômicas dos Estados-nação e na hegemonia de poucas corporações.

Doreen Massey (2008, p. 128, 130) acredita que:

No Sul é esta compreensão do espaço do futuro (como espaço comercial global sem limites) que permite a imposição de programas de ajustamento estrutural e seus substitutos. É esta compreensão da inevitabilidade dessa forma de globalização que torna legítima a imposição de políticas voltadas para a exportação na economia de um país a outro, a priorização das exportações sobre a produção para consumo local. É este discurso, desta forma específica de globalização, que é um importante componente da contínua legitimação da visão de que há um modelo específico de “desenvolvimento”, um caminho para uma forma de “modernização”.

Milton Santos (1996, p. 11) percorre esse mesmo caminho interpretativo:

Como a produção se mundializa, as possibilidades de cada lugar se afirmam e se diferenciam em nível mundial. Dada a crescente internacionalização do capital e a ascensão das firmas transnacionais, observar-se-á uma tendência à fixação mundial e não mais nacional dos custos de produção e a uma igualização das taxas de lucros graças à mobilidade internacional do capital, ao passo que a procura dos lugares mais rentáveis será uma constante.

Diante do exposto, cremos que a reprodução do capital está ligada à ascensão de uma espacialidade capitalista efetiva, que é proporcionada mediante a formação de forças de controle, ou seja, espaços dinâmicos e funcionais e redes que intensifiquem/extensifiquem não somente mercados, mas um *modo de vida* único, ou seja, o capitalismo.

Vimos que a reestruturação posta ao espaço, em termos de acumulação flexível, supervaloriza um ordenamento de classes antagônico. Essa ditadura do capital financeiro-“fictício” assola as populações pelo mundo excluindo diversas maneiras de Ser e Existir⁶⁷.

São prementes interpretações/ações sobre/contra esses acontecimentos. Nesse sentido, papel importante deve ser creditado às lutas epistêmicas, pois entendemos que não se trata de uma batalha meramente econômica, mas prélios que envolvem a política, os saberes e racionalidades.

Logo, urge pensar outras formas de envolvimento social, que sejam socioambientalmente justas e democráticas, que promovam o diálogo entre os diferentes, como nos alerta Edward W. Soja (2008, p. 462):

⁶⁷ Como vem denunciando o Movimento Mundial pelos Bosques Tropicais (World Rainforest - WRM, sigla em inglês) na expansão das monoculturas de árvores (eucalipto, principalmente) na África, América Latina e Ásia.

Podemos disfrutar simplemente de los indudables encantos de una disolución psicotécnica en el espacio, cambiando nuestros hábitos adaptándolos a cada nuevo y tentador escenario, ya sea Disney World o internet. O podemos darle la vuelta al proceso, aprovechándonos de su ámbito espacial expandido, de sus borrosas fronteras, de su ruptura con las jerarquías rígidas, de su flexibilidad y de su fragmentación, con el fin de comprometernos en una *praxis espacial* más creativa *de transgresión, de cruce de fronteras, de trabajo en el límite y de compromiso con el derecho a ser diferente* que pueda reorientar la difusión de la hiperrealidad desde sus canales esencialmente conservadores hacia objetivos más progresistas.

A agricultura capitalista e as relações apresentadas realizam-se de modo contraditório nas microrregiões. Entendemos que desafios variados são lançados às classes subalternas (camponeses e operários).

Avaliamos, por conseguinte, as tramas do antagonismo existente entre as forças sociais do trabalho e as forças sociais do capital. São processos sociais de grande magnitude e apresentam complexidades que podem ser apreendidas a seguir.

CAPÍTULO III

NUANCES E VICISSITUDES DA RECRIAÇÃO CAMPONESA NOS TERRITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO

3.1 – Questão agrária e campesinato no capitalismo – à guisa de introdução

Quando analisamos as interpretações sobre a questão agrária e o campesinato no capitalismo, diferentes correntes se desdobram, estando muito presente as relações sociais e de poder⁶⁸. Essas correntes apresentam particularidades que se relacionam no tempo e no espaço, definindo e agrupando-se em dois grandes grupos.

O primeiro seria um universo teórico advogando que o desenvolvimento do capitalismo no campo opera de maneira inexorável, reformulando as relações sociais e que somente duas classes seriam possíveis no processo: burgueses e proletários. Logo, sentencia o desaparecimento dos camponeses. Essa linha de pensamento tem como autores clássicos Karl Kautsky e Vladimir I. Lênin.

No Brasil, desdobra-se formulando duas linhas: uma possui um caráter extremamente eurocêntrico, ao afirmar que o desenvolvimento histórico brasileiro abrigou relações sociais de caráter feudalista, portanto, o campesinato seria resquício desse modo de produção pretérito. Já a segunda linha propõe que interpretemos o avanço do capitalismo de maneira uniforme, num processo de modernização que não abriga formas de produzir e viver contraditórias. Perpetuar-se-iam, tão somente, os complexos agroindustriais e uma parcela de pequenos proprietários de terra articulados aos mercados, esses seriam dinâmicos e empreendedores. Um feitiço de agricultura empresarial denominado de agricultura familiar.

O segundo campo teórico argumenta em favor da permanência do campesinato no desenvolvimento do capitalismo no campo, sendo essa uma relação social contraditória, re-existente e tipicamente não-capitalista, embora subordinado aos imperativos desse modo de produção. A base teórico-conceitual para se entender a recriação camponesa encontra-se nos escritos de Alexander V. Chayanov, assim como de Teodor Shanin, herdeiro dos estudos do primeiro, avançando na direção de interpretar os camponeses por dentro, via estudos da economia familiar.

A linha teórica da recriação camponesa no Brasil, ora realça o caráter antropológico diferenciado do modo de vida camponês, ora discute o campesinato como relação tipicamente não-capitalista, em estudos sobre a sujeição da terra ao capital e a sujeição formal do camponês ao capital. Em ambos os casos valendo-se

⁶⁸ Para realizar as reflexões a respeito das correntes teóricas que interpretam o desenvolvimento do capitalismo no campo e algumas oposições entre agricultura camponesa e agronegócio usufruímos de diferentes autores, destaque para Oliveira (2003), Paulino (2006) e Almeida (2006).

de análises sobre a importância da renda da terra, assim como as relações de trabalho no universo familiar camponês.

Nessa linhagem de interpretação do desenvolvimento capitalista, o campesinato é tratado enquanto classe social *sui generis*, uma vez que no universo teórico marxista de estudos sobre o modo de produção capitalista são apresentadas como classes fundamentais: os detentores dos meios de produção, capitalistas que se desenvolvem por intermédio da extração de mais-valia na relação-capital; os proletários, que vendem sua força de trabalho, unicamente proprietários desse ato sócio-metabólico gerador da sociedade, porém vertido e alienado no processo capitalista e; os proprietários de terra, que vivem por meio da renda da terra, em que está presente o campesinato, porém de forma peculiar, uma vez que essa classe social detém a força de trabalho e os meios de produção, isto é, a terra.

3.2 – Renda da Terra e Território: sobre dois modelos díspares de agricultura

Entendemos, portanto, que existem dois modelos díspares de se fazer agricultura que decorrem da reprodução ampliada do capital. Reproduzem-se de maneira dialética, todavia diferenciada. Apresentam severos conflitos territoriais, mostras de seus antagonismos. Apresentam conteúdos de classe específicos e, por vezes, entram em conflitos intensos, propõem formas distintas de reprodução social.

Podemos denominar o primeiro “grupo” de agricultura empresarial-mercadológica, conhecida como agronegócio. Nessa forma de se fazer agricultura, a terra apresenta-se enquanto um ativo político que visa à perpetuação do poder e, também economicista, isto é, o cerne desses empreendimentos encontra-se numa concepção fundamentalmente econômica sociedade, isso os move na busca incessante por lucros, geração de mercados etc.; produtivista, pois calca-se na ideia de produção de mercadorias e lucros para além do bem-estar social; especulativista, uma vez que apresenta cada vez mais um caráter financeirizado na esfera econômica, no jogo global dos mercados são ávidos por rendimentos que nem sempre estão ligados ao âmbito propriamente produtivo, portanto, especulam com mercadorias, mercados e patrimônio, entre outros; outro caráter é o rentista, que se vale de todo um aparato econômico-político de extração da renda da terra, uma mais-valia social. A percepção é pautada em indicadores de mercado, partindo de interesses estritamente empresariais.

Podemos dizer que, no contexto atual, esse gênero de agricultura caracteriza-se por asseverar os processos de concentração fundiária, por legitimação de terras griladas, combinando latifúndios “produtivos” integrados a mercados e improdutivos, como áreas de futura expansão de suas ações, bem como patrimônios que visam perpetuar relações de poder. São essencialmente sustentados por subsídios, isenções e apoio do Estado. Criminalizam, perseguem, enclausuram e assassinam os trabalhadores⁶⁹, chegam a realizar atividades em terras devolutas e constroem um aparato político-ideológico, ou seja, os agronegócios arquitetam suas redes políticas na busca de “vantagens”, aumentam e fortalecem sua bancada na esfera da representação governamental, coordenando e/ou forçando tomadas de decisão.

A agricultura camponesa, por sua vez, possui certas características específicas e potencialidades. A terra, por exemplo, geralmente porta-se como um ativo social, visto que se dispõe a recriar a vida por meio da produção de alimentos e sustento familiar, apresenta certa diversidade social, produz renda mediante o uso menos impactante se comparado ao agronegócio. O campesinato tem o germe de sua força social pautada numa tríade indivisível entre terra, trabalho e família.

Contemporaneamente, são diversas as nuances que permeiam a reprodução desse modo de se fazer agricultura, a educação popular, formas diferenciadas de produzir e articular a produção com os mercados locais, usufruindo das riquezas naturais (solos, fauna e flora etc.), portanto, carregam enquanto projeto esse potencial de manter uma relação de cooperação com a natureza.

O campesinato, todavia, reproduz-se por meio da luta cotidiana, em batalhas para conquistar uma fração do território capitalista. Importante destacar que as lutas articulam-se da cidade ao campo, de esferas locais ao plano mundial, articulando escalas no intuito de construir alternativas frente aos capitais, um exemplo é a atuação da Via Campesina.

Outra questão importante que devemos centrar nossas atenções é a relação existente entre renda da terra e território. A maioria dos estudos marxistas centrou-se na oposição entre burgueses e proletários, isto é, a relação entre capital e trabalho, como se esta fosse suficiente para se compreender o capitalismo. Porém, quando observamos o desenvolvimento capitalista, sempre visualizamos a questão agrária

⁶⁹ Vide os dados dos Cadernos sobre os Conflitos no Campo publicados anualmente pela Comissão Pastoral da terra (CPT).

influenciando (em alguns casos determinando) a configuração da totalidade social, pois no modelo teórico das classes de Marx estão presentes não duas, mas três classes fundamentais: burgueses, proletários e proprietários de terra. Segundo Oliveira, é fundamental compreender que a renda da terra:

[...] é um lucro extraordinário, suplementar, permanente, que ocorre tanto no campo como na cidade. O lucro extraordinário é a fração apropriada pelo capitalista acima do lucro médio. Na indústria ele é eventual, devido ao avanço tecnológico, entretanto na agricultura ele é permanente, pois, por exemplo, existem diferenças entre a fertilidade natural dos vários tipos de solos. A renda da terra é também denominada renda territorial ou renda fundiária. Como ela é um lucro extraordinário permanente, ela é, portanto, produto do trabalho excedente. Esclarecendo melhor, o trabalho excedente é a parcela do processo de trabalho que o trabalhador dá ao capitalista, além do trabalho necessário para adquirir os meios necessários à sua subsistência. Assim, a renda da terra é uma fração da mais-valia, ou seja, é, mais precisamente, *componente particular e específico da mais-valia* (2007, p. 43, grifos do autor).

O fenômeno da renda da terra incide peculiarmente na organização da Geografia capitalista, elemento predominante na organização territorial da sociedade. Entendemos que o território surge como pressuposto, meio e instrumento de exercício de poder, uma instância articulada e re-definida via redes e escalas.

Calabi & Indovina (1973, p.8) argumentam a respeito das relações entre renda e território, segundo estes:

A organização do território está [...] ligada ao fenômeno da renda, que aparece, sobretudo na determinação das modalidades de acordo com as quais se constroem os “elementos” do território. Um dos aspectos a serem estudados é o do papel que ela desempenha no tipo de organização do território, avaliando se ela é *determinante* ou se é um elemento *derivado* do processo total capitalista. A hipótese que podemos formular é a de que ela é antes de mais nada sujeito passivo, estimulado e exaltado, justificado do processo capitalista de extração e realização de mais-valia ou, se quisermos, do processo de circulação do capital. Se as escolhas produtivas (técnico-social) e o processo total do capital que determinam as condições da renda. Isto significa que a renda desempenha um papel fundamental ao dar configuração ao território. Mas o modo específico de ser e organizar-se de um território não depende diretamente da renda, mas do processo total do capital (mesmo se, provavelmente, na determinação da organização do território, o peso relativo de fatores tais como *renda* (forma de propriedade) e *capital* nunca tenham estado, a tempo, ligados à própria história do capital).

Por conseguinte, observamos a existência de uma configuração específica no território determinada pela renda da terra (em suas variadas manifestações, renda absoluta, diferencial I e II e de monopólio).

Um dos estudos basilares para se compreender a relação entre renda da terra e território foi realizado por Ariovaldo U. Oliveira (2002), eis que nesse estudo o autor recupera a dialética ao realçar a contradição e demonstra sua opção política enquanto trabalhador. Expõe sua teoria a respeito da *territorialização do capital* e da *monopolização do território pelo capital*, esclarecendo o processo do capital na agricultura, bem como o lugar e modo em que os camponeses se perpetuam. As relações capitalistas subordinam a renda camponesa da terra, porém existe resistência e luta pelo domínio e usufruto da mesma.

3.3 – Os (des)caminhos da (des)construção da Reforma Agrária nas microrregiões de Tangará da Serra/MT e Três Lagoas/MS

O pressuposto da análise efetuada é de que a sociedade reproduz-se de maneira dialética/contraditória. Assim, campo e cidade articulam, relacionam-se apresentando contínuas transformações histórico-geográficas.

Estamos tratando de territórios de expansão dos agronegócios da cana-de-açúcar e eucalipto, novas áreas da geografia desses empreendimentos capitalistas no Brasil.

Nessas microrregiões, os projetos de Reforma Agrária implantados são resultado de lutas travadas historicamente pelas classes subalternas. No contexto nacional não é diferente. Conforme aponta a figura 26, existem movimentos permanentes de luta pela democratização da terra no Brasil, famílias que pelejam na beira das estradas, que ocupam grandes propriedades rurais lutando por direitos historicamente negligenciados. Essas lutas resultam em conquistas, podem ser ínfimas ante as demandas, porém são importantíssimas.

FAMÍLIAS EM OCUPAÇÕES E FAMÍLIAS ASSENTADAS - 1988-2006

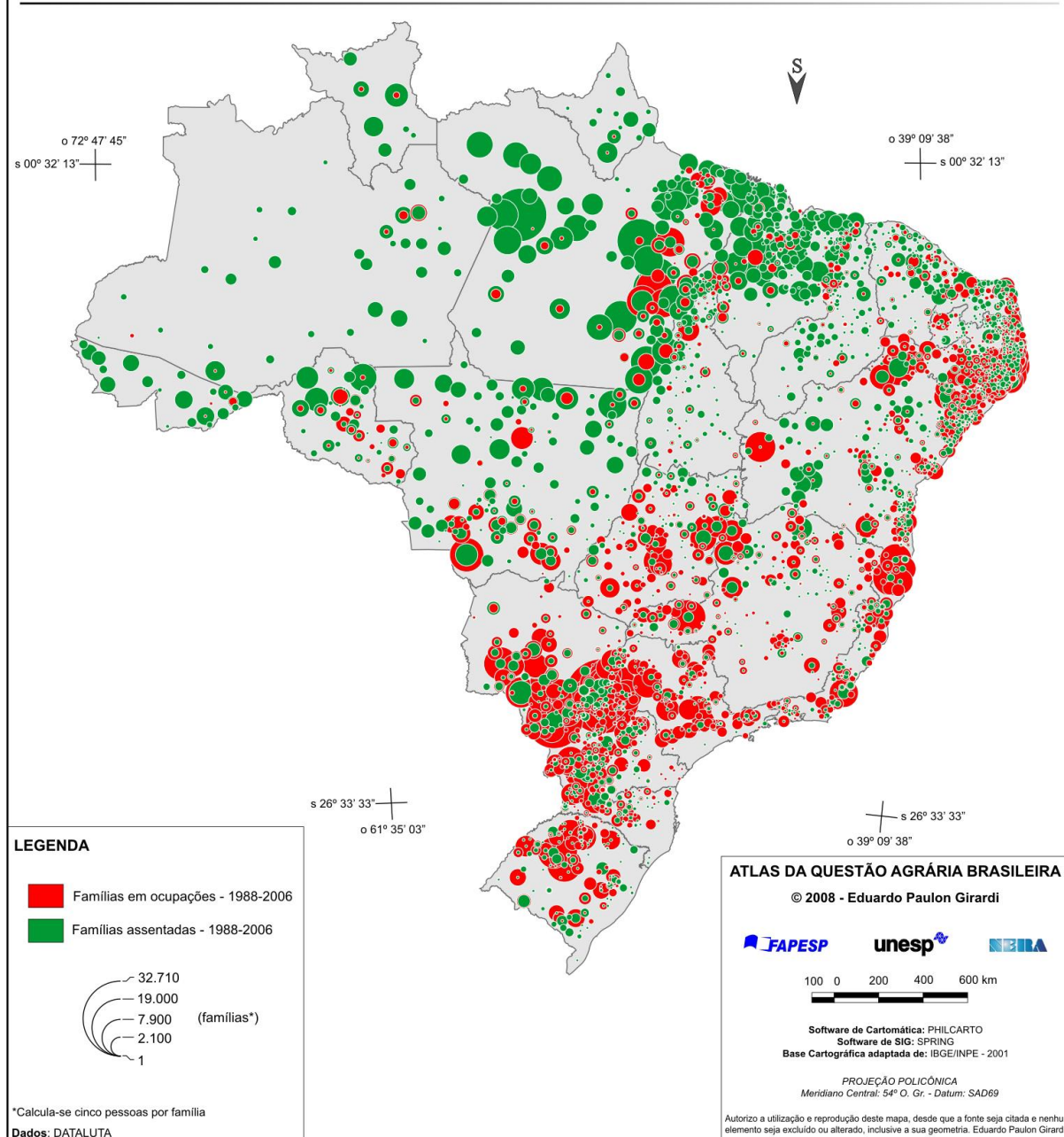


Figura 26: Famílias em ocupações e famílias assentadas – 1988-2006. Fonte: Girardi (2008).

Nota-se que as ocupações e conflitos por terra em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul são significativos. Segundo os dados da Comissão Pastoral da Terra, nas microrregiões de Tangará da Serra/MT e Três Lagoas/MS a questão agrária é presente e o bloqueio do acesso à terra dá-se de forma violenta.

Como o capitalismo não se desenvolve tão somente nas cidades, mas sim, realiza-se, também no campo, pretendemos demonstrar como caracteriza-se a vida dos camponeses nessas microrregiões, tendo conhecimento de que a maioria

encontra-se no campo por intermédio de políticas de redistribuição de terras, isto é, via Reforma Agrária. Sabemos que distribuir terras e assentar mulheres e homens é uma etapa de um processo social abrangente, e que geralmente ocorre de maneira violenta.

A Reforma Agrária contempla um conjunto de ações políticas e estratégicas de mudanças nas estruturas sociais e de poder no campo. Nesse sentido, tem um caráter transformador da realidade. A realização efetiva desse processo, nas microrregiões estudadas, dá-se de maneira precária, apresentando contradições das mais variadas.

Observemos os dados sobre a Reforma Agrária nas microrregiões, apreendendo as ações do Estado referente à distribuição social das terras. De acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 2011), na microrregião de Tangará da Serra/MT são treze projetos de assentamento criados e/ou reconhecidos, que apresentam 1.831 famílias distribuídas em cinco municípios, um total de 67.672,41 hectares.

Tabela 05: projetos de assentamento implantados na microrregião de Tangará da Serra/MT

Projeto	Município	Área (ha)	CF	FA	DC	FO
PA BAXIU	BARRA DO BUGRES	189,53	16	16	2002	R
PA CABAÇAS	BARRA DO BUGRES	7.029,45	203	199	2003	D
PA BURITI FUNDO	BARRA DO BUGRES	707,67	31	31	2004	R
PA GAVIÃO	DENISE	1.452,00	36	36	2002	D
PA N.Sª DE FÁTIMA	DENISE	2.770,38	105	78	2005	A
PA RIOZINHO	NOVA OLÍMPIA	2.541,00	71	71	1998	D
PA VALE DO SOL	NOVA OLÍMPIA	2.300,00	52	52	1998	D
PA RIO BRANCO	NOVA OLÍMPIA	6.300,00	86	84	1999	D
PA USIEL PEREIRA	NOVA OLÍMPIA	1.497,23	59	57	2007	D
PA VOLTINHA	PORTO ESTRELA	600,00	33	32	1995	D
PA VÃO GRANDE	PORTO ESTRELA	900,00	28	28	1995	A
PA ANTONIO CONSELHEIRO	TANGARA DA SERRA	38.337,83	999	997	1997	D
PA TRIANGULO	TANGARA DA SERRA	3.047,32	150	150	1994	D
13	5	67.672,41	1.869	1.831		

Fonte: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2010.

CF – Capacidade Familiar; DC – Data de Criação; FA – Famílias Assentadas; FO – Forma de Obtenção; PA – Projeto de Assentamento; A – Arrecadação; R – Reconhecimento; D – Desapropriação;

A maioria dos projetos é fruto de desapropriação de áreas consideradas improdutivas, são nove projetos criados e/ou reconhecidos, resultantes dessa forma específica de realização da Reforma Agrária. Outros projetos de assentamentos são fruto de Reconhecimento e Arrecadação por parte do INCRA.

Já na microrregião de Três Lagoas/MS são dez projetos, distribuídos em quatro municípios e estão assentadas 1.033 famílias. A área compreende 34.235,69 hectares.

Tabela 06: projetos de assentamento implantados na microrregião de Três Lagoas/MS

Projeto	Município	Área (ha)	CF	FA	DC	FO
PRPR – PEDRA BONITA	BRASILÂNDIA	3.344,13	85	35	2008	R
PA PEDREIRA	RIBAS DO RIO PARDO	87,92	10	9	1988	CV
PA MUTUM	RIBAS DO RIO PARDO	15.801,77	340	337	1996	D
PA CÔRREGO DOURADO	SANTA RITA DO PARDO	1.399,97	49	49	1998	D
PE SÃO THOMÉ	SANTA RITA DO PARDO	2.870,45	110	106	2001	D
PA AVARÉ – FETAGRI	SANTA RITA DO PARDO	4.717,89	272	252	2005	CV
PA AVARÉ – CUT	SANTA RITA DO PARDO	2.283,76	147	136	2005	CV
PRPR – PIABA	TRÊS LAGOAS	764,58	14	6	2008	CV
PA PONTAL DO FAIA	TRÊS LAGOAS	1.485,00	45	39	2000	D
PA VINTE DE MARÇO	TRÊS LAGOAS	1.480,21	69	64	2008	D
10	4	34.235,69	1.141	1.033		

Fonte: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2010.

CF – Capacidade Familiar; CV – Compra e Venda; D – Desapropriação; DC – Data de Criação; FA – Famílias Assentadas; FO – Forma de Obtenção; PA – Projeto de Assentamento; R – Reconhecimento; PRPR – Projeto de Reassentamento Populacional Rural.

Nota-se que na microrregião de Três Lagoas, diferentemente do que ocorre na microrregião de Tangará da Serra, alguns projetos de assentamento, quatro no total, são fruto da modalidade de acesso à terra promovida pelo INCRA de Compra e Venda, além de cinco projetos resultantes de desapropriação.

Faz-se premente, diante dos objetivos postos neste trabalho, a discussão sobre os (des)caminhos das ações do Estado ante as lutas sociais. No caso específico, o Estado frente à (re)criação e autonomia do campesinato.

Existe a contradição no cerne do Estado expressa ora na execução da Reforma Agrária ora no seu esvaziamento por meio de atuações contraditórias e conflitantes como Banco da Terra/crédito fundiário, criminalização e violência contra os movimentos sociais, paralisação das desapropriações – tudo isso aliado ao apoio desproporcional ao agronegócio, num ordenamento antagônico-conflituoso do território.

Situamos esse debate à luz da questão atual, qual seja: a parceria entre Estado e expansão do agronegócio canavieiro (especialmente) na microrregião de Tangará da Serra/MT – empresas Barralcool e Itamarati – e do complexo eucalipto-celulose-

papel – empresas Fibria, Eldorado e *International Paper* – na microrregião de Três Lagoas/MS, por conseguinte, são lançados inúmeros impasses para as políticas públicas de Reforma Agrária. São discrepâncias na atuação do Estado, embora devemos caminhar no entendimento da possibilidade e concretude de alternativas por intermédio dele às lutas populares, assim, usando-o, de modo a transformá-lo e democratizá-lo.

As ações do Estado com as políticas públicas para o campo, ou seja, para os camponeses, não são amplas. O que está jurídico-politicamente instituído em lei com relação à Reforma Agrária, em muitos casos que analisamos, não tem sido cumprido. São situações que serão avaliadas: paralisação de desapropriações; desmantelamento de órgãos ligados a essa política social, como INCRA, por exemplo; ausência de infraestrutura nos assentamentos; descaracterização da educação do campo com ampliação da educação técnica para o capital; problemas relativos à assistência técnica nos assentamentos rurais implantados e os investimentos parcos em mecanismos de produção/comercialização de alimentos, primordialmente.

Todos esses fatores, em conjunto, contribuem para elevação da pobreza no campo, migrações campo-cidade, conflitos etc. Isso abre espaço para estratégias múltiplas dos capitais, como no caso da microrregião de Três Lagoas e as ações das empresas no fito de estabelecer relações de dominação que contribuem para o êxito de seus negócios.

Como mencionamos anteriormente, a microrregião de Três Lagoas/MS se torna cada vez mais uma das principais áreas de plantio de eucalipto e da produção de celulose no país, um dos mais importantes territórios de expansão da monocultura de árvores, o que sem dúvida vem acarretando intensas dificuldades para os projetos de Reforma Agrária e comunidades rurais existentes. O cerco das monoculturas nos assentamentos e comunidades é um ponto a ser observado, mas a ausência de políticas públicas que poderiam fortalecê-los é a questão premente a ser debatida.

Logo no início dos plantios de eucalipto, um conflito latente se apresentou. Como demonstramos anteriormente, a microrregião em análise tem sua formação histórico-geográfica intimamente relacionada à criação de gado bovino, apresentando-se em nível nacional com índices elevados, uma das principais representantes no âmbito da pecuária bovina de corte no país.

Os camponeses nessa microrregião reproduziam-se socialmente, em muitos casos, relacionando-se com essa atividade, ou seja, trabalhavam nas grandes propriedades pecuaristas. Com o avanço dos plantios de eucalipto, mediante compra de terras e contratos de arrendamento, os postos de trabalho têm se tornado cada vez mais escassos, o que ocasiona migrações principalmente para a cidade de Três Lagoas, necessariamente em busca de trabalho.

Vejamos, em detalhes, como ocorrem essas contexturas em alguns assentamentos e comunidades rurais na microrregião de Três Lagoas.

No assentamento Pontal do Faia, que foi criado por meio da desapropriação de uma grande propriedade no ano de 2000, possui 1.485,00 hectares com capacidade familiar para 45 famílias, todavia, atualmente, permanecem em torno de 39 famílias assentadas no local, segundo os dados oficiais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Ao visitar esse projeto de assentamento, muitas questões envolvendo a Reforma Agrária foram suscitadas, assim como elucidadas. Podemos entender como manifestam-se a vida de muitas famílias nas áreas rurais do município de Três Lagoas conversando com os camponeses ali residentes, observando suas indagações e perspectivas em relação à vida na terra, no sítio, na roça etc. – como costumeiramente dizem.

Uma situação corrente relatada nas entrevistas diz respeito à má gerência por parte dos órgãos estatais, particularmente o INCRA e a Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (AGRAER), no atendimento de suas demandas. Em entrevista realizada em Janeiro de 2013, uma assentada relata alguns fatos em que podemos vislumbrar tais vicissitudes da Reforma Agrária.

Não tem suporte, a nossa renda aqui é o leite. Não vem ajuda para o manejo de pastagem, para fazer pastos rotativos, essas coisas. Eles (Estado – INCRA, AGRAER) querem que a gente faça, mas não vem o suporte. O dinheiro que a gente tem aqui vem do leite, que está muito barato, cinquenta centavos, é muito pouco! Então fica complicado. Vêm cursos, projetos e outras coisas, mas o que interessa mesmo, que é o suporte (verbas) não vem (Informação verbal)⁷⁰.

Percebe-se que a atuação desses organismos dá-se de uma forma diferente da que os camponeses assentados esperam, alguns quesitos referentes às políticas

⁷⁰ Entrevista realizada por Mieceslau Kudlavicz e Tayrone Roger Antunes de Asevedo em 29 de janeiro de 2013 no assentamento Pontal do Faia, município de Três Lagoas/MS.

públicas são efetivados, enquanto outros, diríamos mais relevantes, estão distantes de serem postos em prática. Há uma distância significativa entre os projetos criados e sua efetiva implementação/realização nesse assentamento.

Perguntamos se os assentados trabalham com derivados do leite, uma vez que se trata de uma alternativa conveniente devido à quantidade de leite produzida na comunidade, a assentada foi enfática na resposta.

Não tem, a gente não trabalha, porque para você escoar ele (os derivados do leite), você precisa do código de barras (autorização/registro da vigilância sanitária). Nós não temos como vender, não temos uma cozinha industrial para fazer isso daí. Como que a gente vai fazer isso, no fundo de um quintal? Não pode! A gente é responsável! Teria que ter um código de barras, a inspeção da vigilância sanitária. Aqui está acontecendo um laticínio agora. O INCRA veio e fez a demarcação do terreno, foram doados mil metros quadrados onde é o resfriador (tem por objetivo realizar o resfriamento do leite da comunidade passando-o posteriormente para o laticínio). A gente ganhou dois resfriadores do governo está com um tempinho já (alguns anos), mas é uma luta para conseguir o leite para jogar lá dentro, se não tiver leite (no resfriador) o governo leva de volta. Então a gente faz assim, no coração. A gente junta tudo isso daí do assentamento, não todos, porque tem leiteiro de rua, tem gente que faz seu próprio produto aqui e leva para a feira, mas tem dia que nem vai, pois é muito pouco, não compensa (Informação verbal)⁷¹.



Figura 27: resfriadores em funcionamento no assentamento Pontal do Faia, no município de Três Lagoas/MS. Fonte: Tayrone Roger Antunes de Asevedo (2011; 2012).

Esses resfriadores, mencionados na entrevista e demonstrados na figura 27, foram entregues em Março de 2009 como ação do programa MS Leite da AGRATER. Na ocasião, houve uma festividade com a presença de representantes de sindicatos, assim como representantes públicos, como o Governador do Estado de Mato Grosso

⁷¹ Entrevista realizada por Miecleslau Kudlavicz e Tayrone Roger Antunes de Asevedo em 29 de janeiro de 2013 no assentamento Pontal do Faia, município de Três Lagoas/MS.

do Sul, André Puccinelli, o deputado federal Waldemir Moka, a então prefeita do município Simone Tebet, além de vereadores.

Avaliando as falas desses representantes, percebemos que o trato das questões envolvendo a economia dos assentamentos ocorre no estrito sentido de tratar esses camponeses como grandes produtores/proprietários de terra, objetivando integrá-los no mercado capitalista, assim disputando com os grandes empresários produtores de leite.

Pensar o campesinato dessa forma trivial pode incorrer em inúmeros problemas na implementação das políticas públicas para a Reforma Agrária, uma vez que essa classe social possui especificidades sociais, econômicas e culturais significativas que entram em contradição com esses interesses e ações. Essa forma de pensar os camponeses está presente na fala da Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Três Lagoas:

A tecnologia e capacitação são fatores importantes no desenvolvimento da competitividade do agronegócio. Muitos produtores não têm como sobreviver aos grandes empresários e ao receber esses resfriadores, a situação passa a ser outra⁷².

Campesinato e agronegócio possuem características sociais e políticas diferenciadas, isto é, são projetos de sociedade díspares. Ao adentrar o mercado capitalista, os camponeses enfrentam uma luta desigual e contraditória, uma vez que não são e nem se portam como uma empresa, mas sim, como uma família, possuem códigos simbólico-culturais distintos, articulam-se sócio-politicamente de outra forma. Por conseguinte, pensar seu “triunfo econômico” a partir da inserção tecnológica, da capacitação para a competitividade do mercado capitalista etc. é uma via que apresenta percalços árduos e sinuosidades arriscadas.

A pecuária leiteira, como atividade econômica na qual participam a maioria dos camponeses do assentamento Pontal do Faia (outras atividades relacionadas aos hortifrutigranjeiros se destacam, como criação e venda de frangos e ovos, hortaliças para serem comercializadas nas feiras, realçamos também que muitos assentados são aposentados, sobrevivem fundamentalmente dessa renda), vem enfrentando

⁷² Cf. PRODUTORES de leite passam a ser autônomos com novos resfriadores. 16 mar. 2009. Disponível em: <http://www.noticias.ms.gov.br/index.php?templat=vis&site=136&id_comp=1068&id_reg=58115&volta=lista&site_reg=136&id_comp_orig=1068>. Acesso em: 22 fev. 2013.

inúmeros desafios, como pôde ser observado, principalmente pelo fato de que o preço do litro do leite é muito baixo, além da ausência de ações políticas efetivas por parte dos órgãos estatais, ou seja, essas condições geram rendimentos aquém do desejado pelos camponeses assentados.

Esses assentamentos e comunidades rurais da microrregião de Três Lagoas estão cada vez mais cercados por plantios de eucalipto das empresas Fibria e Eldorado ou de empresas terceirizadas que compõem esse complexo territorial.

Observa-se que muitas contradições são suscitadas, e a atuação desses capitais é planejada no sentido de estabelecer o domínio, articular interesses e evitar possíveis conflitos territoriais.

A figura 28 expõe plantios de eucalipto muito próximos ao assentamento Pontal do Faia, no município de Três Lagoas. São alterações significativas realizadas nas paisagens do bioma de Cerrado dessa região.



Figura 28: plantios de eucalipto ao lado de uma estrada do assentamento Pontal do Faia no município de Três Lagoas/MS. Fonte: Tayrone Roger Antunes de Asevedo (2012).

Nesse contexto social de atribulações, as empresas Fibria e Eldorado começam a realizar ações diversas no intuito de estabelecer o domínio territorial da microrregião de Três Lagoas. Vejamos alguns exemplos, elucidados a partir de trabalhos de campo e entrevistas com os camponeses.

Agora a gente ganhou um laticínio da Eldorado, a construção é da Eldorado. [...] Vamos ver o que vai acontecer aí, a prefeitura vai entrar com o maquinário. Daí a gente vai fazer aquele PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), que é pra passar para as escolas. A previsão para o começo da construção é pra agora em fevereiro (2013). Eu tava comentando aí com o menino (funcionário de um laticínio de Inocência que compra leite dos assentados): “você tem sorte que não tem concorrente aqui”. Tem aqui o outro (laticínio), mas fechou, o que é de Selvíria (Informação verbal)⁷³.

No dia 27 de Fevereiro de 2013, ocorreu o 1º Fórum de Sustentabilidade organizado pela empresa Eldorado Brasil Celulose em Três Lagoas/MS. O objetivo foi apresentar aos assentados do Pontal do Faia, o projeto de construção de um laticínio com capacidade produtiva de 2 mil litros de leite pasteurizado por dia. A organização dessas ações está a cargo da mencionada empresa (entra com a construção do espaço e infraestrutura civil – instalações elétricas e hidráulicas) em parceria com a Prefeitura Municipal (participa financiando a aquisição, instalação e gestão dos equipamentos) e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), que adentra na parceria com a capacitação dos assentados para a formação de uma cooperativa, além da gestão administrativa, de negócios e manuseio dos alimentos⁷⁴.

É como o rapaz da Eldorado disse: “vou dar a bicicleta, vou ensinar vocês a andar, vou colocar vocês ladeira abaixo, e é só vocês pedalar”; vamos ver se vai acontecer isso mesmo, porque a gente tem muita vontade. Eu já tentei até colocar, particular, uma empacotadora aqui, pra ver se melhora o preço do leite. Eles (empresa Eldorado) vão dar o laticínio, vão preparar a gente, vão dar curso, vão aperfeiçoar. Tá previsto isso, tá conversado isso [...] eles vão preparar e ensinar a gente pra empacotar o leite, pra fazer derivados do leite [...] vai colocar nosso leite na prefeitura, o que não couber na prefeitura vai vir aqui pra Eldorado. Eles comprem também, e vai ser só a gente trabalhar, nossa parte a gente vai fazer. Todo mundo tá empenhado nisso daí, se acontecer mesmo o assentamento vai melhorar (Informação verbal)⁷⁵.

Essa articulação público-privada tornou-se frequente no estabelecimento de iniciativas políticas para os assentamentos de Reforma Agrária. De um lado,

⁷³ Transcrição de fragmento de entrevista realizada em 29 de janeiro de 2013 no assentamento Pontal do Faia, município de Três Lagoas/MS.

⁷⁴ Cf. PRODUTORES do Pontal do Faia terão laticínio. 28 fev. 2013. Disponível em: <<http://www.perfilnews.com.br/tres-lagoas/produtores-do-pontal-do-faia-em-tres-lagoas-terao-laticinio>> Acesso em: 5 mar. 2013.

⁷⁵ Transcrição de fragmento de entrevista realizada em 29 de janeiro de 2013 no assentamento Pontal do Faia, município de Três Lagoas/MS.

apresenta-se um Estado que se organiza no sentido de atender outros interesses, longínquos daqueles almejados pelos camponeses. Do outro, têm-se empresas que instituem ações sociais que visam expurgar seus negócios, corroborando com as certificações que são fundamentais para a exportação de seus produtos.

Essas ações são vistas pelos camponeses como importantes para a geração de renda, atualmente são um adendo para a melhoria de suas vidas. Sem embargo as inúmeras contradições que apresentam, visto que as instituições estatais, quem devidamente está encarregada de implementar essas iniciativas, apresentam-se ineficientes e morosas.

Entretanto, os assentados sabem dos interesses postos, não estão alheios aos acontecimentos e transformações que estão ocorrendo na região, eles vivenciam essas demandas cotidianamente, são impactados direta ou indiretamente com o alargamento dos negócios. Indagamos sobre as reais intenções da Eldorado Brasil ao ajuda-los, o que os assentados pensam a respeito, a resposta é deliberada: “ela tá aí né, poluindo nós. Ela tem que fazer a parte social e a gente tá aqui [...] Na região toda ela tá ajudando, e como a gente é o vizinho mais próximo dela, eles vão ajudar a gente com o projeto sustentabilidade”.

Além do projeto de construção de um laticínio supramencionado, há também outro projeto da Eldorado Brasil chamado de Produção Agroecológica Integrada Sustentável (PAIS). Trata-se de mais uma parceria dessa empresa com a Prefeitura Municipal de Três Lagoas (Secretaria Municipal de Meio Ambiente), porém agora tem-se a Fundação Banco do Brasil no contexto, além da participação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e do SEBRAE.

Ocorreram reuniões com os camponeses assentados do Pontal do Faia e da Comunidade Rural de Arapuá. De acordo com os camponeses assentados, eles iniciaram as discussões em torno do projeto ainda em 2012. Visam construir hortas para a produção de hortaliças, frutas, além de plantas medicinais e fitoterápicas. O objetivo é comercializar em diferentes lugares, com prioridade para a Prefeitura, a empresa Eldorado e as feiras na cidade de Três Lagoas. Os interessados irão passar por um processo seletivo no qual serão selecionados 25 assentados, com um contrato

de cinco anos com os contemplados, existindo a possibilidade de financiamento e auxílio no escoamento e comercialização dos produtos⁷⁶.

A Fibria também está com planos para o assentamento Pontal do Faia, anseiam construir uma beneficiadora de mandioca (farinheira), por enquanto está em trâmite, porém os assentados acreditam que nada será realizado em 2013.

Perguntamos se pretendem continuar no assentamento, uma vez que estão enfrentando muitas dificuldades: “Se não vir essa empacotadora, eu não vou passar pra frente isso aqui [...] é meu sonho, é minha vida isso aqui, mas pra viver não dá, do jeito que tá não dá, agora se vir esses projetos... (mostrou-se animada em permanecer na terra)”.

Houve outros projetos anteriormente, como uma parceria entre a Prefeitura Municipal de Três Lagoas e a empresa de fiação de seda BRATAC de Bastos/SP que visava a produção de fios de seda. Participaram também dessa iniciativa o Projeto de Reassentamento Piaba e a Comunidade Rural de Arapuá. Organizaram-se para a criação de bichos da seda, com plantios de amora, no entanto, os assentados dizem que não foi efetivamente realizado devido à má organização por parte da empresa, isto é, ocorreram algumas ações técnicas indevidas que comprometeram a implementação do projeto, como plantios em época de estiagem. Eles entraram com a mão de obra para a construção dos barracões e plantio das mudas de amora, e até contestaram o período em que o plantio foi realizado, que poderia comprometer todo o trabalho plantando-se as mudas naquele momento. Entretanto, argumentam que não foram escutados, o que acarretou em perdas significativas, tanto para os camponeses como para a empresa e a prefeitura.

Na Comunidade Rural de Garcias, o processo de expansão dos eucaliptais em seu entorno (Figura 29) também tem gerado situações adversas para os camponeses ali residentes. Todavia, entendemos as particularidades dos lugares, e as formas espaciais diferenciadas de realização do capital. Nessa comunidade (distrito do município de Três Lagoas), assim como nas demais existentes na região, a expansão dos plantios de eucalipto tem impactado as atividades econômicas nas médias e grandes propriedades rurais, incidindo diretamente sobre a população que ali vive

⁷⁶ Cf. PROJETO PAIS é levado a Arapuá e Pontal do Faia. 11 mar. 2013. Disponível em: <http://www.jptl.com.br/?pag=ver_noticia&id=56756>. Acesso em: 17 mar. 2013.

(pequenas propriedades rurais), por intermédio da atividade pecuarista, além de atividades comerciais e agricultura.



Figura 29: morador local e plantios de eucalipto próximos da comunidade rural de Garcias – município de Três Lagoas/MS. Fonte: Tayrone Roger Antunes de Asevedo (2011).

Sobre essa questão, um morador da comunidade rural de Garcias tece considerações:

[...] plantando eucalipto dá mais que engordar boi. Mais dinheiro. O pessoal da vila, que mora aqui no patrimônio, trabalha em fazenda, de empreita, a maior parte é aposentada, e vive assim, serviço daqui, serviço dali, em fazenda mesmo. Com esses plantios de eucalipto o serviço diminuiu muito aqui no patrimônio (área do distrito de Garcias), pro pessoal. No começo ainda deu serviço, no começo dos plantios de eucalipto, mas depois que formou o eucalipto, acabou o serviço pra eles. Então, a maior parte que mora aqui no patrimônio é assim, aposentado, pensionista, vive assim, pega serviço de um e de outro pra fazer e vai indo. [...] O pessoal mais jovem aqui mesmo, vive com o pai, ajuda o pai, mas pessoa jovem aqui em Garcias mesmo é difícil, foi tudo pra Três Lagoas estudar e trabalhar. (Informação verbal)⁷⁷

Como pode ser notado, os camponeses compreendem o processo capitalista que está ocorrendo nessa comunidade. São novas formas de organização do capital

⁷⁷ Entrevista realizada por Mieceslau Kudlavicz, Eduardo Margarit e Tayrone Roger Antunes de Asevedo em 28 de março de 2012 na comunidade rural de Garcias – município de Três Lagoas/MS.

que cedem pouco espaço para as atividades pretéritas, no caso, a atividade pecuarista. Lugares abarcados por uma territorialidade capitalista específica que reduz o emprego, sobrepõe-se outras formas de uso da terra e as atividades anteriormente realizadas ficam aquém dos interesses postos, nesse sentido, são secundárias e subalternas. A figura 30 busca expor imagetivamente esse contexto, na medida que traz um bezerro da raça nelore rodeado pelos plantios de eucalipto nas cercanias da comunidade rural de Garcias.



Figura 30: gado bovino próximo os plantios de eucalipto da Comunidade de Garcias - município de Três Lagoas/MS. Fonte: Tayrone Roger Antunes de Asevedo (2012).

As relações sociais são alteradas, a vida de mulheres e homens que ali vivem há anos agora está numa linha tênue entre o ficar e o partir, entre a continuidade de suas vidas na terra e a eminência de terem que viver na cidade de Três Lagoas, como frequentemente ocorre, devido à ausência de empregos e alternativas de geração de renda a partir da terra. São longos anos de realização da vida, experiências sociais diversas existentes sendo ameaçadas por essa disputa territorial intensa.

A comunidade de Garcias surgiu no início do século XX, decorrendo da articulação entre duas propriedades rurais, fazendas Serrinha e Santa Maria, e resultou da construção de uma estação ferroviária, uma vez que era entreposto de comercialização de gado bovino e atendia a demanda por mantimentos na empreita.

Muito importante para o processo capitalista dessa região foi a construção dessa linha ferroviária na década de 1910, a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB), uma vez que diretamente reformulou a espacialidade do lugar promovendo novas territorialidades por intermédio da mobilidade de mercadorias, pessoas etc. além da incorporação de espaços à região economicamente pujante do território brasileiro, isto é, o Sudeste. Na figura 31, que data de 26 de Agosto de 1910, temos o momento em que os trilhos da NOB alcançaram as barrancas do Rio Paraná do lado paulista; nesse ínterim, constroem-se os trilhos do lado mato-grossense.



Figura 31: 26 de Agosto de 1910, momento em que os trilhos da NOB alcançaram as barrancas do Rio Paraná do lado paulista. Fonte: Neves (1958).

Em entrevista com um morador antigo da comunidade, contexturas históricas da comunidade são relatadas.

Meu pai já é falecido. [...] Foi ferroviário. Faleceu aqui. Eu sou nascido e criado aqui. Estou com 60 anos. Tenho duas filhas casadas, filho casado. Antigamente, nós tinha umas terras do patrimônio aqui. Quando eu era moleque, cansei de campear vacas. Meu pai criava umas vacas aqui. E o patrimônio tudo era aberto. Esse patrimônio aqui, quem adooou essas terras aqui, uns 40 anos atrás, para formar Garcias, foi o pai do Bitão. Foi o pai dele que adooou estas terras há uns 30 ou 50 anos atrás, mais ou menos. Nós tinha aqui o senhor do cartório, o seu Alcebíades, que na época ele fez usucapião nas terras do patrimônio. Disse que as terras do patrimônio era terras devolutas e foi cercando e deixou nós no miolinho do patrimônio onde nós moramos hoje. O patrimônio era maior. Era uns 40 alqueires de tamanho. Era muita terra do patrimônio. Dava para formar uma vila muito boa. Tinha um senhor do cartório que marcou as terras e fez usucapião. Teve uma época tivemos uma audiência no cartório. Eu

não me lembro mais, mas esta audiência está arquivada no cartório. Nós fomos mais ou menos umas 40 pessoas. Quem organizou essa audiência lá contra o advogado dele foi o seu Humberto Matarazzo, que era gerente da fazenda Serrinha. Seu Humberto mandou fazer uma quadra para a escola e ele foi lá e embargou. Aí o que aconteceu. Aí o seu Humberto mandou um ônibus pegar os moradores de Garcias, levou no fórum para ver o que vai acontecer. [...] Na época o prefeito era o Miguel Tabox. Aí o Miguel Tabox não quis mexer como patrimônio mais. Deu no que deu. Nós ficamos só com este miolinho aqui (Informação verbal)⁷⁸.

A área do patrimônio da comunidade de Garcias vem sendo reduzida nas últimas duas décadas e os moradores não estão alijados desse fenômeno, eles manifestam certa preocupação com o futuro da comunidade, até mesmo empreendem ações no sentido de validar seus direitos.

Sobre a tomada de seu território, um morador local diz que a área do patrimônio era de aproximadamente 90 hectares, e parte considerável da mesma foi usurpada por um funcionário de um antigo cartório do município de Três Lagoas, além disso, esse morador traz miúdes do processo de redução da área dessa comunidade rural.

[...] Só que aquela cerca lá foi mudada de lugar. Porque aquela cerca da Pagã lá... Aquele cemitério que era cemitério aqui do patrimônio e ele era dentro do patrimônio. E ele agora tá lá dentro da pagã. Foi mudada aquela cerca também de lugar. Quem mudou, quem mudaram, é que eu não sei. Sei que aquele cemitério lá, tudo era aqui do patrimônio. Foram pegando tudo aqui, foram pegando tudo lá, pegando aquelas coisa até lá onde agora é tudo Santa Maria. Mas era tudo daqui (Informação Verbal)⁷⁹

Nas figuras 32 e 33 apresentamos imagens de um lugar especial da comunidade rural de Garcias, que está rodeado por plantios de eucalipto. Trata-se de um cemitério muito antigo. Ressaltamos que existem sepulturas do início do século XX, como a demonstrada na figura 20, que data de 1928. Alguns moradores possuem familiares sepultados nesse local, carregam consigo lembranças e manifestam preocupação com a devida preservação.

⁷⁸ Transcrição de parte da entrevista gravada no dia 08 de maio de 2010. (KUDLAVICZ; MARGARIT; ASEVEDO, 2012)

⁷⁹ Entrevista realizada por Mieceslau Kudlavicz, Eduardo Margarit e Tayrone Roger Antunes de Asevedo no dia 28 de março de 2012.



Figura 32: cemitério na comunidade rural de Garcias – município de Três Lagoas/MS. Fonte: Tayrone Roger Antunes de Asevedo (2012).



Figura 33: cemitério da comunidade rural de Garcias e plantios de eucalipto ao fundo – município de Três Lagoas/MS. Fonte: Tayrone Roger Antunes de Asevedo (2011).

As migrações campo-cidade corroboram para a consolidação dos empreendimentos capitalistas nessa região, promovem o aumento da oferta de mão de obra na cidade e nos espaços rurais tomados pelos plantios de eucalipto. Um processo que se dá continuamente nos últimos anos. Muitos trabalhadores das áreas de plantio e tratos culturais dos eucaliptais vivem ou viviam nas comunidades e assentamentos rurais. Na figura 34 temos a entrada do horto 01 da empresa Florestal Brasil, denominado de fazenda Serrinha. Cabe ressaltar que na fazenda Serrinha viviam aproximadamente 50 famílias trabalhando na pecuária, no entanto, com a ascensão dos plantios de eucalipto, perderam seus empregos e a maioria vive atualmente na cidade de Três Lagoas trabalhando nas indústrias (KUDLAVICZ, 2011).



Figura 34: horto 01 da empresa Florestal Brasil na fazenda Serrinha – município de Três Lagoas/MS. Fonte: Tayrone Roger Antunes de Asevedo (2012).

Na comunidade de Garcias, as posses não foram devidamente regulamentadas, isto é, apesar de viverem há anos no local, ainda não possuem escritura definitiva da propriedade da terra, o que traz incertezas e insegurança. A permanência é colocada em xeque, e territorialmente, a hegemonia das empresas sucede-se com traços paisagísticos acentuados, sobrepondo o "novo" ao "velho". Como pode ser observado na figura 35, que apresenta a igreja da comunidade local sendo praticamente tomada na paisagem pela monocultura do eucalipto.



Figura 35: plantios de eucalipto ao redor de uma igreja antiga da comunidade rural de Garcias – município de Três Lagoas/MS. Fonte: Tayrone Roger Antunes de Asevedo (2012).

As empresas empreendem ações na comunidade voltadas ao tema ambiental, como o projeto “Guardiões: projeto nascente” do Instituto *International Paper* (IIP), que visa a recuperação de matas ciliares dos Córregos Oriundiuva e Vertente, que cortam a comunidade. O projeto envolve os estudantes da comunidade, familiares e profissionais da educação. O objetivo é estabelecer uma ideia de que as empresas envolvidas nessas intensas transformações são ambientalmente sustentáveis e preservam a natureza da comunidade. Todavia, a relação por esses capitais desenvolvida é predatória, tendo como principal traço a redução da biodiversidade com estabelecimento de uma única cultura, os plantios de eucalipto⁸⁰.

O assentamento Vinte de Março é recente na microrregião de Três Lagoas, foi criado no ano de 2008 por meio da desapropriação de uma grande propriedade rural. Sua área é de 1.480,21 hectares e possui capacidade para abrigar 69 famílias, segundo dados do INCRA vivem 64 famílias no local.

Observamos que atualmente muitos camponeses trabalham fora do assentamento, seja nas propriedades rurais no entorno, principalmente em atividades

⁸⁰ Cf. Guardiões: projeto nascente. Disponível em: <http://www.internationalpaper.com/apps/instituto/projetos.html>. Acesso em: 15 mar. 2013.

ligadas à pecuária e eucalipto ou, até mesmo, na cidade de Três Lagoas, realizando trabalhos temporários e vendendo na feria alguns produtos produzidos no lote. No entanto, ainda é inviável auferir uma renda suficiente para viverem dignamente por intermédio dos lotes.

Esse projeto enfrentou/enfrenta inúmeras dificuldades, foi realizada somente a divisão dos lotes com seus respectivos beneficiários, não foram construídas as casas, conforme está estabelecido em lei, além de problemas com relação a instalação da rede elétrica, o que traz transtornos na vida dos assentados, rebatendo até mesmo na produção e geração de renda. Sobre a questão da carência de energia elétrica, um assentado relata o ocorrido:

Foram feitos ofícios, já fomos ao INCRA, enfim. Por conta de alguns problemas estaduais que o INCRA anda enfrentando no último ano (2012), então, tudo parou, isso aí acabou complicando todo mundo aqui. Você viver num lugar desse daqui sem energia hoje... A situação nossa é impossível, você viver sem uma geladeira, o mínimo de conforto possível [...] Todos aqui tem uma certa condição de ter esse conforto, mas falta o mais importante que é a energia. Como aqui é de uso comunitário (sede da Associação do Assentados), nós temos três casas abaixo ali, que elas são cheias de geladeiras e freezers, do pessoal todo daqui, então, quem tem geladeira ou freezer lá, põs aqui e a luz é rateada entre eles. Aí é onde o pessoal aqui consegue água gelada e congelar alimentos, agora imagine o pessoal que tira leite. Precisa de um resfriador. O pessoal que faz queijo, por exemplo, sofre, porque logo que termina de curar o queijo ele vai guardar onde? (Informação verbal)⁸¹

Como foi relatado na fala, o INCRA enfrentou um período marcado por escândalos e turbulências. Isso por conta de denúncias nos processos de distribuição de cestas básicas e aquisição superfaturada de terras para a Reforma Agrária, entre outros. Documentos comprovam irregularidades nos quais foram desviados cerca de R\$ 1,5 milhão em 2010, isso resultou na exoneração do superintendente de Mato Grosso do Sul. Foi realizada a intervenção e paralização de todas as ações do órgão, além do pedido do Ministério Público Federal (MPF) para o recadastramento das famílias beneficiárias das cestas básicas⁸².

⁸¹ Entrevista realizada no dia 29 de Janeiro de 2013 com um assentado do projeto Vinte de Março, município de Três Lagoas/MS.

⁸² Cf. PARALISAÇÃO do Incra mantém 11,7 mil processos na gaveta em MS. Disponível em: <<http://www.conesulnews.com.br/geral/paralisacao-do-incra-mantem-11-7-mil-processos-na-gaveta-em-ms>>. Acesso em: 16 mar. 2013.

Todos esses acontecimentos geraram inúmeros problemas para os assentamentos de Reforma Agrária e uma desestruturação quase que completa dos projetos de assentamento implantados ou em fase de implantação no espaço rural sul-mato-grossense. Famílias sem acesso a água, energia elétrica e casa para viver, além de documentos que poderiam viabilizar acesso a crédito que não foram expedidos pelo órgão.

Resultante desse entrave com relação a atuação do INCRA, tem-se também um problema relativo a demanda por água no assentamento Vinte de Março. Os camponeses dizem que a parte de saneamento do assentamento, isto é, a distribuição de água, deveria ter sido realizada logo no início do projeto, porém, após mais de um ano, por meio de fomento, conseguiram recursos suficientes para perfuração de um poço semiartesiano, que foi insuficiente para atender as 69 famílias residentes. Posteriormente, eles se organizaram, e com recursos da associação dos moradores somados à recursos provenientes do INCRA, perfuraram um novo poço.

Mesmo assim, os camponeses assentados dizem que essas ações foram insuficientes, uma vez que os lotes são tratados tão somente como residências e sabemos a particularidade do caso, ou seja, os lotes se portam, também, como uma unidade econômica familiar, isto é, plantam, possuem criações etc. O consumo de água, portanto, é diferenciado daquele do espaço urbano residencial, um contrassenso na formulação de estratégias para o assentamento. O INCRA limitou-se somente a isto, não atendendo devidamente as demandas com relação a esse caso da água.

Os assentados dizem que sofreram muito para conseguir a terra, e mesmo com todos esses problemas e dificuldades, permanecerão no assentamento. Isso demonstra a capacidade dessa classe de enfrentar problemas e se articular para resolvê-los. Apesar de críticas que apregoam o fim da Reforma Agrária e que esses problemas são resultantes da incapacidade de organização dessa classe, no entanto, bem sabemos as origens de seus problemas, onde e como essas condições precárias são gestadas e como são reproduzidas.

Visualizando essas contexturas de ausência de ações efetivas por parte do Estado e os conflitos que daí podem surgir, as empresas também agem nesse assentamento. Existem alguns projetos em andamento, resultantes de parcerias com Fibria e o Programa ReDes (Programa Redes para o Desenvolvimento Sustentável).

Esse programa provém de uma parceria entre o Instituto Votorantim e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Tem por finalidade implementar projetos para a geração de trabalho e renda no campo e na cidade, fomentando cadeias produtivas e qualificando profissionalmente os envolvidos. Trata-se de mais uma estratégia de desenvolvimento territorial local dos capitais que visa o controle e a gestão das ações das classes subalternas por intermédio de receituários próprios do universo empresarial, como: gestão de capital, empreendedorismo, cooperativismo restrito, entre outros.

A parceria técnica e financeira, firmada em dezembro de 2010 entre o Instituto Votorantim e o BNDES, se estenderá pelo período de 5 anos e está prevista para acontecer em 27 municípios, dos quais 25 já foram definidos e estão agrupados em 10 territórios. Os critérios de seleção que orientaram a escolha das localidades foram: indicadores socioeconômicos críticos e a presença do Grupo Votorantim na região⁸³.

Como pode ser observado, a microrregião de Três Lagoas adéqua-se nos dois critérios estabelecidos. Para as empresas envolvidas no complexo eucalipto-celulose-papel isso é importante para realização de parcerias e implementação de ações.

O programa ReDes atua no assentamento Vinte de Março com investimento de R\$ 318.087,00 no projeto “Produzindo Frutos e Arborizando a Região” que tem como executora a Associação dos Agricultores Familiares do Assentamento Vinte de Março. Segundo informações divulgadas, o projeto tem os seguintes objetivos:

[...] implantação de um viveiro de mudas, com mudas frutíferas e do bioma do cerrado, para desenvolver a agricultura familiar no assentamento 20 de março. As mudas produzidas serão comercializadas para empresas e propriedades da região, que precisam realizar compensação ambiental. Também haverá desenvolvimento de hortas com verduras, hortaliças e legumes e a venda de frutas. Serão beneficiados produtores rurais assentados, que não têm histórico nesse tipo de produção. As capacitações profissionais em técnicas agrícolas serão realizadas em parceria com a AGRAER e o Sindicato Rural⁸⁴.

Conferimos uma das reuniões do programa ReDes, na cidade de Três Lagoas, como pode ser observado na figura 36. Notamos certa variedade de sujeitos e

⁸³ Informações disponíveis no site do programa. Cf. <<http://www.programaredes.org.br/programa/>>. Acesso em: 14 mar. 2013.

⁸⁴ Informações disponíveis no site da empresa Fibria. Cf. <http://www.fibria.com.br/web/pt/midia/releases/release_2013fev04.htm>. Acesso em: 14 mar. 2013.

organizações sociais, todos articulando estratégias e debatendo propostas, obviamente dentro de parâmetros previamente estabelecidos.



Figura 36: reunião com membros e representantes do Programa ReDes – Município de Três Lagoas. Fonte: Tayrone Roger Antunes de Asevedo (2011).

A Fibria entra como parceira encarregando-se de consumir parte da produção, e o restante será destinado aos demais assentamentos da região, visando, assim, recuperar áreas degradadas, principalmente aquelas localizadas próximas aos cursos d'água. A figura 37 demonstra uma das áreas definidas para se construir viveiro de mudas silvestres, essa área está localizada na sede da associação dos moradores do assentamento Vinte de Março.



Figura 37: área onde será construído um viveiro de mudas silvestres que faz parte do programa ReDes no assentamento Vinte de Março - município de Três Lagoas/MS. Fonte: Tayrone Roger Antunes de Asevedo (2012).

A empresa Fibria, erigindo seu domínio territorial, vem efetivando algumas ações nos assentamentos rurais da microrregião de Três Lagoas. Ascendência que também é efetivada por intermédio do Programa de Desenvolvimento Rural Territorial (PDRT)⁸⁵. Esse programa abrange os municípios de Três Lagoas (município onde é realizado a maioria dos projetos), Brasilândia, Ribas do Rio Pardo e Água Clara. Em 2013, são 22 projetos com um investimento total de R\$ 3.349.945, compreendendo em torno 18 mil pessoas. Uma característica marcante é a realização de parcerias com o poder público, como os governos federal e estadual, prefeituras para englobar diferentes organismos e sujeitos sociais no seu projeto, isto é, na sua linha de atuação.

⁸⁵ As informações que se seguem, a respeito do Programa de Desenvolvimento Rural da Fibria, têm por fontes: FIBRIA apresenta investimento social para Três Lagoas-MS e região em 2013. Painei Florestal – 22 mar. 2013. Disponível em: <<http://www.painelflorestal.com.br/noticias/celulose-e-papel/fibria-apresenta-investimento-social-para-tres-lagoas-ms-e-regiao-em-2013>>. (acesso em 24 mar. 2013) e; FIBRIA. Relatório de Desempenho Social. Disponível em <http://www.fibria.com.br/rs2011/pt/pdf/docs/Desempenho_social.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2013.

Temas como o do desenvolvimento local, empreendedorismo, capital social, cadeias produtivas etc. vêm à tona. Projetos e processos que são articulados e apresentam-se para as comunidades rurais enquanto soluções palpáveis e seguras se comparadas às iniciativas do Estado. Visam estimular a criação e fortalecimento de associações comunitárias e cooperativas, incentivando, assim, processos participativos. A capacitação para gestão, produção e comercialização está muito presente nos projetos, vide a participação frequente de órgãos ligados ao sistema S (SENAC, SENAR, SEBRAE).

Os órgãos acima mencionados operam em diferentes frentes, em linhas que abordam temas como: a educação, ou seja, desenvolvimento de programas de educação ambiental nas escolas públicas das comunidades rurais, assim como confecção/distribuição de cartilhas de “conscientização” ambiental, ligadas aos assuntos da economia verde e da sustentabilidade dos negócios implementados pelo complexo eucalipto-celulose-papel; a questão indígena, uma vez que pretendem desenvolver um programa denominado “Plano Sustentável OFAIÊ⁸⁶” no município de Brasilândia com o propósito de mapear as potencialidades do povo indígena ante aos anseios do município.

Projetos com o intuito de produzir alimentos estão na pauta das ações. Há uma linha específica dentro do PDRT para o abastecimento alimentar. Programas como o “Mais Mel” desenvolvido em Brasilândia – município que já possui um entreposto de processamento de mel. Trata-se de uma parceria com o Programa ReDes, visando o desenvolvimento da apicultura em algumas comunidades rurais, promovendo a qualificação dos contemplados, assim como a compra dos equipamentos necessários. O objetivo central é aumentar a produção de mel na região com mecanismos de comercialização via PNAE, como também a certificação orgânica.

Há também um projeto de um minilaticínio para a comunidade rural de Arapuá, no município de Três Lagoas. Pretende-se construir toda a estrutura necessária para produzir leite pasteurizado tipo B, como máquinas, equipamentos e licença de funcionamento junto a órgãos como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Anseiam comercializar o leite produzido na cidade de Três Lagoas, sendo mais uma parceria Fibria e Programa ReDes, além da Associação de Ensino e Cultura de Mato Grosso do Sul (AEMS) e Sindicato Rural que entram com a capacitação dos

⁸⁶ Povo indígena (re)existente no município de Brasilândia/MS.

contemplados. A figura 38 traz uma placa fixada na parede da sede da associação dos moradores com informações administrativas e financeiras dos projetos da Fibria no assentamento Vinte de Março.



Figura 38: placa com informações dos projetos da Fibria no assentamento Vinte de Março - município de Três Lagoas/MS. Fonte: Tayrone Roger Antunes de Asevedo (2012).

No processo de organização e implementação do PDRT da Fibria, no assentamento Vinte de Março, há três projetos implementados.

Um ocorre há pouco mais de um ano, é denominado de Produção Integrada Madeira e Alimento (PIMA). Consiste em hortas realizadas nas áreas dos talhões de eucalipto com cultivo de feijão, mandioca, milho, abóbora, entre outros. Os plantios e tratos culturais são realizados pelos assentados do projeto Vinte de Março, em contrapartida, a Fibria cede uma área de aproximadamente 11 hectares, são 22 assentados que aceitaram participar do projeto, o que dá 0,54 ha para cada partícipe, além de insumos e implementos. Na primeira colheita, chegaram a produzir 38 toneladas de alimento, principalmente milho, abóbora, mandioca etc. o que gerou uma renda aproximada de R\$ 25.000⁸⁷. Boa parte foi vendida, outra destinou-se para o

⁸⁷ Cf. O Programa Integração Floresta Alimento da Fibria dá bons resultados em MS. Painel Florestal. 09 ago. 2012. Disponível em: <<http://painelflorestal.com.br/noticias/programa-de-tv/15738/o-programa-integracao-floresta-alimento-da-fibria-da-bons-resultados-em-ms>>. Acesso em: 06 set. 2012.

consumo interno nos assentamentos, além de servir como trato para criações (gado bovino e suíno, pequenas aves etc.). Cabe mencionar que esse projeto se localiza a 8 quilômetros do assentamento, o que dificulta a participação dos camponeses, alguns abandonaram o experimento da empresa, uma vez que as atividades realizadas demandam tempo de deslocamento e os retiram de seus trabalhos no lote. A figura 39 apresenta uma dessas hortas com plantio de mandioca.



Figura 39: horta do projeto PIMA - município de Três Lagoas/MS Fonte: Rosemeire Ap. de Almeida e Mieceslau Kudlavicz (2012).

Há ainda outras linhas específicas para escoamento, em que se cadastraram quatorze famílias no PAA⁸⁸, com isso almejam maiores possibilidades de ganhos, esperando obter mais segurança na comercialização via política pública. Os assentados se utilizam de barracas na feira da cidade de Três Lagoas e estão conseguindo, de certa forma, escoar a produção, e adentrarem também com a produção de banana-maçã. No entanto, dizem que enfrentaram algumas dificuldades, como ataque as plantações por capivaras e antas, bem como estiagem longa, todavia essas intempéries não comprometeram a produção.

⁸⁸ Os dados da CONAB (2012) demonstram que houve a participação no PAA da Associação de Atividades Agrícolas e Pluriativas do município de Três Lagoas/MS (os valores obtidos chegaram a R\$ 67.500,00), assim como da Associação dos Agricultores Familiares do Assentamento Vinte de Março em Três Lagoas (MS), no qual também foram angariados R\$ 67.500,00.

Outro projeto é o das hortas, que começou no segundo semestre de 2012. No primeiro momento, os camponeses assentados dizem que estavam muito animados, empolgados com mais uma possibilidade de geração de renda, uma vez que foram doadas pela empresa as sementes, o adubo químico, a madeira necessária para construção das cercas, além da tela para proteção. Em contrapartida, os camponeses estão encarregados de realizar os plantios, assim como obter matéria orgânica para as hortas. De início, foram 28 hortas, as quais obtiveram um resultado além do esperado, uma vez que do total de hortas mencionadas, uma média de 21 apresentaram desempenho entre produtivo bom ou muito bom. Todavia, mesmo com as ações efetuadas e a participação dos assentados, alguns problemas surgiram. Um horticultor relata quais foram as dificuldades e alguns detalhes do projeto.

Nessa época nós estávamos esperando a segunda chamada do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), por conta da greve do INCRA, toda a paralização [...] as DAPs (Documento de Aptidão ao Pronaf, espécie de registro dos agricultores aptos a participar das políticas públicas como PNAE e PAA) do pessoal não saiu, o que aconteceu, nós não conseguimos nem participar da segunda chamada, foi onde que aconteceu o desmotivo, as pessoas ficaram desmotivadas, porque muita produção, só pra você ter uma ideia, o pessoal aqui tava alimentando porcos com alface [...] você imagina, cada horta têm seiscentos metros quadrados, são vinte e oito hortas produzindo, aí o que aconteceu, o pessoal desanimou, como ficou esse entrave e não tinha nenhum outro canal de escoamento, até então, o pessoal desanimou e deu uma parada, nós ficamos quatro meses, assim, ficou uma meia dúzia de pessoas produzindo e as outras pessoas pararam por completo porque achou que era desperdício de tempo e esforço. Agora nesse ano que nós entramos no PAA, temos a possibilidade de entrar na primeira chamada já, do PNAE [...] a barraca na feira, que também dá um escoamento, pequeno [...] quer dizer que agora o pessoal começou a animar de novo e começou a produzir de novo. Nesse momento (11 fev. 2013) nós estamos com mais de sessenta por cento das hortas em estado ruim [...] agora a Fibria fez uma doação de sombrite, pra cobertura, ela doou trezentos metros quadrados pra cada horta (Informação verbal)⁸⁹.

Os camponeses dizem que é inviável comercializar com a Fibria, uma vez que seriam tratados como uma empresa. A Fibria opta por ter poucos fornecedores, reduzindo, assim, os riscos. Segundo os assentados, a demanda por produtos da Fibria é surreal, muito além do que produzem, assim como deve-se ter regularidade

⁸⁹ Entrevista realizada no dia 11 de Fevereiro de 2013 com um assentado do projeto Vinte de Março, município de Três Lagoas/MS.

no fornecimento, algo que o projeto ainda não obteve devido aos fatores mencionados. Percebemos, ao visitar o sítio de um camponês vinculado ao projeto, que as hortas são bem organizadas. A figura 40 demonstra esse preparo, haja vista os materiais utilizados, como: tela metálica para proteção da área, sombrite, mangueira de irrigação, entre outros. Realçamos que o acompanhamento desse projeto requer um dispêndio de trabalho, o que de certa forma os afasta das demais atividades.



Figura 40: horta vinculada ao projeto da Fibria no assentamento Vinte de Março - município de Três Lagoas/MS. Fonte: Tayrone Roger Antunes de Asevedo (2012).

Além dos dois projetos supramencionados, tem-se ainda o projeto de Meliponicultura (criação de abelhas sem ferrão para produção de mel). Começou no início do ano de 2013 e estão cadastradas 27 famílias, que realizaram curso técnico de formação para a atividade apícola com uma empresa uruguaia. A empresa visa o crescimento da atividade, atuando junto a Federação Estadual de Apicultura e Meliponicultura de Mato Grosso do Sul (FEAMS), promovendo a integração entre silvicultura e apicultura. No início de 2013, participaram da organização de um evento,

no qual foram abordados temas referentes ao setor com cursos de formação aos participantes⁹⁰.

Além dos projetos vinculados ao PDRT, a empresa doou materiais para a reforma da sede da antiga fazenda, conforme demonstrado na figura 41. Este lugar atualmente abriga a sede da Associação dos Agricultores Familiares do Assentamento Vinte de Março, e onde almejam criar, também, uma escola.



Figura 41: parte do material doado pela empresa Fibria para realização da reforma da antiga sede - assentamento Vinte de Março, no município de Três Lagoas/MS. Fonte: Tayrone Roger Antunes de Azevedo (2012).

Os assentados também dialogaram com membros da empresa Eldorado Brasil, porém ainda não há nada concreto com relação a participação da empresa. Por estar em área diretamente influenciada pelas ações da empresa, os assentados acreditam que futuramente haverá repasses para projetos via programas de sustentabilidade e benefício social.

⁹⁰ Encontro reúne apicultores. Minuto MS. Disponível em <http://minutoms.com.br/noticias/default.aspx?id=871&tipo=n>. Acesso em: 30 mar. 2013.

Mencionam ainda que o poder público municipal participa na construção de pontes e manutenção de estradas, todavia são poucas as ações realizadas. A AGRAER é o órgão mais presente, atualmente, visitam frequentemente o assentamento e buscam alternativas ante aos problemas existentes, principalmente aqueles ocasionados pela má gerência do INCRA.

Uma questão relatada nas conversas e que causa certa preocupação em alguns membros da associação do assentamento, é que cerca de 70% dos moradores estão entrando na terceira-idade, são muitos idosos que vivem essencialmente de aposentadoria, ainda assim, participam das ações efetivadas no assentamento. Há certo abandono do lote pelos filhos, os pais querem continuar, todavia as possibilidades de geração de renda a partir da terra são incipientes, distantes das almejadas pelos mais jovens, o que ocasiona migrações em busca de trabalho na cidade. Por ora, a presença de energia elétrica poderia dar um salto de qualidade na vida dos camponeses assentados, apesar de que alguns moradores possuem geradores, placas solares etc., o interesse em permanecer na terra é muito grande, mesmo com todas as dificuldades, percebemos ânimo entre os assentados.

Notamos que a participação dos organismos estatais no atendimento aos interesses dos camponeses nessas comunidades rurais é débil, mesmo com todas as iniciativas por eles efetivadas, as atividades são dificultadas com certa morosidade e ineficiência por parte do Estado.

Ao avaliar todas essas ações das empresas do complexo territorial eucalipto-celulose-papel, algumas questões chamam a atenção, principalmente aquelas relativas as mudanças no interior do capitalismo, por vezes sutis, estrategicamente delineadas e eficientes. São receituários coevos, os capitais envolvidos estão ávidos em criar uma percepção de inovação das ações, a “ajuda social” é pauta importantíssima do processo. Um império que também estabelece um poder monopólico da produção e acesso à informação gera um ambiente de informações favoráveis aos negócios implantados, com gestão social e política muito hábil na resolução da conflitualidade. Acordamos com Gómez ao analisar as tramas de poder e a economia-política do desenvolvimento local do capital expresso nas ações aqui arroladas, principalmente às pertencentes ao Programa de Desenvolvimento Rural Territorial da Fibria.

O território normativo do desenvolvimento territorial rural é uma categoria aplainada, reduzida a instrumento técnico de planejamento. [...] O(s) conflito(s) que indispensavelmente atravessa(m) e explica(m) o território (que podemos defini-lo sumariamente como “espaço em disputa”) não é (são) funcionais, segundo a concepção do desenvolvimento territorial rural, para planejar um desenvolvimento que serve para a reprodução do capital e para manter a ordem social. O capital se reproduz com e sem conflito, todavia, o planejamento para o desenvolvimento leva embutida a consolidação de certa ordem social, o que requer certa estabilidade. Para traçar uma política de desenvolvimento, é preciso (ou como mínimo desejável) esterilizar os conflitos que possam questionar a legitimidade e a absurdidade da lógica capitalista. O território instrumental da abordagem territorial está cortado à medida das necessidades de controle social e reprodução capitalista. Em termos de controle social, o que o desenvolvimento territorial rural evidencia é a ênfase no modelo único, a descon sideração de alternativas que não se adaptem à acumulação capitalista, a valoração positiva da construção de uma institucionalidade, que, incorporando supostamente todos os interesses, em realidade cria uma falsa imagem de interesse comum e consenso reificado. Apesar das mensagens de mudança, não se produz, em momento nenhum, um questionamento do que significa o desenvolvimento [...], nem, por outra parte, se aprofunda o que significa o “territorial” da denominação, para além de um recurso a mais que tem que ser valorizado como fator de concorrência. (2006, p. 102-209)

A reprodução camponesa dá-se de diferentes maneiras na microrregião de Três Lagoas, mesmo encurralados pelo complexo que se agiganta, os camponeses vão criando formas de viver, resistências, por vezes, peculiares, silenciosas e perspicazes, gestadas em décadas de existência sociocultural.

Na microrregião de Tangará da Serra, apresentam-se similaridades e diferenças ao compararmos com a realidade sul-mato-grossense analisada. Há reprodução camponesa na relação contraditória com os agronegócios existentes, sociabilidades que se reinventam há decênios, articulando-se combinadas e contraditoriamente com as relações capitalistas existentes. Observamos ao realizar trabalhos de campo, que a Reforma Agrária muito contribui para a produção, comercialização e consumo de alimentos nessa microrregião mato-grossense, recolocando o debate sobre campesinato ante a produção de alimentos e efetivação da Soberania Alimentar em contextos locais e regionais. Vejamos mais atentamente os processos.

No contexto geral dessa microrregião, percebemos outra postura do Estado se compararmos com a microrregião de Três Lagoas/MS, uma vez que atua como mediador-regulador do processo capitalista, por vezes, demonstra apoiar os projetos

de Reforma Agrária implantados, já que possuem importância na produção-comercialização de alimentos no âmbito local-regional. Todavia as ações políticas efetuadas são incipientes e inconstantes e acabam suscitando descontentamentos.

No município de Tangará da Serra/MT, o campesinato apresenta diversidades significativas, existem muitas pequenas propriedades rurais que surgiram via Reforma Agrária, assim como agricultores e comunidades tradicionais. De modo geral, apresentam-se dificuldades diferenciadas no tocante a reprodução social desse diverso campesinato, uma vez que se encontram em territórios de expansão e consolidação de agronegócios.

Há que se mencionar que, apesar dos projetos de assentamentos rurais existentes, observamos que os processos de luta pela terra prosseguem. Existem muitos trabalhadores que vivem no espaço urbano, assim como arrendatários de pequenas propriedades rurais que anseiam por terra.

No Estado de Mato Grosso os processos de luta se sucedem a décadas, os conflitos pela posse e uso da terra são intensos e violentos. A expansão do modo de produção capitalista territorialmente via agronegócios gera contradições sociais marcantes.

Na figura 42, tem-se a geografia das ocupações e dos assentamentos rurais criados no período de 1979 a 2011. A conflitualidade está presente em quase toda a unidade federativa. Na porção Sudoeste, encontra-se a microrregião de Tangará da Serra, e percebe-se que as ocupações, assim como o número de famílias assentadas é significativo, são mostras dos conflitos territoriais historicamente presentes nessa região de Mato Grosso.

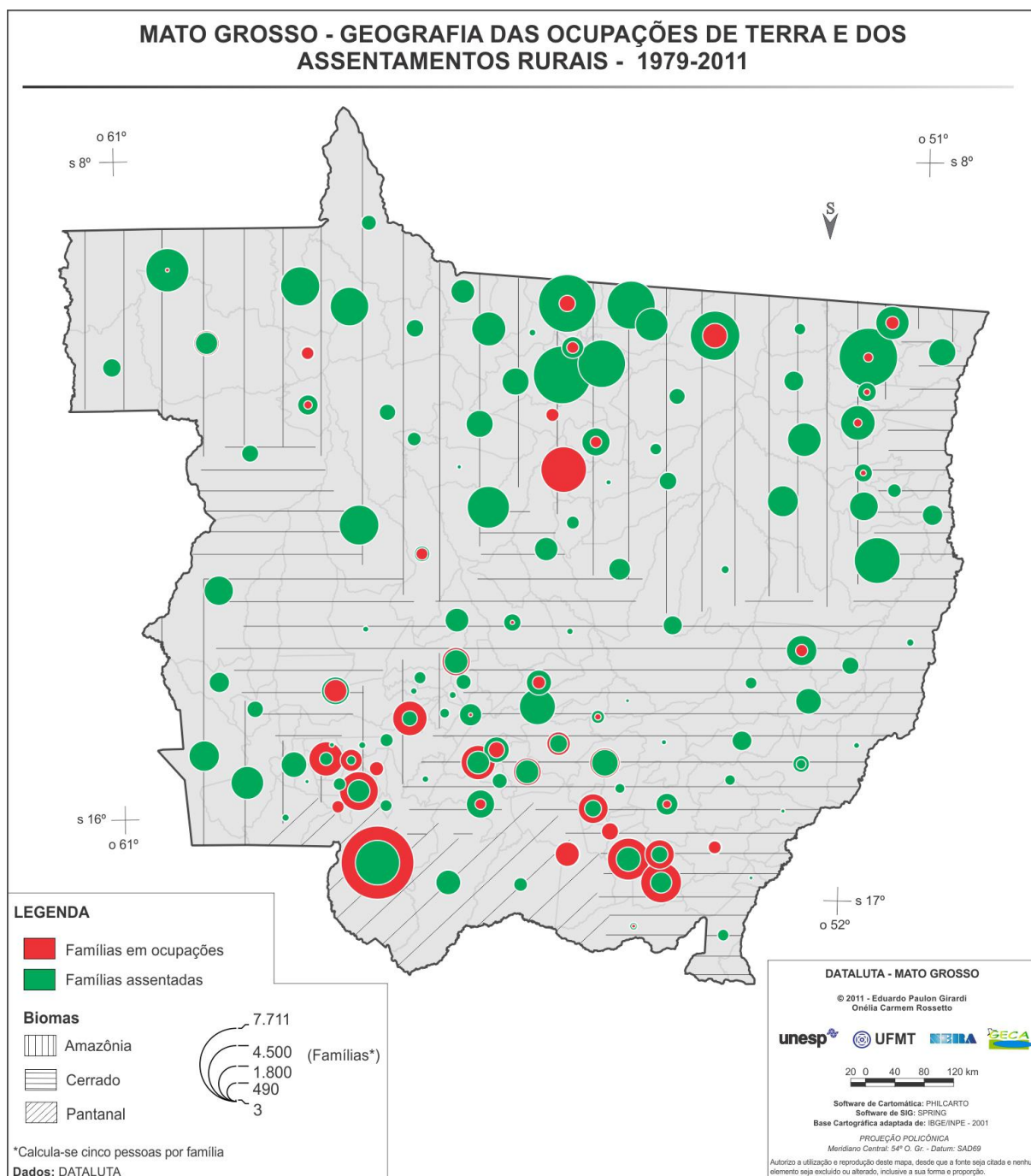


Figura 42: Mato Grosso – Geografia das ocupações de terra e dos assentamentos rurais – 1979-2011. Fonte: DATALUTA-MATO GROSSO – Relatório 2011 (2011).

Os processos de luta são realizados por diferentes organizações populares, por vezes, em conjunto, tais como: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra de Mato Grosso (MST/MT); Movimento dos Trabalhadores Assentados e Acampados de Mato Grosso (MTA); Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR), em sua maioria vinculados a Federação dos

Trabalhadores na Agricultura no Estado de Mato Grosso (FETAGRI/MT); entre outros⁹¹.

Recentemente, essas organizações sociais reuniram-se para realizar protestos em todo o Estado de Mato Grosso, realizando ações que são parte da jornada pela Reforma Agrária⁹². Bloquearam estradas exigindo agilidade por parte das várias instâncias do Estado (particularmente o INCRA) no atendimento de suas demandas.

As manifestações possuem pautas e objetivos claros, como: regularização fundiária dos assentados; cestas básicas para os assentados e acampados; assentamento imediato das famílias acampadas em terras públicas da União; vistoria de áreas para a Reforma Agrária; desintrusão⁹³ de terras indígenas; infraestrutura nos projetos de assentamento existentes – como amplo acesso à água, criação de escolas, melhoria nas vias de acesso com abertura e reforma de estradas e pontes, perfuração de poços artesianos, aplicação do Programa Luz para Todos do Governo Federal; eficiência nos mecanismos de crédito e fomento; apoio às políticas voltadas à Economia Solidária; entre outros.

Notamos, ao visitar o município e dialogar com representantes e sujeitos sociais variados, que muitos dos que vivem na cidade querem retornar ao campo. Em entrevista com representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tangará da Serra, algumas informações relativas aos acontecimentos e relações sociais recentes, que indicam um movimento migratório cidade-campo, são aclaradas.

[...] às vezes, a pessoa tá ali, até por falta de incentivo, às vezes, até por falta de condições pra ele permanecer na lavoura também, ele acaba vendendo o pedaço de terra que ele tem, indo pra cidade, achando que a cidade vai dar um retorno muito grande. Hoje, nós tem uma procura de gente, até razoável, querendo voltar pro campo, porque a sobrevivência na cidade, pra ele, não vai ter como. Porque, primeira coisa, você na cidade sem estudo, você apenas vai trabalhar [...] chamado de servente, diarista, o que é uma renda que não te dá futuro, não te dá uma estabilidade financeira. Na maioria das vezes, o cara trabalha naquela condição informal, ele fica desamparado pela lei da previdência, às vezes, quando chega na idade, o cara não tem nada, nem um plano de previdência pra se aposentar e ter um final de

⁹¹ Cabe ressaltar que as microrregiões são distintas nesse ponto, uma vez que na microrregião de Três Lagoas/MT historicamente não há movimentos de cunho contestatório, mas sim, sindicatos alinhados aos interesses dos grandes proprietários de terra/agronegócios.

⁹² Cf. Manifestantes fazem jornada por Reforma Agrária no Mato Grosso. Notícias de Mato Grosso – 26 mar. 2013. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/conten/manifestantes-fazem-jornada-por-reforma-agr%C3%A1ria-no-mato-grosso>>. Acesso em: 2 abr. 2013.

⁹³ Procedimento no qual se retira de determinada propriedade quem dela se apossou indevidamente, isto é, sem autorização do proprietário.

vida melhor. Então, isso tem gerado um impacto muito grande, não sei se eu tô correto na minha colocação, mas é o que a gente tem acompanhado e visto aqui no que tá acontecendo ultimamente (Informação verbal)⁹⁴.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tangará da Serra atua no município e região há décadas. Sua sede foi inaugurada no ano de 1991, durante a gestão 1990-1993, liderada por Verissimo Pereira dos Santos. A figura 43 exibe a sede do sindicato, já a figura 44 traz a placa de inauguração da referida instituição.



Figura 43: sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Tangará da Serra/MT. Fonte: Tayrone Roger Antunes de Asevedo (2012).

⁹⁴ Entrevista realizada por Mieceslau Kudlavicz e Tayrone Roger Antunes de Asevedo no dia 04 de Junho de 2012 com uma liderança sindical do município de Tangará da Serra/MT.



Figura 44: placa de inauguração do STR de Tangará da Serra/MT. Fonte: Tayrone Roger Antunes de Asevedo (2012).

Os camponeses assentados, lideranças populares etc., que vivenciam a Reforma Agrária na microrregião, fazem críticas severas à atuação do INCRA, mencionam, por exemplo, muitos problemas relacionados à deficiência e má distribuição de água. Como acontece no assentamento Antônio Conselheiro, que possui sérios problemas em relação à deficiência de água para consumo, além da ausência para produção, o que dificulta sobremaneira a vida nesses espaços rurais.

Esse assentamento, considerado um dos maiores da América Latina, foi criado por intermédio de desapropriação no ano de 1997, possuindo área total de 38.337,83 hectares. Há capacidade para 999 famílias, porém abriga 997, de acordo com os dados do INCRA. Abrange os municípios de Barra do Bugres, Nova Olímpia e Tangará da Serra. Sua contribuição social na microrregião é significativa, principalmente ao recolocar o debate sobre a produção de alimentos no contexto regional, a despeito dos problemas que enfrenta. A figura 45 apresenta uma das entradas do assentamento. Cabe ressaltar, as áreas verdes existentes, de certo modo conservadas, com belezas paisagísticas significativas.



Figura 45: uma das entradas para o Assentamento Antônio Conselheiro - microrregião de Tangara da Serra/MT. Fonte: Tayrone Roger Antunes de Asevedo (2012).

Sobre os problemas relativos à água, os assentados mencionam que entraram em contato com os órgãos responsáveis e formaram uma associação para tratar do tema. Devido a essas intempéries, os assentados improvisam sistemas de captação de água das chuvas, tentando captar água potável que seja suficiente para o consumo.

Essa deficiência aguda impacta diretamente a produção dos assentados, lembrando de que o lote é uma unidade econômica familiar, necessitam de apoio nessas questões. Em períodos de estiagem, reduzem a criação de animais como vacas, bezerros, porcos etc., sendo que alguns animais não suportam a seca e morrem. O gado bovino, por exemplo, consome muita água, em determinadas condições pode chegar a consumir até 60 litros por dia.

Observa-se ainda, muitos plantios de mandioca e banana, uma vez que são culturas resistentes à seca. A prefeitura municipal de Tangará da Serra adentrou com ações e instalou caixas d'água para atenuar o problema. O INCRA entrou com processo para garantir água para o assentamento Antônio Conselheiro por meio do

programa “Água para Todos”, da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA)⁹⁵. A figura 46 exibe a estação de captação e tratamento de água do assentamento Antônio Conselheiro.



Figura 46: estação de captação e tratamento de água no Assentamento Antônio Conselheiro – município de Tangará da Serra/MT. Fonte: Tayrone Roger Antunes de Asevedo (2012).

Existem problemas referentes à regularização das terras, são muitos os assentados que ainda não possuem título de propriedade, encontrando-se em situação irregular. Esses problemas em conjunto, fazem com que muitos trabalhadores desistam de permanecer na terra, o que traz mais transtornos para a definitiva regularização fundiária, situações geradas pela má gestão do Estado no tocante a Reforma Agrária.

Situações problemáticas verificam-se nas estradas que cortam o assentamento Antônio Conselheiro, resultantes, também, de impasses jurídico-legais entre as diferentes esferas do Estado (estadual, federal e municipal) na gerência do território. As lideranças sociais expõem que deveriam unir as três instâncias em determinados períodos, principalmente os de crise por conta de chuvas e estiagem, para a resolução

⁹⁵ Cf. Famílias de assentamento reclamam da falta de estrutura e cobram soluções. 01 dez. 2012. MT Rural. Disponível em: <<http://globo tv.globo.com/tv-centro-america/mt-rural/v/familias-de-assentamento-reclamam-da-falta-de-estrutura-e-cobram-solucoes/2270207/>>. Acesso em: 15 mar. 2013.

desses problemas⁹⁶. A má situação das estradas compromete em vários aspectos a vida dos assentados, são dificuldades na produção e comercialização daquilo que se produz. Atrapalha demasiadamente o escoamento e os valores gastos com transporte encarecem sobremaneira.

Recentemente, foi aprovado um grande projeto de irrigação para o Assentamento Antônio Conselheiro. A água será captada no Rio Sepotuba, onde já se encontram em funcionamento Pequenas Centrais Hidroelétricas (PCHs). Esse projeto é uma parceria entre o poder público municipal de Tangará da Serra e Ministério de Integração Nacional (MIN), sendo reabilitado pelo Executivo Municipal em Brasília por meio de um sistema de convênio no qual o município adentra com apenas 4% (R\$ 120 Mil), enquanto o Ministério participa com a maioria dos recursos, que somados chegam a R\$ 66 milhões. Cerca de 500 propriedades serão contempladas com essa obra, cujo objetivo central é criar um cinturão verde redimensionando a economia municipal e regional. Segundo o prefeito de Tangará da Serra, Saturnino Masson, a obra tem grande importância para os habitantes do município.

[...] Estes pequenos produtores terão água em abundância para produzir alimentos e criar animais. Com isso, eles obterão boa produtividade e poderão fornecer seus produtos para alimentação escolar, às nossas feiras e supermercados e também ao mercado regional, colocando nossa produção nos municípios vizinhos e oferecendo aos consumidores produtos de muito boa qualidade a preços bem menores. [...] Temos pressa para elaborar este projeto. Depois, o município terá de garantir os recursos para a execução das obras [...] A participação da prefeitura na orientação dos produtores será muito importante. É uma oportunidade única para impulsionar definitivamente a agricultura familiar de Tangará da Serra⁹⁷.

Os problemas com transporte ocorrem frequentemente, estradas com buracos, madeiras soltas nas pontes etc., algumas pontes não podem ser usadas em certos períodos, enquanto outras estão praticamente em estado de abandono. As crianças, jovens e adultos que estudam, por exemplo, têm dificuldades de ir à escola.

⁹⁶ Cf. Assentados protestam por asfalto na MT-339 em Tangará da Serra. MT-TV 1º Edição Cuiabá 08 ago. 2012. Disponível em: <<http://globovtv.globo.com/tv-centro-america/mttv-1a-edicao-cuiaba/v/assentados-protestam-por-asfalto-na-mt-339-em-tangara-da-serra/2079622/>>. Acesso em: 23 jan. 2013.

⁹⁷ Cf. Projeto executivo para obra de R\$ 66 milhões no Antônio Conselheiro será licitado no próximo dia 29. Assessoria de Imprensa da Prefeitura Municipal de Tangará da Serra. 25 out. 2012. Disponível em: <<http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Noticias/Projeto-executivo-para-obra-de-r-66-milhoes-no-antonio-conselheiro-sera-licitado-no-proximo-dia-29/>>. Acesso em: 04 fev. 2013.

Em 2009, foi ajustado um convênio entre o poder público municipal de Tangará da Serra e o INCRA⁹⁸, um termo de cooperação por parte do município, estabelecendo parceria na gestão desses pleitos. O valor foi de R\$ 1.484.000,00 para serem investidos nessa demanda por infraestrutura. Todavia, ao visitarmos o local em trabalhos de campo, observamos que muitos problemas perpetuam-se, e os assentados requerem mais melhorias. Na figura 47 temos trecho de uma das principais estradas do referido assentamento. Em certos pontos, as condições são precárias dificultando a mobilidade.



Figura 47: trecho de uma estrada que corta o assentamento Antônio Conselheiro - microrregião de Tangara da Serra/MT. Fonte: Tayrone Roger Antunes de Asevedo (2012).

Em entrevista com liderança sindical da região, foram mencionadas algumas situações sociais árduas no assentamento Triângulo, no qual ele alude ser o assentamento que enfrenta as piores condições do município de Tangará da Serra. Esse assentamento possui 3.047,32 hectares de área, com capacidade para 150 famílias, exatamente o número de famílias existentes de acordo com os dados oficiais. Foi criado no ano de 1994 por intermédio de desapropriação. Muitas famílias lutavam

⁹⁸ Cf. Jaconias assina convênio de R\$ 1 milhão e 484 mil para Antônio Conselheiro. Assessoria de Imprensa da Prefeitura Municipal de Tangará da Serra. 23 dez. 2009. Disponível em: <<http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Noticias/Jaconias-assina-convenio-de-r-1-milhao-e-484-mil-para-antonio-conselheiro/>>. Acesso em: 04 fev. 2012.

por esse assentamento desde meados da década de 1980, quando os conflitos se acirraram demandando espaços para os camponeses sem-terra. No período compreendido entre 1984 a 1990, essas famílias eram arrendatárias, e plantavam milho e feijão, apresentavam altos índices produtivos, devido a boa qualidade do solo, principalmente. Para uma área que tinha capacidade para 150 famílias, lutaram 300 famílias, o que indica um período marcado pela presença de muitos sem-terra na região, como, posteriormente, pode ser notado com as lutas para a criação do Assentamento Antônio Conselheiro. Apesar de anos de existência, ainda não foi realizada a demarcação e expedição dos títulos de posse das propriedades rurais. O INCRA pagou pela propriedade no ano de 1994, quando começaram as primeiras homologações. Atualmente, estão sobrevivendo, já que são muitas carências. Segundo uma liderança sindical da microrregião de Tangará da Serra:

De modo geral, falta uma política, principalmente na parte agrícola, de melhoria na questão sobre produção e comercialização, porque hoje o governo teria que dar um incentivo maior [...] é que nem eu falo, o grande se você não estorvar já tá ajudando muito, agora o pequeno além de não estorvar, o governo tem que ajudar através da própria secretaria de agricultura do município, parcerias até com associações e movimentos pra tentar melhorar, porque existe muita dificuldade e vai continuar existindo para o pequeno produtor (Informação verbal)⁹⁹.

Há também muitos camponeses tradicionais no município de Tangará da Serra, característica peculiar que ampla maioria desses pequenos proprietários de terra está próxima a área urbana, participando do comércio local de hortifrutigranjeiros, principalmente nas feiras da cidade. São diferentes estratégias de comercialização, como as Feiras Livres, isto é, os sistemas de comercialização direta.

No caso da microrregião de Tangará da Serra, ocorrem muitas feiras de produtores ligados aos projetos de Reforma Agrária, a cidade participa permanentemente, comprando alimentos em tese mais saudáveis e com preços mais vantajosos que nos supermercados, gerando emprego e renda no campo e na cidade.

Nesses espaços, os camponeses assentados também participam como os do assentamento Antônio Conselheiro, que comercializam inúmeros produtos, com destaque para o leite e seus derivados, conforme demonstrado na figura 48, em que fotografamos requeijão devidamente registrado no Serviço de Inspeção Municipal. A

⁹⁹ Entrevista realizada por Mieceslau Kudlavicz e Tayrone Roger Antunes de Asevedo no dia 04 de Junho de 2012 com uma liderança sindical do município de Tangará da Serra/MT.

banana é uma fruta que muitos assentados cultivam, como mencionado anteriormente, além da mandioca, que atualmente possui um bom preço, proporcionando bons rendimentos. Outra fruta muito cultivada é o abacaxi. Os plantios dessa fruta aumentaram expressivamente nos assentamentos da região.



Figura 48: derivado de leite comercializado nas feiras do município de Tangara da Serra/MT. Fonte: Tayrone Roger Antunes de Asevedo (2012).

Ao visitar essa microrregião em trabalhos de campo, entendemos que sem a produção e comercialização de alimentos, sérios problemas relativos a segurança alimentar se sucederiam. Os camponeses são importantíssimos para a dinâmica da economia municipal, principalmente por conta da diversidade de produtos que injetam no mercado (local e regional). Estivemos na principal feira de Tangará da Serra, conforme demonstra a figura 49, e notamos que a população local participa intensamente da compra de produtos. Muitos dizem que preferem comprar na feira em vez dos supermercados, devido a qualidade dos produtos oferecidos.



Figura 49: feira livre no município de Tangara da Serra/MT. Fonte: Tayrone Roger Antunes de Asevedo (2012).

Os grandes proprietários rurais, bem sabemos, trabalham numa linha única, produzem pouca diversidade de produtos, além do fato de cultivarem em larga escala, em monoculturas, apresentando no seu cerne as contradições socioambientais. Como mencionou a liderança popular que entrevistamos, os pequenos produzem mais de 70% de hortaliças, legumes e frutas da região. Além de outros produtos como rapadura, açúcar mascavo, cachaça artesanal, frango e porco caipira, raízes e ervas medicinais – conforme expõe a primeira imagem da figura 50, tudo sendo comercializando nas feiras e tendas avulsas no município – como exhibe a segunda imagem da figura a seguir.



Figura 50: produtos medicinais naturais comercializados na feira e pequena tenda onde são comercializados produtos de um casal de camponeses do Assentamento Antônio Conselheiro - município de Tangara da Serra/MT. Fonte: Tayrone Roger Antunes de Asevedo (2012).

Muito semelhante ao que ocorre na microrregião de Três Lagoas, vários camponeses assentados da microrregião de Tangará da Serra trabalham/trabalhavam nas áreas de pecuária bovina, porém, com o avanço dos “novos” agronegócios, a oferta de emprego foi reduzida. Isso fez com que esses sujeitos sociais fossem trabalhar nas lavouras de cana-de-açúcar – plantio, corte e tratos culturais. Todavia,

com a mecanização da colheita, reduziu quase que totalmente a oferta de emprego, ocasionando sérios problemas para os camponeses da região.

Muitos assentados também trabalham nas fazendas de Teca, como no assentamento Triângulo, onde labutam em plantios e tratos culturais das monoculturas dessa árvore. Há exigência de órgãos internacionais de que para exportar é preciso que a mão de obra seja local, isso é fundamental para explicar o número expressivo de trabalhadores locais contratados nessa atividade. Os camponeses relatam que o trabalho temporário ajuda na geração de uma renda extra no caso de alguma emergência, portanto, trata-se de uma atividade complementar e transitória.

Perguntado se a expansão de agronegócios – em especial o canavieiro e o sojícola – dificultam os processos de Reforma Agrária, a liderança sindical entrevistada é veemente: “Sim. Hoje aqui no município de Tangará você nem consegue fazer a Reforma Agrária, hoje nós estamos aqui praticamente fechados (Informação verbal)¹⁰⁰”.

Apesar desse processo de domínio territorial por parte dos agronegócios, alude-se que a tendência para os agronegócios na região – particularmente no município de Tangará da Serra – é a estagnação, por conta das terras indígenas existentes, cerca de 51% do total do município. Em área, o crescimento é comprometido, porém há uma tendência de elevação da produtividade por hectare. Os municípios no entorno não apresentam os mesmos condicionantes territoriais, isto é, proporcionam vastos espaços para o alargamento da agricultura empresarial.

Conversamos com representantes públicos municipais a respeito da questão agrária na microrregião, em particular no município de Tangará da Serra. Na Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento (SEAPA) foram mencionados alguns projetos implementados, destacam-se: o programa Mais Leite¹⁰¹ (Figura 51), criado em 2009, que trata de uma unidade demonstrativa de produção, beneficiamento e auxílio na comercialização de leite, um espaço dotado de estrutura adequada que atende à legislação sanitária.

¹⁰⁰ Entrevista realizada por Miecleslau Kudlavicz e Tayrone Roger Antunes de Azevedo no dia 04 de Junho de 2012 com uma liderança sindical do município de Tangará da Serra/MT.

¹⁰¹ Cf. Projeto Mais Leite em fase de conclusão. Assessoria de Imprensa da Prefeitura Municipal de Tangará da Serra. 22 mai. 2009. Disponível em: <<http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Noticias/Projeto-mais-leite-em-fase-de-conclusao/>>. Acesso em: 04 fev. 2012.



Figura 51: cartaz demonstrando o programa Mais Leite de Tangará da Serra/MT. Fonte: Tayrone Roger Antunes de Asevedo (2012).

Há resfriador, ordenhadeira mecânica e a maioria dos maquinários necessários. Os participantes receberam instruções sobre a legislação sanitária, manejo de gado leiteiro, técnica de ordenha e pasteurização de leite. Buscam também realizar melhoramento genético com equipe técnica da prefeitura municipal que realiza inseminação artificial nas pequenas propriedades, assim como técnicas de nutrição de rebanho, incluindo uma ensiladeira colhedora de forragem, que visa estabelecer

alternativas de alimentação do rebanho, produzindo silagem nos períodos de estiagem.

O poder público municipal dispõe de dez patrulhas mecanizadas (tratores e implementos para preparação de solo) que amparam os assentamentos do município de Tangará da Serra. As associações dos assentamentos usufruem desse serviço, o que auxilia em casos específicos envolvendo a produção e escoamento dos produtos dos assentados.

No caso do município de Tangará da Serra, os representantes públicos ressaltam que a pequena propriedade é demasiada forte e importante, produzindo uma diversidade significativa de produtos que dinamizam o comércio local e regional de alimentos. Destacam-se a fruticultura, a horticultura, entre outros.

Mencionam que a prefeitura municipal, por intermédio das Secretarias Municipais de Agricultura e Abastecimento (SEAPA) e de Educação e Cultura (SEMEC), incentivam a comercialização de produtos dos assentamentos e comunidade rurais, principalmente mediante subsídios às feiras livres e transporte da produção, assim como oferecem suporte técnico para acesso dos camponeses às políticas do Governo Federal (Programa de Aquisição de Alimentos e Programa Nacional de Alimentação Escolar).

Com relação ao Programa de Aquisição de Alimentos, auxiliam oferecendo suporte técnico, recolhendo os produtos e distribuindo-os. Contrataram até mesmo uma empresa para elaborar os projetos. Com relação ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, tudo é realizado junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, é mencionado que as políticas públicas supracitadas, ajudaram na diversificação da produção municipal, porém o transporte/escoamento da produção ainda é dificultoso. Com escolas da rede municipal, estão obtendo certo êxito, no entanto, a participação nas escolas da rede estadual de ensino ainda é árdua.

O município dispõe de Serviço de Inspeção Municipal (SIM), os camponeses assentados se registram nesse serviço, adequando-se as leis e normas sanitárias, por conseguinte têm possibilidade de comercializar produtos de origem animal, além dos de origem vegetal.

A produção dos assentamentos do município de Tangará da Serra é expressiva, as entidades cadastradas nos programas no município não conseguem consumir essa produção. Dessa maneira, a renda gerada com a participação nos

programas PAA e PNAE ainda é pequena para muitos camponeses¹⁰². Muitos preferem comercializar nas feiras. Frequentemente, citam que poderiam ter mais produtores participando das políticas, porém a excessiva burocracia atrapalha. Com relação ao beneficiamento dos produtos das lavouras - o que é de extrema importância para os camponeses, uma vez que agrega renda aos produtos -, é aludido que existem aproximadamente vinte e duas agroindústrias nos assentamentos e comunidades rurais de Tangará da Serra. São laticínios, abatedouros de suínos, de bovinos, de aves etc., além de agroindústrias para derivados da cana (rapadura e cachaça), agroindústria de beneficiamento de mandioca (farinha, fécula, polvilho etc.), agroindústria para produção de poupa de fruta, entre outras.

O município de Tangará é peculiar, as pequenas propriedades são demasiadas importantes. Neste sentido, são levadas em consideração pelas políticas públicas. Embora, a relação com os capitais é conflituosa e contraditória.

O agronegócio canavieiro está num processo de redução de área plantada no município, muitos proprietários rurais (grandes e médios) estão voltando para a pecuária bovina, o monopólio de somente uma empresa tem suscitado insatisfação desses capitalistas, uma vez que a empresa Itamarati dita preços aquém do desejado pelos arrendatários. Nessa contextura de instabilidade e mudança, alguns representantes públicos ressaltam a importância da diversidade produtiva do município e a participação do campesinato no contexto local e regional.

No município de Barra do Bugres, além do assentamento Antônio Conselheiro, do qual tratamos anteriormente, existem outros projetos de assentamento e comunidades rurais que são muito importantes para o processo de redução das desigualdades sociais e construção da democracia.

Em entrevista com liderança sindical do município, são mencionados a existência de muitos pequenos proprietários rurais, como: proprietários, assentados sem titulação definitiva, arrendatários, parceiros, ocupantes, entre outros.

Alguns camponeses assentados estão gerando renda e vivendo por intermédio de recursos do Governo Federal, particularmente do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), no qual acessam créditos, assim

¹⁰² Pequena se pensarmos a quantidade de assentamentos na microrregião de Tangará da Serra/MT, mencionamos, por exemplo, que em 2011, por intermédio da Cooperativa dos Produtores da Agricultura Familiar de Tangará da Serra e Região, participaram do PAA e os vencimentos chegaram a cifra de R\$ 524.513,60 (CONAB, 2011).

fomentando inúmeras atividades agropecuárias. Enquanto que outros camponeses não acessam essas políticas públicas, dessa maneira, sobrevivem da produção de alimentos para consumo próprio, assim como de recursos que são adquiridos por meio de comercialização de alimentos nas feiras livres.

Em Barra do Bugres existem comunidades que foram criadas por meio de crédito fundiário, como por exemplo, uma em formato individual com aproximadamente 95 famílias. É mencionado que, de certa forma, o projeto está bem estruturado, as famílias conseguiram organizar-se, alguns até mesmo acessaram créditos do PRONAF A. Outro projeto é um sistema coletivo, que apresenta alguns problemas relacionados à produção e geração de renda por parte das famílias. Há também quatro comunidades tradicionais (quilombolas), que se reproduzem há décadas por meio da agricultura, entretanto algumas possuem debilidades com relação a infraestrutura. Algumas já foram beneficiadas pelo Programa Luz para Todos do Governo Federal. Anteriormente, a situação de vida dos camponeses dessas comunidades era de dificuldades, mas o acesso a certas políticas públicas tem melhorado o cotidiano e a vida dessas famílias.

Muitos camponeses sobrevivem sem acesso a políticas públicas básicas que garantam a existência social com qualidade de vida. Atualmente, o apoio por parte do poder público municipal é diminuto ante as demandas. Conversando com camponeses e liderança popular do município, eles fazem menção de que tiveram um representante público alinhado aos camponeses há alguns anos, um mandato encabeçado pelo Partido dos Trabalhadores (PT) que auxiliou muito o desenvolvimento da Reforma Agrária no município. Entretanto, foram apenas quatro anos de trabalhos e ações nos assentamentos e comunidades, não houve continuidade na implementação de políticas públicas municipais nos mandatos seguintes, o que comprometeu o aferimento de máximos resultados nas iniciativas concretizadas.

As vendas individuais são predominantes na comercialização de produtos da Reforma Agrária. As feiras livres são importantíssimas nesse sentido, ocorrendo com frequência, todas as quartas-feiras e domingos. Duas comunidades participam com mais intensidade das feiras, no entanto, somente uma obtém apoio por parte da prefeitura municipal, no escoamento da produção para a cidade.

Muitos camponeses acessam as políticas públicas do Governo Federal, com maior intensidade o PAA, mas mencionam que são inúmeras as dificuldades apresentadas para que obtenham resultados mais satisfatórios, como a ineficácia e ou inexistência de apoio técnico da Empresa de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural do Estado de Mato Grosso (EMPAER). Essa inoperância por parte do Estado de Mato Grosso ocasiona muitos problemas, além da própria burocracia na resolução e implementação de políticas públicas. Existe ainda certa desorganização na atuação conjunta entre as esferas do Estado – municipal, estadual e federal. Mencionam que os trabalhos do INCRA são insatisfatórios, muitos organizam-se em associações e cobram, por exemplo, maior agilidade desse órgão na efetivação de ações. Ocorre que o projeto político classista/capitalista no Mato Grosso tem impedido avanços expressivos nos projetos de assentamento, dessa forma, a Reforma Agrária é secundária nos objetivos políticos e econômicos.

Uma situação relatada é que grande parte dos camponeses assentados do município sustentam-se a partir da renda gerada com a própria terra, dessa forma, não necessitam realizar trabalhos acessórios fora do assentamento para geração de renda, apesar de que há alguns anos, principalmente no período de consolidação dos assentamentos, alguns camponeses chegaram a trabalhar nas propriedades pecuaristas e no agronegócio canavieiro, que está presente com intensidade no município.

Atualmente, a agricultura familiar-camponesa no município de Barra do Bugres está desprovida de ações efetivas por parte do Estado. Os principais problemas são: ineficácia e/ou ausência de assistência técnica; dificuldades para comercialização da produção, uma vez que o município de Barra do Bugres não consome toda a produção das pequenas propriedades rurais, tampouco Tangará da Serra, que igualmente já tem muita produção. Os assentados estão tentando outros canais de comercialização para além do município; dificulta um pouco o fato de que a produção não é contínua e nos períodos de estiagem, por exemplo, decresce muito a produção da maioria dos alimentos cultivados, atrapalhando no cumprimento com as diretrizes das políticas públicas, assim como os contratos com instituições privadas.

Para ter estabilidade, é necessário investimento constante, acompanhamento técnico e infraestrutura, além de alternativas diferenciadas de mercado, pois a disputa

e concorrência com as empresas é desigual, a participação no mercado capitalista para os camponeses assentados de Barra do Bugres é árdua e arriscada.

Ao dialogar com esses camponeses, fica evidente que anseiam um gestor público para/(d)as bases populares, de compromissos e diretrizes claras para com a Reforma Agrária, além do fato de que somente os quatro anos de mandato são insuficientes, o que nos põe a pensar a Reforma Agrária como uma política de Estado, isto é, permanente, sem as inconstâncias e ineficácias comumente verificadas.

Nesses territórios de expansão/consolidação de agronegócios, muitas dificuldades são apresentadas para o campesinato. Como a própria atuação do Estado, que se demonstra ineficaz para as classes subalternas e assaz competente para os capitais.

Nesse contexto, as empresas urgem em estabelecer o domínio territorial com diversas ações, como demonstramos no caso da microrregião de Três Lagoas e as ações das empresas envolvidas no complexo eucalipto-celulose-papel.

No município de Barra do Bugres, houve uma tentativa de participação da empresa Barralcool nos assentamentos para a produção de biodiesel, o projeto visava plantios de pinhão-manso. Distribuíram as sementes, implementaram certas ações, porém o projeto enfrentou vários problemas com a matéria-prima escolhida. Dessa forma, os assentados, tendo conhecimento das características ambientais da região, bem como da agricultura, propuseram plantios de amendoim e mamona, pensando que essas variedades seriam mais aptas para a produção de biodiesel e adequadas a realidade local.

Apesar de várias reuniões e debates realizados, além da articulação dos assentados que tinham desejo de que o projeto fosse efetuado, as duas partes não entraram em acordo, a empresa comprou soja de empresas do Norte de Mato Grosso, substituindo assim a ideia inicial de trabalhar com o pinhão-manso, ou seja, abandonando a parceria com os camponeses assentados. Uma liderança popular menciona alguns detalhes do ocorrido:

O compromisso, antes que a gente fez as reunião [...], era que eles tinha que fazer os contrato com as famílias, e a gente articulou isso nos assentamentos todos. Fizemos as reunião, organizamos tudo pra eles ir lá, os técnicos deles, que era obrigação [...] fazer os contrato, acompanhar o preparo do solo, arrumar as primeira semente, dar o pontapé inicial e acompanhar de vez em quando até que as famílias se estabelecessem, se fosse preciso até de ajudar com questão de preparo, máquinas, alguma coisa. Teria esse compromisso de

colaborar [...]. As primeiras conversas foram muito bonitas, depois que eles concluíram, que receberam selo e estruturou, acabou tudo isso. Chamamos umas dez vezes aqui, envolveram o Banco do Brasil [...], ofereceu alguma coisa, o gerente chegou a oferecer meio de recursos, se eles contratassem, fizessem o contrato com os parceiros, arrumavam um meio de financiamento, [...] diferenciado, pra poder eles estruturar, mas mesmo assim eles (empresa Barralcool) não interessaram (Informação verbal)¹⁰³.

Há várias questões conflituosas envolvendo a territorialização do agronegócio canavieiro em relação aos assentamentos rurais do município de Barra do Bugres. Em trabalhos de campo, verificamos que a empresa Barralcool realiza pulverização aérea com veneno nas plantações de cana-de-açúcar e isso tem impactado os espaços camponeses e citadinos no entorno.

Inclusive eu tava questionando isso ontem. Conversando com o pessoal lá do assentamento e eles falando a questão de veneno. [...] Aqui tem alguns que planta alguma coisa em volta, por exemplo, tem um pé de mamão aqui no fundo do terreno do sindicato, aí eu tava vendo, aí a menina que zela aqui tava dizendo: “ah, o mamão tá tudo cortado de lagarta lá em cima”. Fui lá olhar e disse: “isso não é lagarta, não, isso é veneno!”. Eles passaram veneno nas cana aí e o veneno baixou tudo. Eu tava conversando com várias pessoas da cidade e estão reclamando que está morrendo os pé de mamão que eles planta no quintal. Falei: “mas como que tá?” Aí falaram: “assim, assim” Foram verificar, e realmente é, eles (empresa Barralcool) passam veneno. Semana retrasada eu vi o avião passando aqui no fundo da cidade lá, no final da cidade, baixinho passando veneno nas cana aqui no fundo, [...] não dá cinco quilômetro de lá até aqui, no centro. [...] Se passa aí, trezentos metros de altura, o vento vai carregar esse veneno mais de oito quilômetro pra frente. Então, prejudica muito. E algumas doença que tá sendo provocada aqui, uns tipo de intoxicação (Informação verbal)¹⁰⁴.

É mencionada a insatisfação da população, que se manifestou contrária a pulverização aérea e aos plantios de cana-de-açúcar muito próximos das residências. No entanto, durante a realização do plano diretor do município, os empresários do agronegócio pressionaram para que a legislação atendesse às demandas com relação aos plantios próximos à cidade. No início, ficou proposto um limite de seis quilômetros da cidade, porém com a pressão efetuada, aprovaram no Art. 54. Inciso IV da Lei Complementar Nº 012/2006 que institui o Plano Diretor de Barra do Bugres que o: “limite para o plantio de cana-de-açúcar é de 300 metros das residências;”.

¹⁰³ Entrevista realizada por Miecleslau Kudlavicz e Tayrone Roger Antunes de Asevedo no dia 06 de Junho de 2012 com uma liderança sindical do município de Barra do Bugres/MT.

¹⁰⁴ Et Seq.

A figura 52 demonstra que existem plantios de cana-de-açúcar cerca de 2 quilômetros da área urbana do município. À esquerda, na imagem, tem-se uma das entradas em direção à planta fabril da empresa Barralcool.



Figura 52: plantio de cana-de-açúcar próximo da área urbana do município de Barra do Bugres/MT. Fonte: Tayrone Roger Antunes de Asevedo (2012).

Em Nova Olímpia, as questões envolvendo a posse e uso da terra são intensas e promovem certas contradições sociais significativas. A própria formação histórico-geográfica do município está ligada ao desenvolvimento do modo de produção capitalista e a terra como componente importantíssimo no processo. A empresa Itamarati faz parte desse contexto. Dominando territorialmente o município, apresentando um modelo único de uso da terra, o que trouxe inúmeras dificuldades para o acesso a terra pelos camponeses e trabalhadores. As marcas territoriais são significativas, a expansão da monocultura da cana-de-açúcar não possibilitou a diversificação da agricultura. Em trabalhos de campo, podemos notar vários processos contraditórios envolvendo a disputa entre capitalistas e camponeses em Nova Olímpia. Visitamos a sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Olímpia, exposta na figura 53, e entrevistamos lideranças sindicais e trabalhadores rurais que nos proporcionaram um entendimento da questão agrária local e regional.



Figura 53: sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Nova Olímpia/MT. Fonte: Tayrone Roger Antunes de Asevedo (2012).

Um caso que nos chamou muito a atenção foi o relativo à aplicação de agrotóxicos nas plantações de cana-de-açúcar e os desdobramentos dessa ação. Logo que chegamos à cidade, notamos um odor diferente, além das moscas próximas às monoculturas. Moradores disseram que aqueles que não vivem no município, quando ali chegam, geralmente sentem um mal estar devido ao forte odor e alguns apresentam reações alérgicas.

Nos assentamentos cercados pelos plantios de cana-de-açúcar, a aplicação de agrotóxicos é percebida e ocasiona também a proliferação de moscas, mal cheiro etc., mas outro caso desperta preocupação, os pequenos proprietários enfrentam dificuldades para criar o gado bovino leiteiro por conta de moscas do estábulo, muitos entraram na justiça contra a empresa Itamarati, todavia processos se arrastam há anos sem definição.

Algumas culturas foram quase que totalmente abandonadas devido a essas questões, como o caso do mamão. Ressaltam que dificilmente conseguem obter duas colheitas, pois as árvores morrem e os frutos apresentam características incomuns que não eram identificadas anteriormente, quando não havia tanta aplicação de agrotóxicos nos canaviais. A pulverização aérea ocorre com frequência, em dias de

fortes ventos, principalmente quando estes se direcionam para a cidade, vindos de áreas pulverizadas, agravando demasiadamente a situação. Segundo liderança sindical, o número de casos de câncer está aumentando nos últimos anos, acabam comparando a situação por eles vivenciada com a do município de Lucas do Rio Verde/MT, em que foi constatada a presença de agrotóxicos no leite materno, provenientes da pulverização das monoculturas de soja¹⁰⁵.

Nas pequenas propriedades camponesas, ilhadas pela monocultura da cana-de-açúcar, conforme nos foi relatado, os impactos da aplicação de agrotóxicos são intensos. Na horticultura, bem como na fruticultura, a contaminação é evidenciada na mortandade de plantas e microrganismos que fazem parte da biota necessária para o equilíbrio ambiental da lavoura.

Ocorre também que as pragas migram das áreas pulverizadas para outras localidades, isso impacta as pequenas propriedades rurais no entorno, uma vez que estes camponeses apresentam características diferenciadas no manejo de suas propriedades, geralmente eles não trabalham com a aplicação desses agrotóxicos, apesar de muitos usarem, todavia em menor escala, como nos foi dito em entrevista. Por conta dos desmatamentos para formação das monoculturas, a fauna local é impelida. Nos assentamentos rurais, nos últimos anos têm aparecido muitos animais que anteriormente não eram tão vistos, como o caso de onças que são vistas com frequência pelos moradores dessas localidades, em muitos casos, esse animal se alimenta de bezerros de gado bovino.

Outro impacto aludido, diz respeito à redução de peixes no Rio Angelim, assim como no Rio Branco, porém em menor grau. Muitos pescadores relatam que houve diminuição da pesca e suspeitam que a aplicação de agrotóxicos seja causa desse acontecimento. Em entrevista, também é mencionado que a suspeita que as áreas de reserva legal do município não estão sendo respeitadas/preservadas, obviamente, que urge a apuração dos órgãos competentes e que estes casos apresentados sejam minuciosamente verificados, como demonstrado, as falas obtidas contêm informações e indícios de irregularidades.

Recentemente, começaram a discutir a questão de saúde ambiental e os acontecimentos postos junto ao Conselho Municipal de Saúde de Nova Olímpia, onde

¹⁰⁵ Cf. Exclusivo: A pesquisadora que descobriu veneno no leite materno. Disponível em: <<http://www.viomundo.com.br/denuncias/exclusivo-a-pesquisadora-que-descobriu-veneno-no-leite-materno.html>>. Acesso em: 15 mar. 2013.

recentemente ficou aprovada uma cadeira para o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, trata-se de uma oportunidade interessante para os trabalhadores exporem suas demandas e os impactos promovidos pela expansão do agronegócio canavieiro.

A territorialização desses empreendimentos formou um cerco aos camponeses da região. De um lado, são os plantios da Barralcool em expansão, de outro, têm-se as áreas da Itamarati. Somente em uma porção espacial não há plantios, trata-se de relevos acidentados na Serra dos Parecis, onde as atividades são impossibilitadas. Uma disputa por território se coloca, os processos de luta por terra são dificultados devido ao fato de que a demanda por terra pelo agronegócio é intensa. Bloqueou-se, assim, as políticas públicas de distribuição de terra, isto é, a Reforma Agrária.

As terras onde seria possível realizar assentamentos são muito ruins, degradadas com as atividades canvieira e pecuarista pretéritas. No entanto, as terras com plantios de cana-de-açúcar são bem trabalhadas (aração, gradagem, técnicas de adubação, aplicação de corretivos e defensivos de solo etc.). É informado também que são poucos os assentados que trabalham nas áreas canvieiras, porém muitos trabalham/trabalhavam nas fazendas de pecuária, e com a expansão dos monocultivos de cana-de-açúcar, esses trabalhos acessórios foram reduzidos.

Com relação ao apoio do poder público municipal aos camponeses, é mencionado que somente auxilia com o transporte dos camponeses para a feira da cidade de Nova Olímpia, disponibilizado um ônibus, mesmo em péssimas condições, que leva a produção para ser comercializada. A feira livre é o principal lugar de comercialização, apesar de que a venda do leite, assim como de milho em épocas de safra, também, ajudam, mas são rendas esporádicas. Diferentemente de muitos territórios de expansão do agronegócio canvieiro, não há plantios de cana-de-açúcar nos assentamentos rurais, isso se explica pelas próprias características com relação à posse e uso e os vastos territórios para estabelecimento dos negócios existentes.

Os representantes públicos municipais consideram a empresa como a salvadora do município, dizem que ela gera impostos e emprego, no entanto, é mencionado que o território está fechado para outras empresas e negócios, não abrem espaço nem para diversificar a economia tipicamente capitalista do município, tampouco há espaço para investimentos na Reforma Agrária.

A empresa Itamarati expande os plantios principalmente para Denise. Na safra 2012/13, esse município angariou o segundo lugar entre os municípios com maior

área plantada com cana-de-açúcar no Estado de Mato Grosso. Tratam-se de 41.051 hectares cultivados com a gramínea. Em primeiro lugar está o município de Barra do Bugres, com 52.516 hectares, enquanto que Nova Olímpia apresenta 20.819 hectares e o município de Tangará da Serra com 15.287 hectares (INPE/CANASAT, 2013).

É exposto que os trabalhadores e camponeses querem mudar a situação que se encontra o município, está atento aos acontecimentos e discutindo a política local. Historicamente, a prefeitura municipal foi comandada por pecuaristas e fornecedores de cana-de-açúcar e isso implantou uma hegemonia econômico-política significativa, que está se alterando contemporaneamente. Essa transformação se reflete na eleição de vereadores de esquerda. Os representantes públicos alinhados ao capital estão perdendo força política.

A importância da agricultura familiar-camponesa no município de Nova Olímpia ainda é pequena, muitos produtos alimentícios, que poderiam ser produzidos localmente, vem de fora do município, como algumas hortaliças e frutas. Porém vem aumentando a produção dos camponeses assentados, o acesso às políticas públicas tem auxiliado. Os frangos e os ovos caipiras estão se destacando, existem até projetos de construção de granja. Sinalizam que há muito espaço no mercado que poderia ser ocupado pelos camponeses, e mesmo nesse ambiente de dificuldades e desafios, a esperança por melhores condições de vida na terra é evidente. Além do anseio por terra que existe entre aqueles que vivem na labuta da cidade. Como nos descreveu uma liderança sindical do município de Nova Olímpia:

Eu gostaria que a nossa situação fosse melhor, a agricultura familiar aqui [...] ela vai meio que aos trancos e barrancos. A gente ainda acha muita gente com vontade de ir pra terra, até porque é assim, quem gosta de terra, gosta, mesmo o trabalhador rural da usina, não aquele da indústria, aquele da administração, mas aquele do campo. Você percebe que ele já vem de uma cultura de agricultura mesmo [...] então, esse gostaria [...], o próprio funcionário da Itamarati ainda fala: “ah, se vocês conseguissem um pedacinho de terra pra eu sair daqui”. Sabe? Ainda tem muito isso. [...] Isso é um ótimo sinal, triste é perder as esperanças (Informação verbal)¹⁰⁶.

No município de Porto Estrela a situação é diferente das que foram apresentadas nos municípios de Barra do Bugres e Nova Olímpia, uma vez que a pequena pecuária leiteira apresenta boas condições, os camponeses conseguem

¹⁰⁶ Entrevista realizada por Miecleslau Kudlavicz e Tayrone Roger Antunes de Asevedo no dia 06 de Junho de 2012 com uma liderança sindical do município de Nova Olímpia/MT.

comercializar a produção e aferir renda que proporcione qualidade de vida. Nesse município não há plantios de cana-de-açúcar, o predomínio é da pecuária.

Como pôde ser notado, há desafios para as classes subalternas, particularmente para o campesinato nos territórios do agronegócio. A hegemonia apresenta-se de diferentes formas, destaque para o domínio do Estado pelo capital, apesar de que em alguns municípios esse controle não é total, havendo fissuras para decisões políticas que vão ao encontro aos anseios populares.

A despeito de todo um discurso que advoga o fim do campesinato e o pleno desenvolvimento das relações tipicamente capitalistas de produção; esses territórios analisados demonstram a recriação camponesa realizando-se histórico-geograficamente de maneira pertinaz, com avanços e recuos, elaboram estratégias que permitam-lhes se recriar, tendo como alicerce a manutenção da família e o trabalho na própria terra. Como nos lembra Teodor Shanin (2008, p. 25-26):

A flexibilidade de adaptação, o objetivo de reproduzir o seu modo de vida e não o de acumulação, o apoio e a ajuda mútua encontrados nas famílias e fora das famílias em comunidades camponesas, bem como a multiplicidade de soluções encontradas para o problema de como ganhar a vida são qualidades encontradas em todos os camponeses que sobrevivem às crises. E, no centro dessas particularidades camponesas, está a natureza da economia familiar.

CAPÍTULO IV

***AGRICULTURA E RELAÇÕES DE TRABALHO: AS
GRAFIAS DO ANTAGONISMO CAPITAL VERSUS
TRABALHO NOS AGRONEGÓCIOS***

4.1 – Processualidade e reestruturação do trabalho na tessitura geográfica do capitalismo

Perante os enlaces e antagonismos, verificados no decorrer deste trabalho, torna-se necessária uma exposição, ainda que sucinta, sobre o trabalho enquanto processo pelo qual o ser social ganha concretude e subjetividade, para que entendamos a sociedade do capital e a processualidade dialética de sua reprodução.

O arcabouço teórico-analítico e conceitual sobre a temática do trabalho é amplo, nos mais diferentes campos do saber, nas ciências sociais como um todo, por isso de o elegermos ao posto de objetivo de atenção especial, já que possui relação intrínseca na conformação da sociedade.

Vejamos distinção necessária para pensarmos mais de perto o trabalho, mais especificamente o trabalho concreto, provedor de valores/produtos de uso e o trabalho abstrato, dispêndio de força humana à geração de valores de troca, sob a forma de mercadorias, isto é, o trabalho atualmente sob o reino do capital e, consubstanciando-se ao anteriormente apresentado, reforçaremos a distinção apontada por Thomaz Junior (2002b, 2009), como linhas introdutórias para apreender a questão do trabalho no âmbito geográfico, mais propriamente quando assinala que o mesmo pode ser entendido por intermédio da relação metabólica homem-meio ou como relação de regulação sociedade-espço. Relacionemos os dois casos.

Enquanto relação metabólica homem-meio, interpretamos o trabalho como processo de humanização do homem, pois ao agir sobre a natureza ele altera a si próprio, movendo-se fisicamente e mentalmente, tendo consciência anterior do ato, da finalidade de sua ação, isto é, o homem prevê o ato antes de objetivá-lo como trabalho, teleologizando-o, conforme a concepção marxiana clássica. Nessa ação está presente uma objetivação não mais instintiva, mas intelectual, o que o distancia de uma coordenação biológico-psíquica. Nessa processualidade, ele inverte a relação, não se opõe, nem se separa da natureza, mas estabelece uma relação de dois entes, que na práxis cotidiana dá passos rumo à generalidade.

Karl Marx, nos Manuscritos Econômico-Filosóficos, aclara essas observações:

O animal imediatamente é um com a sua atividade vital. Não se distingue dela. É ela. O homem faz da sua atividade vital mesma um objeto de sua vontade e de sua consciência. Ele tem a atividade vital consciente. Esta não é uma determinidade "*Bestimmtheit*" com a ele coincide imediatamente. A atividade vital consciente distingue o

homem imediatamente da atividade vital animal. Justamente, [e] só por isso, ele é um ser genérico. Ou ele somente é um ser consciente, isto é, a sua própria vida lhe é o objeto, precisamente por que é um ser genérico. Eis por que a sua atividade é atividade livre (2004, p. 84).

Conforme os passos e na dialeticidade existente entre teleologia e causalidade, esse ente-espécie vai complexificando seu estado de humanidade e assumindo a relação grupo-meio. Os traços de organização sociorreprodutiva vão evidenciando-se, tendo a técnica papel representativo nesse estado. Trabalho e técnica, emaranhados, dão uma argamassa sustentadora à organização social que dá seus primeiros suspiros. Estamos, então, diante de uma relação em que o trabalho possui papel harmônico no homem, dele partindo e retornando como obra reconhecível, autorrealizadora, autossustentadora.

Conteúdos e transformações técnicas são próprios de uma determinada sociedade, todavia são mediadas pela dialética do trabalho. Cabe ressaltar que as técnicas enquanto elementos sociais/instrumentais de realização da existência/experiência, de criação do espaço (SANTOS, 1997) apresentam, pela contextualização histórico-espacial, diferenciações e interposições dialéticas, ou seja, são caracterizadoras das formas geográficas de existência social ao longo da história.

Voltemos para outra questão, central neste debate, a da relação direta entre trabalho e capital.

Na medida em que se instituiu a propriedade privada, essa relação de harmonia existente defronta-se com outra relação metabólica e reguladora. Nessa acepção, o trabalho enquanto ato teleológico humanizador transforma-se e figura-se como trabalho alienado, ou seja, o trabalho é tornado uma mercadoria, somente a partir dessa mercadoria *sui generis* o trabalhador sobrevive, reproduz-se, defrontando-se com a objetividade concreta, o meio ou natureza, como trabalhador apropriado gerador de produtos-valores de troca. É o proletário do capitalismo, em que a mudança na relação do trabalho gerador dos valores de uso, enquanto relação harmônica da construção da humanidade é abstraída, e o homem/trabalhador é preso num mundo que lhe é objetivado estranhamente. E assim: “O trabalho estranhado inverte a relação a tal ponto que o homem, precisamente porque é um ser consciente, faz da sua atividade vital, da sua essência, apenas um meio para sua existência” (MARX, 2004, p. 84-85).

No capitalismo, o trabalhador não se reconhece (alienação), é refém de relações que lhe são adversas, pois se intensifica a apropriação da objetividade e subjetividade inscritas no seu trabalho, com vistas a um amplo universo de produção de mercadorias e de relações de reprodução dessa formação socioespacial.

Os paradoxos erigem-se densamente e:

O trabalhador só se sente, por conseguinte e em primeiro lugar, junto a si [quando] fora do trabalho e fora de si [quando] no trabalho. Está em casa quando não trabalha e, quando trabalha, não está em casa. O seu trabalho não é, portanto, voluntário, mas forçado, trabalho obrigatório. O trabalho não é, por isso, a satisfação de uma carência, mas somente um meio para satisfazer necessidades fora dele (MARX *apud* ANTUNES, 2005, p. 71).

As formas com que o trabalho se efetiva no capitalismo podem ser entendidas avaliando suas mutações ao longo do tempo e do espaço. Aqui, tomaremos as duas revoluções industriais para a discussão¹⁰⁷, a fim de termos caminhos limpos e amplos para percorrer as veredas sinuosas das condições empíricas verificadas nas microrregiões. Neste discorrer, lançaremos algumas questões sobre o paradigma toyotista e/ou da acumulação flexível, para, posteriormente, demonstrarmos alguns constitutivos fundantes desse rearranjo do capitalismo, os termos da III Revolução Industrial.

É importante salientar que faremos essa reconstituição porque cremos que embora estejamos vivenciando a época da Terceira Revolução Industrial, devemos saber reconhecer as características das duas revoluções anteriores, já que o capitalismo não as supera por completo, cria e reproduz características novas e coevas ao lado das antigas, tidas como atrasadas e arcaicas. E por isso da importância dessa reconstituição, para sabermos o que realmente há de novo e o que é reinvenção do velho para o objetivo do lucro.

A história do mundo e da sociedade moderna mostra que, após um longo período de acumulação mercantil, surgiu entre os séculos XVII e XVIII, em Manchester, na Inglaterra, a I Revolução Industrial, daí a denominação de paradigma manchesteriano. O trabalho caracterizava-se por ser individualizado, o trabalhador era de ofício, especializado em uma única função e assalariado, conforme as mercadorias produzidas. A racionalização do processo produtivo ainda não ocorreu, sendo um dos

¹⁰⁷ As discussões apresentadas sobre as Revoluções Industriais têm por referência básica o trabalho de Moreira (1998).

principais motivos, junto ao fenômeno da crise de reprodução da segunda metade do século XIX, para as transformações que culminaram com a II Revolução Industrial, ou seja, nesse período a porosidade no trabalho era excessiva, regadas a condições limites, com longas jornadas de trabalho, que se realizavam em espaços precários, sem segurança e higiene. É o período em que o Estado era chamado de liberal, pois não “intervinha” na economia, fazendo-se “coadjuvante”, e os Estados nacionais eram pouco unificados jurídico-politicamente, formados essencialmente por regiões homogêneas. Condiz com a fase concorrencial, de larga presença de empresas de todos os tamanhos que disputam o poder e domínio do mundo, por mercados consumidores e matérias-primas. Não há uma distinção clara entre cidade e campo, com relação ao local da produção, das trocas e do trabalho. Nessa fase, ainda predominavam paisagens rurais, em que pese ocorrer intensas migrações para as cidades, de populações que ansiavam integrar-se às indústrias têxteis e siderúrgicas, devido, entre outras coisas, à própria perda de suas propriedades (MOREIRA, 1998).

A II Revolução Industrial, por seu turno, iniciada na passagem do século XIX ao XX, na Europa, mas despontada nos Estados Unidos. Foi fortemente impactada pelas duas grandes guerras mundiais, que lhe auferiu grande desenvolvimento científico-tecnológico. O paradigma foi o fordismo-taylorismo, pois a produção agora se realizava nas esteiras de montagem. O trabalho era parcelarizado com vistas ao aproveitamento máximo das jornadas de trabalho e a divisão técnica do trabalho esboçava-se com a divisão rígida entre trabalho manual/intelectual. O Estado era principalmente de base keynesiana, já que se caracterizava por ter papel mais interventor na economia, dirigindo-a por vezes. No plano da modernização e das trocas, os países foram inseridos desigualmente, apresentando continuidades e descontinuidades com as bases de produção anteriormente existentes. A paisagem era urbana, pois os trabalhadores foram expulsos do campo em grandes leva, migraram e amontoaram-se nas cidades industriais, tornando a urbanização caótica. Iniciou-se processo profundo de automatização da indústria (cuja indústria-chave foi a automobilística) e os capitalistas voltaram suas atenções ao chamado capital constante – máquinas, equipamentos etc. – que substituíram, em muito, os trabalhadores.

O capitalismo chegou a sua fase monopolista, na qual grandes corporações controlaram a economia, diversificando os investimentos e abandonando a antiga

fixidez: o que significou que uma siderúrgica pode ter investimentos em petroquímica ou quaisquer outros ramos e setores da economia, alterando, em certa medida, as bases com que se caracterizou o capitalismo até então. Nessa fase, como tentativa de instituir uma nova regulação que recolocasse o crescimento da economia nos trilhos, podemos visualizar os prelúdios da III Revolução Industrial, quando os Estados/nacionais do “primeiro mundo”, Estados, pois, imperialistas, passaram a controlar mais detidamente os Estados/espços nacionais “terceiro-mundistas” para majorar a extração das suas riquezas, expropriando economicamente seus territórios, fortalecendo um controle econômico sem que se toque necessariamente na esfera do domínio territorial direto¹⁰⁸.

Veremos, então, como características dessas transformações sociais, quando se adentrou na III Revolução Industrial, que se agigantava a divisão técnica do trabalho, ocorrerem cisões sociais entre trabalhadores de diferentes ramos econômico-produtivos, com isso, a classe-que-vive-do-trabalho (ANTUNES, 1998, 2005) viu-se desorientada, sindicatos e partidos foram enfraquecidos e, pelo mundo, principalmente nos países pobres, o controle de levantes sociais fizeram-se presente com a proliferação de ditaduras. Intensificava-se, também, a divisão territorial do trabalho, pois o capital buscou, nos diferentes lugares, o aumento nas taxas de acumulação, precarizando o trabalho com formas mais degradantes de extração da mais-valia (CHAUÍ, 2000; ALVES, 2007).

Nesse atual arranjo estava formada e madura a estrutura espacial capitalista, na qual o campo cumpriu sua função na realização de atividades agropecuárias e extrativistas, entre outras, e a cidade pôr-se-á como *locus* preferencial da indústria, finanças e do terciário, com a divisão territorial do trabalho configurando os papéis dos mesmos. Temos, portanto, o processo de realização do capital ditando o ritmo espacial – estamos tratando de sociedades que realizavam em termos capitalistas, embora outras formas de realização socioespacial (re)coexistam contraditório e combinadamente –, uniformizando e articulando/integrando o espaço desde os conteúdos técnicos-científicos e informacionais, até mesmo no plano da ideologia e construção das mentalidades, avançando espacialmente (urbano e rural, local, nacional, mundial)¹⁰⁹.

¹⁰⁸ MOREIRA, 1998, passim.

¹⁰⁹ Ibid. p. 7 et. seq.

Isso não se deu de forma inexorável e ininterrupta, as contradições, conflitos e confrontos são/fazem parte do processo, obstáculos podem existir no plano da relação capital/trabalho, na relação instável, por vezes, calamitosa dos mercados, assim como nas diretrizes econômico-políticas dos Estados. Os capitais constantemente reorganizam-se no sentido de romper com esses entraves, como demonstrou Harvey (2011) ao analisar a constante financeirização da economia e o papel da circulação no processo capitalista.

Ao longo da história do capitalismo tem havido uma tendência para a redução geral das barreiras espaciais e a aceleração. As configurações do espaço e do tempo da vida social são periodicamente revolucionadas (lembre-se do que aconteceu com a chegada das ferrovias no século XIX e do impacto atual da web). O movimento torna-se ainda mais rápido e as relações no espaço cada vez mais estreitas. Mas essa tendência não é nem suave nem irreversível. O protecionismo pode voltar, as barreiras podem ser reforçadas, guerras civis podem interromper os fluxos. Além disso, as revoluções nas relações espaciais e temporais produzem tensões e crises (tenha em mente os difíceis ajustes forçados em muitas cidades, com a desindustrialização generalizada nas capitais da produção capitalista na década de 1980 quando a produção mudou-se para o Leste da Ásia). [...] Por que os capitalistas reinvestem na expansão, em vez de consumir seus lucros em prazeres? Esse é o lugar em que “as leis coercitivas da concorrência” desempenham um papel decisivo. Se eu, como capitalista, não reinvestir em expansão e um rival o fizer, então depois de um tempo eu provavelmente estarei fechando as portas. Preciso proteger e expandir minha participação no mercado. Tenho de reinvestir para permanecer um capitalista. Isso pressupõe, no entanto, a existência de um ambiente competitivo, que exige que também expliquemos como a concorrência é perpetuada em face das tendências para a monopolização ou outras barreiras sociais ou tradicionais ao comportamento competitivo (HARVEY, 2011, p. 43).

Nas duas primeiras revoluções industriais, podemos entender as estruturas fundantes como as transformações sociais internas que culminaram com o paradigma produtivo sequente. Não queremos dizer que não houve uma mescla de sistemas produtivos, o que importa ao capital é estabelecer a acumulação, mesmo que para isso se transfigure ou se transmute de maneiras multiformes à (re)produção/acumulação.

Interessante, a esse respeito, que notemos a interpretação de István Mészáros sobre o caráter diverso e camuflado do capital e as estratégias emancipatórias necessárias para superá-lo. Segundo ele:

O capital não é simplesmente um conjunto de mecanismos econômicos como frequentemente se conceitualiza. É um modo multifacetado de reprodução sociometabólica que o abarca totalmente e que afeta profundamente cada aspecto da vida, desde o diretamente material e econômico até as relações culturais mais mediadas. Consequentemente, a mudança estrutural só é factível através do questionamento do sistema do capital em sua totalidade como um modo de controle sociometabólico, em lugar de introduzir ajustes parciais na sua estrutura (2003, p. 102).

Tomando o espaço como construção social, entendemos que no capitalismo a relação sociedade-espaço deve ser entendida nas suas dimensões essenciais, como uma construção histórico-social que se realiza e é realizada topicamente, em que trajetórias sociais são grafadas em espaços complexos, antagônicos e institucionalizados. Nessa perspectiva, trabalho e geografia estão numa relação de conformação, de dialeticidade, donde se erigem formas, funções, estruturas e processos espaciais condizentes com o modo de produção vigente.

Daí que qualquer análise empírico-teórica, como a que propomos sobre a trama socioespacial nas microrregiões, deve ser apreendida em sua concretude histórico-geográfica, atentando-se aos determinantes-chaves que direcionam o formato do arranjo, com especial destaque à identificação dos agentes e vetores hegemônicos, como das conformações técnicas e das formas de expropriação do trabalho.

Essa breve reconstituição não teve outro motivo que ajudar a elucidar alguns traços gerais do passado e do presente para, quem sabe, criarmos condições de vislumbrar o porvir, basicamente no universo de pesquisa assinalado.

4.2 – Trabalho e acumulação flexível: acerca da reestruturação produtiva nos agronegócios

Vimos, anteriormente, algumas características das revoluções industriais precedentes e que na II Revolução Industrial já podiam ser verificados alguns traços marcantes que condicionariam o surgimento da III Revolução Industrial, que ocorreu com intensidade e definição no Japão do pós-guerra (ANTUNES, 1998).

Detido na tecnologia estadunidense do computador, esse novo paradigma desponta com uma força avassaladora nos países desenvolvidos e virá compor as principais características econômico-produtivas e sociais dos países de capitalismo tardio a partir da década de 1990.

As tecnologias voltam-se à microeletrônica, informática, bioengenharia, indústria de fármacos e setores ligados ao ramo automobilístico. Flexibilizam-se as relações como um todo. O aparato jurídico-político gravita os interesses dos detentores dos meios de produção. Período em que se dá o aperfeiçoamento da legislação trabalhista e sindical, pois capitalistas, além de serem representados no poder no Estado, angariam cada vez mais seus próprios postos de representação, figurando seus interesses com projetos de lei e incentivos que os beneficiem (ALVES, 2007).

Estamos num período em que o Estado é, às vezes, do tipo neoliberal, principalmente no trato das questões que envolvem as classes subalternas, vide a maneira como é implementada a Reforma Agrária¹¹⁰, é abordada, tão somente, como uma ação exordial e compensatória, portando-se como uma política social e não tal como foi concebida, ou seja, uma política estrutural para a transformação das relações sociais no campo. Noutros casos, o Estado é desenvolvimentista¹¹¹, quando analisamos a territorialização dos agronegócios e a centralidade do Estado nesse processo capitalista, isto é, participa como agente empreendedor, uma vez que compõe algumas empresas do agronegócio como acionista direto no mercado financeiro. Ou, ainda, como descentralizador, visto que cada vez mais está transferindo sua administração às esferas locais, com os municípios desempenhando papel importante na organização/gerenciamento das territorialidades. Nessa perspectiva, o Estado abstém-se de suas características e muda suas estratégias, agora com intuito de promover a gestão municipal:

Na agenda dos governos brasileiros, a promoção do desenvolvimento via planejamento localizado territorialmente passou a ser defendida pela possibilidade de uma maior flexibilidade, adaptabilidade e capacidade de atender as demandas e ofertas de um mundo cada vez mais interconectado. A receita para solucionar os problemas de crise financeira e fiscal foi estabelecer o elo entre desenvolvimento, poder local e gestão participativa através de um redimensionamento do tamanho do Estado na condução das políticas públicas, via a descentralização. Tratou-se de buscar nos municípios as condições necessárias para que o capital continue a se reproduzir num novo contexto político-econômico-financeiro em que a intencional perda da centralidade dos estados nacionais é acompanhada pelo despertar da capacidade empreendedora de cidades/locais, donde formas precarizadas de trabalho são ressignificadas, aparecendo sob manto

¹¹⁰ Assim como demonstramos no terceiro capítulo.

¹¹¹ Como analisado no segundo capítulo deste trabalho

ideológico da inovação e de valorização da identidade local (SANTOS, 2008, p. 3).

A diminuição ou a mudança no controle do espaço nacional – cada vez mais detido por agentes transnacionalizados – é vertiginosa, visto que amplia suas tramas de relação com alcance para todas as esferas da vida, desde o econômico, até as representações de mundo, com agências financeiras que controlam cada vez mais os meios de comunicação e/ou entretenimento, além da própria construção do conhecimento científico.

As mudanças no padrão de acumulação do capital são amplas, não se restringem ao âmbito da produção econômica e da organização política, mas abrangem variados aspectos da vida, como o cultural-simbólico.

O processo de produção é voltado essencialmente para o consumo rápido e superficial, pois as mercadorias perdem em qualidade e durabilidade. Estamos no reino do supérfluo, da novidade nos produtos, tudo transforma rapidamente, exigindo do *cidadão do consumo* a inserção, o cumprimento das normas de sociabilidade. A música do momento, o *rhythm* do mês, melodias e arranjos descartáveis e facilmente reconhecíveis, letras que nos chamam ao frívolo, o teatro *stand up comedy*, o cinema da sensação superficial/artificial.

A produção é flexibilizada voltando-se para o consumo e para a demanda imediata do mercado, redimensionando o sistema produtivo de tal forma que as relações sociais tornam-se substancialmente reificadas no mundo do trabalho e em seu além. Por conta disso, o lazer ou não-trabalho, a subjetividade, gostos, afinidades, relações interpessoais e cada aspecto de nossa vida material e psicossocial transmuta-se ante o interesse do neg-ócio e do lucro. Resultado, o capital transforma o ser e o estar de tal forma que tudo vai figurando-se como uma relação de mercadorias e ideologias, que se (des)materializam dialeticamente. Tudo isso evidencia que “[...] a alienação/estranhamento e os novos fetichismos que permeiam o mundo do trabalho tendem a impedir a autodeterminação da personalidade e a multiplicidade de suas qualidades e atividades” (ANTUNES & ALVES, 2004, p. 15).

As siglas e expressões PQC (Programas de Qualidade Total), CCQ (Círculo de Controle de Qualidade), *just-in-time* (produção-a-tempo), *kanban* (produção comandada pelo consumo) são propaladas nas mais diferentes empresas dos mais diferentes lugares. Inserção que se faz frenética em um mundo armado em rede. As

empresas produzem o que já estava vendido, ao passo que no fordismo-taylorismo era comum se produzir para, depois, se tentar vender (ANTUNES, 1998, 2005).

No município de Nova Olímpia, a empresa Itamarati¹¹² desenvolve sistema de planejamento estratégico visando à competitividade no mercado por meio de sistema de gestão dos negócios, adota, por exemplo, o conceito de Total Quality Control (TQC), que é empregado em todas as fases do processo produtivo (agrícola, industrial, comercial, transporte etc.); possuem Plano de Produção Econômica (PPE) e Círculos de Controle de Qualidade (CCQ), visando participação/envolvimento dos seus “colaboradores” (leia-se, operários), na elaboração de alternativas de redução de custos e desperdícios, aumento da produtividade, ações inovadoras dos processos produtivos, entre outros. Os receituários da acumulação flexível são sintetizados quando dizem que esses programas de qualidade visam:

[...] Fornecer produtos de qualidade através do monitoramento do processo produtivo, visando manter a competitividade, a motivação dos colaboradores, a perpetuação da empresa, um retorno adequado aos acionistas, sempre com foco na melhoria contínua do sistema de gestão da qualidade¹¹³.

Trabalham, também, com sistema de gestão de qualidade da Organização Internacional para Padronização (ISO). Em 2008, obtiveram o ISO 9001 – sistema de gestão de qualidade em ambientes de produção – que compreende a produção de açúcar cristal e triturado, etanol anidro e hidratado e produção e venda de energia elétrica. Além do ISO 14.001 – sistema de gestão ambiental –, também adentrou com projeto para certificação com ISO 22.000, que é referente a sistemas de gestão da segurança de alimentos. Na figura 54 trazemos uma imagem da área industrial da empresa Itamarati, em Nova Olímpia.

¹¹² Os dados e informações demonstrados foram obtidos junto ao site da empresa. Disponível em: <http://www.usinasitamarati.com.br/itamarati/sist_gestao.html>. Acesso em: 14 mar. 2013.

¹¹³ Idem.



Figura 54: área industrial da empresa Itamarati – município de Nova Olímpia/MT. Fonte: Tairone Roger Antunes de Azevedo (2012).

Em Barra do Bugres/MT, a empresa Barralcool trabalha com Sistema de Gestão de Qualidade (SGQ) e Sistema de Gestão de Segurança de Alimentos (SGSA). O sistema de gestão de qualidade visa potencializar os processos produtivos realizando uma articulação padronizada das suas diferentes fases. Os trabalhadores são chamados de colaboradores, como mencionamos anteriormente. Nos discursos sempre está presente a ideia de valorização, aperfeiçoamento e desenvolvimento profissional dos funcionários, além de discursos sobre trabalho em equipe, segurança no ambiente de trabalho. A respeito da política de segurança de alimentos, objetivam atender às normas e regras sobre os produtos e a cadeia de alimentos, garantindo melhorias nos processos de produção e serviços.

Possuem ISO 9001 - sistema de gestão de qualidade em ambientes de produção, angariado no ano de 2010, isto é, normatizam seus produtos com os requisitos específicos desse modelo de gestão de qualidade. Pretendem, também, adentrar no ISO 22.000 - sistema de segurança de alimentos -, assim como fez a sua empresa vizinha, a usina Itamarati. Muito emblemático dessa inserção aos ditames do toyotismo é a implementação do Programa 5S, trata-se de uma filosofia japonesa de

comprometimento dos “colaboradores” para os sistemas de qualidade total que têm por fim organizar, acelerar e maximizar os processos produtivos.

A empresa Barralcool está inserida nas mudanças do padrão de acumulação por meio do processo de diversificação produtiva: trabalham com a produção de álcool, açúcar (Figura 55) e biodiesel (Figura 56).



Figura 55: galpão para armazenamento de açúcar produzido pela empresa Barralcool – município de Barra do Bugres/MT. Fonte: Tayrone Roger Antunes de Asevedo (2012).



Figura 56: compartimentos para armazenamento de biodiesel produzido pela empresa Barralcool em Barra do Bugres/MT. Fonte: Tayrone Roger Antunes de Asevedo (2012).

Na microrregião de Três Lagoas/MS, a empresa FIBRIA, por exemplo, apresenta vários termos, políticas e condutas dos receituários da acumulação flexível. Trabalha com uma Política Integrada de Gestão em consonância com os sistemas de padronização/normatização ISO (obteve o ISO 9001 – sistema de gestão de qualidade em ambientes de produção; o ISO 14001 – sistema de gestão ambiental e; OHSAS 18001 - sistema de gestão e certificação da segurança e saúde ocupacionais). São diversas certificações socioambientais obtidas, destacam-se os:

[...] Princípios e Critérios do Manejo Florestal FSC-STD-01-001 (Forest Stewardship Council), Princípios e Critérios do Manejo Florestal NBR 14.789 (Cerflor), Cadeia de Custódia ABNT NBR 14.790 (Cerflor), Portaria RAC Inmetro (Regulamento de Avaliação da Cadeia de Custódia – Brasil), FSC-STD-40-003 Padrões para Certificação de Cadeia de Custódia de Operações Multi-Site (Forest Stewardship Council), Padrões para Fornecedores e Indústria de Produtos Certificados FSC-STD-40-004 (Forest Stewardship Council) e Padrões para Madeira Não Certificada (Controlada) FSC-STD-40-005 (Forest Stewardship Council)¹¹⁴.

¹¹⁴ Informações obtidas junto a página da empresa. Disponível em: <http://www.fibria.com/web/pt/institucional/sistemas.htm>. Acesso em: 24 mar. 2013.

Cabe salientar que essas certificações socioambientais são importantíssimas para o desenvolvimento dos negócios nesse setor de produção de celulose-papel. As empresas organizam-se no sentido de obtê-las e, para tal, realizam inúmeras atividades sociais e ambientais, como demonstrado no terceiro capítulo deste trabalho e nas ações do Programa de Desenvolvimento Territorial da FIBRIA. Não se tratam de negócios socioambientalmente equitativos e justos, ao contrário, as certificações são estratégias empresariais que visam dissimular os reais acontecimentos e assegurar a produção e acumulação de capital. Vam Dam (2002) apresenta o jogo do mercado celulósico-papeleiro e as certificações como estratégias para regular a participação das empresas, nesse sentido, trata-se de um mercado seletivo, corporativizado e financeirizado.

[...] la certificación forestal, por ahora, parece mas bien haber fortalecido un mercado de la madera dominado por los intereses de una gran industria y de intermediarios que logran simultáneamente incrementar sus ventas, imponer nuevas reglas de juego a los productores forestales y apropiarse del plusvalor que genera la madera certificada (...). Y del lado de la producción, la certificación pasa a ser un mecanismo que beneficia a grandes empresas y concesionarios de bosques nativos, pero especialmente a grandes capitales invertidos en plantaciones forestales que, si bien no logran mejorar sus precios, se adueñan oligopólicamente de un mercado más selectivo y excluyente. (...) Esta desigual apropiación de los beneficios económicos de la certificación se debe en parte, (...), al hecho de que la certificación es un mecanismo de mercado y como tal comparte sus vicisitudes estructurales, como el hecho de producir necesariamente winners y losers; mientras otras 'no equidades' son consecuencia de los sistemas y procesos desarrollados para la certificación (VAM DAM, 2002, p. 5)

As principais implicações das certificações socioambientais podem ser entendidas no descompasso entre os discursos e as efetivas ações empresariais adotadas, estas, se caracterizam por apresentar desígnios claros de pleno acesso aos mercados e obtenção de elevadas rentabilidades.

Sobre as consequências das certificações como ferramentas de mercado, três podem ser mencionadas:

[...] A) La certificación sólo puede contribuir a promover un manejo sostenible en aquellos bosques cuya productividad, biodiversidad, condiciones de accesibilidad, manejo empresarial, etc. hacen que su aprovechamiento sea rentable. Es decir la certificación sólo es funcional para una pequeña porción de los bosques nativos del planeta (y para el grueso de las plantaciones), pero no puede contribuir a la

conservação y al manejo sostenible de aquellos bosques más degradados; o con espécies forestais de pouco valor para o mercado; o alejados de los mercados; o en manos de poblaciones poco interesadas o impossibilitadas en insertarse en mercados competitivos. Es decir la gran mayoría de los bosques nativos del planeta. B) Vinculado a lo anterior, con la certificación el mercado solo reconhece (y paga) por uno de los productos del bosque, el de la madera (y de unas pocas espécies). Los demás bienes y servicios ambientales que proporciona un bosque bien manejado (conservación de la biodiversidad, paisaje, protección del suelo y regulación hídrica, productos no maderables, etc.) no son valorizados por el consumidor aunque sí le son exigidos al productor. C) De la misma forma, la certificación no toma en cuenta los múltiples usos, valores y sentidos que tiene el bosque para los pueblos indígenas y comunidades rurales, que van mucho mas allá de una eventual producción para el mercado, y que además son los que ‘explican’ históricamente la existencia hoy de estos bosques. La certificación de bosques comunales, percibido por muchos como una oportunidade de nuevos mercados para las comunidades indígenas y campesinas, también puede ser vista como la imposición de esta idea dominante de mercantilización de la naturaleza, una forma de violencia cultural y económica¹¹⁵.

Como visto, a natureza, para estes agentes capitalistas, é vista, tão somente, como recurso para se obter lucros – a certificação figura-se como importante para ratificar essa concepção. No sentido contrário dessa visão, e prática, mercadológica, os camponeses e indígenas usufruem da natureza enquanto uma riqueza, são/fazem parte da mesma, dessa forma ela deve ser preservada para garantir a existência sociocultural e ambiental dessas populações.

As empresas se ramificam em diferentes razões sociais, com capital acionário dos mais diversos, capitalistas de diferentes ramos econômico-produtivos investem em ações em bolsas de valores, coordenados por especialistas-empresas (consultoria) que lhes organizam os investimentos.

À guisa de exemplo, a empresa Eldorado Brasil Celulose S.A.¹¹⁶, na microrregião de Três Lagoas/MS, atua com um modelo de governança corporativa, objetivam transparência, independência e profissionalização no gerenciamento administrativo da empresa. O estatuto foi elaborado pelos três sócios (J&F Holding, MJ Empreendimentos e Fundo de Investimentos e Participações - FIP Florestal), que

¹¹⁵ Ibid., p. 6.

¹¹⁶ Informações disponíveis na página da empresa. Disponível em: <<http://www.eldoradobrasil.com.br/Pt/index.html>>. Acesso: 24 mar. 2013.

indicam conselheiros para gerir e fiscalizar o cumprimento das deliberações. A FIBRIA também possui capital aberto/financeirizado, participam da composição acionária¹¹⁷: BNDESPar (30,38%); Votorantim Industrial S.A. (29,42%); Ações em tesouraria/FIBRIA (0,06%); Gávea Investimentos Ltda. (5,01%); Jupiter Global Strategy Fund Ltd. (5,18%); Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria (0,00%); Free Float (29,95%).

Mecanização dos processos de produção da celulose e papel, como ocorre na área agrícola, equipamentos modernos, corte do eucalipto

O processo produtivo das mercadorias é flexível, como vimos, e também é terceirizado como veremos adiante, ocorrendo estrategicamente a automação da produção. As tecnologias estabilizam a fabricação, ganhando corpo a fixidez do capital, a produção compassada das mercadorias e o conhecimento do espaço para obtenção de mercados, avaliados por *hardwares* e *softwares* que articulam os melhores meios de tornar os espaços cada vez mais estatísticos e matematizáveis, mediante comunicações rápidas e eficientes, meios estes que interligam os espaços em sistemas dinâmicos e probabilísticos.

No toyotismo intensifica-se a *polivalência* do trabalhador¹¹⁸: este organiza o sistema produtivo operando diferentes maquinários, equipamentos, robôs etc. Toda uma carga ideológica está presente para maior aproveitamento de sua criatividade. Trabalhando em grupos, são articulados e envolvidos com a empresa que opera a subsunção real do trabalho, com todo seu caráter polissêmico, ao capital.

Nas observações de Wolf (2004, p. 317):

[...] o novo homem-máquina se caracteriza por ser fonte de informações para as máquinas informáticas. Essas informações, quando não são imediatamente incorporadas nessas máquinas para a melhoria da produção das empresas, podem ser registradas num banco de dados e armazenadas, em computadores, para posterior utilização. Transformadas em software, as ideias advindas das experiências vividas e formuladas pelos operários no dia-a-dia da produção podem ficar cristalizadas num supercomputador da empresa. Por conseguinte, a subjetividade dos trabalhadores, bem como seu bem-fazer, tornam-se passíveis de se transformarem em trabalho morto. Sendo essa a recomendação, tanto faz se esse

¹¹⁷ Mencionamos que esses dados são referentes a 25 de Maio de 2012, portanto, devido as mudanças frequentes no mercado financeiro, bem como no percentual de participação dos acionários, eles podem estar alterados. Foram obtidos junto a página da empresa. Disponível em: <<http://fibria.infoinvest.com.br/static/ptb/estrutura-acionaria.asp?idioma=ptb>>. Acesso: 24 mar. 2013.

¹¹⁸ As características do trabalho próprias do padrão produtivo pretérito, o fordismo-taylorismo, não se findaram, se articulam com as novas pragmáticas da acumulação flexível.

supercomputador seja real ou fictício, o importante é que os trabalhadores estejam agindo nesse sentido e, pois, pensando e produzindo ideias para o capital.

Na esteira do processo, intensifica-se a apropriação objetiva e subjetiva do trabalhador pelo capital, crescentes formas de extrair lucro, nas quais os trabalhadores sobrevivem sob estresse. Elevam-se paradoxos notáveis, com trabalhadores precarizados, subcontratados, terceirizados, autônomos que sobrevivem de formas ilegais e precárias, trabalhadores *part-time* e os sem-trabalho, sem-teto, sem-terra, os excluídos do sistema, despossuídos dos meios de reprodução da vida, que manifestam suas indignações com protestos, reivindicações, sob a denominada violência que os meios burgueses de comunicação tanto apregoam.

Os sindicatos veem-se atordoados com as transformações e as perdas lastimáveis de conquistas histórias formidáveis. Têm-se, na arena do toyotismo, formas de coerção e controle do capital perante os sindicatos, os meios jurídico-legais, as ações do Estado etc., que vem redimensionando suas estratégias.

Enquanto isso, como outro braço ideológico, difunde-se a arenga pós-moderna de que tudo está perdido...

Longe disso, veem-se, os enfrentamentos mais agudos, os embates e recuos táticos para tentar driblar as formas de domínio sócio-metabólico abusivo do capital com suas próprias “armas”, ou seja, as tecnologias que possibilitam a comunicação, as brechas legais, a chamada de atenção da população com levantes, ocupações, acampamentos, enfim, pela política, que se realiza de ambientes rurais e urbanos aos estudantis e religiosos, com atos simbólicos, demonstrando a capacidade das classes subalternas de modificarem-se, reestruturando-se perante condições novas. Como lembram Antunes & Alves (2004, p. 16):

[...] é importante salientar que a vida cotidiana não se mostra meramente como o espaço por excelência da vida alienada, mas, ao contrário, como um campo de disputa entre a alienação e a desalienação. Como observamos no tocante à subsunção do trabalho ao capital, nas relações trabalho/capital, além e apesar de o trabalho “subordinar-se” ao capital, ele é um elemento vivo, em permanente medição de forças, gerando conflitos e oposições ao outro polo formador da unidade que é a relação e o processo social capitalista.

O Estado, com suas políticas públicas de *mascamamento* da realidade, como demonstrado anteriormente, mostra-se, por opção, neoliberal, isto é, débil para atender as demandas sociais das classes subalternas, porém desenvolvimentista no

atendimento aos interesses dos capitais, assim, preferindo estabelecer os termos de controle das classes, mas suas intermediações não têm se mostrado suficientes.

No caso do Brasil, Thomaz Junior (2002, p. 7) aponta as principais mutações para o trabalho:

Em linhas gerais, poderíamos apontar o seguinte: 1) a desproletarização do trabalho industrial fabril, típico do fordismo; 2) a ampliação do assalariamento no setor de serviços; 3) o incremento das inúmeras formas de subproletarização, decorrentes do trabalho parcial, temporário, domiciliar, precário, subcontratado, “terceirizado”; 4) verifica-se, também, que todas essas formas que redimensionam a heterogeneização do trabalho têm, na crescente incorporação do trabalho feminino no interior da classe trabalhadora, expressão, em especial, quando se pensa em termos da expansão do trabalho precarizado, “terceirizado”, subcontratado, part-time, etc.; 5) intensificação da superexploração do trabalho, através da extensão da jornada; 6) a exclusão de trabalhadores jovens e “velhos” (acima de 45 anos), do mercado de trabalho; 7) a expansão do patamar de trabalho infantil, em especial nas atividades agrárias e extrativas.

Não se tratam de elucubrações genéricas, apesar de algumas delas chegarem mais rapidamente que outras, percebemos, no universo da agricultura capitalista nas microrregiões de Tangará da Serra/MT e Três Lagoas/MS, as manifestações empíricas desse *toyotismo sistêmico*.

No setor agrícola, temos: as parcerias com instituições de pesquisa públicas e privadas. Na microrregião de Três Lagoas/MS, há algumas instituições de ensino e pesquisa que estão envolvidas com o setor de celulose-papel, como a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, da Universidade de São Paulo (ESALQ/USP) – um exemplo é a parceria no projeto de Produção Integrada Madeira Alimentos (PIMA) da Fibria; alguns projetos avulsos, principalmente na área de formação, com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e projetos nas áreas de desenvolvimento tecnológico, formação de pessoal e monitoramento de recursos hídricos com a Universidade Federal de Viçosa (UFV). A Eldorado Brasil também usufrui dessas parcerias, porém, ainda em menor escala, como a consultoria prestada por pesquisadores da Universidade de Brasília (UNB) e da Universidade Federal de Viçosa (UFV) ao seu Plano de Produtividade, no qual são abordados temas como nutrição florestal, biotecnologia, melhoramento genético e qualidade de madeira¹¹⁹.

¹¹⁹ Cf. Eldorado Brasil apresenta Plano de Produtividade para especialistas em SP. 20/11/2012. Disponível em: <<http://www.painelflorestal.com.br/noticias/celulose-e-papel/eldorado-brasil-apresenta-plano-de-produtividade-para-especialistas-em-sp>>. Acesso em 23 mar. 2013.

Na Fibria, o desenvolvimento técnico-científico do processo produtivo também é realizado pelo seu Centro de Tecnologia, as pesquisas abrangem:

[...] áreas como melhoramento genético e genômica, controle de pragas e doenças, silvicultura e manejo florestal, fisiologia vegetal e propagação de plantas, sustentabilidade ambiental, qualidade da madeira, processo e produto, além de estudos que visam o atendimento das demandas de clientes estratégicos¹²⁰.

Já na microrregião de Tangará da Serra/MT, pesquisadores da Universidade Estadual de Mato Grosso (UNEMAT) realizam estudos sobre controle de pragas para a empresa Itamarati, o que de certa forma vem a compor um quadro de iniciativas e parcerias público-privadas interessantes para o agronegócio canavieiro.

Existem, também, nessas empresas, equipes de controle de pragas, que coordenam ações, com emprego de insumos (herbicidas, fungicidas etc.), elevando as produtividades por hectare, o que é de extrema valia para a elevação da lucratividade no âmbito da agricultura empresarial-mercadológica.

Ao que deve ser somada a intensa mecanização de plantio e colheita, com maquinários novos, bem como, transporte eficiente. Como a empresa Itamarati, no município de Nova Olímpia/MT, que mecanizou 70% dos plantios e 100% do corte da cana-de-açúcar, trabalhando com planejamento topográfico, preparo de solo etc. no intuito de implementar um processo produtivo preciso, com redução de custos com capital variável e maximização de lucros via capital constante. Na empresa Barralcool, em Barra do Bugres/MT, a situação é similar, a redução de trabalhadores empregados no setor agrícola é crescente nas últimas safras.

As relações de trabalho são diferenciadas nesses agronegócios, portanto, aqui abordamos pontos que os particularizam, que apresentam algumas semelhanças, vislumbrando-os, todavia, dialeticamente.

No que concerne ao processamento industrial, temos cada vez mais nas empresas pesquisadas: ampliação da capacidade de processamento industrial das matérias-primas, com emprego de técnicas e equipamentos mais novos, aprimorando o processamento com elevação dos rendimentos; automação do processamento industrial; trabalhadores mais técnicos e polivalentes; desenvolvimento técnico para produção de diversos produtos de uma mesma matéria-prima, como no caso do

¹²⁰ Informações obtidas na página da empresa. Disponível em: <http://www.fibria.com.br/web/pt/institucional/tecnologia.htm>. Acesso em: 23 mar. 2013.

processamento industrial da cana-de-açúcar que obtêm açúcar, álcool, energia e levedura, no processamento do eucalipto conseguem extrair celulose, energia etc. além da diversificação da produção de acordo com a demanda de mercado. No caso do agronegócio canavieiro, ora produzem álcool, pois as condições estão favoráveis, ora produzem açúcar, que, ressaltamos, vem se tornando o principal produto da agroindústria canavieira, devido à instabilidade e queda dos preços do álcool, motivada, entre outros, pela disponibilidade excessiva no mercado – o que de certa forma leva os produtores a fazer pressões junto ao Estado com o intuito de auferir garantias nos preços e mudanças na forma como o produto é tratado.

Adentramos num período marcado por profundas transformações socioespaciais com a integração de territórios aos ditames do novo padrão de acumulação de capital. Dessa forma, como menciona Antonello (2009, p.25-33):

[...] a organização do espaço que é moldada no volver da atividade do homem, encontra-se em transformação mediante o processo de reestruturação produtiva sob o conhecimento científico e tecnológico, juntamente com a ascensão de uma nova organização produtiva do trabalho na indústria como nas atividades agropecuárias. Conforme se impõe o novo sistema de acumulação do capital no agro pautado nesses avanços é possível visualizar um aprofundamento das desigualdades socioespaciais. Por conseguinte, o formato do novo padrão organizativo do trabalho traz a marca da contraposição frente a práticas produtivas destituídas do padrão moderno de produção e do antigo padrão de produção implantado com a “revolução verde”, imprimindo, dessa forma, na organização do espaço, as suas matizes. Matizes que reluzem as contradições e tensões próprias da lógica do capital que traz na sua essência a desigualdade socioeconômica e espacial [...] Nesse contexto de transformações no modelo produtivo a flexibilização começa a fazer sentir sua força com intensidade no espaço rural, uma vez que a flexibilização da produção se cristaliza no processo produtivo agrícola gerando profundas mudanças na organização socioespacial rural.

Aspectos da *modernização*, como foi demonstrado acima, representam para o trabalhador: precarização do trabalho; redução do contingente operário; péssimos contratos; pagamento por produtividade; preço de cana irrisório; reificação do trabalhador (homem-máquina); terceirização intensa do processo de produção; parcerias com empresas que controlam o transporte, o setor mecânico, de queima da palha etc., que realizam contratos que não vinculam o trabalhador diretamente às empresas, deixando, por vezes, os trabalhadores desorientados na busca de seus direitos. Antunes (2012, p. 47-48) aponta as relações entre as mudanças tecnológicas

e as relações de trabalho com novas formas (assim como a perpetuação de traços capitalistas ‘pretéritos’) de realização do capital.

No estágio atual do capitalismo brasileiro, enormes enxugamentos da força de trabalho combinam-se com mutações sociotécnicas no processo produtivo e na organização do controle social do trabalho. A flexibilização e a desregulamentação dos direitos sociais, bem como a terceirização e as novas formas de gestão da força de trabalho, implantadas no espaço produtivo, estão em curso acentuado e presentes em grande intensidade, coexistindo com o fordismo, que parece ainda preservado em vários ramos produtivos e de serviços. Mas quando se olha o conjunto da estrutura produtiva, pode-se também constatar que o fordismo periférico e subordinado, que foi estruturado no Brasil, cada vez mais se mescla fortemente com novos processos produtivos, em grande expansão, consequência da liofilização organizacional, dos mecanismos próprios oriundos da acumulação flexível e das práticas toyotistas que foram assimiladas com vigor pelo setor produtivo brasileiro.

Vejamos como ocorrem essas contexturas do antagonismo capital *versus* trabalho nas microrregiões de Tangará da Serra/MT e Três Lagoas/MS com a territorialização desses agronegócios.

4.3 – As tramas (e os dramas...) do antagonismo capital *versus* trabalho nas microrregiões de Tangará da Serra/MT e Três Lagoas/MS

Ao analisar a categoria *trabalho*, de imediato surgem variadas questões e caminhos a se percorrer. Sabemos da complexidade da temática, uma vez que envolve o âmago da existência do ser social, ou seja, discutir o trabalho certamente nos remonta a uma ontologia das relações humano-sociais, como pôde ser observado anteriormente.

Propomos arrolar alguns acontecimentos e relações significativos, sucedidos no estabelecimento do complexo eucalipto-celulose-papel na microrregião de Três Lagoas/MS e a ascensão de agronegócios, em especial da cana-de-açúcar, na microrregião de Tangará da Serra/MT, evidenciando, empiricamente, a conjuntura/estrutura antagônica existente entre capital *versus* trabalho. Além de demonstrar as diferenças existentes entre as formas específicas de Agricultura aqui analisadas, isto é, campesinato e agronegócio.

Analisamos a territorialização dos agronegócios e os desdobramentos desse processo para a recriação camponesa e as relações de trabalho. Nesse sentido, demonstramos recorrendo aos dados sobre a geração de ocupações no campo, que

a distribuição de terras via Reforma Agrária é uma alternativa coerente para as microrregiões, haja vista que a grande propriedade rural gera poucas ocupações no campo, se comparada às pequenas. Analisando a questão do trabalho assalariado, percebemos que o agronegócio que se alia e reproduz à terra concentrada, gera empregos instáveis e precarizados, como veremos ao longo deste capítulo.

Os contrastes são expressivos, podem ser vislumbrados na avaliação da própria geração de ocupações por hectares. Vejamos os dados relativos à microrregião de Tangará da Serra/MT.

Tabela 07: Pessoal Ocupado na Microrregião de Tangará da Serra/MT – 1995/96 e 2006

Classes de Área (em hectares)	1995/96			2006		
	Ocupações Geradas	Área (ha)	Hectares/Ocupações	Ocupações Geradas	Área (ha)	Hectares/Ocupações
- de 10	2.358	3.037	1.28	1.274	2031	1.59
10 a - de 50	3.251	22.399	6.88	5.076	59.212	11.66
50 a - de 100	1.197	21.499	17.96	735	18.298	24.89
100 a - de 200	1.144	37.928	33.15	768	30.727	40.00
200 a – 1.000	2.461	196.793	79.96	5.969	201.120	33.69
+ de 1.000	9.961	1.202,684	120.73	7.441	936.257	125.82
Sem Área	-	-	-	85	-	-
Total	20.372	1.484,340	-	21.348	1.247,645	-

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários de 1995/96 e 2006. Org: ASEVEDO, 2011.

Sobre as ocupações no campo, no caso da microrregião de Tangará da Serra/MT, de acordo com o Censo Agropecuário de 1995/96, são 7.950 ocupações geradas pelos estabelecimentos com menos de 200 hectares, mesmo com apenas 84.863 hectares, por conseguinte com 5,8% da área total geram 39,0% das ocupações. No Censo 2006 são 7.853 ocupações nos estabelecimentos com menos de 200 hectares, trata-se de um estrato de área que possui somente 110.268 hectares, ou seja, 9% da área total, todavia, geraram 36,8% das ocupações. Há uma considerável ampliação nas ocupações geradas na classe de área de 10 a menos de 50 hectares: são 1.825, que resultam, em grande parte, da implantação de projetos de Reforma Agrária no período. No período assinalado, houve redução de 1.084 ocupações nos estabelecimentos com até 10 hectares, assim como de 462 ocupações nos de 50 a menos que 100 hectares e 376 ocupações nos estabelecimentos de 100 a 200 hectares.

Os médios estabelecimentos – 200 a menos de 1.000 hectares –, de acordo com o Censo de 1995, geraram 2.461 ocupações, essa classe de área apresenta 196.793 hectares de área, isto é, seu desempenho foi de uma ocupação para 79.96 hectares, mesmo abarcando 13,3% da área total. Em 2006, esses médios estabelecimentos apresentam 5.969 ocupações, isso com 201.120 hectares, o que representa 16,1% da área total, assim, geram uma ocupação para cada 33.69 hectares. Esse acréscimo de 3.508 ocupações, quando se analisa a década, diz respeito ao estabelecimento do agronegócio canavieiro nos médios estabelecimentos, usufruindo, nesse ínterim, principalmente do corte manual da cana-de-açúcar.

No Censo Agropecuário de 1995/96, os grandes estabelecimentos – 1.000 hectares a mais, geraram 9.961 ocupações, isso com 1.202.684 hectares de área, o que representa 81,1% da área total, uma ocupação gerada para 120.73 hectares. Já em 2006, são 7.441 ocupações geradas, grupo de área que abarca 936.257 hectares, 75% da área total e gerava, tão somente, uma ocupação para 125.82 hectares. Avaliando o período, ocorre uma redução saliente de 2.520 ocupações, o que indica uma tendência de diminuição na geração de ocupações, haja vista a intensa mecanização dos agronegócios, que se expandem mais acentuadamente nessa classe de área.

Analisemos os dados concernentes à microrregião de Três Lagoas/MS.

Tabela 08: Pessoal Ocupado na Microrregião de Três Lagoas/MS – 1995/96 e 2006

Classes de Área (em hectares)	1995/96			2006		
	Ocupações Geradas	Área (ha)	Hectares/ Ocupações	Ocupações Geradas	Área (ha)	Hectares/ Ocupações
- de 10	652	998	1.53	919	1.476	1.60
10 a - de 50	1.076	10.627	9.87	2.856	34.180	11.96
50 a - de 100	415	11.774	28.37	429	13.740	32.02
100 a - de 200	719	40.635	56.51	616	36.004	58.44
200 a – 1.000	4.393	719.994	163.89	3.659	689.809	188.52
+ de 1.000	9.533	3.736,360	391.93	7.877	3.761,789	477.56
Sem Área	158	-	-	89	-	-
Total	16.946	4.520,388	-	16.445	4.536,998	-

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários de 1995/96 e 2006. Org.: ASEVEDO, 2011.

Na microrregião de Três Lagoas/MS, segundo os dados do Censo Agropecuário de 1995/96, os estabelecimentos com menos de 200 hectares geraram 2.862 ocupações, perfazendo 64.034 hectares, isto é, 1,3% da área total, ainda assim, representaram 16,9% das ocupações geradas. Esses dados alteram-se no Censo 2006, uma vez que foram geradas 4.820 ocupações em 85.400 hectares, 1,9% da área total representando 29,3% do total de ocupações geradas. Portanto, são alterações relevantes na década, que sinalizam para a importância dos pequenos estabelecimentos, aqueles com menos de 200 hectares, na geração de ocupações no campo.

Na classe de área dos médios estabelecimentos – 200 a menos de 1.000 hectares, em 1995, foram geradas 4.393 ocupações, mesmo abrangendo 16% da área total, ou seja, 689.809 hectares, dessa maneira, geraram uma ocupação para 163.89 hectares. Já no Censo de 2006, apresentam 3.659 ocupações, com 689.809 hectares, 15,2% da área total, uma ocupação a cada 188.52 hectares.

No Censo 1995, os grandes estabelecimentos, aqueles com mais de 1.000 hectares, geraram 9.533 ocupações, eles abarcam 3.736.360 hectares, 82,7% da área total, apresentando uma ocupação para 391.93 hectares. Nos dados do Censo 2006, eram 7.877 ocupações, isso com 3.761.789 hectares, 82,9% da área total, assim, apresentam a impressionante cifra de uma ocupação gerada a cada 477.56 hectares de terra.

Esses dados sinalizam e ratificam ainda mais a importância da democratização da terra via Reforma Agrária. Os segmentos sociais que se reproduzem nas classes de área com menos de 200 hectares, comumente camponeses, apresentam excelente desempenho na geração de ocupações, mesmo com dificuldades postas, como ineficiência (por opção política) do Estado na promoção da Reforma Agrária em sua completude.

Os médios e grandes estabelecimentos apresentam desempenho insatisfatório, se pensarmos na quantidade de terras que possuem. Nessas classes de área, os agronegócios nas microrregiões reproduzem-se intensamente, automatizando os processos, tecnificando o trabalho, sob a forma de capital constante, extraíndo, de maneira aviltante, a mais-valia relativa das classes subalternas. Em muitos casos, trata-se de estabelecimentos ociosos, que apresentam índices produtivos pífios, sinalizando o papel social que deve ser adotado pelo Estado,

isto é, promoção, por intermédio de políticas públicas e sociais, dos segmentos que produzem alimentos e geram mais ocupações, promovendo equidade socioambiental no campo.

É importante, portanto, ter conhecimento das diferenciações entre agricultura empresarial-mercadológica e agricultura familiar-camponesa, para o debate político, bem como na formulação de políticas públicas, todavia, isso demanda estudos e pesquisas aprofundadas e contínuas, haja vista a magnitude que apresentam.

Entendemos que a territorialização desses agronegócios nas microrregiões ocasionam inúmeras contradições, conflitos e confrontos sociais, no entanto, as lutas populares por melhores condições de trabalho, por terra e território, estão presentes. O que demonstra a capacidade das classes subalternas de fazer frente a esses acontecimentos aviltantes. Atuações que se desdobram nas manifestações, greves etc., assim como no universo da representação política, isto é, estendem-se para a eleição de representantes públicos, membros de sindicato etc., pertencentes e afinados às lutas sociais.

Na microrregião de Tangará da Serra/MT temos situações variadas no tocante às relações de trabalho. Os municípios possuem especificidades com relação as formas de posse e uso da terra, todavia apreendemos processos sociais típicos da reprodução do campesinato na relação com a expansão de agronegócios.

De um lado temos camponeses que trabalhavam/trabalham nas grandes e médias propriedades pecuaristas, reproduzindo-se socialmente, às vezes, por intermédio dessa forma acessória de trabalho.

Esse relacionamento deu-se durante certo período em que as fazendas empregavam maior contingente de trabalhadores, todavia houve uma diminuição expressiva dessa oferta de emprego, promovida principalmente pela expansão dos agronegócios sojícola e canavieiro na microrregião.

A pecuária reproduz-se de maneira intermitente, em certos períodos ela torna-se a opção mais rentável para os médios e grandes proprietários de terra, mas o mercado capitalista possui uma dinâmica instável, por vezes cíclica, o que os obriga a realizar outras atividades capitalistas ou combinar diferentes formas de uso das terras.

Há propriedades rurais que trabalham com plantios de milho, sorgo, soja etc. enquanto outras investem nos plantios de cana-de-açúcar, assim como na criação de gado bovino e suíno.

No município de Tangará da Serra/MT, há uma tendência por parte desses capitalistas de retornar a atividade pecuarista, uma vez que existem insatisfações com relação aos rendimentos obtidos com os plantios de cana-de-açúcar¹²¹. Existe somente uma empresa que arrenda terras para este fim no município, a agroindústria Itamarati, e ela tem remunerado os proprietários de terra com valores abaixo do esperado. A área plantada com cana-de-açúcar no município é pequena, a tendência, portanto, é de redução dessa atividade.

Já em Nova Olímpia, a situação é distinta, uma vez que o agronegócio canavieiro possui domínio territorial no município e expande os plantios de cana-de-açúcar para os municípios vizinhos. No processo de constituição dessa territorialidade capitalista, imprescindível foram os trabalhadores migrantes. A maioria é proveniente dos Estados do Nordeste e de Minas Gerais, e com o processo de automatização do corte da cana-de-açúcar, esses operários, em sua maioria, foram dispensados de suas funções, conforme notamos ao entrevistar trabalhadores que ainda permanecem nas empresas.

O mercado capitalista globalizado demarca exigências, tanto na inserção científico-tecnológica como em mudanças/flexibilização nas relações de trabalho. Nesse contexto, a mecanização agrícola desponta com avidez, com desdobramentos específicos, dessa forma:

A mecanização do corte de cana tem exigido mudanças organizacionais na agroindústria canavieira, desde transformações no planejamento da lavoura, recepção na unidade processadora e maior interdependência entre as fases da colheita (corte, carregamento e transporte), redefinindo, desse modo, as etapas do processo de produção e de trabalho. Nessa interdependência, a adoção de uma nova logística operacional se faz necessária, ou seja, a materialização de uma infraestrutura de apoio no campo, como por exemplo, oficinas “ambulantes” com peças de reposição para conserto de máquinas no próprio campo, caminhões para abastecimento de água, combustíveis, lubrificantes e é claro, pessoal qualificado para atender de imediato às demandas e garantir o funcionamento do sistema mecanizado, em alguns casos, em três turnos, ininterruptos. O desenvolvimento de novos equipamentos voltados para o carregamento e transporte da cana tem sido de suma importância nesse processo. Por exemplo: se

¹²¹ Segundo relatos de lideranças políticas e sindicais locais.

a cana é cortada queimada e inteira, utiliza-se o “rastelo rotativo” em seu carregamento até o caminhão; já no caso da cana picada, ele é feito diretamente da colheitadeira para o caminhão, dispensando o uso de guinchos mecânicos (OLIVEIRA & THOMAZ JÚNIOR, 2002, p. 6).

Esse processo tem transformado sobremaneira as formas de realização efetiva dos capitais no âmbito da agricultura empresarial-mercadológica. Entendemos como uma estratégia abrangente do capital no aferimento de maiores lucros, no qual combina/articula a extração de mais-valia absoluta com a mais-valia relativa. A implementação da mecanização no corte da cana-de-açúcar (e seu corolário, a alteração organizacional da produção) não é integral. Assim,

[...] assumir a postura da inevitabilidade e irreversibilidade do processo de mecanização impossibilita o leitor de compreender o próprio conteúdo histórico do processo social ou do metabolismo do capital e, conseqüentemente, vislumbrar, por meio das contradições, as formas de expressão da realidade vista como síntese de múltiplas determinações, e o próprio conteúdo da classe trabalhadora. Não está em questão não reconhecer o desenvolvimento científico e tecnológico, mas chamar a atenção para o conteúdo contraditório do processo social (THOMAZ JÚNIOR, 2009, p. 256).

Nessa conjuntura, reduziu profundamente o número de trabalhadores empregados no corte da cana-de-açúcar, setor agrícola, assim como nos demais domínios desse processo produtivo capitalista (indústria, transporte etc.), muitos voltaram para seu lugar de origem, outros permaneceram nas cidades, desempregados e/ou subempregados, apresentando-se como uma questão social problemática a ser enfrentada pelo poder público em nível municipal.

Apreendemos essas questões por intermédio de relato de liderança sindical no município de Nova Olímpia.

Nova Olímpia sempre teve uma rotatividade muito grande da população, eu me lembro que em (19)94, (19)95, a gente chegou a contar 36 ônibus da [...] empresa TUT, tirando gente daqui pra Alagoas, Bahia, depois o movimento sindical já começou ele mesmo a proibir, fazer um trabalho com a DRT (Delegacia Regional do Trabalho), [...] de evitar que essa população viesse, como a gente diz, destrambelhada [...] que ela viesse contratada, que a empresa fosse lá (local de origem do trabalhador), contratar e já trazer certo, porque aí a violência, a droga, a prostituição começou a aumentar muito no município [...] vinha e chega aqui não tem emprego [...] A usina (Itamarati) por volta de (19)99, começou a acelerar a mecanização. Hoje, as máquinas, que eles chamam de as “alemãs” e as “espanholas”, elas trabalham por 150 cortador de cana/dia! Uma máquina. A Itamarati, ela chegou a ter aqui no município dois

alojamentos, e era separado por Estado, um baiano e um alagoano, ela chegou a ter um alojamento com mil e oitocentos homens e, o outro, chegava próximo. A Itamarati, ela chegou a ter cinco mil e quinhentos, seis mil funcionários. Hoje ela não tem uma média de três mil. Em dez anos. Como essa mão de obra, eles traziam o chamado “safrista”, ele vinha, ficava aqui nos alojamentos uma safra e retornava pro Nordeste. [...] Esse período da safra, é onde trazia o transtorno que o município encara até hoje, que é o problema social, continua, o problema social ficou (Informação verbal)¹²².

Como podemos notar, o município de Nova Olímpia convive há decênios com os trabalhadores migrantes. Esses operários labutavam nos períodos de safra, migravam para Mato Grosso, e depois de alguns meses, retornavam para seus Estados de origem, nesse movimento cíclico foram realizando trocas econômicas, simbólico-culturais etc. significativas, por vezes, traziam familiares para igualmente trabalhar no corte/plantio da cana-de-açúcar.

A longa distância suscitava a presença das esposas, filhos etc. estes também começam a migrar, assim, foram constituindo morada no município de Nova Olímpia. Observamos essas relações nas festividades, nos bairros formados essencialmente por esses trabalhadores etc. onde a cultura nordestina se manifesta vívida, muitos comentam que a cidade se tornou um “pedacinho do Nordeste” em Mato Grosso.

Com a mecanização agrícola, como demonstrado acima, ocorreu a redução do contingente de trabalhadores empregados ao compasso da precarização das relações de trabalho. Intensificou-se o ritmo de produção, a empresa expandiu mercados e diversificou seus produtos.

Os descontentamentos, que já existiam, começaram a tomar corpo e voz nos anos ulteriores. Em 2011, os trabalhadores do setor agrícola ameaçam entrar em greve, nesse contexto, houve negociações com a empresa, em que ficou acordado um reajuste de 10% no salário, justo pagamento de horas-extras, auxílio-creche, além de aumento nos vencimentos referentes ao Programa de Participação e Resultados (PPR) da empresa Itamarati.

Questões parecidas ocorreram na indústria. Em 2012, houve greve dos trabalhadores desse setor. Aderiram ao movimento aproximadamente 680 trabalhadores, anteriormente foram realizadas conversas para que houvesse acordo entre as partes, como fica demonstrado na figura 57; todavia, os trabalhadores não

¹²² Entrevista realizada no dia 08 de junho de 2012 por Mieceslau Kudlavicz e Tayrone Roger Antunes de Asevedo - município de Nova Olímpia/MT.

obtiveram êxito em suas demandas. Paralisaram totalmente as atividades, reivindicando, inicialmente, um reajuste salarial referente às perdas inflacionárias de três anos, além de aumento nos ganhos.



Figura 57: reunião dos membros do sindicato com os trabalhadores na empresa Itamarati - município de Nova Olímpia/MT. Fonte: Sintialcool (2012).

As negociações foram intermediadas pelo Ministério Público do Trabalho (MPT). Nesse contexto, o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Fabricação de Álcool de Mato Grosso (SINTIALCOOL/MT) participou organizando a manifestação e convocando os trabalhadores para aderir à greve. Uma liderança sindical relata condições de trabalho precárias na agroindústria Itamarati.

Parte dos trabalhadores tiveram que trabalhar por 24h consecutivas. Estamos preocupados com a possibilidade de aumento nos acidentes de trabalho, pois os operários se encontram há muitas horas sem dormir. Eles estão sofrendo pressão para não deixar a fábrica, inclusive com ameaça de perda de emprego (Informação verbal)¹²³.

¹²³ Cf. Trabalhadores da Usina Itamarati entram em greve. Gazeta Digital. 11 de jun. de 2012. Disponível em: <<http://www.gazetadigital.com.br/conteudo/show/secao/2/materia/329734>>. Acesso em: 5 mar. 2013.

Nessa greve de 2012, os trabalhadores iniciaram as conversações reivindicando reajuste de 17%, além de 3% de aumento. Entretanto, a empresa ofereceu no máximo 6% de reajuste, isso causou insatisfação nos trabalhadores que recusaram a proposta, porém apresentaram uma contraproposta de reajuste de 8% em todas as faixas salariais. O Ministério Público do Trabalho propôs um reajuste de 7%, o qual foi aceito pelos trabalhadores, mas recusada pela empresa.

Três dias após o início da greve, os trabalhadores declararam o fim da manifestação¹²⁴. Aceitaram a proposta de 6% de reajuste e a empresa manifestou-se no sentido de implantar Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) aumento de 20% no auxílio creche das trabalhadoras (valor equivalente a R\$ 180,00) e reajustes no plano de saúde, no vale-alimentação e no vale-combustível. A figura 58 apresenta uma das reuniões com os trabalhadores da empresa Itamarati na sede do sindicato, em Tangará da Serra.



Figura 58: reunião com os trabalhadores da empresa Itamarati na sede do sindicato - município de Nova Olímpia/MT. Fonte: Sintialcool (2012).

¹²⁴ Cf. Trabalhadores da Usinas Itamarati encerram greve em MT. Gazeta Digital. 14 de jun. de 2012. Disponível em: <<http://www.gazetadigital.com.br/conteudo/show/secao/2/materia/330187>>. Acesso em: 5 mar. 2013.

Entrevistamos um trabalhador da empresa Itamarati e ele nos contou que labuta no setor industrial há dois anos e meio. Veio de São Luis do Quitunde, no Estado de Alagoas. Nesse período, todavia, não havia emprego confirmado, assim começou realizando trabalhos temporários até que começou a fazer um curso de formação técnica, o que possibilitaria adentrar na empresa Itamarati. Ele nos conta que já havia estado no município anteriormente para visitar familiares. Seu irmão trabalhava como motorista na empresa Itamarati e suas duas irmãs também já haviam migrado para o município e trabalhavam como professoras. Para exemplificar sua insatisfação com relação aos salários na empresa, ele menciona que uma de suas irmãs trocou a profissão de professora para trabalhar na agroindústria, uma vez que na época os salários eram bons, no entanto se arrependeu profundamente, pois nos anos seguintes os salários estagnaram nessa empresa.

Os baixos salários são o principal motivo de descontentamento entre os trabalhadores da agroindústria Itamarati e, como vimos, foi o mote da primeira greve nessa empresa. Perguntado sobre a remuneração que recebe, o trabalhador pergunta em tom de desconfiança: “Vai aparecer meu nome não, né?”. E prossegue relatando suas insatisfações:

Pra ser sincero não! Mas não é mesmo. Pra você ter ideia, eu tô lá há dois anos e meio... Eu entrei com um salário (mínimo), hoje eu tô recebendo R\$ 977,00. Pra função que eu exerço meu salário seria no mínimo R\$ 1.500, porque têm pessoas lá que exercem a mesma função e o salário é mais ou menos R\$ 1.300 a R\$ 1.500, mas eles não pagam isso, não só eu (pra mim) como todos os outros funcionários lá que não são encarregados. Lá do meu setor, o que mais recebe, que faz a mesma coisa que eu é R\$ 1.100; (perguntamos se os trabalhadores tem manifestado a mesma insatisfação com relação aos salários) Muitos deles se manifestam, outros já pediram conta, pediram pra sair [...]. Assim, a gente tá trabalhando lá, porque precisamos, mas o salário não tá ajudando. (Informação verbal)¹²⁵

A empresa implantou um Plano de Carreira visando atenuar essas indignações dos trabalhadores, reajustando, dessa forma, os salários. É citado, também, que esse plano é permeado de contradições e irregularidades. Os trabalhadores não são tratados em igualdade, alguns, mesmo com pouco tempo de empresa, ganham valores superiores aos trabalhadores mais antigos, dizem que por vezes esse plano

¹²⁵ Entrevista com trabalhador da empresa Itamarati. Realizada em 11 de Fevereiro de 2013. Município de Nova Olímpia/MT.

de carreira atende a uma fatia privilegiada dos trabalhadores. O trabalhador nos conta os motivos de sua indignação ante aos irrisórios vencimentos que recebe:

Eu acho que eles deveriam dar uma observada nisso e pelo menos ajudar um pouquinho, porque a gente faz de tudo por eles, se não for a gente a usina não vai pra frente, se não formos nós trabalhadores. Então, eu acho que nós deveria ser um pouco mais considerado, né? (Nesse momento o trabalhador demonstra certa indignação). Você vê, um pai de família com três filhos tá recebendo menos de mil reais, como é que passa? Não passa! [...] de vez em quando a gente conversa só que é o mesmo que nada. Nós aqui não temos outra opção, temos que contar com a usina. (Informação verbal)¹²⁶

A figura 59 expõe canaviais próximos a planta fabril da empresa Itamarati, em Nova Olímpia. O movimento de carros, caminhões e ônibus nas redondezas da indústria é intenso, assim como o odor expelido pelas chaminés e pelo vinhoto, resultante da fermentação da cana-de-açúcar, que é usado para adubação da gramínea.



Figura 59: canaviais próximos da planta fabril da empresa Itamarati – município de Nova Olímpia/MT. Fonte: Tayrone Roger Antunes de Asevedo, 2012.

¹²⁶ Entrevista com trabalhador da empresa Itamarati. Realizada em 11 de Fevereiro de 2013. Município de Nova Olímpia/MT.

Muitos trabalhadores vivem nos municípios vizinhos de Nova Olímpia. Depois deste, o município onde vive o maior contingente de trabalhadores é Denise/MT. Cita, ainda, que os trabalhadores do corte da cana-de-açúcar recebem mais que os trabalhadores do setor industrial. Esse trabalhador manifesta certo desânimo com a greve que empreenderam, diz que não ajudou muito, pois os trabalhadores não lutaram até o fim, desistiram no meio do caminho, porém essa manifestação serviu para mostrar que eles existem e estão contrariados ao ponto de paralisarem as atividades. Contraditoriamente, ele mencionou que a greve prejudicou muitas pessoas, pois muitos trabalhadores que organizaram/entraram em greve foram demitidos posteriormente. Essas represálias¹²⁷ fizeram que o tema “greve” não fosse mais comentado entre os trabalhadores e muitos pensam em ir trabalhar em outros lugares.

A terceirização também faz-se presente na agroindústria Itamarati, em todos os setores, no caso do âmbito industrial da produção, o trabalhador nos relata certas características do processo:

Hoje em dia, a usina aqui tá preferindo mais trabalhar com empresas terceirizadas. Então, os funcionários que ela ficha (contratou), vai colocar pra fora, é por isso que ela não tá contratando muita gente. Só (as) terceirizada(s). Então, as pessoas que ela tem pra trabalhar na safra, uma quantidade X permanece tranquilo, só que uma boa parte deles, vamos dizer assim: precisa de 5 pessoas no setor, às vezes, um ou dois é terceirizado.

Reduziu significativamente os trabalhadores nessa empresa, grande parte do processo produtivo foi mecanizado, principalmente o corte da cana-de-açúcar. Somente em alguns casos, em que não é possível usar a máquina, é que utilizam os trabalhadores (áreas com relevos acidentados, plantios que passaram do período correto de colheita etc.). Muitos trabalhadores migraram por conta da falta de emprego no município, até mesmo saíram do Estado de Mato Grosso, foram para os Estados do Paraná, Bahia, Goiás etc. bem como para outras cidades de Mato Grosso. O trabalhador que entrevistamos, expõe que somente permanecerá no município se houver melhoria significativa nesse ano (2013), do contrário vai buscar trabalho em

¹²⁷ Represálias que os trabalhadores já pressentiam. Mais sobre, conferir: Funcionários da Itamarati temem perseguição e demissões. Notícia Dinâmica. 18 jun. 2012. Disponível em: <<http://www.noticiadinamica.com.br/Noticias/Geral/9350/>>. Acesso em: 23 dez. 2012.

outros lugares, pois tem família para sustentar e está muito difícil, principalmente, porque sua esposa está desempregada, o que o motiva ainda mais a migrar.

Podemos observar, mediante as falas dos trabalhadores que o sindicato desse setor é atuante no município, sempre se dispõe a conversar com os trabalhadores, está de portas abertas para ajudá-los no que for preciso. Portanto, atua de acordo com as demandas dos trabalhadores, não está operando de acordo com os ditames das empresas.

Entrevistamos os trabalhadores do sindicato, buscando analisar as relações de trabalho no agronegócio canavieiro do município de Nova Olímpia e região. Segundo eles, o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Fabricação de Álcool de Mato Grosso (SINTIALCOOL/MT) surgiu para atender especificamente esse setor, uma vez que os trabalhadores pertenciam ao sindicato do setor de alimentação, não estariam sendo representados, tanto na prática como nos parâmetros legais de atuação. Os trabalhadores do setor industrial das agroindústrias canavieiras eram enquadrados sindicalmente no setor alimentício por conta de que as agroindústrias canavieiras também fabricam açúcar, no entanto, essas empresas estão legalmente inscritas como fabricantes de álcool, dessa forma havia um descompasso com relação ao enquadramento sindical dos trabalhadores.

Propuseram a criação desse sindicato junto ao Ministério do Trabalho e Emprego no ano de 1998, porém começam a trabalhar em 2009, quando o processo de abertura foi finalizado, isto é, quando se concluiu a documentação e obtiveram o registro sindical. Atuam nos municípios mato-grossenses de Alto Taquari (ETH/Odebrecht), São José do Rio Claro (Destilaria de Álcool Libra Ltda.), Campos de Júlio (Usimat Flex), Lambari d'Oeste (COOPERB/Destilaria Novo Milênio), Mirassol do Oeste (COOPERB II/Destilaria Novo Milênio), além de Barra do Bugres (Barralcool) e Nova Olímpia (Usinas Itamarati). Só representam os trabalhadores da indústria dessas empresas, portanto, os trabalhadores do setor agrícola são representados pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs). Nesse setor agrícola, o contingente de trabalhadores é superior ao industrial.

Somando os trabalhadores de Barra do Bugres e Nova Olímpia, o sindicato têm aproximadamente 1.600 associados. Os sindicalistas relatam que as empresas demitem muitos trabalhadores em dezembro, época de fim de safra, porém, contratam novamente ainda no primeiro semestre do ano seguinte, período de início da safra. A

maioria dos trabalhadores do agronegócio canavieiro, na microrregião de Tangará da Serra/MT, provém do Estado de Alagoas. São muitos trabalhadores migrantes, e estes frequentemente retornam para suas localidades de origem no final do ano, realizando esse movimento sazonal/cíclico para labutar no agronegócio canavieiro.

Em três anos de atuação, os sindicalistas mencionaram que obtiveram êxitos expressivos, como foi o caso de conquistas na reposição salarial, assim como nos ganhos reais dos trabalhadores. O que fica claro ao entrevistá-los é que anteriormente os sindicatos eram alinhavados às empresas, a luta dos trabalhadores era dificultada por não haver uma representação firme de seus interesses.

A respeito da greve, nos foi relatado que a empresa Itamarati frequentemente tem tomado uma mesma postura ante as reivindicações dos trabalhadores, ou seja, sempre que estes se manifestam insatisfeitos com os ganhos dessa empresa, ela alega que está em processo de venda, com problemas financeiros, todavia, correntemente compram maquinários novos, modernizam os processos produtivos, entre outros.

Apesar das dificuldades que enfrentaram durante a greve, os representantes sindicais dizem que os trabalhadores obtiveram ganhos, assim como a participação efetiva dessa entidade junto aos trabalhadores tem mudado o pensamento dos mesmos, os trabalhadores não os veem somente como um sindicato assistencialista, estão compreendendo melhor o funcionamento, isto é, concebendo o sindicato como uma organização em que é possível realizar o enfrentamento na busca de seus direitos. O sindicato tem reivindicado um espaço para os trabalhadores na cidade, já possuem um advogado para atender os trabalhadores. A maioria dos casos consegue resolver administrativamente, são poucos os casos em que precisam contatar o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) para intermediar negociações.

Existem diversas ações judiciais em trâmite, como ações de indenização, ações referentes ao não pagamento de adicionais de insalubridade e periculosidade – ruído excessivo na indústria, ambiente de trabalho com produtos químicos, entre outros. Os casos de ações judiciais estão aumentando, isso reflete também a atuação do sindicato, os trabalhadores estão procurando o sindicato, informando-se melhor.

Como visto, os salários baixos são o principal motivo de descontentamento, a defasagem preocupa os sindicalistas, sendo muitas as negociações. A empresa adota uma postura irredutível e, somente no enfrentamento direto com greves,

manifestações etc., é que os trabalhadores podem obter ganhos reais, condizentes com as reivindicações. Geralmente, só conseguem cláusulas sociais (como o auxílio-creche), porém, isso já está previsto em lei. As empresas recusam-se a cumprir a legislação do trabalho. Em entrevista, é mencionado um caso que demonstra a postura da empresa no trato ao trabalhador, ocorrência que causou revolta nos trabalhadores e que mobilizou o sindicato a intermediar o conflito.

Em dezembro [...] deram férias para os trabalhadores, daí na última hora chamou o sindicato lá pra resolver, porque foi suspensa as férias, na última hora [...] Porque a maioria dos trabalhadores [...] não são daqui, são natural [...] do Nordeste. A maioria tava com o dinheiro já pronto, passagem prontinha já no sábado, quando foi na sexta-feira a empresa queria suspender as férias de todo mundo [...] E aí? Chamou nós, o sindicato foi lá, aí conseguimos fazer um acordo com a empresa e o décimo também (décimo terceiro) tava arriscado de não sair [...]. Aí nós conseguimos fazer um acordo, deixar aquele pessoal que já tava agendado as férias deles, dar as férias pra esse pessoal e o dinheiro, o pagamento dessas férias, pagasse depois [...]. Então você vê como que é, hoje a correria do sindicato é imensa. Tem que resolver isso aí todo dia. Trabalhadores tendo essa pressão de aceitar isso, porque como que você vai sair de férias, vai levar sua filha, sua família pra passear, você vai querer o dinheiro, que é uma coisinha a mais que tá recebendo, que é um terço das férias, cê vai querer ter esse dinheiro em mãos, aí cê sai de férias, já com passagem comprada, sem dinheiro? Que sacanagem! (Informação verbal)¹²⁸

Eles mencionam que um problema grave da empresa Itamarati é a gerência, a organização administrativa do processo produtivo. Os trabalhadores relatam debilidades na administração, a empresa tem problemas com relação a produtividade. Tem-se comentado, há anos, sobre uma possível venda dessa empresa. Dizem que encarregados e engenheiros não dialogam com os demais trabalhadores, os que labutam na moenda, caldeira etc., mencionam que isso acarreta em baixa produtividade, pois os trabalhadores têm conhecimento prático do processo produtivo, os outros trabalhadores o conhecimento teórico/científico.

Isso nos reporta às características do toyotismo no âmbito produtivo, cada vez mais os trabalhadores são vistos como colaboradores e seus conhecimentos práticos são levados em consideração, uma vez que contribuem para a elevação da produtividade – por hora, não é essa a postura adotada pela empresa Itamarati.

¹²⁸ Entrevista com representante sindical. Realizada em 11 de Fevereiro de 2013. Município de Nova Olímpia/MT.

No entanto, a precarização do labor torna-se frequente nesse padrão produtivo, os trabalhadores são polivalentes, têm conhecimento e prática de trabalho na totalidade do processo produtivo.

Realizando um balanço geral da atuação dos sindicatos na região e da participação cada vez maior dos trabalhadores no Sintialcool, o representante sindical que entrevistamos na sede do órgão (Figura 60) diz que:

[...] hoje o trabalhador é desconfiado do sindicato, porque hoje tem vários sindicatos [...] que não dá importância para o seu trabalhador, ele não dá importância para o associado. Ele só quer saber de arrecadar, ele visa arrecadar, mas mostrar trabalho ao trabalhador, não. Mostrar briga. Porque ficar sentado só numa cadeira atrás de uma mesa é fácil, mas tem que ir lá na base, tem que ir ao trabalhador, conversar com o trabalhador. [...] Nós somos um sindicato participativo, não somos um sindicato de gaveta, nem de arrecadação. (Informação verbal)¹²⁹



Figura 60: sede do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fabricação do Alcool de Mato Grosso (SINTIALCOOL/MT) - município de Nova Olímpia/MT. Fonte: Tayrone Roger Antunes de Asevedo (2013).

¹²⁹ Entrevista com representante sindical. Realizada em 11 de Fevereiro de 2013. Município de Nova Olímpia/MT.

Outras atividades econômicas ocorrem atualmente nesse município. Um caso são os trabalhadores que labutam nas propriedades rurais que cultivam Teca (Figura 61), um contingente que estava em situação de desemprego foi absorvido por essa atividade, assim como nas obras das Pequenas Centrais Hidroelétricas (PCHs).



Figura 61: fazenda com plantios de Teca - município de Nova Olímpia/MT. Fonte: Tayrone Roger Antunes de Asevedo (2012).

No município de Barra do Bugres, temos situações similares das apresentadas em Nova Olímpia. O agronegócio canavieiro nesse município também é muito forte e o redimensionou desde de que surgiu na década de 1980.

Conversamos com uma mulher que trabalhou na Barralcool aproximadamente dez anos, e ela nos relata algumas experiências e como está o município atualmente, principalmente no tocante as oportunidades e condições de trabalho. Ela é proveniente do município de Gavião no Estado da Bahia. Veio para Barra do Bugres com o intuito de trabalhar, pois não tinha oportunidade no local onde vivia, trata-se de um município pobre próximo à Feira de Santana. Ela enfrentou o percurso sozinha, mas seu cunhado já trabalhava na Barralcool, o que possibilitara entrar na agroindústria rapidamente, além do fato de ter amparo na casa de um familiar para o reinício da vida em Mato Grosso. Ela nos diz que teve um período em que a Barralcool não registrou mulheres, foi pouco tempo após ela se desligar da empresa, por volta

do ano de 2008, mas voltou a contratar essa mão de obra atualmente, entretanto não é a sua preferência.

O processo de mecanização/automatização também atingiu a empresa, trabalhadores foram demitidos com a introdução das máquinas no corte da cana-de-açúcar, todavia aumentou o contingente de trabalhadores empregados no setor industrial da empresa. Ela nos conta que houve períodos com aproximadamente 2.000 pessoas somente no setor agrícola.

Trabalhou no corte da cana-de-açúcar, “catou bituca”¹³⁰, realizou plantio. Ela nos conta que no setor agrícola labutou em quase todas as funções. Na carteira de trabalho era registrada como trabalhadora braçal, dessa forma, experimentou todas as formas de trabalho nesse setor. A atividade mais laboriosa que ela nos relata foi o corte da cana-de-açúcar, mas diz que o fato de ser mulher não influenciava em nada, pois conseguia trabalhar da mesma forma que os outros (homens), obtinha os mesmos rendimentos. Apesar dos ganhos serem baixos e as condições de trabalho precárias, ela nos fala que gostava de trabalhar na empresa, pois tinha um salário melhor do que hoje, atualmente ela trabalha num hotel da cidade.

Seu cunhado trabalha há muitos anos na empresa, migrou em 1988 e ainda permanece na empresa, sua função é cortador de cana-de-açúcar, dessa forma, está trabalhando a aproximadamente 25 anos nessa atividade. Poucos são os trabalhadores do município de Barra do Bugres, a maioria é migrante de Estados do Nordeste como Alagoas, Bahia, entre outros.

A mecanização da colheita não foi definitiva, haja vista que no ano de 2012 vieram três ônibus abarrotados de trabalhadores da Bahia para o corte manual da cana-de-açúcar. Sobre esse processo de mecanização, ela ainda nos conta que:

[...] na época que chegou as máquinas pra cá [...], o povo ficava com medo, com medo de ficar desempregado [...] teve muitas pessoas que ficou desempregada, aí depois agora com essas firma nova que tem aqui, surgiu muito emprego também, graças a Deus. Até agora o pessoal da Barralcool vai buscar gente do Nordeste pra trabalhar, porque depois das outras firma, teve muita gente que já tá aqui, até os nordestinos [...] tem gente vindo do Nordeste pra trabalhar nessas firma nova. Aí fica mais difícil pro pessoal da Barralcool contratar, aí

¹³⁰ Atividade manual (frequentemente realizada por mulheres) no qual se recolhe pequenos nacos de cana-de-açúcar que caem dos caminhões ou porções que não foram retiradas no corte.

eles vão buscar lá no Nordeste e traz pra cá as pessoas, trabalha, e quando acaba a safra eles voltam tudo pra lá (Informação verbal)¹³¹.

Essa trabalhadora menciona o fato de que a situação na Barralcool melhorou em comparação a época em que ela trabalhava na empresa, principalmente quanto aos ganhos. Essa melhora é causada pela concorrência com outras empresas. Existem períodos em que há uma disputa por mão de obra no município. Os trabalhadores buscam os melhores salários, isso ocasiona uma mobilidade local da força de trabalho.

Surgiram outras empresas no município, algumas figuram entre as principais, como: o Frigorífico Navi (ela nos conta que o esposo, bem como o filho trabalham nessa empresa); Alto Energia S/A (empresa ligada a construção de linhas de transmissão de energia) e; outra empresa do setor de infraestrutura energética, a Mavi Engenharia e Construções (trabalha em conjunto com a Alta Energia S/A). São vários os problemas nessas empresas de energia, trabalhadores relatam péssimas condições de trabalho até mesmo com acidentes no trabalho¹³², as obras são realizadas sem respeito às leis trabalhistas¹³³.

As condições precárias de trabalho na empresa Barralcool são acirradas ano após ano. A própria necessidade de aumentar a produtividade e reduzir os custos com mão de obra explica essa precarização. No ano de 2007, por exemplo, aproximadamente 3.072 trabalhadores manifestaram-se e entraram em greve contra desrespeito trabalhista praticado por essa empresa, reivindicavam melhoria salarial e melhores condições de trabalho (CPT, 2007).

Atualmente, ocorre uma redução massiva do contingente de trabalhadores nessa usina. Segundo informações obtidas com liderança sindical no município de Barra do Bugres, o processo de mecanização do corte da cana-de-açúcar representa cerca de 70% do total, dessa maneira, ainda empregam trabalhadores para essa labuta, como também verificamos em trabalhos de campo (Figura 62).

¹³¹ Entrevista com ex-trabalhadora da empresa Barralcool. Realizada em 10 de Fevereiro de 2013. Município de Barra do Bugres/MT.

¹³² Cf. Três trabalhadores morrem em queda de torre de energia. Mídia News. 09 mai. 2012. Disponível em: <<http://www.midianews.com.br/conteudo.php?sid=3&cid=118669>>. Acesso em: 23 dez. 2012.

¹³³ Cf. Gigantes do setor energético em MT pagarão R\$ 1,1 milhão por abusos trabalhistas. Barra do Bugres News. 05 ago. 2012. Disponível em: <http://www.barradobugresnews.com.br/ver_not.php?id=33882&ed=Geral&cat=Not%EDcias>. Acesso em: 23 dez. 2012.



Figura 62: corte manual da cana-de-açúcar no município de Barra do Bugres/MT. Fonte: Tayrone Roger Antunes de Asevedo (2012).

Em 2011, após reuniões com membros da agroindústria canavieira Barralcool, os trabalhadores adentraram novamente em greve¹³⁴, a adesão foi de aproximadamente 1.300 trabalhadores. O Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Fabricação do Alcool de Mato Grosso (SINTIALCOOL/MT) participou na coordenação do pleito, negociando com a empresa reajuste de 7% referente a perdas dos últimos dois anos, piso salarial de R\$ 660,00 e cesta básica no valor de R\$ 80,00, entre outros¹³⁵. Entretanto, a empresa se dispôs a reajustar os salários em 6,3%, o que causou indignação nos trabalhadores. As reuniões seguiram, até chegarem ao acordo no qual a empresa reajustaria os salários em 6,65%, o piso salarial no valor de R\$ 632,58, assim como a permanência da venda de açúcar para os trabalhadores com valores abaixo do preço de mercado¹³⁶. Os acordos firmados não agradaram aos

¹³⁴ Cf. Cortadores de cana da Usina Barralcool fazem greve e interditam a MT 358. Barra do Bugres News. 16 jun. 2007. Disponível em: <http://www.barradobugresnews.com.br/ver_not.php?cat=Not%EDcias&ed=Recursos%20Humanos&i d=2891>. Acesso em: 22 dez. 2012.

¹³⁵ Cf. Trabalhadores de usina em Barra do Bugres estão em estado de greve. O Documento. 07 jun. 2011. Disponível em: <<http://www.odocumento.com.br/materia.php?id=364240>>. Acesso em: 22 jan. 2013.

¹³⁶ Cf. Barralcool: Acordo foi fechado, mas não agradou trabalhadores. Toque de Alerta. 09 jun. 2011. Disponível em: <<http://www.toquedealerta.com.br/noticia.php?cod=6511>>. Acesso em: 22 jan. 2013.

trabalhadores, uma vez que não conquistaram o que ficou determinado inicialmente, assim como os reajustes efetuados não cobriram a defasagem de anos anteriores, o que suscitou negociações posteriores com a empresa. Visitamos o alojamento da empresa Barralcool em Barra do Bugres. Conversamos com os trabalhadores e averiguamos as dependências no intuito de conhecer onde vivem (Figura 63).



Figura 63: alojamento de trabalhadores da empresa Barralcool - município de Barra do Bugres/MT. Fonte: Tayrone Roger Antunes de Asevedo (2012).

Os quartos são relativamente pequenos, porém limpos e organizados. O refeitório também dispõe de todas as condições necessárias para funcionamento e possuem espaços para lazer, reuniões e cursos, entre outros. O segurança do lugar estava muito incomodado com nossa presença, provavelmente ele desconfiou que seríamos fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego ou jornalistas. Fomos atendidos por um funcionário da limpeza que nos mostrou o alojamento com muita educação e disse que trabalha na empresa há muitos anos, tendo começado no corte da cana-de-açúcar. Cabe salientar algumas restrições para os trabalhadores que vivem nesse alojamento: a maioria das recomendações (Figura 64) estão corretas e condizentes com a devida organização desses espaços, porém nos chama a atenção duas

determinações impostas pela empresa, são elas: “não é permitido que amigos ou namorada de funcionários venham ‘bater papo’ dentro do alojamento”; “horário de funcionamento de televisão até 21 horas”. Acreditamos que essas normas são arbitrárias e podem gerar conflitos, mais do que evitá-los.

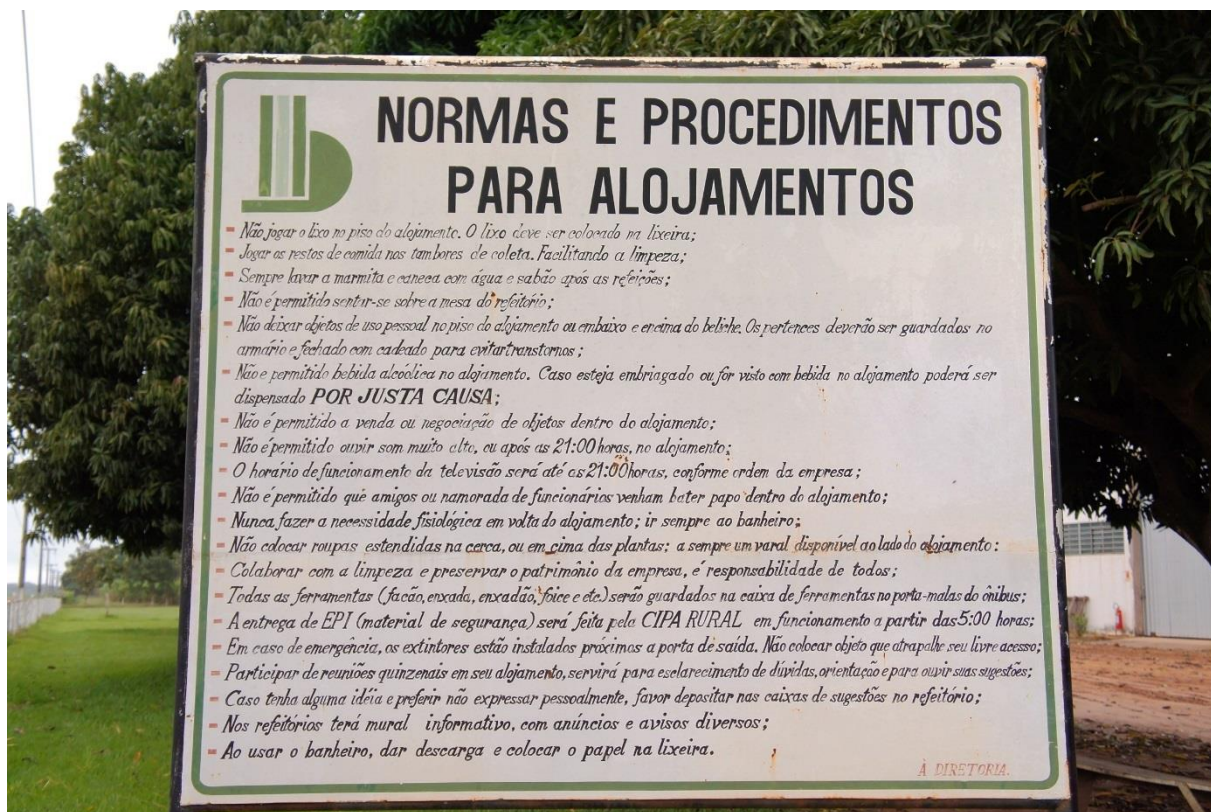


Figura 64: placa demonstrando as normas e procedimentos para o alojamento de trabalhadores da empresa Barralcool em Barra do Bugres/MT. Fonte: Tayrone Roger Antunes de Asevedo (2012).

Na microrregião de Três Lagoas, são muitos trabalhadores migrantes que se deslocam principalmente de Estados do Norte e Nordeste do país (a grande maioria é procedente dos Estados do Maranhão, Bahia e Piauí), para labutar na construção e montagem das plantas fabris do complexo eucalipto-celulose-papel. Além desses trabalhadores, há os trabalhadores da indústria, assim como os trabalhadores do plantio e manejo do eucalipto, como demonstrou Perpetua (2012). O trabalho caracteriza-se por ser essencialmente temporário, um contingente massivo de trabalhadores é deslocado, como aconteceu na construção e montagem da Fibria (2007/2008) e, posteriormente, na Eldorado Brasil (2010/2011/2012).

Características dos movimentos migratórios podem ser vislumbradas nas falas dos trabalhadores, possuem culturas específicas, sotaques peculiares, e isto vem trazendo novos contornos sociais e culturais para a região de Três Lagoas. Muitos

dizem que migram para o trabalho há anos, partindo e retornando, porém com um sentimento de desencontro por conta da vida realizada no movimento, relacionando-se com os companheiros de trabalho que realizam a mesma jornada, às vezes, tornam-se família, sempre trocando ideais, experiências de luta na vida.

[...] Todos são de fora. Baiano, pernambucano, piauiense, maranhense, sergipano... de várias regiões, de várias etnias né. (Perguntamos se vieram mais trabalhadores do Estado do Piauí, de onde o entrevistado é procedente) Veio, veio sim. Veio uns 2 ônibus lá do estado pra estar trabalhando aí, tentando fazer a obra e tentar fazer com que ela seja executada no prazo determinado pela empresa, que é o grupo Eldorado né. Tamo aí pra fazer a obra. Tem muitos, tem baiano aqui, tem muito baiano, tem muito sergipano. É porque a mão-de-obra aqui, Três Lagoas não tem a mão-de-obra necessária pra suprir a necessidade da obra, então a mão-de-obra é mais de fora mesmo. [...] Todos, todos são funcionários de longo prazo, alguns mais novos, mas todo mundo dentro da sua função sabe o que está fazendo e nós vamos tentar entregar a obra. [...] Eu, tem 15 anos que eu ando “no trecho”, 15 anos na construção civil. [...] Já “rodei” uns 20 estados, uns 18 a 20 estados, se for contar mesmo certinho né (Informação verbal)¹³⁷.

Essa migração deriva da própria característica do capital no ramo da construção civil, ou seja, os negócios operam de maneira transitória e periódica, articulando diferentes espaços e territórios numa relação dialética. Nesse sentido, o capital reproduz-se geograficamente de maneira desigual e combinada.

Os contratos são relativamente curtos e as empresas que encabeçam esses processos terceirizam constantemente toda a elaboração dessas plantas fabris, algumas terceirizadas figuram como sendo as mais importantes, como é o caso das empresas PARANASA (atua na área de engenharia e construção/montagem industrial), MONTCALM (empresa especializada em engenharia, construção e montagem de indústrias) e ANDRITZ (empresa que atua na elaboração de plantas fabris, equipamentos e serviços para a indústria).

Na figura 65 apresentamos diferentes imagens da planta fabril da empresa Eldorado em construção/montagem. Nesse trabalho de campo, podemos verificar a organização do processo produtivo, assim como a dimensão do empreendimento.

¹³⁷ Entrevista com trabalhador no Alojamento “Bombeiros”, sob responsabilidade da empresa Paranas. Realizada em 14 de dezembro de 2011 por Guilherme Marini Perpetua e Tayrone Roger Antunes de Asevedo.



Figura 65: construção/montagem da planta fabril da Eldorado Brasil. Fonte: Tayrone Roger Antunes de Asevedo (2012).

Ao estabelecer essa forma de gerência do processo de elaboração de suas fábricas, as empresas Fibria e Eldorado, mantêm sua postura de controle, todavia de maneira diferenciada, uma vez que o (in)tenso conflito entre as forças sociais do trabalho e as forças sociais do capital é obscurecido e, em tese, não está sob seu domínio, mas, sim, das empresas terceirizadas – ajuramentadas a cumprir contratos estabelecidos para esse feito.

Ressaltamos que o processo ocorre na fase de funcionamento, tanto no chão da fábrica, na produção da celulose, como na área agrícola, plantio, manejo e colheita das monoculturas de eucalipto, porém em menor grau, isto é, a maioria dos trabalhadores desse setor ainda é diretamente vinculada a essas empresas. A figura 66 exhibe eucalipto após colheita no município de Brasilândia/MS.



Figura 66: eucaliptal após colheita – município de Brasilândia/MS. Fonte: Tayrone Roger Antunes de Azevedo (2012).

Sobre a terceirização na construção/montagem da planta fabril da Eldorado Brasil, é interessante ressaltar a fala de um trabalhador, em que menciona diversas empresas envolvidas na edificação da fábrica da Eldorado Brasil, além de certas peculiaridades das relações de trabalho nessa fase de ascensão das fábricas de celulose, isto é, frequentemente mudam de empresa.

Eu já trabalhei na Contern, mas hoje trabalho na Construlus-mix, que presta serviço para a Azevedo & Travassos, que é outra empresa que presta serviço no ramo de construção civil lá dentro [da planta industrial da Eldorado, em construção]. A Contern é terraplanagem, ela fez a terraplanagem da obra inteirinha, e essa daí [Contrulus-mix] já atua na parte da construção civil. Tanto que está até fazendo o [sic] e a chaminé da obra lá, que é cento e quarenta e cinco metros de altura. O negócio é meio problemático. Foi quando começou a terraplanagem aí eu entrei lá na Contern, aí ficamos um ano trabalhando lá. Depois acabou o serviço e fomos embora. Acabou a parte dela, que era terraplanagem e pavimentação, aí acabou, ela catou o pessoal e fomos embora. [...] eu saí em agosto (2011) – no começo de agosto – e no final de agosto eu já fiquei nessa outra aí. Essa Azevedo & Travassos, a gente é subcontratado delas, *o terceiro do terceiro*, porque a Eldorado é a “empresa-mãe” – que é a dona da obra, aí ela contratou a Azevedo & Travassos; aí a Azevedo & Travassos precisa de outra empresa pra fornecer concreto, aí ela contratou nós; aí precisou de uma empresa pra poder fazer a estrutura

e levantar a chaminé, vai contratar outra empresa, que é a tal de Cunha Braga, e vai assim, um vai levando o outro. [...] têm muita gente viu. Agora tá um pouco menor, porque é final de ano, mandou um pouco embora, mas teve época lá que só a Contern estava com mil e duzentos homens. Tem gente “com força” (Informação verbal)¹³⁸.

Notam-se alterações significativas nas formas de organização desses capitais, são próprias da reestruturação produtiva do capitalismo que articula os diferentes ‘setores’ da economia como a agricultura, a indústria e o setor de comércio e serviços. As empresas terceirizadas intensificam um processo de flexibilização/precarização das relações de trabalho.

Antunes (2012) corrobora nesse caminho interpretativo, demonstrando que essa textura não é particularidade do complexo celulósico-papeleiro, faz-se presente nos mais variados âmbitos da economia capitalista contemporânea.

O principal desafio se coloca na medida em que a terceirização, hoje, é a porta de entrada para a precarização. As empresas se desobrigam de cumprir relações contratuais com seus trabalhadores ao terceirizar, ou seja, contratam junto a outras empresas, que passam a ser responsáveis pelo fornecimento da força de trabalho. Neste processo, temos empresas que cumprem, de algum modo, a legislação trabalhista, e temos as que acabam não cumprindo. Isso cria um conjunto muito amplo de trabalhadores e trabalhadoras que se tornam suscetíveis no mercado de trabalho à ausência de legislação, a uma intensificação da jornada de trabalho, a um trabalho extenuante e violento. É por isso que o capital hoje, no Brasil e em escala global, quer a terceirização não só nas atividades meio, mas também nas atividades fins. O argumento que usam é o de que a terceirização gera maior qualidade. É evidente que esse argumento é pura ideologia, é falacioso. Terceiriza-se para reduzir custos e para aumentar a divisão e, com isso, dificultar a organização sindical e a resistência da classe trabalhadora. A terceirização é, em si e por si, nefasta e tem que ser combatida. Não é verdade que ela seja inevitável. A terceirização é – repito – a porta de entrada para a precarização estrutural do trabalho em escala global¹³⁹.

As péssimas condições de trabalho têm gerado muitos descontentamentos por parte dos trabalhadores que frequentemente irrompem em manifestações e greves. Nesse contexto, são dois os sindicatos mais atuantes, o Sindicato dos Trabalhadores

¹³⁸ Entrevista realizada no 14 de dezembro de 2011 por Guilherme Marini Perpetua e Tayrone Roger Antunes de Asevedo.

¹³⁹ Cf. ANTUNES, Ricardo. Terceirização: porta de entrada para a precarização. Entrevista especial com Ricardo Antunes. 21 mai. 2012. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/509660-terceirizacao-porta-de-entrada-para-a-precarizacao>> Acesso em: 22 out. 2013.

da Construção Pesada (SINTIESPAVE) e o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil (SINTRICON).

Como visto, a maioria dos trabalhadores é migrante, ou seja, já tem experiências de trabalho na construção civil. Muitos vivenciaram contextos tão degradantes quanto o da região de Três Lagoas/MS. Sabem de diversas características dos negócios que estão sendo implantados, assim como o que eles representam no processo. Ainda que não tenham uma compreensão clara e objetiva, são críticos ante as relações postas, como as formas de atuação de alguns sindicatos envolvidos, isso pode ser vislumbrado em conversas com esses trabalhadores.

O sindicato não adianta nada. Todo sindicato é comprado pela empresa. Em Porto Velho (RO), aconteceu lá o seguinte, a gente tava [sic] questão de salário lá, aí a gente pediu 15 (%)... [...] Eu tava na usina de Santo Antônio. Eu trabalhei nas duas: Santo Antônio e Jirau. Aí na de Santo Antônio lá, nós fizemos [a greve] lá, aí quando foi nuns dias atrás, porque, sempre tem a assembleia do sindicato pra ver lá, e vai a comissão de frente, que são os trabalhadores. Teve a reunião fechada, não deixaram os trabalhadores participar, só a diretoria e o sindicato. E aí? O sindicato foi comprado. Deram sabe quanto? 7%! (Perguntamos se estão pagando a contribuição do sindicato) Não, aqui eles estão cobrando mensal, R\$ 11,00, e tá errado. Deveria ser anual. Lá em Jirau eles cobravam R\$ 38,90. E aí, quantos “peão” tem? Quantos que eles não vão ganhar todo mês? Não pode. (Informação verbal)¹⁴⁰

A respeito da atuação dos sindicatos do setor em Três Lagoas, os trabalhadores demonstraram-se insatisfeitos com as ações, desconfiam do funcionamento, assim como das lideranças. Em entrevistas, frequentemente esses assuntos vinham à tona, como no caso de um trabalhador da empresa Contern, empresa terceirizada do setor de construção civil, em que diz não ser filiado ao sindicato e alude os motivos:

O sindicato serve só pra roubar os outros só. A pior coisa que tem é esse tal do sindicato. Quando o cara precisa, a empresa vai lá e compra o cara [do sindicato]. Não é que nunca precisa, mas de imundice eu tô sossegado. [...] O sindicato é mal visto viu, é bem mal visto. Não ajuda... Bom, eu estou lá vai fazer dois anos e eu vi o sindicato uma vez só, foi numa vez que... [...] todo mês eles descontam, de pouquinho em pouquinho vai tirando do cara, aí um dia descontou, acho que era setenta e poucos reais de cada um, aí teve uns lá que focou doido, lá da Contern, aí os cara cato, fizeram um abaixo-assinado pra poder tirar o sindicato da obra - da parte da

¹⁴⁰ Entrevista realizada no 14 de dezembro de 2011 por Guilherme Marini Perpetua e Tayrone Roger Antunes de Asevedo.

Contern -, mas aí na hora que eles fico sabendo lá, que chegou aquela lista com um monte de gente lá, aí na hora eles “baixaram” lá na porta, entregando panfleto e não sei o que, maior converseiro... Mas na hora que o cara precisa eles saem fora. Se o cara for precisar do sindicato ele tá f..., é melhor ele resolver lá dentro da obra mesmo, na Eldorado, com os donos da obra, o pessoal [sic]. Vai direto nos “dono do porco”. (Informação verbal)¹⁴¹

Durante a edificação da planta fabril da Fibria, havia vários descontentamentos dos trabalhadores por conta dos salários irrisórios, assim como as péssimas condições de trabalho e de vida na cidade de Três Lagoas/MS. Essa empresa pagava salários baixos aos trabalhadores, reduzindo custos, ávida por erigir sua indústria de forma lucrativa, adentrando, assim, definitivamente no mercado global celulósico-papeleiro. Iniciaram diversas greves e manifestações dos trabalhadores. As ações tomaram os noticiários regional e nacional, sendo necessário que representantes de diferentes órgãos de fiscalização das relações de trabalho autuassem as empresas terceirizadas envolvidas.

A situação em que viviam os trabalhadores era extremamente precária, amontoavam-se dezenas de trabalhadores em repúblicas e hotéis da cidade, em condições de higiene impróprias. A Comissão Pastoral da Terra (CPT/MS) denunciou essas condições precárias a que foram acometidos os trabalhadores pelas empresas ao Ministério Público do Trabalho (MPT), este criou uma força tarefa conjuntamente com a Delegacia Regional do Trabalho (DRT) e a Comissão Permanente de Investigação das Condições de Trabalho (KUDLAVICZ, 2011).

Como representante da CPT/MS, e pesquisador, Mieceslau Kudlavicz (2011, p. 157) visitou esses alojamentos e relata algumas condições em que viviam os trabalhadores das terceirizadas da VCP (atualmente Fibria):

Constatamos que estavam alojados mais de 400 trabalhadores em quartos com 10 (dez) beliches, sem guarda roupa, sem ventiladores e com ar condicionado quebrado. No local existia uma fossa a céu aberto exalando mau cheiro próximo a cozinha e ao refeitório. Esses também não oferecia condições adequadas para atender todos os trabalhadores no momento das refeições obrigando-os a tomarem as refeições nos quartos. Segundo depoimento dos trabalhadores, a situação “já esteve pior” porque houve dias em que jantaram a meia noite. Nesse hotel estavam principalmente trabalhadores que vieram do Estado do Piauí e trabalhavam para as empreiteiras da empresa Camargo Correa. Houve denúncia de tratamento inadequado por parte

¹⁴¹ Entrevista realizada no 15 de dezembro de 2011 por Guilherme Marini Perpetua e Tayrone Roger Antunes de Asevedo.

dos fiscais da obra, do não pagamento das horas extras, das filas imensas para distribuição da refeição que atrasavam entre meia hora a quarenta minutos o almoço, não sobrando tempo para o descanso.

Nesse período, houve elevação descomunal dos valores de aluguéis¹⁴², em muitos casos, acima do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), contrariando a Lei do Inquilinato. Para os trabalhadores¹⁴³, essa situação tornou-se problemática, uma vez que os salários continuavam baixos. O custo de vida na cidade de Três Lagoas tornou-se elevadíssimo.

Nesse ínterim, agindo para atenuar as contradições referentes às greves e manifestações, a FIBRIA e empresas terceirizadas, fizeram acordos com lideranças sindicais, os trabalhadores em muitos casos não são ouvidos, suas demandas, por vezes, não são atendidas e respeitadas por esses sindicatos. Nas greves, aproximadamente dez mil trabalhadores reivindicavam melhores condições de alojamento, reajustes e pagamentos de salários atrasados etc. Isso movimentou a cidade, muitos moradores antigos não entendiam o que estava se passando, a imprensa aliada aos ditames das empresas, auxiliam na formulação de uma imagem depreciativa dos trabalhadores, estes estariam causando “desordem” no município.

Na construção/montagem da fábrica da Eldorado Brasil, a conjuntura foi similar, as condições de trabalho são depreciativas, o que acomete manifestações e greves frequentes que mobilizaram milhares de trabalhadores, ganhando até mesmo repercussão nacional.

Do início de 2011 até o final de 2012, quando se finalizou a fábrica dessa empresa, foram seis greves¹⁴⁴. Essas manifestações coletivas organizadas pela classe trabalhadora iniciaram-se em janeiro de 2011, quando por conta de salários atrasados os operários cessaram as atividades. Posteriormente, o conflito se acirrou, uma vez que os trabalhadores não estavam obtendo êxito em suas lutas. Eis que iniciaram uma nova greve poucos meses após a primeira. A ação foi vista com mais preocupação por parte das empresas, representantes públicos etc. uma vez que bloquearam uma importante rodovia que liga o município de Três Lagoas ao município de Selvíria/MS, a BR-158; essa porção espacial é repleta de eucaliptais, às margens

¹⁴² Valores que não decresceram nos anos seguintes. Cf. Aluguel de imóvel com dois quartos chega a R\$ 1 mil em Três Lagoas. TV Morena Disponível em: <<http://minutoms.com.br/noticias/default.aspx?id=2090&tipo=s>>. Acesso em: 23 jan. 2013.

¹⁴³ Nos incluímos entre eles, pois vivíamos enquanto estudantes na cidade, tendo que arcar com os altos aluguéis, o que nos obrigava realizar trabalhos temporários.

¹⁴⁴ Como demonstrou Perpetua (2012, p. 219-220).

dessa rodovia, cerca de 30 quilômetros, localiza-se a planta fabril da empresa Eldorado.

Os trabalhadores, mediante ação dos sindicatos envolvidos, adentraram em negociação com as empresas, sendo que a maioria retornou ao trabalho com um aumento de 18% no salário¹⁴⁵. No entanto, condicionantes das greves anteriores não são solucionados, além do surgimento de novos problemas, o que ocasionou descontentamentos.

Em Agosto de 2011, eclodiu novamente uma greve – os trabalhadores foram contratados de terceirizadas da empresa ANDRITZ, que por sua vez é terceirizada da Eldorado Brasil. Dessa vez, a adesão de trabalhadores foi massiva, de tal modo que ultrapassou a cifra de 3.000 trabalhadores em paralisação, motivados por: não pagamento de salários; não pagamento de passagens referentes ao deslocamento dos trabalhadores migrantes das localidades de origem até Três Lagoas; não fornecimento de holerites; descontos indevidos e rendimentos aquém do esperado e; salários abaixo do combinado¹⁴⁶.

Em seguida, já no início do ano de 2012, houve a maior greve registrada no período de edificação da fábrica da Eldorado, com aproximadamente 8.000 trabalhadores envolvidos¹⁴⁷. As insatisfações eram muitas, como: salários baixos; má qualidade dos alojamentos; péssimos ônibus que os transportam para o canteiro de obras; não pagamento de dividendos referentes às viagens de ida/vinda das cidades de origem dos trabalhadores; valor do vale-alimentação baixo; não pagamento de horas *in itinere*¹⁴⁸, entre outros. Houve confronto com a polícia e trabalhadores foram feridos, a empresa Eldorado Brasil foi notificada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Alguns objetivos foram alcançados com as paralisações anteriores, como aumento de salários, adequado pagamento de hora-extra, aumento de vale-alimentação, melhorias nos alojamentos etc., porém as situações geradoras dos

¹⁴⁵ Cf. Funcionários da Eldorado aceitam acordo e voltam ao trabalho. Perfil News. 03 mai. 2011. Disponível em: <<http://www.perfilnews.com.br/tres-lagoas/funcionarios-da-eldorado-aceitam-acordo-e-encerram-greve>>. Acesso em 28 jun. 2011.

¹⁴⁶ Cf. Representantes das empreiteiras e o comando da greve ainda não chegaram a um acordo. Perfil News. 17 ago. 2011. Disponível em: <<http://www.perfilnews.com.br/tres-lagoas/greve-chega-ao-nonodis-e-paralisa-obras-da-eldorado>>. Acesso em: 25 ago. 2011.

¹⁴⁷ Cf. Oito mil operários parados. Minuto MS. Disponível em: <<http://minutoms.com.br/noticias/default.aspx?id=5869&tipo=n>>. Acesso em: 13 dez. 2012.

¹⁴⁸ São horas-extras realizadas fora do ambiente de trabalho, obtidas no deslocamento entre o local de trabalho e a residência do trabalhador.

descontentamentos sempre foram parcialmente resolvidas, tanto que em junho de 2012¹⁴⁹ ocorreu uma outra greve, mas com contingente menor de trabalhadores, estes pertencentes à empresas terceirizadas. Paralisaram os trabalhos na manutenção da indústria da empresa reivindicando vale-alimentação e reajuste salarial. A figura 67 demonstra o momento de manifestação desses trabalhadores.



Figura 67: trabalhadores da construção/montagem da Eldorado Brasil em manifestação/greve – município de Três Lagoas/MS. Fonte: JJ Caju/Campo Grande News (2012).

As manifestações de insatisfação foram muitas e envolviam frequentemente as precárias condições dos alojamentos. Como ocorreu no final de 2011, quando funcionários da empresa Montcalm manifestaram-se contra essa empresa, assim como fizeram críticas à administradora do alojamento onde viviam, empresa META. A figura 68 expõe as dependências do alojamento Fazendinha I, que foi palco de manifestações dos trabalhadores.

¹⁴⁹ Período em que a fábrica se preparava para entrar em funcionamento, isto é, sua inauguração estava prevista para dezembro de 2012, o que provocou uma mobilização da Eldorado no sentido de pressionar as empresas terceirizadas a tomar decisões para que as greves fossem encerradas. Dessa forma, a empresa garantiu o cumprimento de sua agenda. Como relatou uma liderança sindical de Três Lagoas durante o “I Encontro Terra, Trabalho e Saúde: em busca da sustentabilidade” em Três Lagoas/MS.



Figura 68: alojamento de trabalhadores da Eldorado - Município de Três Lagoas/MS. Fonte: Tayrone Roger Antunes de Asevedo; Vitor Hugo Marcoviq Borges (2012).

As reclamações e exigências foram demonstradas em uma ata lavrada em novembro de 2011 pelo Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Montagem Industrial de Três Lagoas:

01 - Água para beber e potável não tratada devidamente; 02 - Asseio dos banheiros; 03 - Inundação das dependências do alojamento; 04- Incidência de insetos inclusive escorpião e ratos; 05 - Falta de telefone público; 06 - Ambulatório sem medicamentos; 07 - Falta de atendimento odontológico; 08 - Constrangimentos e maus tratos por parte dos funcionários da META e seguranças; 09 - Pagamento ilegal por consultas, sem aprovação de assembleia dos trabalhadores; 10 - Transporte inadequado dos alimentos; 11 - Falta de manutenção nos alojamentos; 12- Ônibus para transporte do alojamento/cidade; 13- Respeito a programação da folga de campo e recesso; 14 - Aumento dos salários; 15- Pagamento da hora intinerário (*in itinere*); 16 - Fim da cobrança de taxa de alimentação; 17 - Fim da cobrança de taxa mensal sindical; 18 - Plano de saúde; 19 - Higienização dos uniformes; 20 - Aumento da ajuda de custo atualmente de R\$ 70,00 (para R\$ 250,00); 21 - Folga no Natal e Ano Novo (Informação verbal)¹⁵⁰.

¹⁵⁰ Cf. Caso as reivindicações não forem atendidas trabalhadores vão cruzar os braços. Perfil News 15 nov. 2011. Disponível em: <<http://www.perfilnews.com.br/tres-lagoas/trabalhadores-da-montcalm-denunciam-maus-tratos-e-ameacam-entrar-em-greve>>. Acesso em: 23 jan. 2012.

Um caso emblemático, e que tomou dimensão nacional, ocorreu em dezembro de 2011. Na ocasião, os trabalhadores da construção/montagem da planta fabril da Eldorado Brasil, em sua maioria terceirizados da empresa Montcalm, atearam fogo (Figura 70) nas dependências do alojamento localizado na BR-158, denominado Fazendinha I (Figura 69) em Três Lagoas, pertencente à empresa Eldorado, no entanto, administrado pela empresa META.



Figura 69: alojamento “Fazendinha I” na cidade de Três Lagoas/MS. Fonte: Tayrone Roger Antunes de Asevedo (2013).

Esse alojamento fica afastado de áreas comerciais e residenciais da cidade de Três Lagoas, não possui infraestrutura condizente com os padrões estabelecidos, principalmente relativos à higiene das dependências, climatização, água adequada para consumo, entre outros¹⁵¹.

A manifestação foi motivada pela ausência de água durante dois dias¹⁵², além de descontentamentos com as empreiteiras, situações variadas como atraso de

¹⁵¹ Caso as reivindicações não forem atendidas trabalhadores vão cruzar os braços. 15 nov. 2011. Disponível em: <<http://www.perfilnews.com.br/tres-lagoas/trabalhadores-da-montcalm-denunciam-maus-tratos-e-ameacam-entrar-em-greve>>. Acesso em: 17 nov. 2011.

¹⁵² Sem água, funcionários colocam fogo em alojamento, diz polícia em MS. 10 dez. 2011. <<http://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2011/12/sem-agua-funcionarios-colocam-fogo-em-alojamento-diz-policia-em-ms.html>>. Acesso em: 11 dez. 2011.

salários, sonegação de horas-extras, péssimas condições de moradia na maioria dos alojamentos, além de refeições inadequadas.



Figura 70: alojamento “Fazendinha” incendiado em dezembro de 2011 - Município de Três Lagoas/MS. Fonte: Benê Soares/Rádio Caçula (2011).

Ao entrevistar um trabalhador de uma empresa terceirizada da empresa Eldorado Brasil, foram mencionadas as condições precárias em que estavam sendo acometidos no alojamento “Fazendinha”.

[...] essa semana mesmo na Fazendinha, [essa semana] que passou tocaram fogo em tudo lá porque ficaram dois dias sem água, e eu não sei como não apanharam... [...] Já pensou, o cara trabalha 8 horas por dia de serviço, você chega no alojamento pra tomar um banho, você vai tomar banho: “cadê a água?” Ai: “pô, que vacilo do cara, o cara tá catinguento, não tomou banho”, ai no outro dia quando vai trabalhar: “pô”, com a farda [uniforme], volta, não tem água, ai você vai fazer o que? Vai reivindicar, porque todo mundo [sic], nós somos seres humanos cara. [...] Eu sou assim: dê o que dê, eu sou pelos “peão”. [...] E se a gente não para, não resolve nada (Informação verbal)¹⁵³.

Os diferentes agentes desse processo capitalista organizam-se cada vez mais para perpetuar as relações travadas no fito de extrair incessantemente mais-valia,

¹⁵³ Entrevista realizada no 14 de dezembro de 2011 por Guilherme Marini Perpetua e Tayrone Roger Antunes de Asevedo.

reproduzindo seu interesse mor: o lucro. Todavia, as condições precárias a que são submetidos tantos trabalhadores demonstram que o estabelecimento desse complexo territorial vultoso não atende as demandas sociais distribuindo a riqueza, muito pelo contrário, intensifica contradições sociais recorrendo a exploração acentuada dos trabalhadores. Notamos essas questões nos relatos dos trabalhadores, em que fica evidente as más condições de trabalho, assim como irregularidades nos acertos e pagamentos de salário. Entrevistamos um trabalhador da Paranas, no momento em que se desligava da empresa, e ele nos contou detalhes sobre indícios de irregularidades nos acertos trabalhistas:

É, pagaram minhas contas aí, mas pelo que eu contei acho que tem coisa errada. Porque, eu cumpri o aviso, meu amigo, e só o aviso é R\$ 1080,00 – que é o meu salário, porque eu sou armador. Tem cara aí que vai tirar mais do que eu, e o cara é ajudante e nem foi na obra pô! Tem cara que tira R\$ 1900,00 e eu que trabalhei 2 meses e 20 dias vou tirar R\$ 1700,00? Isso não existe... Eu não posso fazer nada né, vou fazer o que? Eles aí é quem sabe quanto é que dá minhas contas... [...] Agora eu vou ficar em casa. Depois de janeiro tem a transposição do rio [São Francisco] lá, lá pra Paraíba lá. Eu conheço cara lá que tá ganhando R\$ 2000,00, R\$ 3000,00 lá. Aqui o custo de vida é muito caro, muito caro, e ainda o cara tem que manda pra casa (Informação verbal)¹⁵⁴.

Também ficaram evidenciadas irregularidades no pagamento de hora-extra *in itinere* – que tem tornado prática frequente das empresas terceirizadas da Eldorado Brasil - além das horas-extras normais. A respeito dessas questões, entrevistamos um trabalhador da empresa Paranas, que se encontrava em um pequeno alojamento na cidade de Três Lagoas, e ele nos descreveu minúcias dessas práticas.

Falta alguma parte aí né, que nem no caso: a *hora itinere* a Paranas não paga, nesses termos assim tem uns detalhezinhos que ela deixa a desejar né. Só isso mesmo. [...] Hora-extra some muito do cartão, eles pagam só 52 [horas], eu não sei pra onde vão essas horas. Tu tem uma carga-horária do mesmo parceiro teu, do mesmo encarregado, a mesma carga-horária aí vem pagamentos diferentes e isso aí deixa a desejar. Pra quem vem de fora trabalhar não se conforma com isso [...] (Perguntamos se ele estava satisfeito com o trabalho) Satisfeito? Tô satisfeito não, já tô “vazando” já (Informação verbal)¹⁵⁵.

¹⁵⁴ Entrevista realizada em 15 de dezembro de 2011 por Guilherme Marini Perpetua e Tayrone Roger Antunes de Asevedo.

¹⁵⁵ Entrevista realizada em 14 de dezembro de 2011 por Guilherme Marini Perpetua e Tayrone Roger Antunes de Asevedo.

Quando começamos a realizar os trabalhos de campo para entrevistar os trabalhadores, muitas ideias surgiram, nosso ferramental teórico-conceitual indicava várias possibilidades de compreensão do conflito capital/trabalho, como condições de trabalho aviltantes, salários irrisórios, descumprimento da legislação trabalhista, entre outros. No entanto, ao conversar com os trabalhadores, além destas características corriqueiras, outras diferenciadas foram surgindo, uma delas nos chamou a atenção, pois causava muitos descontentamentos, tratam-se de conflitos com policiais da cidade, assim como com os seguranças (em alguns casos, policiais) que trabalham nos alojamentos. Os trabalhadores descrevem casos de racismo, perseguição e diversas formas de violência.

[...] o “sistema aqui é bruto”, a segurança no final de ano não melhora, precisa melhorar né, porque os [seguranças] que tava aí deu problema, apontando arma na cara dos cara trabalhador. [Foi] o mesmo policial, apontou a arma pra dois trabalhador. Ele tava trabalhando aí, fazendo bico, armado. Aí logo [sic] depois do que aconteceu, logo ontem aconteceu de novo, por isso que a galera hoje não foi trabalhar. A gente teve que reunir e fazer isso aí, porque aqui todo mundo é trabalhador né, ninguém é vagabundo aqui... [o segurança] fica pegando a arma e apontando na cara dos outros! E se dispara? Isso aconteceu duas vezes já, e é polícia! Se a gente tá andando na rua eles perguntam: “você é baiano? você é baiano?” Se o cara for baiano vai apanhar [...]. Baiano não pode sair pra cidade então... quer dizer, que preconceito é esse? Nós é que dá lucro pra cidade. Que preconceito é esse? Sempre tem alguns que apronta, não só baiano também como... geral né. Eles tão aí pra fazer a segurança nossa, e não pra dá uma de “tirador de banca”. [...] Apontou foi na frente de todo mundo aqui, chegou a estralar (disparar a arma), e sem motivo nenhum, dizendo ele que recebeu uma denúncia aí de dentro (do alojamento), que o cara falou pra ele que tinha sentido um cheiro de droga aí de fora, aí o cara tava falando com a mulher aí fora no celular, ali, e ele pegou o cara, e levou o cara pra dentro do alojamento, [pra] revistar o alojamento do cara... tinha que ter uma ordem judicial... Não achou droga nenhuma e queria levar o cara pra delegacia... [...] Mas tão resolvendo, já mudou o administrador, já tirou aqui o outro encarregado, colocou outro aqui por enquanto, o policiamento tão tirando e se colocar vai ser desarmado. Por enquanto nós estamos... tomara que dê certo, por que se não for assim esse portão vai ser fechado mais uma vez, e agora vai ser de cadeado, e aí não entra mais polícia nem ninguém, só se for pular, e se for pular vai “dar gaio” aí pronto, nós vamos fazer que nem como fizeram noutros alojamentos, igual lá na “Fazendinha” (Informação verbal)¹⁵⁶.

¹⁵⁶ Entrevista realizada em 14 de dezembro de 2011 por Guilherme Marini Perpetua e Tayrone Roger Antunes de Asevedo.

As situações de indignação denunciadas pelos trabalhadores são muitas, e esses problemas são vivenciados cotidianamente. Devido aos baixos salários, muitos não têm condições de arcar com os elevados valores de alugueis da cidade de Três Lagoas, daí permanecem nesses alojamentos. Para alguns trabalhadores, há também a necessidade de enviar dividendos para suas famílias.

[...] tem muitos aqui que trabalham no sol quente, só quem sabe é eles, tem muitos que chega assado aqui que não aguenta, pega sol, chega com dor de cabeça, aí quer dizer o que? Pra quando chegar aqui e o policial tratar a gente como vagabundo, bota a arma na cabeça e chamar de “nego safado”? [é] racismo! (Informação verbal)¹⁵⁷

Esse preconceito contra eles é frequente, a convivência é árdua na cidade, por vezes, são vistos apenas enquanto consumidores de mercadorias e serviços, para muitos comerciantes, a presença desses trabalhadores é lucrativa.

A prática de cerceamento e violência por parte dos policiais os revolta, são vigiados, seus direitos e anseios são tolhidos, pois para essas forças repressivas, eles representam perigo ao bem-estar citadino¹⁵⁸.

O processo de expansão dos agronegócios nas microrregiões de Tangará da Serra/MT e Três Lagoas/MS tem promovido contradições e conflitos dos mais variados. Situações similares foram vislumbradas, isto é, precarização do trabalho e acirramento dos conflitos capital *versus* trabalho. Entretanto, as mobilizações se tornaram frequentes nos últimos anos, manifestações e greves já fazem parte da agenda política dos municípios aqui demonstrados, o que é primordial para compreendê-los enquanto territórios do agronegócio.

São aspectos das tramas da reestruturação produtiva do capital em tempos de acumulação flexível. Entendemos que todas essas transformações no cotidiano, desde o trabalho diretamente gerador de valores de troca até as ações mais mediadas, interpessoais, que também fundamentam a existência social, trouxeram à luz, com mais intensidade, as amarras destrutivas da sociedade do capital, demonstrando que o verdadeiro sentimento de liberdade, que muitos proclamam ser a *democracia* real em termos pós-modernos, transparece, para nós, como a tirania do

¹⁵⁷ Entrevista realizada em 14 de dezembro de 2011 por Guilherme Marini Perpetua e Tayrone Roger Antunes de Asevedo.

¹⁵⁸ Cf. OLIVEIRA, Vitor W. N. Operação candango da PM: discriminação de operários. Jornal do Povo. 08 nov. 2011. Disponível em: <http://www.jptl.com.br/?pag=ver_noticia&id=43231>. Acesso em: 02 dez. 2012.

dinheiro, formatada com a ideologia do capitalismo. E o espaço vai figurando-se parcelar e apropriado, classistamente construído e realizado por esses vetores hegemônicos que desrealizam o ser que (só) trabalha.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho foram expostos alguns condicionantes importantes das transformações territoriais que atravessam o agronegócio (particularmente o agronegócio eucalipto-celulósico-papeleiro e o canavieiro) nos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, partindo, em princípio, do plano local, das relações mais tópicas para outras, trans ou multiescalares desses complexos territoriais. Acreditamos ter dado os passos iniciais rumo à compreensão das geografias, pretéritas e presentes, que conformam as relações sociais postas à análise. Questões, as mais variadas, foram apresentando-se no percurso, mas observamos que, em meio às debilidades, visualizamos e tentamos dar corpo a oportunidades instigantes de pesquisa. Este trabalho não é um fim-em-si, suscita continuidades e (por que não?) revisões e remodelações.

O recorrido sobre a formação territorial (histórico-geográfica) capitalista das unidades federativas – que proporcionou a integração do Oeste aos ditames da economia-política do “Estado-nação” no processo de reformulação do “território nacional” – foi imprescindível à compreensão dos acontecimentos que ocorrem nas microrregiões. Dessa forma, pensamos escalas diversas, como a internacional, a nacional e a regional, para assim, dar o devido trato aos fenômenos que pesquisamos. Trouxemos informações, discussões e apontamentos sobre a formação histórica, pois pensamos que tais feitos são importantes para compreender o momento de mudanças tão significativas por que passam essas regiões.

Este estudo traz contribuições para pensar as formas com que os agronegócios estão estruturados atualmente e como os receituários da reestruturação produtiva os atingem. Principalmente, por trabalhar as contradições por intermédio de entrevistas, acompanhando as ‘vidas em jogo’, as manifestações sociais contrárias, a participação das empresas na tentativa – por vezes vã – de atenuar os conflitos, entre outros. Os agronegócios estão em transformação, um processo de corporativização/financeirização que precisa ser analisado desde o chão da fábrica, passando pelo âmbito agrícola, até mesmo nos territórios onde eles operam, como por exemplo, as diferentes formas de relação que estabelecem com os camponeses, estratégias contraditórias aliadas ao Estado (cada vez mais poroso e permeável).

Vital ao processo foi a compreensão do papel do Estado na “ordem” social capitalista em suas várias escalas (municipal, estadual e nacional), com a exposição

sobre sua participação na formação histórico-espacial de Mato Grosso (microrregião de Tangará da Serra) e Mato Grosso do Sul (microrregião de Três Lagoas), bem como na origem e reestruturação dos agronegócios do eucalipto e cana-de-açúcar em âmbito regional. O Estado é o principal agente na dinamização e desenvolvimento desses negócios, sem sua participação ativa/decisiva, seria extremamente dificultoso, para os capitais operantes, obterem lucratividade tão suntuosa que os colocam em disputa (em muitos casos vantagem) nos mercados mundiais.

Quando abordamos as geografias do capital, não apresentamos somente as condições mais localizadas das transformações em curso da Terceira Revolução Industrial, mas visualizamos algumas nuances que permeiam as relações econômico-produtivas dos agronegócios em outras escalas.

Entendemos que esses agronegócios não somente geram lucros em áreas tradicionais, mas arquitetam/constroem novas áreas, ajustando espacialmente esses territórios de acordo com seus interesses, para isso, usufruem de toda a máquina estatal, dominada e reestruturada para tais feitos, vide a hegemonia política do padrão neodesenvolvimentista no Estado brasileiro da última década, figurada na aliança PT-PMDB.

No concernente ao antagonismo capital/trabalho, manifesto nas microrregiões, podemos compreender as bases com que se realizam os agronegócios, ou seja, a dinâmica da subsunção real do trabalhador ao capital, que se enche de mutabilidades que, tão somente, nos casos estudados, são corrosivas ao bem-estar social, particularmente da população diretamente envolvida com o labor, enfrentando atribulações no cotidiano de realização do trabalho abstrato.

O capital com todo seu *corpus* reprodutivo desenha a barbárie semeando corações e mentes de paisagens e sonhos. As situações conflituosas demonstram que o discurso do “desenvolvimento” promulgado por diferentes agentes do processo (prefeitura municipal, governo da unidade federativa, as empresas, imprensa local-regional etc.) porta-se como uma falácia, débil ante a tantas contradições e conflitos.

Nesse sentido, a oposição faz-se presente redesenhando uma vida dotada de sentido, de cores mais vivas e diversas, trafegando entre a insatisfação, a inconsciência e apatia à práxis, localizada e setorizada ou ampla e globalizada.

Nas microrregiões, a resistência a essa forma de (re)produzir, de certa forma, é realizada com embates que mostram as caras e máscaras do agronegócio, e que

intensificam o processo de concentração fundiária expropriando terra e renda, num movimento que enclausura, tortura e assassina trabalhadores por estes chãos.

Na microrregião de Três Lagoas, ressaltamos a inexistência de enfrentamento político conciso por parte dos camponeses, no sentido do questionamento do setor celulósico-papeleiro. O que, de certa forma, deixa o espaço aberto à potencialidade do estabelecimento, em curto e médio prazo pelo menos, da barbárie aos trabalhadores. Mesmo com a existência de um Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR), tão somente em nível burocrático, já que suas ações são restritas.

Cremos, ainda, que inicialmente, as questões levantadas e discutidas realizaram aproximações à inteligibilidade ante aos espaços/territórios abordados. Esperamos que os estudos acumulados e aqui realizados possam contribuir de alguma forma, não apenas no âmbito acadêmico, mas com o processo de suplantação das atuais condições impostas pelo capital, incapaz de promover – não importa o que ideologicamente pregue – a verdadeira equidade socioambiental.

REFERÊNCIAS

ABREU, Silvana de. **Planejamento governamental: A SUDECO no espaço Mato-Grossense: contexto, propósitos e contradições**. 2001. 323f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **(Re)criação do campesinato, identidade e distinção: a luta pela terra e o habitus de classe**. São Paulo: Unesp, 2006.

_____. A territorialização do agronegócio do eucalipto na região Leste de Mato Grosso do Sul e o cerco à reforma agrária. In: **Anais...** XVI Encontro Nacional de Geógrafos. Porto Alegre/RS. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

_____. Eucalipto e precarização do trabalho em Mato Grosso do Sul. **Boletim WRM**, Montevideu/UY, nº 178. Edição em português. Disponível em: <<http://www.wrm.org.uy/>>. Acesso em: 29 jun. 2012.

_____. A nova fronteira do eucalipto e a crise da Reforma Agrária. **Boletim DATALUTA**, v. 1, 2012, p. 02-10.

ALTHUSSER, Louis. **Ideología y aparatos ideológicos de Estado**. Traducido por Alberto J. Pla. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

ALUGUEL de imóvel com dois quartos chega a R\$ 1 mil em Três Lagoas. TV Morena Disponível em: <<http://minutoms.com.br/noticias/default.aspx?id=2090&tipo=s>>. Acesso em: 23 jan. 2013.

ALVES, Giovanni. **Dimensões da reestruturação produtiva – ensaios de sociologia do trabalho**. 2ª ed. Londrina: Editora Práxis, 2007.

ANDRADE, Alex Sandre M. **O discurso do pioneirismo e suas representações: Tangará da Serra, MT (1976 - 1997)**. 2009. 163f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre.

ANDRÉ lança a maior indústria de celulose do mundo. CMN – Cidade Morena Notícias. 16 jun. 2010. Disponível em: <http://www.radiocacula.com.br/index.php?pag=ver_not&idNot=77022>. Acesso em: 22 out. 2011.

ANTONELLO, Ideni Teresina. Reestruturação produtiva no espaço rural: forjando mudanças nas relações urbano-rurais. **Revista Temas & Matizes**. Dossiê: relações campo-cidade. Cascavel/PR: nº 16, 2009, p. 24-51.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 1998.

_____.; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educ. Soc.** Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 23 set. 09.

_____. **O caracol e sua concha:** ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. A nova morfologia do trabalho no Brasil. Reestruturação e precariedade. **Revista Nueva Sociedad.** Especial em português. Buenos Aires/Argentina: 2012, p.44-59.

_____. Terceirização: porta de entrada para a precarização. Entrevista especial com Ricardo Antunes. 21 mai. 2012. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/509660-terceirizacao-porta-de-entrada-para-a-precarizacao>> Acesso em: 22 out. 2013.

ANUNCIADA criação da Fibria, fusão entre Aracruz e VCP. Agência Estado, 01 set. 2009 Disponível em: <<http://www.abril.com.br/noticias/economia/anunciada-criacao-fibria-fusao-aracruz-vcp-514631.shtml>>. Acesso em: 20 out. 2012.

ASSENTADOS protestam por asfalto na MT-339 em Tangará da Serra. MT-TV 1ª Edição Cuiabá 08 ago. 2012. Disponível em: <<http://globotv.globo.com/tv-centro-america/mttv-1a-edicao-cuiaba/v/assentados-protestam-por-asfalto-na-mt-339-em-tangara-da-serra/2079622/>>. Acesso em: 23 jan. 2013.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS PRODUTORES DE FLORESTA PLANTADA (ABRAF). **Anuário Estatístico da ABRAF 2012 ano base 2011.** Brasília: ABRAF, 2012. Disponível em: <www.abraflor.org.br/estatisticas/ABRAF12/ABRAF12-BR.pdf>. Acesso em: 06 out. 2012.

AVELINO JUNIOR, Francisco J. **A questão da terra em Mato Grosso do Sul:** posse/uso e conflitos. 2004. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

BAENINGER, Rosana. **Reestruturação urbana:** algumas considerações sobre o debate atual. Textos do Núcleo de Estudos Populacionais (NEPO), Campinas: UNICAMP, 2004. Disponível em: <<http://cendoc.nepo.unicamp.br/>>. Acesso em: 22 jul. 2011.

BACKES, Thaine R. **O capital agroindustrial canavieiro no Mato Grosso do Sul e a internacionalização da produção.** 2009. 204f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande-Dourados: Dourados.

BARRALCOOL: Acordo foi fechado, mas não agradou trabalhadores. Toque de Alerta. 09 jun. 2011. Disponível em: <<http://www.toquedealerta.com.br/noticia.php?cod=6511>>. Acesso em: 22 jan. 2013.

BASTOS, Rodrigo D. A via da informalidade: trabalho e cidade em tempos de acumulação flexível. In: **Anais... VII Seminário do Trabalho**. Marília: UNESP, 2009. Disponível em: <<http://www.estudosdotrabalho.org/>>. Acesso em: 22 jul. 2011.

BERNARDO, João. **Economia dos conflitos sociais**. 2º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

BERTHOLI, Anderson T. **O lugar da pecuária na formação sócio-espacial sul-mato-grossense**. 2006. 227 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

BOITO JR., Armando. Pensamento econômico e conflitos de classe. Brasil de Fato. 02 abri. 2013. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/12522>>. Acesso em 02 abri. 2013.

BORÓN, Atilio. **Estado, capitalismo y democracia en America Latina**. Buenos Aires: 2003.

BOTTOMORE, Tom (ed.). **Dicionário do pensamento marxista**. Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BRAND, A. J; FERREIRA, E. M. L; AZAMBUJA, F. Os Kaiowá e Guarani e os processos de ocupação de seu território em Mato Grosso do Sul. In: ALMEIDA, R. A. de (Org.). **A questão agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar**. Campo Grande: UFMS, 2008.

BRAY, Sílvio C; FERREIRA, Enéas R; RUAS, Davi G. G. **As políticas da agroindústria canavieira e o Proálcool no Brasil**. Marília: UNESP, 2000.

BRAZIL, Maria do Carmo; DANIEL, Omar. Sobre a rota das monções. Navegação fluvial e sociedade sob o olhar de Sérgio Buarque de Holanda. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: ano 169, 2008, p. 209-226.

CASO as reivindicações não forem atendidas trabalhadores vão cruzar os braços. 15 nov. 2011. Disponível em: <<http://www.perfilnews.com.br/tres-lagoas/trabalhadores-da-montcalm-denunciam-maus-tratos-e-ameacam-entrar-em-greve>>. Acesso em: 23 jan. 2012.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz & Terra, 1999.

_____; CARDOSO, Gustavo (Orgs.). **A Sociedade em Rede: do conhecimento à ação política**. Conferência. Belém/Pará: Imprensa Nacional, 2005.

CASTILHO, Alceu Luís. **Partido da terra: como os políticos conquistam o território brasileiro**. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

CERCA de 300 integrantes do MST interditam rodovia em Mato Grosso. G1-MT - 21 nov. 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2012/11/cerca-de-300-integrantes-do-mst-interditam-rodovia-em-mato-grosso.html>>. Acesso em: 12 mar. 2013.

COLMAN, Rosa Sebastiana et al. Mobilidade Espacial Guarani e Kaiowá. In: **Anais... XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais – Caxambu, 2010**. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2010/docs_pdf/tema_11/abep2010_247_8.pdf>. Acesso em: 23 mai. 2013.

CORTADORES de cana da Usina Barralcool fazem greve e interditam a MT 358. Barra do Bugres News. 16 jun. 2007. Disponível em: <http://www.barradobugresnews.com.br/ver_not.php?cat=Not%EDcias&ed=Recurso_s%20Humanos&id=2891>. Acesso em: 22 dez. 2012.

COUTINHO, Alexandre C. **Dinâmica das queimadas no Estado do Mato Grosso e suas relações com as atividades antrópicas e a economia local**. 2005. 308f. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo.

DIETERICH, Matias F. **Análise do setor de celulose e avaliação da Votorantim Celulose e Papel**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Mercado de Capitais) – Departamento de pós-graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, 2007.

DUBREUIL, Vincent et al. Evolução da fronteira agrícola no Centro-Oeste de Mato Grosso: municípios de Tangará da Serra, Campo Novo do Parecis e Diamantino. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 22, n. 2, maio/ago. 2005, p. 463-478.

ELDORADO Brasil apresenta Plano de Produtividade para especialistas em SP. 20/11/2012. Disponível em: <<http://www.painelflorestal.com.br/noticias/celulose-e-papel/eldorado-brasil-apresenta-plano-de-produtividade-para-especialistas-em-sp>>. Acesso em 23 mar. 2013.

EXCLUSIVO: A pesquisadora que descobriu veneno no leite materno. Disponível em: <<http://www.viomundo.com.br/denuncias/exclusivo-a-pesquisadora-que-descobriu-veneno-no-leite-materno.html>>. Acesso em: 15 mar. 2013.

FABRINI, João Edmilson. **A posse da terra e o sem-terra no Sul do Mato Grosso do Sul: o caso Itaquiraí**. 1996. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

FAMÍLIAS de assentamento reclamam da falta de estrutura e cobram soluções. MT Rural - 01 dez. 2012. Disponível em: <<http://globovtv.globo.com/tv-centro-america/mt-rural/v/familias-de-assentamento-reclamam-da-falta-de-estrutura-e-cobram-solucoes/2270207/>>. Acesso em: 15 mar. 2013.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 3.a edição, revista, 2001.

FIBRIA investe na formação de base florestal de Três Lagoas para antecipar segunda unidade industrial. São Paulo, 16 ago. 2010. Disponível em: <http://www.fibria.com.br/web/pt/midia/noticias/noticia_2010ago16.htm>. Acesso em: 21 ago. 2010.

FIBRIA CELULOSE S.A. **Relatório de Sustentabilidade 2010**. São Paulo, 2010.

_____. **Relatório de Sustentabilidade 2011**. Disponível em: <<http://www.fibria.com.br/rs2011/pt/>>. Acesso em: 08 nov. 2012.

FIBRIA apresenta investimento social para Três Lagoas-MS e região em 2013. Painel Florestal – 22 mar. 2013. Disponível em: <<http://www.painelflorestal.com.br/noticias/celulose-e-papel/fibria-apresenta-investimento-social-para-tres-lagoas-ms-e-regiao-em-2013>>. Acesso em: 24 mar. 2013.

FUNCIONÁRIOS da Eldorado aceitam acordo e voltam ao trabalho. Perfil News. 03 mai. 2011. Disponível em: <<http://www.perfilnews.com.br/tres-lagoas/funciABonarios-da-eldorado-aceitam-acordo-e-encerram-greve>>. Acesso em 28 jun. 2011.

GIRARDI, Eduardo P. **Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira**. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

GLASS, Verena. Em ação nesta madrugada, mulheres destroem viveiro da Aracruz no RS. Carta Maior 08 mar. 2006. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=10145>. Acesso em: 23 mar. 2013

GÓMEZ, Jorge Ramón M. **Desenvolvimento em (des)construção**: narrativas escalares sobre o desenvolvimento territorial rural. 2006. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

_____. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GUIMARÃES NETO, Regina B. **Cidades da mineração**: memórias e prática culturais, Mato Grosso na primeira metade do século XX. Cuiabá: EdUFMT, 2006.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: **Anais... X Encontro de Geógrafos da América Latina**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

_____. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **O enigma do capital**: e as crises do capitalismo. Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

HOLDING da JBS compra parte de sócio da Eldorado. 03 jun. 2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/mariacristina/1099486-holding-da-jbs-compra-parte-de-socio-da-eldorado.shtml>>. Acesso em: 06 jun. 2012.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, Campinas/SP: Ano XXI, nº 55, p. 30-41, 2001.

IANNI, Octavio. **Origens agrárias do Estado brasileiro**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Assentamentos criados e/ou reconhecidos**. Brasília: INCRA, 2011.

INPE/CANASAT. **Área de colheita e de reforma de cana-de-açúcar no Estado de Mato Grosso - Safra 2010/2011**. Disponível em: <<http://www.dsr.inpe.br/canasat/>>. Acesso em: 21 jun. 2011.

JACONIAS assina convênio de R\$ 1 milhão e 484 mil para Antônio Conselheiro. Assessoria de Imprensa da Prefeitura Municipal de Tangará da Serra. 23 dez. 2009. Disponível em: <<http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Noticias/Jaconias-assina-convenio-de-r-1-milhao-e-484-mil-para-antonio-conselheiro/>>. Acesso em: 04 fev. 2012.

KER, João Carlos. Latossolos do Brasil: uma revisão. Belo Horizonte/MG: **Revista Geonomos**. v. 5 nº 1, 1997, p. 17-40.

KUDLAVICZ, Mieceslau. **Dinâmica agrária e a territorialização do complexo celulose/papel na microrregião de Três Lagoas/MS**. 2011. 177f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas.

_____. Os impactos do monocultivo de eucalipto na microrregião de Três Lagoas/MS. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros** – Seção Três Lagoas/MS, ano 8, n. 25, 2011, p. 81-103.

_____. ELDORADO BRASIL: seria cômico se não fosse trágico. Disponível em: <http://www.jptl.com.br/?pag=ver_noticia&id=48601>. Acesso em: 20 abr. 2012.

_____. MARGARIT, E; ASEVEDO, T. R. A. Eucalipto e impacto em comunidades rurais: o caso de Garcias em Três Lagoas/MS. In: **Anais... I Congresso Sul-Mato-Grossense de Geógrafos**. Campo Grande/MS, 2012.

LENIN, Vladimir I. **O Estado e a Revolução**. 2001. Disponível em: <<http://www.dominipublico.gov.br/>>. Acesso em: 06 mar. 2010.

LÖWY, Michael. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. In: **Revista Outubro**, n. 1, 1998, p. 73-80.

MANDEL, Ernest. **Teoria marxista do Estado**. Lisboa: Edições Antídoto, 1977, p. 9-46.

MANIFESTANTES fazem jornada por Reforma Agrária no Mato Grosso. Notícias de Mato Grosso – 26 mar. 2013. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/conten/manifestantes-fazem-jornada-por-reforma-agr%C3%A1ria-no-mato-grosso>>. Acesso em: 2 abr. 2013.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **Crítica ao programa de Gotha**. 2001. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/>>. Acesso em: 06 mar. 2010.

_____. **O Capital**. Crítica da economia política. São Paulo: Civilização Brasileira, 2011. 4v.

MÁRCIA analisa MS 112 como fundamental para o desenvolvimento contínuo da Cidade. Acessória de Comunicação da Prefeitura Municipal de Três Lagoas. 28 mai. 2012. Disponível em: <<http://www.treslagoas.ms.gov.br/noticias/?id=6659>>. Acesso em: 15 jul. 2012.

MARQUES, Marta Inez M. O novo significado da questão agrária. In: **Anais...** V Simpósio Internacional e VI Simpósio Nacional de Geografia Agraria – SINGA. Belém/PA, 2011.

MARTINS, Carlos. Fábrica de Três Lagoas reduzirá em 40% compra de fertilizante pelo Brasil. Campo Grande News, 27 abr. 2013. Disponível em: <<http://www.campograndenews.com.br/economia/fabrica-de-tres-lagoas-reduzira-em-40-compra-de-fertilizante-pelo-brasil>>. Acesso em: 28 abr. 2013.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Tradução Hilda Pareto e Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008a.

MATO GROSSO (estado). **Lei complementar nº 012**, de 08 dezembro 2006. Institui o Plano Diretor de Barra do Bugres e dá outras providências. Barra do Bugres: Prefeitura Municipal de Barra do Bugres, 2006.

MATO GROSSO DO SUL (estado). Resolução nº 17, de 20 de setembro de 2007. Dispensa do licenciamento ambiental as atividades de plantio e condução das espécies florestais que menciona e dá outras providências. **Diário Oficial [do estado de Mato Grosso do Sul]**, Campo Grande, nº 7.057 de 21 de set. de 2007.

MATO GROSSO DO SUL (estado); SEPROTUR; SEBRAE-MS. **Plano Estadual para o desenvolvimento sustentável de Florestas Plantadas** (resumo executivo). Campo Grande/MS, 2009.

MÉSZÁROS, István. Economia, política e tempo disponível: para além do capital. In: **Revista Margem Esquerda** – Ensaios marxistas. São Paulo: Boitempo, nº 1, 2003, p. 94-124.

_____. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. 1º ed. revisada. São Paulo: Boitempo, 2011.

MICHELLON, Ednaldo et al. Breve descrição do Proálcool e perspectivas futuras para o etanol produzido no Brasil. In: **Anais...** XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2008, Rio Branco. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/9/574.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2013.

MILHOMEM, Ítalo. Eldorado Brasil Celulose anuncia investimentos de R\$ 20 bilhões até 2021 em MS. RBV News - 12 abr. 2012. Disponível em: <<http://rbvnews.com.br/portal/economia/14617-eldorado-brasil-celulose-anuncia-investimentos-de-r-20-bilhoes-ate-2021-em-ms.html>>. Acesso em: 22 jun. 2012.

MIYAZAKI, Tieko Y; VILALVA, Walnice A. M. Relatos de uma saga: Pioneiros de Tangará da Serra, MT. Franca/SP: **Coleção Mestrado em Linguística**. V. 6, 2011, p. 191-205.

MIZUSAKI, Márcia Y. Mato Grosso do Sul: impasses e perspectivas no campo. Goiânia: **Revista Terra Livre**, ano 21, v. 2, n. 25, 2005, p. 81-93.

MOREIRA, Ruy. O saber geográfico: para que/quem serve? In _____. (org.). **Geografia: teoria e crítica. O saber posto em questão**. Rio de Janeiro: Vozes, 1978.

_____. Inovações tecnológicas e novas formas de gestão do trabalho. **Trabalho e Tecnologia: o processo de globalização**. São Paulo: CNM/CUT Integrar, 1998, p. 116-130.

_____. O espaço e o contra-espaço: as dimensões territoriais da sociedade civil e do Estado, do privado e do público na ordem espacial burguesa. **Território Territórios**, Niterói: UFF/AGB, 2002, p. 72-108.

_____. Sociabilidade e espaço (as formas de organização geográfica das sociedades na era da Terceira Revolução Industrial – um estudo de tendências). **Agrária**. N. 2, São Paulo, 2005, p. 93-108.

MORENO, Gislaene. **Os (des) caminhos da apropriação capitalistas da terra em Mato Grosso**. 1993. 620 f. (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

_____. O processo histórico de acesso à terra em Mato Grosso. **Revista GeoSul**. Florianópolis/SC, v. 14, n. 27, jan./jun. 1999, p. 67-90.

NANDY, Ashis. Estado. In: SACHS, Wolfgang (Ed.). **Dicionário do desenvolvimento**. Guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 84-97.

NEVES, Correia das. **História da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil**. Bauru: Tipografias e Livrarias Brasil S/A. 1958.

NOBRE, Maria C. de Queiroz. O Estado Capitalista: subsídios para uma discussão conceitual. **Rev. Humanidades**, Fortaleza, v. 18, n. 1, p. 17-27, jan./jun. 2003.

NÚCLEO DE ESTUDOS, PESQUISAS E PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA (NERA). DATALUTA – MATO GROSSO. RELATÓRIO 2011 Presidente Prudente: NERA/Unesp. Disponível em: <www.fct.unesp.br/nera>. Acesso em: 02 mar. 2013.

O Programa Integração Floresta Alimento da Fibria dá bons resultados em MS. 09 ago. 2012. Disponível em: <<http://painelflorestal.com.br/noticias/programa-de-tv/15738/o-programa-integracao-floresta-alimento-da-fibria-da-bons-resultados-em-ms>>. Acesso em: 06 set. 2012.

OITO mil operários parados. Minuto MS. Disponível em: <<http://minutoms.com.br/noticias/default.aspx?id=5869&tipo=n>>. Acesso em: 13 dez. 2012.

OLIVEIRA, Ana Maria S; THOMAZ JÚNIOR, Antônio. As inovações tecnológicas e as novas formas de gestão e controle social do capital sobre o trabalho. **Revista Pegada Eletrônica**, Presidente Prudente, v. 3, 2002, p. 93-107.

_____. **Reordenamento territorial e produtivo do agronegócio canavieiro no Brasil e os desdobramentos para o trabalho**. 2009. 586 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. **A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro**. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). *Novos caminhos da Geografia*. São Paulo: Contexto, 2002, p. 63-110.

_____. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. In: **Revista Terra Livre**, São Paulo/SP, v. 2, n. 21, ano 19, jul./dez. 2003, p.113-156.

OLIVEIRA, Carlos E. **Famílias e natureza**: as relações entre famílias e ambiente na construção da colonização de Tangará da Serra - MT. 2002. 244p. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

PAKKASVIRTA, Jussi. **Fábricas de celulosa**: historias de la globalización. Buenos Aires: Editorial La Colmena, 2010.

PARALISAÇÃO do Incra mantém 11,7 mil processos na gaveta em MS. Disponível em: <<http://www.conesulnews.com.br/geral/paralisacao-do-incra-mantem-11-7-mil-processos-na-gaveta-em-ms>>. Acesso em: 16 mar. 2013.

PAULINO, Eliane T. **A Geografia dos camponeses**. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

PEREIRA, William Eufrásio Nunes. Do Estado liberal ao neoliberal. **Interface**, Natal/RN, v. 1, n. 1, p. 11-24, 2004.

PERPETUA, Guilherme M. **A mobilidade espacial do capital e da força de trabalho na produção de celulose e papel**: um estudo a partir de Três Lagoas (MS). 2012. 249f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande-Dourados: Dourados.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A luta pela Reforma Agrária no Brasil acaba sendo uma luta anti-capitalista, uma luta que confronta o capital. Entrevista concedida em 14 set. 2009. Disponível em: <<http://cptalagoas.blogspot.com.br/2009/09/entrevista-prof-carlos-walter-porto.html>>. Acesso em: 29 mar. 2012.

_____. Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. In: CECEÑA, Ana Esther; SADER, Emir (orgs). **La guerra infinita**: hegemonía y terror mundial. Buenos Aires: CLACSO, 2002b, p. 217-256.

PREFEITA participa do lançamento do Programa Senai Educa. 02 jul. 2012. Disponível em: <<http://www.treslagoas.ms.gov.br/noticias/?id=6861>>. Acesso em: 14 jul. 2012.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA DO BRASIL. Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia alusiva à visita às instalações da fábrica de celulose branqueada de eucalipto da Fibria/Votorantim e da fábrica da International Paper do Brasil. Três Lagoas-MS, 19 de fevereiro de 2010. Disponível em: <<http://www.imprensa.planalto.gov.br>> Acesso em: 06 ago. 2012.

PRODUTORES de leite passam a ser autônomos com novos resfriadores. 16 mar. 2009. Disponível em: <http://www.noticias.ms.gov.br/index.php?templat=vis&site=136&id_comp=1068&id_reg=58115&voltar=lista&site_reg=136&id_comp_orig=1068>. Acesso em: 22 fev. 2013.

PRODUTORES do Pontal do Faia terão laticínio. 28 fev. 2013. Disponível em: <<http://www.perfilnews.com.br/tres-lagoas/produtores-do-pontal-do-faia-em-tres-lagoas-terao-laticinio>> Acesso em: 5 mar. 2013.

PROJETO Mais Leite em fase de conclusão. Assessoria de Imprensa da Prefeitura Municipal de Tangará da Serra. 22 mai. 2009. Disponível em: <<http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Noticias/Projeto-mais-leite-em-fase-de-conclusao/>>. Acesso em: 04 fev. 2012.

PROJETO PAIS é levado a Arapuá e Pontal do Faia. 11 mar. 2013. Disponível em: <http://www.jptl.com.br/?pag=ver_noticia&id=56756> Acesso em: 17 mar. 2013.

PROJETO executivo para obra de R\$ 66 milhões no Antônio Conselheiro será licitado no próximo dia 29. Assessoria de Imprensa da Prefeitura Municipal de Tangará da Serra. 25 out. 2012. Disponível em: <<http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Noticias/Projeto-executivo-para-obra-de-r-66-milhoes-no-antonio-conselheiro-sera-licitado-no-proximo-dia-29/>>. Acesso em: 04 fev. 2013.

QUEIROZ, Paulo R. C. Mato Grosso/Mato Grosso do Sul: divisionismo e identidades (Um breve ensaio) **Revista Diálogos**. Maringá: v. 10, nº 2, 2006, p. 149-184.

REPRESENTANTES das empreiteiras e o comando da greve ainda não chegaram a um acordo. Perfil News. 17 ago. 2011. Disponível em: <<http://www.perfilnews.com.br/tres-lagoas/greve-chega-ao-nono-dia-e-paralisa-obras-da-eldorado>>. Acesso em: 25 ago. 2011.

RODRIGUES, Adriane Helena. **Três patamares tecnológicos na produção de etanol**: a usina do Proálcool, a usina atual e a usina do futuro. 2008. 160f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Instituições, Mercado e Regulação). Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SANCHES, Patrícia. Silval arrecada R\$ 21,2 mi; entre os doadores estão bancos e usinas. 03 nov. 2010. Disponível em: <<http://www.rdnews.com.br/noticia/silval-arrecada-r-21-2-mi-entre-os-doadores-estao-banco-e-usina>>. Acesso em: 15 nov. 2012.

SANTOS, Ana Rocha dos. A descentralização e (des)envolvimento local: o município na centralidade da gestão do território. In: **Anais...** XV Encontro Nacional de Geógrafos. "O espaço não pára. Por uma AGB em movimento". São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, Janio. Reestrutura urbana x reestruturação da cidade: o caso de salvador. In: **Anais...** X Coloquio Internacional de Geocrítica, Universidad de Barcelona. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/-xcol/388.htm>>. Acesso em: 26 jul. 2011.

SANTOS, Humberto et al. **Cultivo do arroz de terras altas no Estado de Mato Grosso**. Santo Antônio de Goiás/GO: EMBRAPA, 2006.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. 4ª ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **Técnica, espaço, tempo**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SEM água, funcionários colocam fogo em alojamento, diz polícia em MS. 10 dez. 2011. <<http://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2011/12/sem-agua-funcionarios-colocam-fogo-em-alojamento-diz-policia-em-ms.html>>. Acesso em: 11 dez. 2011.

SHANIN, Teodor. Lições Camponesas. In: PAULINO, Eliane T.; FABRINI, João Edmilson (orgs.). **Campesinato e Territórios em Disputa**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.

SICHITO, M. Prefeita e Governador lançam pedra fundamental da maior fábrica de celulose do mundo em Três Lagoas. Três Lagoas/MS, 16 jun. 2010. Disponível em: <<http://www.treslagoas.ms.gov.br/noticias/?id=4115>>. (acesso em 23 jun. 2010)

SILVA, Cristovão Henrique R. **A lógica da territorialização da indústria**: o parque industrial em Três Lagoas – MS de 1990-2010. 2013. 205f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas.

SITREL inicia operações em Três Lagoas (MS). Painel Florestal, 09 jan. 2013. Disponível em: <<http://www.painelflorestal.com.br/noticias/brasil/sitrel-inicia-operacoes-em-tres-lagoas-ms>>. Acesso em: 23 fev. 2013.

SOARES, Ivan de Sousa. **Alternativas de uso do território**: o caso do CEPPEC no assentamento Andalucia em Nioaque/MS. 2009. Monografia (Bacharelado em Geografia). Departamento de Ciências Humanas, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas.

SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

_____. **Postmetrópolis**. Estudios críticos sobre las ciudades y las regiones. Traducción: Verónica Hendel y Mónica Cifuentes. Madrid: Traficantes de Sueños, 2008.

SOUZA, Marcelo Lopes. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de et al. (orgs.) **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, Marcos A.; SPOSITO, Eliseu S. **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 57-72.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. Por uma geografia do trabalho. (reflexões preliminares). **Scripta Nova**: Revista Eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales, Barcelona, 2002b. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/c4-jmont.htm>>. Acesso em: 20 set. 09.

_____. **Dinâmica Geográfica do Trabalho no Século XXI**. (Limites Explicativos, Autocrítica e Desafios Teóricos). 2009. v.1, 499f. Tese (Livre-Docência) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

TRABALHADORES de usina em Barra do Bugres estão em estado de greve. O Documento. 07 jun. 2011. Disponível em: <<http://www.odocumento.com.br/materia.php?id=364240>>. Acesso em: 22 jan. 2013.

TRABALHADORES da Usinas Itamarati entram em greve. Gazeta Digital. 11 de jun. de 2012. Disponível em: <<http://www.gazetadigital.com.br/conteudo/show/secao/2/materia/329734>>. Acesso em: 5 mar. 2013.

TRABALHADORES da Usinas Itamarati encerram greve em MT. Gazeta Digital. 14 de jun. de 2012. Disponível em: <<http://www.gazetadigital.com.br/conteudo/show/secao/2/materia/330187>>. Acesso em: 5 mar. 2013.

VALVERDE, Orlando. Fundamentos geográficos do planejamento do município de Corumbá. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: v. 1, n. 34, jan./mar. 1972, p. 49-144.

VAN DAM, Chris. La economía de la certificación forestal: ¿desarrollo sostenible para quién? In: **Anales...** Congreso Iberoamericano de Desarrollo y Medio Ambiente “Desafíos locales ante la globalización”. Quito/Ecuador: FLACSO, 2002.

WAGNER, Valter J. Três Lagoas vai ser polo internacional de celulose. Celulose Online, 01 jun. 2010. Disponível em: <<http://www.celuloseonline.com.br/noticias/trs+lagoas+vai+ser+polo+internacional+d+e+celulose>>. Acesso em: 23 ago. 2011.

WOLF, Simone. Qualidade total e informática: a constituição do novo homem-máquina. In: ANTUNES, Ricardo; SILVA, Maria A. Moraes (orgs). **O avesso do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004, p. 297-340.